



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

**RAFAEL DOS SANTOS MACHADO**

**CARTOGRAFIAS DA TRANSMUSEALIDADE: PROCESSOS  
MUSEOLÓGICOS EM CASAS DE ACOLHIDA LGBT NO BRASIL**

Salvador

2021

**RAFAEL DOS SANTOS MACHADO**

**CARTOGRAFIAS DA TRANSMUSEALIDADE: PROCESSOS  
MUSEOLÓGICOS EM CASAS DE ACOLHIDA LGBT NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Museologia da Universidade Federal da Bahia como  
requisito para obtenção do grau de Mestre em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Clovis Carvalho Britto

Salvador

2021

**RAFAEL DOS SANTOS MACHADO**

**CARTOGRAFIAS DA TRANSMUSEALIDADE: PROCESSOS  
MUSEOLÓGICOS EM CASAS DE ACOLHIDA LGBT NO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Museologia pela Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 10 de setembro de 2021.

Banca examinadora

Clovis Carvalho Britto – Orientador

Doutor em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa  
Universidade Federal da Bahia/Universidade de Brasília

Bruno Sanches Ranzani da Silva

Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo  
Universidade Federal de Sergipe

Jean Tiago Baptista

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Universidade Federal de Goiás

Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Universidade Federal da Bahia

Alice Alexandre Pagan - Suplente

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo  
Universidade Federal de Sergipe

Joseania Miranda Freitas – Suplente

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia  
Universidade Federal da Bahia

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Machado, Rafael dos Santos  
Cartografias da Transmusealidade: processos  
museológicos em Casas de Acolhida LGBT no Brasil /  
Rafael dos Santos Machado. -- Salvador, 2021.  
228 f.

Orientador: Clovis Carvalho Britto.  
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em  
Museologia) -- Universidade Federal da Bahia,  
Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2021.

1. Museologia. 2. Processos Museológicos. 3. Casas  
de Acolhida LGBT. 4. Transmusealidade. I. Britto,  
Clovis Carvalho. II. Título.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA  
PPGMUSEU - UFBA  
Estrada de São Lázaro, 197, Federação. Salvador/Bahia  
CEP 40.210-730 Tel. (71) 3283-6445  
ppgmuseu@ufba.br

PPGMUSEU

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Às 14:00 horas do dia 10 de setembro de 2021, em sessão pública realizada na Plataforma Google Meet /Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), deu-se início a apresentação, defesa e julgamento da dissertação realizada pelo mestrando **Rafael dos Santos Machado**, aluno da Linha de Pesquisa 1 do Mestrado em Museologia – PPGMuseu, desta Universidade. O trabalho, intitulado: “*Cartografias da transmusealidade: processos museológicos em Casas de Acolhida LGBT no Brasil*”, foi avaliado pela banca composta pelo Prof<sup>o</sup>. Dr. Clovis Carvalho Britto – PPGMuseu/UFBA/UNB, orientador do mestrando, pelo Prof. Dr. Bruno Sanches Ranzani da Silva – UFS (1<sup>o</sup> Examinador), Prof<sup>o</sup>. Dr. Jean Tiago Baptista – UFG (2<sup>o</sup> Examinador), pelo Prof<sup>o</sup> Dr. Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha – PPGMuseu/UFBA (3<sup>o</sup> Examinador) e pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Joseania Miranda Freitas (4<sup>a</sup> Examinadora). Após a abertura dos trabalhos, o mestrando deu início a apresentação, tendo trinta minutos para a sua explanação. Em seguida, foram iniciadas as arguições dos membros da banca, em tempo estipulado de vinte minutos para cada um, com o mesmo tempo destinado para as respostas do mestrando. Após esta etapa da sessão, a banca reuniu-se em separado para deliberar sobre o resultado da avaliação, divulgando, em seguida, a sua deliberação para o mestrando e público presente, indicando a Aprovação do mestrando. Ao final da sessão, foi lavrada esta ata, que após leitura, será assinada pelo mestrando e pelos membros da banca e demais presentes. Salvador, 10 de setembro de 2021.

*Clovis Carvalho Britto*

Dr. Clovis Carvalho Britto

*Bruno S. Ranzani da Silva*

Dr. Bruno Sanches Ranzani da Silva

Dr. Jean Tiago Baptista

Dr. Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha

*Joseania Freitas*  
Joseania Miranda Freitas

*Rafael dos Santos Machado*

Rafael dos Santos Machado

## AGRADECIMENTOS

As/aos amigas/es/os companheiras/es/os de luta e resistência através do Projeto CasAmor, nas pessoas de Linda Brasil, Neide Silva (*In memoriam*), Renata Alves, Eron Neto, Bruno Sanches, Debora Matos, Vinicius Reis, Thaynam Oliveira, Selma Pimentel, Ulisses Souza, por todos os processos de partilha, apoio, incentivo, vivências e acolhida.

As pessoas ativistas LGBT que levantam as cores da bandeira, sobretudo as pessoas trans e travestis negras/os, que tiveram/estão na linha de frente contra o ódio, tendo seus corpos tombados, abrindo caminhos para que cada dia mais pessoas negras como eu possam ter o direito de viver, existir, ocupar espaços acadêmicos, pesquisas, produzir e falar sobre nós e nossos processos de resistência em uma sociedade racista e LGBTfóbica.

Ao meu orientador, Clovis Britto, pelo compromisso profissional e por toda atenção, generosidade, apoio e incentivos que contribuíram para minha permanência no mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia, pela acolhida, pelo excelente corpo docente e pela excepcional assistente em Administração, Elizangela Pinto, a quem devo tanto.

As/Aos professoras/es do mestrado, Marcelo Cunha e Joseania Miranda Freitas, por serem inspiradores em tornar o ensino-aprendizagem em uma experiência prazerosa e instigante.

As/Aos professoras/es que integraram o exame de qualificação e defesa, Alice Alexandre Pagan, Jean Baptista, Marcelo Cunha, pelo aceite e contribuições que aperfeiçoaram este trabalho.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), que possibilitou condições fundamentais e necessárias para minha permanência, aperfeiçoamento e desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

As minhas professoras Neila Maciel, por acreditar na minha capacidade e Ana Karina Calmon, pela disposição de ter lido meu pré-projeto e incentivos a seguir em frente.

As/Os amigas/os, Renata Alves, Thanity Andrade, Rafael Almeida e Lucas Macri, por abrirem as portas de suas casas durante alguns dias de estadia em Salvador, quando precisei e fui afetuosamente bem recepcionado e abraçado.

A minha amada mãe, dona Marlene, pela paciência, carinho, atenção, cuidado, amor e apoio durante todo o processo em que estive imerso e dedicado à pesquisa, no qual todos afagos foram e continuam primordiais.

Ao meu companheiro, Douglas Neco, pelo apoio e disposição em ler meus escritos e dialogar sobre as pesquisas realizando apontamentos pertinentes.

MACHADO, Rafael dos Santos. *Cartografias da transmusealidade*: processos museológicos em Casas de Acolhida LGBT no Brasil. Orientador: Clovis Carvalho Britto. 2021. 228 f. il. Dissertação (Mestrado em Museologia), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

## RESUMO

A dissertação desenvolve uma cartografia das Casas de Acolhida LGBT no Brasil e dos processos museológicos existentes nesses espaços comunitários. Diante da realidade brasileira marcada por exclusões, silenciamentos e invisibilidades das memórias, corpos e histórias LGBT nos espaços museais, investiga como as Casas de Acolhida LGBT configuram-se como resistência para criação e produção de imaginários museológicos transgressores da lógica cisheteronormativa. Para tanto, apresenta as redes de ativismo LGBT e seu impacto na configuração das políticas culturais, em especial no campo dos museus e da Museologia. A investigação cartografa algumas experiências do movimento trans brasileiro, evidenciando o protagonismo de pessoas trans em iniciativas de mobilização social e coletiva na construção de espaços de salvaguarda de corpos e memórias LGBT, tendo como estudos de caso a Casa Nem, no Rio de Janeiro, a Casa Chama, em São Paulo, e a CasAmor, em Aracaju. As análises dos processos museológicos realizados nesses espaços contribuíram para o delineamento do conceito de transmusealidade, traduzindo formas museológicas que transcendem e transgridem os limites impostos pela cisheteronormatividade ao romper com o imaginário museológico que reproduz relações assimétricas, hierárquicas e binárias e que oprime sexualidades e identidades de gênero dissidentes da matriz cisgênera e heterossexual.

Palavras-chave: Museologia. Processos museológicos. Casas de Acolhida LGBT. Transmusealidade.

MACHADO, Rafael dos Santos. *Cartographies of transmuseality: museological processes in LGBT Shelter Houses in Brazil*. Thesis advisor: Clovis Carvalho Britto. 2021. 228 f. il. Dissertation (Master in Museology), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

## **ABSTRACT**

The dissertation develops a cartography of LGBT Shelter Houses in Brazil and the museological processes existing in these community spaces. Faced with the Brazilian reality marked by exclusions, silencing and invisibility of LGBT memories, bodies and stories in museum spaces, it investigates how LGBT Shelter Houses are configured as resistance to the creation and production of museological imaginaries that transgress the cisheteronormative logic. Therefore, it presents LGBT activism networks and their impact on the configuration of cultural politics, especially in the field of museums and museology. The investigation maps some experiences of the Brazilian trans movement, highlighting the role of trans people in social and collective mobilization initiatives in the construction of spaces to safeguard LGBT bodies and memories, having as case studies the Casa Nem, in Rio de Janeiro, the Casa Chama, in São Paulo, and CasAmor, in Aracaju. The analysis of the museological processes carried out in these spaces contributed to the delineation of the concept of transmuseality, translating museological forms that transcend and transgress the limits imposed by cisheteronormativity by breaking with the museological imaginary that reproduces asymmetric, hierarchical and binary relationships and that oppresses sexualities and identities of gender dissidents of the cisgender and heterosexual matrix.

Keywords: Museology. Museological processes. LGBT Shelter Houses. Transmuseality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapeamento das Casas de Acolhida LGBT no Brasil.....	62
Figura 2 - Casas de Acolhida LGBT: centros culturais e/ou centros de memória.....	69
Figura 3 - Termos prevalentes no mapeamento de processos museológicos nas Casas de Acolhida LGBT.....	73
Gráfico 1 - Processos museológicos nas 11 Casas de Acolhida LGBT pesquisadas.....	75
Gráfico 2 - Operações museológicas nas Casas de Acolhida LGBT.....	76
Gráfico 3 - Nuvem de palavras dos processos museológicos nas Casas de Acolhida LGBT.....	77
Figura 4 - Marsha P. Johnson.....	88
Figura 5 - Marsha P. Johnson e Sylvia Lee Rivera.....	90
Figura 6 - Integrantes do Movimento Nacional de Travestis.....	102
Figura 7 - Indianare Siqueira.....	111
Figura 8 - Manifestação da Casa Nem contra ordem de despejo.....	114
Figura 9 - Casa Nem, intervenção cultural.....	116
Figura 10 - Casa Nem, intervenção cultural.....	118
Figura 11 - Assistidas/os/es em frente à Casa Nem.....	119
Figura 12 - Rodrigo Franco.....	121
Figura 13 - Festival da Casa Chama.....	122
Figura 14 - Linda Brasil.....	142
Figura 15 - Imagens do espaço CasAmor.....	145
Figura 16 - “Somos todas as cores, coração, cor-agindo e coragem”.....	146
Figura 17 - Apresentações e performances artísticas.....	147
Figura 18 - Atividades no Espaço CasAmor.....	148
Figura 19 - Vivências e rodas de conversa com homens trans.....	149
Figura 20 - Acervo/Coleção de obras de artes visuais da CasAmor de autoria de Alice Pagan.....	150

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL - Associação Brasileira de Lésbicas  
ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Transgêneros  
ABHT - Associação Brasileira de Homens Trans  
ANTRA - Associação de Travestis e Transexuais  
ASTRAL - Associação de Travestis e Liberados  
ASTRAS - Associação de Travestis de Salvador  
CAMUFS - Centro Acadêmico de Museologia da Universidade Federal de Sergipe  
CNPC - Conselho Nacional de Política Cultural  
CNT - Coletivo Nacional de Transexuais  
DEMU - Departamento de Museus e Centros Culturais  
DST/AIDS - Doenças Sexualmente Transmissíveis/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida  
EBGL - Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas  
EBGLT - Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Intersexos  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
ENAHT - Encontro Nacional de Homens Trans  
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio  
ENTLAIDS - Encontro Nacional de Travestis e Liberados que atuam na prevenção da Aids  
FIRST - Frente Internacionalista dos Sem Tetos  
FONATRANS - Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros  
GGB - Grupo Gay da Bahia  
GT - Grupo de Trabalho  
HIV/AIDS - Vírus da Imunodeficiência Humana/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida  
IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus  
IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidades  
ICOFOM - Comitê Internacional de Museologia  
ICOM - Conselho Internacional de Museus  
ICOFOM LAN - Comitê Internacional para Museologia da América Latina e do Caribe  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
ISSN - Número internacional para publicações seriadas  
IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis  
LBL - Liga Brasileira de Lésbicas  
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros  
MHB - Movimento Homossexual Brasileiro  
MINOM - Movimento Internacional para uma Nova Museologia  
MTC - Movimento Transexual de Campinas  
ONG - Organização Não Governamental  
PL - Projeto de Lei  
PNC - Plano Nacional de Cultura  
PNM - Política Nacional de Museus  
PPGMUSEU - Programa de Pós-Graduação em Museologia  
PT - Partido dos Trabalhadores  
REBRACA LGBTI+ - Rede Brasileira de Casas de Acolhida LGBTI+  
REDE TRANS - Rede Nacional de Pessoas Trans  
RMLGBT - Revista Memória LGBT  
RENATA - Rede Nacional de Travestis

RENTRAL - Rede Nacional de Travestis e Liberados  
SBM - Sistema Brasileiro de Museus  
SCDC - Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural  
SMADS - Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social  
SID - Secretária de Identidade e Diversidade Cultural  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
UFBA - Universidade Federal da Bahia  
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais  
UFS - Universidade Federal de Sergipe  
USP - Universidade de São Paulo  
UNIDAS - Associação das Travestis na Luta pela Cidadania



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1 – CARTOGRAFIAS DO DESEJO: REDES DE ATIVISMO, PROCESSOS MUSEOLÓGICOS E CASAS DE ACOLHIDA LGBT NO BRASIL</b> .....	32
1.1 - A temática LGBT e as políticas culturais brasileiras.....	40
1.2 - Pontos de memória e Rede LGBT de Memória e Museologia Social.....	48
1.3 - Cartografias da resistência: Casas de Acolhida LGBT no Brasil.....	59
1.4 - Processos museológicos em Casas de Acolhida LGBT no Brasil.....	71
<b>CAPÍTULO 2 – ENFRETAMENTOS E RESISTÊNCIAS: CASAS DE ACOLHIDA LGBT E PROTAGONISMOS TRANS</b> .....	78
2.1 – Existências e resistências trans em espaços de memória.....	82
2.2 – Corpos e rasgos na fotografia: reflexões sobre o Movimento Trans no Brasil.....	96
2.3 - Casas de Acolhida LGBT: resistências trans e processos museológicos.....	109
<b>CAPÍTULO 3 – TRANSMUSEALIDADE: CARTOGRAFIAS DE PROCESSOS MUSEOLÓGICOS DISSIDENTES</b> .....	125
3.1 – Transmusealidade: uma proposta museológica transgressora da norma binária.....	128
3.2 – A transmusealidade entre processos, objetos e corpos na CasAmor.....	139
3.3 – A gestão participativa no Espaço CasAmor.....	156
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	170
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	176
<b>APÊNDICE 1 – Entrevista com Linda Brasil</b> .....	187
<b>APÊNDICE 2 – Questionários semiestruturados aplicados à direção das Casas de Acolhida LGBT</b> .....	194
<b>ANEXO 1 – Termo de autorização de uso de imagem e depoimento</b> .....	228

## INTRODUÇÃO

É bem corriqueiro o compartilhamento de experiências e histórias entre nós pessoas LGBT<sup>1</sup>, sobre situações vivenciadas/vividas em nossas trajetórias a respeito de lidar e enfrentar a humilhação, o desprezo e a violência sofrida em algum (uns) momento (s) ou diariamente na relação familiar, para além dos experimentados nos espaços públicos, devido à intolerância sobre nossas identidades sexuais e/ou de gênero, vistas como abomináveis por não correspondermos à cisheteronormatividade. Tal situação nos coloca na infância, na adolescência e na idade adulta, em vulnerabilidade social de desproteção e na iminência de vivermos em situação de rua. De acordo com Arthur Duarte e Renato Cymbalista (2019):

A presença considerável de jovens LGBT em situação de rua ainda é um tema pouco explorado no Brasil. A bibliografia internacional aponta como principal sua suscetibilidade de serem expulsos ou fugirem de casa em uma idade mais precoce do que os heterossexuais (GARCIA, 2013). [...] Antes da situação de rua, frequentemente estes jovens sofrem o processo que Schulman (2009) denomina homofobia familiar e que, segundo a autora, variadas especificidades e níveis, desde a exclusão e violência psicológica até a violência física (Renato CYMBALISTA; Arthur DUARTE, 2019, p. 2 -3).

Nos Estados Unidos, a partir de 1960, no movimento cultural denominado Ballroom, surgido na cena da comunidade negra latina americana LGBT de Nova York, pessoas LGBT expulsas de seus ambientes familiar, perseguidas ou refugiadas, encontravam no espaço de sociabilidade, resistência e ocupação política, como do *ballroom* (salão de baile), acolhimento, apoio e a oportunidade de se integrar a uma das redes de famílias, conhecidas como casas, lideradas por mães. A série POSE (2018), disponível na plataforma da Netflix, retrata esses espaços durante a década de 1980, que envolviam arte, cultura, política, relações afetivas, acolhimento, moradia, DST<sup>2</sup>/AIDS e diversas outras questões sociais da realidade LGBT do período. Além disso, podemos também citar os salões de beleza, as boates comandadas por

---

<sup>1</sup> A sigla LGBT refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e transexuais. Em 2009 a sigla LGBT foi usada nos debates e ações de políticas públicas efetivadas pelo Estado Brasileiro, situada na proposta do Programa Brasil sem Homofobia. E devido à esse fato aqui optei por utilizá-la, sem desconsiderar as demais existentes relacionadas à comunidade, inspirado nas justificativas de Tony Boita (2014).

<sup>2</sup> Em 2016 a terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passou a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo não apresentando sinais e sintomas. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist>. Acessado em 09 out. 2021. Mas no decorrer do texto a sigla DST é utilizada de acordo com o tempo-espaço referendados de acordo com as realidades dos períodos abordados.

peças LGBT que, além de serem espaços de sociabilidade e empregabilidade, foram/são espaços de resistência, entre outras formas de agrupamento LGBT.

As micro estratégias de resistência e produção do imaginário geradas por nossas/os antecessoras/es contribuíram/contribuem para nos ensinar formas possíveis de sobrevivência e de autoproteção na sociedade cisheteronormativa, como as diferentes formas de se agrupar ou formar coletivos de ação como as dos espaços das Casas de Acolhida LGBT, para se defender da hostilidade, exclusão, silenciamento e apagamento de nossas existências e memórias, como reproduzido em diferentes espaços institucionais, a exemplo do que ocorre na maioria dos museus e dos processos museológicos no Brasil. Na verdade, as narrativas nos espaços museológicos e nas produções acadêmicas da Museologia são construções sociais que direcionam nosso olhar e a produção do valor que damos às coisas e à vida. Tendo consciência disso, este trabalho é um resultado fragmentado da minha própria experiência situada na vida acadêmica e das questões provocadas no espaço de luta coletiva da Casa de Acolhida LGBT CasAmor, em Aracaju, Sergipe, instituição da qual faço parte.

Na história da humanidade sobre a homoafetividade, o pesquisador Julio Faro (2015) aponta que, de acordo com as evidências registradas sobre as antigas sociedades mesopotâmica e egípcia, as relações homoafetivas possuíam o mesmo reconhecimento de importância social nos aspectos cultural, literário e mitológico, equivalentes às das relações das pessoas cisheterossexuais, assim como na cultura greco-romano. Ainda de acordo com o autor, é no período da Idade Média Alta com o ascensão política e econômica da Igreja Católica, instituída como religião oficial do Império Romano, que encontram-se os primeiros registros de intolerância às relações homoafetivas, através do posicionamento da Igreja e sob o Código de Justiniano de 533 d. C., que equiparava a prática “invertida” (homoafetiva) na mesma categoria de adultério e do divórcio, pelo fato de não resultar na procriação.

O domínio e influência do pensamento e moralismo da Igreja Católica durante o século XIII, instituiu leis que tornavam ilícita a prática da sodomia, intensificando investimentos de perseguição às pessoas que mantinham relações e práticas homossexuais (Julio FARO, 2015). A instituição religiosa em questão, idealizava e determinava a organização social baseada na relação homem e mulher cisheterossexual, monogâmica e orientada para procriação, como a única forma possível e aceitável de composição familiar, de prática sexual, de ser e existir no mundo. Na sociedade ocidental dominada pelo pensamento cristão e patriarcal, as pessoas que mantinham relações homossexuais eram chamadas até o século XVIII e meados do XIX de “invertidos”. A vida sexual das pessoas denominadas invertidas fazia parte do roteiro de perseguição, tortura e morte sentenciado pelos tribunais de inquisição da Igreja que também

condenava os judeus, os considerados hereges e as mulheres acusadas de bruxarias, por representarem ameaça à ordem social imposta pela visão da Igreja Católica e perpetuada pelo Estado.

Com o processo crescente de valorização do saber médico-científico, a partir do século XIX, o campo científico tornou-se responsável por criar oficialmente novos discursos de controle social, em torno das relações homossexuais, por meio de classificações patológicas e com tentativas de criação e propostas de terapias para “normalizar” nossas existências de acordo com o imaginário cisheteronormativo. No contexto da colonização do Brasil, segundo Luiz Mott (2008):

O Brasil e suas capitanias nasceram na mesma época em que institucionalizaram-se homofobia em Portugal e suas conquistas, com as bênçãos da Igreja e a proteção de Del Rei. Desde o início das grandes descobertas, as autoridades do Reino de Portugal logo se dão conta que em muitas de suas novas conquistas predominavam sexualidades diferentes e antagônicas ao dogma católico, praticamente no tocante do homoerotismo. Naquela época a homossexualidade era chamada pela teologia tomista de pecado contra a natureza e pela Santa Inquisição de abominável e nefasto pecado de sodomia. Os donos do poder tudo fizeram para erradicar essas tentações diabólicas (Luiz MOTT, 2008, p. 48)

Os discursos construídos ao longos dos séculos sobre sexualidades e identidades de gênero não correspondentes às percepções do sistema patriarcal, ideológico e cristão, não ficaram restritos aos países europeus, foram também transpostos aos países colonizados como no Brasil, através da missão dos jesuítas e da instauração do chamado Tribunal do Santo Ofício. As humilhações públicas, torturas, prisões e mortes na fogueira eram instrumentos coercitivos praticados contra nossos/as ancestrais que ousaram praticar o amor cujo nome não se podia pronunciar.

O fato é que os processos de construção do ódio e desprezo, ainda impregnados no imaginário social em pleno século XXI, tem como resultado um conjunto de situações reverberadas nas relações institucionais, desde o desprezo familiar, a exclusão e perseguição no ambiente escolar, trabalho e emprego, assistência médica e de programas de saúde, desvalorização, silenciamento, invisibilidade cultural, até a impunidade jurídica aos que cometem o crime de extermínio de nossas vidas, entre outros.

No último relatório mundial “Homofobia patrocinadas pelo Estado”, produzido e divulgado em 2020, pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e

Interssexuais (ILGA)<sup>3</sup>, foram identificados 69 países que criminalizam a relação homoafetiva. O relatório identificou que 67 países possuem leis punitivas explícitas e outros dois fazem uso indireto de outras leis para perseguir e condenar as pessoas de sexualidades e identidades de gênero dissidentes da matriz cisgênera e heterossexual. Vale pontuar que de acordo com Luiz Mott (2008), no Brasil a homossexualidade deixou de ser crime explicitado em lei “com a extinção do Tribunal da Inquisição (1821), e a descriminalização da sodomia, os amantes do mesmo sexo deixaram de ser presos pelo Santo Ofício” (p. 46).

Após dois séculos da extinção da lei colonial punitiva e de censura às nossas existências, no Brasil atual a prática de perseguição, tortura e morte, permanece fortemente sendo praticada no nosso dia a dia, nas relações familiares, profissionais e pela própria negligência do Estado brasileiro quando não estabelece políticas públicas de alcance nacional no enfretamento efetivo das discriminações às identidades de gênero e sexualidades dissidentes. Recentemente, na cidade Fortaleza/CE, no dia 15 de fevereiro de 2017, à luz do dia, a travesti Dandara dos Santos foi brutalmente assassinada em público por doze homens. Os criminosos filmaram e publicaram nas redes sociais os momentos de tortura praticados contra ela, como se tais crueldades fossem um ato de orgulho a ser comemorado e celebrado por toda sociedade brasileira.

O vídeo publicado foi bastante compartilhado nas redes sociais e integrou manchetes de jornais televisivos no Brasil e no exterior (Izadora PAULA, 2020). Na matéria do portal *O Povo Online* (2020) é possível observarmos que “durante as agressões, ofensas foram deferidas contra a vítima, onde ela foi chamada de ‘baitola’ e de ‘imundiça’ por estar usando calcinha” (s/p). Torturas físicas e psicológicas foram praticadas contra Dandara, que foi jogada em um carrinho de mão, suplicando pela vida e chamando pelo nome da mãe, antes de ser morta com três tiros<sup>4</sup>. No contexto brasileiro, desde a época colonial até os dias atuais, várias Dandaras e outras e outros de nós, das nossas e dos nossos, foram/estão e continuam a ser alvo das mais diversas formas reelaboradas de atrocidades e desumanização social.

Diante dessa cruel realidade é urgente a promoção de políticas sociais e culturais com intuito de mudanças que sensibilizem sentidos positivos no imaginário social e coletivo da sociedade brasileira, em virtude do predomínio de concepções e/ou modelos engessados e canonizados pela cisheteronormatividade que nos coloca em constante vulnerabilidade. Nesse sentido, de acordo com o museólogo Tony Boita (2019):

---

<sup>3</sup> Relatório disponível em: <[https://ilga.org/downloads/ILGA\\_State\\_Sponsored\\_Homophobia\\_report\\_global\\_legislation\\_overview\\_update\\_December\\_2020.pdf](https://ilga.org/downloads/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_report_global_legislation_overview_update_December_2020.pdf)>. Acessado em: 27 abr. 2021.

<sup>4</sup> Matéria jornalística disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/02/15/ha-tres-anos--dandara-dos-santos-era-torturada-e-morta-em-rua-de-fortaleza.html>>. Acessada em 27 abr. 2021.

Os espaços e indicadores de memória, em sua maioria, são locais que reforçam a heteronormatividade compulsória, invisibilizando outros gêneros e sexualidades, excluindo uma parcela da população brasileira, além de reforçar as fobias à comunidade LGBT [...]. Sabemos, no entanto, que são mínimas as ações voltadas para sexualidades não normativas nas instituições de memórias comparadas ao grande número de museus e processos museológicos existentes ao redor do mundo (Tony BOITA, 2019, p. 114).

Nesse aspecto, minha intenção neste trabalho, situado no campo da Museologia, não é apresentar o surgimento dos museus, dos saberes museológicos e do campo do patrimônio, nem investigar o modo como essas construções tornaram-se estratégias políticas e ideológicas do pensamento binário. É um fato que o discurso do homem considerado universal (cis, branco, heterossexual) permanece ditando e padronizando epistemologias que operacionalizam normas de controle sobre as sexualidades e identidades de gênero, por meio de mecanismos atualizados e camuflados em novas roupagens, para produção e manutenção de privilégios. Meu intuito é evidenciar micro estratégias de resistência produzidas nas Casas de Acolhida LGBT no contexto brasileiro, sublinhando como essas experiências desestabilizam as práticas dominantes e o modo como também são significativas para o campo da Museologia.

No ano de 2017, ainda graduando em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Campus Laranjeiras, iniciei minha jornada solitária na busca por informações e conhecimentos sobre a temática LGBT, a princípio para autoconhecimento, enquanto homem cis, negro, bicha e periférico. Diante dessa condição pessoal, trilhei meu percurso participando de eventos acadêmicos (na condição de ouvinte) realizados por outras áreas do conhecimento, já que imperava/impera um silenciamento da temática em grande parte do campo da Museologia. Posteriormente, em 2018, decidi avançar um pouco mais, passei a produzir e a submeter textos para apresentações em Grupos de Trabalho (GT) direcionados ou relacionados à temática LGBT.

No mês de novembro de 2017 participei do cine debate “Meu Corpo é Político”, promovido pelo Projeto CasAmor em parceria com o Cine Vitória, em Aracaju, em atendimento à convocação realizada nas redes sociais no perfil pessoal da idealizadora do projeto, a transfeminista<sup>5</sup> Linda Brasil, que convidava a sociedade em geral para participar do cine debate. Naquele momento tive a oportunidade de conhecê-la pessoalmente. Após diálogo e apontamentos coletivos sobre as realidades da comunidade LGBT e apresentação da ideia em construção de uma Casa de Acolhida LGBT, decidi me voluntariar de modo efetivo para

---

<sup>5</sup> Transfeminismo é uma tendência de pensamento de pessoas trans no movimento feminista, proposta que de modo crítico constrói debates e lutas contra o sexismo.

construção e materialização do projeto, visando a possibilidade prática e efetiva de me empoderar sobre a minha condição sexual de maneira que pudesse proporcionar melhores condições a outros e outras.

Integrar o coletivo de construção da CasAmor contribuiu/contribui para aguçar a minha percepção sobre as construções sociais em torno das cortinas de fumaça lançadas pelas forças dominantes, que tentam naturalizar o caos social e as violências geradas no que tange às sexualidades e identidades de gênero que escapam das normas binárias. Diante disso percebi as ausências de abordagens sobre a temática LGBT relacionadas ao campo da memória, do patrimônio, dos museus, entre outros aspectos culturais tangíveis e intangíveis, que atravessam e compõem o campo de estudo e formação profissional do/a museólogo/a. O caráter conservador da área imperava/impera.

No ano de 2018 decidi integrar o Centro Acadêmico de Museologia<sup>6</sup> da Universidade Federal de Sergipe (CAMUFS) e como uma das propostas de ação para promover o debate sobre a importância da área realizamos a I Semana Acadêmica de Museologia<sup>7</sup> e obtivemos apoio da maioria dos estudantes do curso. O evento foi realizado em três dias e envolveu na programação debates com conferencistas sobre questões raciais, identidades de gênero, sexualidades e Museologia Social; apresentação de performances artísticas com alunas do curso; apresentação artística de dança; e curadoria/montagem coletiva da exposição “PRENDAda desTRAVAda” com obras da artista visual Alice Pagan – mulher trans e professora/pesquisadora do Departamento de Biologia da UFS.

Participar do ativismo em construção da Casa de Acolhimento LGBT CasAmor, do movimento estudantil e das pesquisas/debates sobre a temática LGBT foram fundamentais para meu processo de auto fortalecimento, permanência e imersão no campo da Museologia, marcado pela escassez dessas discussões na produção teórica e pela prática profissional predominantemente conservadora. Ao final do bacharelado defendi meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado *Museologia e sexualidade: Imaginação museal e coletivismo LGBT da CasAmor de Aracaju/SE* (Rafael MACHADO, 2019), com apoio no período em questão da minha orientadora Neila Dourado Gonçalves Maciel e do meu coorientador e atual orientador

---

<sup>6</sup> A gestão do CAMUFS (2018.1-2018.2) foi composta inicialmente por mim, por Douglas Santos Neco (homem cis, negro, bicha e camponês) e por Darly Andersson Calumby dos Santos (homem cis, bissexual e ribeirinho) e mais três outras pessoas que se desligaram na primeira semana de posse da representação estudantil. Duas desistências por motivos de desconforto pelo fato de que nós três afirmávamos em nossos discursos as nossas identidades sexuais e outra por questões familiares. Diante disso e em respeito às questões pessoais de cada um/a, mantenho o anonimato dos nomes.

<sup>7</sup> O evento ocorreu entre os dias 9 e 11 de julho de 2018, mas a exposição durou 4 dias, entre 9 e 12 de julho de 2018.

Clovis Carvalho Britto, que foram fundamentais para a caminhada e aprofundamento da pesquisa, que se estende na problematização proposta nesta dissertação.

O presente trabalho apresentará uma cartografia de processos museológicos presentes nas Casas de Acolhida LGBT no Brasil, tendo como recorte os processos realizados sob iniciativa de pessoas trans<sup>8</sup> (Casa Nem no Rio de Janeiro/RJ, Casa Chama em São Paulo/SP e CasAmor em Aracaju/SE) e os aspectos relacionados à construção epistemológica de mais uma sugestão conceitual de refletir sobre transmusealidade. Diante das experiências abordadas no decorrer desta pesquisa, torna-se oportuno o delineamento e o reconhecimento de uma possibilidade do conceito de transmusealidade, operacionalizado na construção de processos museológicos através dos agenciamentos que produzem novos imaginários museológicos relacionados às identidades e sexualidades dissidentes da matriz cisgênera e heterossexual.

A transmusealidade é uma provocação de construção do termo que traduz formas museológicas que transcendem e transgridem os limites impostos pela cisheteronormatividade presente na construção e manutenção do imaginário museológico convencional que perpetua relações assimétricas, hierárquicas e binárias no controle das sexualidades e identidades de gênero dissidentes, a partir da mobilização dos processos museológicos. O conceito de transmusealidade será discutido e aprofundado no terceiro capítulo desta dissertação, visto que sua elaboração foi impactada pelas experiências apresentadas nos dois primeiros capítulos, que dinamizam e tensionam as produções das memórias e histórias nos espaços comunitários das Casas de Acolhida LGBT do país. Portanto, os processos museológicos produzidos nos espaços da Casa Nem, da Casa Chama e da CasAmor são exemplos que trago para discussão e entendimento das características que atribuo à transmusealidade.

Nesse aspecto, a transmusealidade traduziria práticas de resistência que possibilitam o devir museológico protagonizado por pessoas LGBT em consonância com as pautas que visam superar às desigualdades provocadas pela matriz cisheterossexual. Rompe, assim, com leituras binárias e consideradas universais, consistindo em atributo oriundo da musealização empreendida pela Museologia LGBT, de acordo com o entendimento de Camila Wichers, Jean Baptista e Tony Boita (2020):

O que denominamos Museologia LGBT é, portanto, uma escolha política, onde a sigla LGBT é potência de discussão em Políticas Públicas, e uma escolha teórica, no caso do uso crítico do conceito Queer aplicado a partir de uma perspectiva interseccional visando sobretudo a superação das desigualdades que pesam às comunidades dissidentes da matriz heterossexual

---

<sup>8</sup> Pessoas que não se identificam com o gênero atribuído ou impostos a elas no nascimento.



hoje hegemônica (Camila WICHERS; Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2020, p. 7).

Diante disso, é necessário compreender os processos museológicos de pesquisa/documentação, preservação/salvaguarda e comunicação/exposição sobre a cultura material e imaterial desenvolvidos e aplicados nas iniciativas comunitárias protagonizadas por pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis/transgêneras/os e outras mais dissidentes, a partir de seus compromissos e realidades, como práticas de fortalecimento e resistência, valorizando suas memórias, histórias, corpos, existências e sensibilização pelo direito à vida, cidadania e valorização de sua produção cultural.

Esta dissertação se justifica pela emergência de pesquisas no campo da Museologia brasileira voltadas para as temáticas relacionadas às comunidades LGBT<sup>9</sup> e, principalmente, às pessoas trans<sup>10</sup>. No mesmo aspecto, tenta inserir no debate os processos museológicos criados por pessoas LGBT, com foco nas experiências das pessoas trans, visando analisar conceitualmente e criticamente suas especificidades no âmbito da Museologia. Assim, a pesquisa busca colaborar na promoção da produção científica do campo e na valorização da vida social e cultural da comunidade LGBT, incluindo sua importância e contribuição para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Nesse aspecto, o pesquisador e museólogo Tony Boita (2020) percebe que:

Existe ainda um despreparo ou desprezo dos estudantes de Museologia, dos trabalhadores, pesquisadores e técnicos de museus e do patrimônio em relação ao tema. Ao que parece, a heteronormatividade domina a cultura material, imaterial e a memória. Há um despreparo das instituições de ensino e de formação. As aulas, os cursos e as oficinas ignoram as abordagens de gênero e sexualidades, tornando esses bens culturais objetos sem memória, história, gênero e sexualidade, ou, quando possuem, são aqueles considerados e fabricados por homens. (Tony BOITA, 2020, p. 87).

---

<sup>9</sup> Entretanto, nos últimos anos algumas importantes iniciativas têm sido realizadas no Brasil sobre a Museologia LGBT, como a criação da *Revista Memória LGBT* (2013); o dossiê organizado por Jean Baptista, Judite Primo e Tony Boita (2021), nos *Cadernos de Sociomuseologia* (2021), intitulado "Corpos e Dissidências nos museus e na Museologia"; o dossiê da *Revista Ventilando Acervos* (2020), intitulado "Memórias e Patrimônios LGBT", organizado por Tony Boita e Rafael Muniz de Moura; e a chamada para o dossiê de 2022 da *Revista Museologia & Interdisciplinaridade* sobre "Museus e Museologia LGBT", entre outros.

<sup>10</sup> No âmbito da Museologia brasileira tenho conhecimento de alguns trabalhos que abordam e/ou relacionam a temática das pessoas trans, como o recente artigo da Anna Paula Silva (2021) intitulado "Narrativas Trans em Acervos de museus: diálogos com Élle de Bernardini e Lyz Parayzo", publicado nos *Cadernos de Sociomuseologia*; o prefácio e dois artigos publicados na V edição especial da *Revista Ventilando Acervos* (2020), respectivamente, sob autoria de Lirous Lirous K'yo Fonseca, Guilherme Goulart Righetto e Juno Nedel; além de alguns artigos produzidos por Jean Baptista e Tony Boita que relacionam algumas ações das pessoas trans, bem como na dissertação de Tony Boita que contém um item "Ser Trans na Favela: memórias, noite e respeito", além do livro de Tony Boita (2020) *Museologia LGBT: Cartografias das memórias LGBTQI+ em acervos, arquivos, patrimônios, monumentos e museus transgressores* em que destaca algumas ações.

Silêncios, ausências, invisibilidades e negações justificam as lacunas no campo da Museologia brasileira que evidenciam os aspectos das memórias, identidades e histórias da comunidade LGBT. Pensar sobre as múltiplas possibilidades do fazer museal e museológico é mais uma forma eficiente de combater às violências e discriminações, evidenciando a importância de produções científicas sobre as relações sociais e humanas das comunidades historicamente marginalizadas.

No Brasil a cada 26 horas uma pessoa LGBT é assassinada ou se suicida vítima da LGBTfobia<sup>11</sup>, segundo o Relatório anual do Grupo Gay da Bahia – GGB (2020). No ano de 2019, 329 pessoas LGBT tiveram mortes violentas por motivos LGBTfóbicos, com 90,3% dos casos por homicídios e 9,7% por suicídios. Em 2018 foram 420 e, em 2017, 445 pessoas LGBT tiveram suas vidas exterminadas.

Os dados deixam escuro a vulnerabilidade das pessoas que não se identificam com o desejo sexual ou com a identidade de gênero atribuídas ao nascimento. Acredito que a produção de informações geradas de modo ético e científico nas diversas áreas do conhecimento, como a Museologia, sobre temas ligados às sexualidades e identidades de gênero, contribui para uma melhor qualidade de vida da população em geral. A LGBTfobia passa pelo filtro da desinformação e ignorância.

A pesquisa que iniciei no bacharelado em Museologia me estimulou a ampliar as análises sobre os processos museológicos nas Casas de Acolhida LGBT no Brasil. Nesta dissertação o foco será a elaboração de uma cartografia dos processos museológicos realizados por pessoas trans em diversas Casas de Acolhida LGBT e, através de alguns estudos de caso, delinear o conceito de transmusealidade. Para tanto, utilizo como referencial teórico-metodológico a cartografia proposta por Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995) para investigar as intervenções e produções subjetivas nos processos museológicos presentes na Casas de Acolhida LGBT.

A cartografia em sua etimologia remete a uma “carta escrita”, ligada à concepção de “traçados de mapas”. O conceito por muitos anos ficou restrito às ciências geográficas e passou a ser evidenciado pela filosofia da multiplicidade através de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) que pensaram na busca por diferentes territórios e nas especificidades necessárias para compor uma área dinâmica. Gilles Deleuze e Félix Guattari propõem uma perspectiva

---

<sup>11</sup> LGBTfobia e LGBTfóbica são expressões equivalentes, que se referem a um conjunto de violências e sentimentos negativos direcionado às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais, praticado por pessoas que possuem preconceitos e expressam seus ódios de modos diversos (verbalmente, fisicamente, psicologicamente e simbolicamente), por acreditar que são autorizados/as a exterminar as vivências das sexualidades e identidades de gênero que escapam das definições e percepções da cisheteronormatividade.

rizomática para pensar a produção do campo científico, contrapondo a ideia de conhecimento estruturado a partir da imagem de árvore do conhecimento, que possui como base uma lógica hierarquizada, de uma matriz fundadora. A árvore como princípio e derivado que segue uma hierarquia (folhas/caule/raízes) em uma perspectiva delimitada de origens de mito fundador. Nessa interpretação, o rizoma é colocado como uma chave analítica para propor que o conhecimento não está na centralidade. Como exemplo de rizoma: a grama a qual não conseguimos identificar onde é o início e nem o fim da raiz, não há centralidade, um ponto é conectado a outro, não existindo hierarquizações. O rizoma não explicita a origem, mas é marcado pelo deslocamento, pelas fronteiras. Em conformidade, os autores apresentam seis princípios para a produção do conhecimento rizomático:

1 – Conexão: “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado com qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem” (Gilles DELEUZE; Félix GUATTARI, 1995, p. 14). Esse princípio serve para distinguir o modelo de árvore do rizoma, pois diferente da árvore que segue uma hierarquia, o rizoma é totalmente livre, conecta-se e desenvolve-se em qualquer direção. A árvore funciona por dicotomias.

2 – Heterogeneidade: o rizoma não é de origem linguística. Ou seja, o pensamento rizomático como possibilidade de pensar e romper com as ideias e os pressupostos do sistema hegemônico que marcam e estruturam o campo da linguística e a linguagem, no agenciar palavras de ordem e normas binárias com pressupostos universais com base em falsa neutralidade que realizam transformações corpóreas e estabelecem normas.

3 - Multiplicidade: é a teoria/ciência do ser, a ontologia mais importante, pois através dessa multiplicidade todas as coisas (objeto, sujeito etc.) são desde de sempre e para sempre moventes. Dessa forma, pensar a cartografia a partir das noções de multiplicidade e temporalidade que configuram os acontecimentos como uma paisagem que muda a cada momento, que exigem estratégias metodológicas de pesquisas que sejam construídas na relação processual com o próprio acontecimento/objeto/recorte temático estudado, considera a pesquisa como uma paisagem que não é estática e que muda constantemente. Nesse sentido, o resultado do trabalho de pesquisa não é um fim concreto ou uma verdade absoluta, é uma imagem do pensamento múltiplo no reconhecimento que estamos a todo tempo em processo.

4 - Ruptura a-significante – alerta que “um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas” (Gilles DELEUZE; Félix GUATTARI, 1995, p. 17). As formas podem sempre ser rompidas, mas mais do que isso, elas são permanentemente móveis, assim pode haver um devir nas linhas, por meio de reposição contínua e incessante das formas.

5 – Cartografia: é um dos principais princípios metodológicos da filosofia de Deleuze e Guattari. Os autores apontam para o fato de que o pensamento sobre o rizoma não é representacional, mas inventivo, o rizoma funciona como um mapa. Os autores entendem que “o mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. [...] O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível” (1995, p. 21).

6 – Decalcomania: segue a lógica do decalque (copiar algo de alguma coisa que pode ser original), mas o “decalque reproduz do mapa ou do rizoma são somente os impasses, os bloqueios, os germes do pivô ou os pontos de estruturação” (Gilles DELEUZE; Félix GUATTARI, 1995, p. 22). O movimento criador só é acionado pelo mapa, pois, se iniciado pelo decalque não gera pontos de tensão e se torna apenas uma cópia. O importante do decalque são as comparações onde é possível relacionar os pontos de estruturação.

Visto por esse entendimento, uma perspectiva rizomática parte de diferentes estratégias de fuga, agenciamentos, entre diferentes lugares, espacialidades e materialidades, o que também pode ser aplicado aos museus e processos museológicos:

O museu-rizoma, o museu-conector, o museu-ponte, o museu porta, o museu janela, o museu-molécula [...]. O museu-rizoma implica uma nova ética, uma nova postura museológica; implica a valorização das relações, das articulações entre diferentes públicos, das gestões que produzem coleções e descoleções, musealização e desmusealização, territorialidades e desterritorialidades. [...] O museu-rizoma ou o museu-conector de tempos e espaços conserva e amplia as multiplicidades, e oferece ‘n’ possibilidades de conexões, que se fazem, se rompem, se refazem e se abrem para outras conexões<sup>12</sup> (Mario CHAGAS, 2009, p. 100-101, Tradução minha).

Essa lógica rizomática também permite pensar as Casas de Acolhida LGBT como a própria ideia de rede. O conceito de rede é bastante semelhante com o de rizoma, pois a rede é múltipla, formada de linhas e não de formas espaciais. O que importam são as suas conexões e não os seus limites.

As motivações que privilegiam minha escolha pelas três iniciativas de Casas de Acolhida LGBT idealizadas por pessoas trans como exemplos que fundamentam a transmusealidade, em detrimento das outras iniciativas lideradas pelas pessoas cisgêneros/as

---

<sup>12</sup> “El museo-rizoma, el museo-conector, el museo-puente, el museopuerta, el museoventana, el museo-molécula [...]. El museo-rizoma implica una nueva ética, una nueva postura museológica; implica la valorización de las relaciones, de las articulaciones entre diferentes públicos, de las gestiones que producen colecciones y descolecciones, musealización y desmusealización, territorialidades y desterritorialidades. [...] El museo-rizoma o el museo-conector de tiempos y espacios conserva y amplifica las multiplicidades, y ofrecen «n» posibilidades de conexiones, que se hacen, se ‘rompen, se rehacen y se abren hacia otras conexiones’”. (Mario CHAGAS, 2009, p. 100-101).

lésbicas, gays, bissexuais e outras que possam existir, decorrem das invisibilidades e dos apagamentos mais evidentes nos processos de exclusão sobre os protagonismos das pessoas trans, nas pesquisas e estudos na temática LGBT. Com isso, minha intenção é contribuir para o debate sobre a existência de processos museológicos marcados por imaginários que transcendem os cânones normativos do campo, na tentativa de visibilizar outras lógicas de pensamento e de expressão museais.

Na literatura do campo de produção da Museologia brasileira, os estudos sobre a temática LGBT em geral têm de modo inaugural, no sentido de estudo aprofundado (monografia, dissertação e tese), o trabalho monográfico de Tony Boita (2014), intitulado *Memória LGBT: Mapeamento e Musealização em Revista*<sup>13</sup>. A inserção da temática LGBT no campo da Museologia foi favorecida, em 2003, pelo contexto sociopolítico no qual o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), elevou a Secretária da Cultura à Ministério e designou a gestão do ministério a Gilberto Passos Gil Moreira (2003-2008). A perspectiva ampla sobre cultura(s), trabalhada na gestão governamental foi determinante para inclusão da temática, como discutirei no primeiro capítulo desta dissertação. As políticas públicas direcionadas ao campo da Museologia garantiram/garantem uma condição mais favorável para o exercício do direito à memória das comunidades excluídas historicamente.

Essa movimentação no campo cultural brasileiro ocorrida durante a primeira década deste século possibilitou à ampliação dos debates sobre as questões étnico-raciais e dos povos e comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas, entre outras, em diversas áreas e setores culturais. Mas como já apontado por Tony Boita (2020), no campo museológico a temática LGBT ainda continua sendo uma questão tabu. Com isso e no intento de me agrupar academicamente na resistência em movimentação da temática LGBT na Museologia, discorrerei sobre uma das formas contemporâneas de agrupamento LGBT manifestas nas Casas de Acolhida LGBT no Brasil e o modo como produzem novos imaginários museológicos para além dos binarismos, evidenciando os protagonismos trans.

Em texto exploratório sobre a história de luta das mulheres trans na busca pelo reconhecimento social de suas identidades e humanização, o pesquisador Thiago Coacci (2015) realizou um panorama sobre a presença de pessoas trans nos espaços de compartilhamento de

---

<sup>13</sup> De acordo com Tony Boita (2014), sobre a proposta de seu trabalho monográfico: “[...] possui como propósito uma abordagem interdisciplinar para a reflexão de novas metodologias para um possível mapeamento afirmativo, visando a promoção do direito à memória da comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais). Busca-se também discutir o processo de musealização frente a novas demandas contemporâneas e perceber como os museus e a Museologia atuam em relação a estas memórias. Para o desenvolvimento deste trabalho, a análise concentrou-se no periódico digital *Revista Memória LGBT*, importante ferramenta de promoção e disseminação da memória desta comunidade” (p. 4).

vivências, organizados por mulheres feministas no contexto dos Encontros Feministas Latino-americano e do Caribe. Em escala internacional, nos anos de 1980 surgiu o transfeminismo. Durante esse período o movimento feminista é redesenhado pela inserção de mulheres negras, indígenas, trabalhadoras e pobres, marcado por conflitos e debates. A inclusão das diferenças de raça, classe e sexualidade estavam presentes nos debates dos encontros.

As mudanças ocorridas nas décadas de 1980 ocorreram devido ao fato de que, em meados da década de 1970, as feministas negras e lésbicas teceram críticas ao movimento feminista acerca do modo universal em que suas perspectivas eram construídas, com base nas mulheres brancas de classe média que falavam e decidiam em nome de uma multiplicidade. As fronteiras que marcavam as diferenças entre as mulheres, com a realidade social que permeiam as profissões, política, família, a ocupação profissional etc. foram assinaladas.

Para Thiago Coacci (2015) as primeiras iniciativas transfeministas no Brasil ocorreram nos anos de 1990 e início dos anos 2000, assinalando que historicamente as pessoas trans já transitavam nos espaços feministas. O termo transfeminismo foi utilizado no Brasil pela primeira vez por Aline Freitas, mulher trans que no final da década de 1990 assumiu sua identidade de gênero e recebeu convites de mulheres cis para participar de coletivos feministas. A partir dessa relação de contato articulou o pensamento feminista com as pautas da comunidade trans. Nos anos 2000 criou o blog Transfeminismo, atualmente extinto, onde publicava trabalhos, tendo como destaque o texto intitulado “Ensaio de Construção do Pensamento Transfeminista”. O autor aponta que Aline Freitas possui influências do pensamento de Kim Perez, a quem teve o primeiro contato com o termo, Patrick Califa e Emi Koyama.

Nos países de língua espanhola e portuguesa o termo transfeminismo ganhou visibilidade inicialmente a partir de Kim Perez Fígarez (2004) e por Paul B. Preciado (2009). No Brasil não foi identificada uma configuração do transfeminismo enquanto um movimento feminista, mas a reivindicação do uso do termo está atrelada em função da luta das pessoas trans dentro do feminismo:

O transfeminismo se relaciona tanto com o movimento e pensamentos feministas em geral, quanto com os movimentos de travestis, transexuais, com o movimento de prostitutas e com o movimento LGBT, agregando críticas e demandas clássicas desses como o fim do sexismo e da violência contra as mulheres, a legalização do aborto, a autonomia para definir seu nome e gênero dos documentos oficiais, dentre outras (Thiago COACCI, 2015, p. 155).

Nesse sentido, para as pessoas trans o feminismo seria uma ferramenta de reivindicação e ressignificação sobre o corpo e a si mesmo/a:

O transfeminismo beberia nas críticas realizadas por mulheres como Lauretis (1994) e Butler (2003) ao conceito de gênero como sinônimo de diferença sexual calcada em aspectos biológicos e universalizantes. Essas críticas permitem uma compreensão ampliada do que é feminilidade/masculinidade e do próprio 'ser mulher' como algo não antológico, um processo permanente em construção e sem um modelo único ou destino final (Thiago COACCI, 2015, p. 153).

O 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe realizado no Brasil foi realizado na cidade Paulista de Serra Negra, em 2005. As discussões sobre as mulheres trans foram inseridas nos debates. Na plenária final do encontro, de modo conflituoso foi aprovado a participação de mulheres trans nos encontros seguintes. A presença e participação de pessoas trans no Encontro Feminista representou/representa uma divisão de apoio e recusa de tal participação, dentro do grupo da organização dos Encontros, pois a ala contrária alegava/alega que tal inserção representa a presença estratégica ou manifestação da dominação patriarcal no movimento. Entre conflitos e exclusões sociais, o transfeminismo surge como uma corrente de pensamento das pessoas trans no movimento feminista, no combate e luta contra às opressões do sistema patriarcal e sexista em que estamos condicionados.

Aproximar o transfeminismo e a Museologia pode ser um campo profícuo de investigação e no âmbito das práticas da Museologia Social temos possibilidades de incluir este debate. A pesquisadora em Museologia Social e Gênero, Aida RACHENA (2014) compreende que:

A afirmação da museologia social (inserida no movimento da Nova Museologia) permitiu trazer para o campo museológico questões como inclusão, a acessibilidade, a multiculturalidade, a globalização, os movimentos sociais, os feminismos, a igualdade e o gênero. A exclusiva concentração nos estudos dos acervos museológicos materiais deixou de ser suficiente para @ museólog@ social (Ainda RECHENA. 2014, p.154-155).

Entre esses movimentos é possível incluir o LGBT, bem como os aspectos culturais e museológicos produzidos pela comunidade e por seus agentes:

O gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância - isto é, constituinte da identidade que supostamente é. Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja a obra de sujeito tido como preexistente a obra (Judith BUTLER, 2017, p. 56).

Judith Butler (2017) pensa a construção do sujeito por meio da categoria de poder, ação e desejo, presente na interpelação que é inscrita na produção de múltiplas materialidades, produzidas o tempo todo, para definir identidades e diferenciar pessoas. Como, por exemplo, pensando os discursos institucionais, no sistema jurídico, com a criação de uma lei e suas diretrizes que passam a ser reconhecidas pela sociedade em que está inserida, legitimando seu direito ou a negação deste, construindo uma cena de reconhecimento e, ao mesmo tempo, sendo palco de disputa e ação.

A partir dessa compreensão as ações museológicas são passíveis de ser cartografadas, subsidiando elementos que possam nortear teorias e metodologias pensadas, produzidas e aplicáveis às iniciativas e espaços de grupos e comunidades subalternizados, que desejam utilizar a pulsação das potências que podem ser geradas pelos processos museológicos como meio de construção de narrativas que contrapõem às lógicas dominantes.

A pesquisa processual nos estudos museológicos através da cartografia como itinerário teórico-metodológico permite a construção de outras lógicas do fazer e pensar Museologias, sobretudo nos processos museológicos desenvolvidos por grupos e comunidades marginalizadas, tal como a LGBT. Para Lisiane Aguiar (2010), a cartografia “é um pensamento que não se materializa como histórico, que reproduz os fatos de forma representativa, mas geográfico compreendendo que o método em uma pesquisa é como uma paisagem que muda a cada momento é de forma alguma é estática” (p. 1).

As estratégias metodológicas se constroem na relação com o próprio objeto, de forma processual. Assim, a pesquisa é construída de modo aberto às mudanças e adaptações que possam ser necessárias no decorrer do processo investigativo, não somente o objeto, mas os próprios processos:

[...] a cartografia propõe um debate e um percurso metodológico que vai se formando na medida em que se defronta com o objeto estudado, permitindo, dessa forma, o desenvolvimento de pesquisas psicossociais, a constituição de um olhar comprometido com o conhecimento, por meio do qual toda teoria a respeito de um assunto passaria a ser instrumentalizado pelo pesquisador através da observação e da experiência de contato que ele tem com o seu objeto de estudo. Deste modo, o investigador, no processo metodológico, vai processando novos territórios e percorrendo outros caminhos que ampliam os conhecimentos desse sujeito. Nesse sentido, não há o distanciamento dele do seu objeto, o que ocorre é um novo processo de produção de conhecimento (Lisiane AGUIAR, 2010, p. 11).

Portanto, não se trata apenas de observar, é necessário a participação. É preciso participar das atividades cotidianas desenvolvidas pelo sujeito pesquisado, observando a partir dos relatos; da observação das ações; documentos impressos e oficiais; da entrevista, com



ênfase de como a transmusealidade está relacionada à subjetividade pessoal, que atravessa experiências coletivas, manifestadas e materializadas, e o modo que ela problematiza a generificação das práticas museais e museológicas, possibilitando outras teorias e metodologias. Felix Guattari e Suely Ronilk (1996), ao pensarem a noção de subjetividade, acreditam que:

Seria conveniente definir de outro modo a noção de subjetividade, renunciando totalmente à idéia de que a sociedade, os fenômenos de expressão social são a resultante de um simples glomerado, de uma simples somatória de subjetividades individuais. Penso, ao contrário, que é a subjetividade individual que resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnologia, de mídia etc. (Felix GUATTARI; Suely RONILK, 1996, p. 34).

Nesse sentido, ao debater a potência da transmusealidade no campo da Museologia, relacionando os processos museológicos LGBT, este trabalho forja uma dobra sobre a qual podemos pensar uma Museologia rizoma, produzida no campo da micropolítica, que produz impactos e acessos aos direitos sociais, diante da negação do reconhecimento da pluralidade das identidades de gênero e sexualidades, provocando o alargamento das fronteiras estabelecidas pela cisheteronormatividade:

A garantia de micropolítica processual só pode – e deve – ser encontrada a cada passo, a partir dos agenciamentos que a constituem, na invenção de modos de referência, de modo de práxis. Invenção que permita, ao mesmo tempo, elucidar um campo de subjetivação e intervir efetivamente nesse campo, tanto em seu interior como em suas relações com o exterior. Para o profissional do social, tudo dependerá de sua capacidade de se articular com os agenciamentos de enunciação que assumam sua responsabilidade no plano micropolítico (Felix GUATTARI; Suely RONILK, 1996, p. 30).

Os/as pesquisadores/as chamam a atenção para nos atermos a utilizar outras armas para resistir ao potencial totalitário da sociedade de controle: “Mais do que focalizar e selecionar informações, a concentração deve se concentrar e se voltar para os processos em curso, buscando detectar signos e forças circulantes, mesmo que, aparentemente, desconexos e fragmentados” (Ana Lucia FRANCISCO; Severino SOUZA, 2016, p. 818).

Nessa perspectiva, a pesquisa cartográfica é proposta como uma experiência que não separa teoria e prática. A aplicação de procedimentos técnicos e metodológicos é posta em suspensão, pois requer a inclusão do/a pesquisador/a no território, compondo sua paisagem, conhecendo e agindo. Nesse sentido, utilizo como parte do procedimento metodológico para este trabalho de construção cartográfica, a revisão de literatura sobre as Casas de Acolhida LGBT no Brasil e a existência de processos museológicos executados nesses espaços, bem

como a coleta de dados por meio de questionários semiestruturados, o que possibilitou a inserção de outras informações que os responsáveis pelas iniciativas consideram importantes para além das alternativas apresentadas. A CasAmor é um dos espaços que fazem parte da análise desta pesquisa e da fundamentação da transmusealidade, portanto, além de aplicar as ferramentas metodológicas citadas anteriormente, também realizei uma entrevista semiestruturada com Linda Brasil, no intuito de cartografar a imaginação que nutriu/nutre a iniciativa propulsora dos processos museológicos da CasAmor.

Minha condição de pesquisador, analisando a realidade da CasAmor em que atuo enquanto integrante e membro fundador ativo no espaço, me permite uma melhor posição no sentido de aproximação e imersão na compreensão dos processos ou do fenômeno pesquisado através da dinâmica do espaço institucional.

É de fundamental importância ressaltar que o contato intenso que obtive/obtenho com o coletivo da CasAmor contribuiu/contribui substantivamente para o meu percurso e performance na construção do trabalho de pesquisa, que talvez possa proporcionar possibilidades de conectar pontos e fragmentos de processos de subjetividades outras, para construção e fortalecimento de novas produções museológicas comprometidas de modo ético, político, científico, social e de respeito à vida e às nossas existências LGBT.

Do mesmo modo, em virtude da atual conjuntura brasileira marcada por discursos e ações de criminalização e perseguição aos movimentos de luta e defesa dos direitos humanos (Maria BORJA; Nelson LIMA; Marília NERI; Ana RIBEIRO, 2019), agravada pelo contexto pandêmico, optei deliberadamente por não evidenciar os conflitos existentes nas Casas de Acolhida LGBT investigadas. A escolha em não explicitar os conflitos e dissidências internas foi, neste caso, uma estratégia política de resistência e proteção coletiva, evitando, assim, expor as fraturas e potencializar os argumentos dos que atacam as iniciativas de agrupamento LGBT.

Diante dos dados coletados, no primeiro capítulo apresento um mapeamento das Casas de Acolhida LGBT no Brasil e suas configurações provisórias, exponho uma paisagem dinâmica e geral sobre os processos museológicos desenvolvidos nesses espaços. Para tanto, abordo algumas referências sobre processos museológicos, políticas públicas culturais relacionadas à temática LGBT e à institucionalização da Museologia Social enquanto política pública, no contexto das mudanças ocorridas no país a partir de 2003. Desse modo, é possível visualizar que mesmo diante das movimentações que impulsionaram a criação de algumas políticas culturais voltadas para a população LGBT, no campo da prática e produção museológica a inserção da temática permaneceu/permanece como uma questão ainda fortemente negligenciada na maioria dos espaços oficiais, tendo seu desenvolvimento nas

iniciativas comunitárias e/ou pelo engajamento de pessoas LGBT, a exemplo dos processos museológicos construídos nas Casas de Acolhida.

No segundo capítulo realizo uma discussão teórica a partir de autoras/es trans e cis sobre identidades trans e uma contextualização sobre o surgimento do Movimento Trans internacional e no Brasil, para melhor compreensão da realidade histórica e cultural desse grupo da comunidade LGBT. Ressalto a importância dos engajamentos coletivos nos processos de formação de resistências e enfrentamentos na luta pela dignidade humana desta população e as disputas identitárias. Diante disso, discuto o protagonismo das pessoas trans nos processos de fortalecimento e resistências, que também são materializadas nas Casas de Acolhidas LGBT enquanto espaços de possibilidades e potencialidades para provocar o imaginário social. Ao conectar os processos de lutas, resistências e materialização das Casas de Acolhida LGBT idealizadas por pessoas trans, evidencio os processos museológicos nas trajetórias da Casa Nem e da Casa Chama.

No terceiro capítulo empreendo esforços na provocação/construção do conceito de transmusealidade, a partir das potencialidades evidenciadas pelos processos museológicos investigados, na seleção, preservação e comunicação de objetos, discursos e corpos para fortalecimento e criação de novas realidades desalinhadas das visões binárias e/ou universalistas que regem as relações sociais e culturais em que estamos imersos. Evidencio as epistemes produzidas nas iniciativas comunitárias das Casas de Acolhidas LGBT, tendo como estudo de caso os processos museológicos realizados na CasAmor e a percepção aguçada de Linda Brasil sobre a idealização e as práticas realizadas no espaço. Por fim, abordo a gestão participativa da CasAmor, nas estratégias dinâmicas para oxigenar a vida institucional do espaço e as mobilizações em prol do respeito, da cidadania e da preservação das vidas LGBT.

## **CAPÍTULO 1 – CARTOGRAFIAS DO DESEJO: REDES DE ATIVISMO, PROCESSOS MUSEOLÓGICOS E CASAS DE ACOLHIDA LGBT NO BRASIL**

Pandemia é a palavra mais falada globalmente desde o dia 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou o novo coronavírus (COVID-19) como tal. Diante dessa situação, em meados do mês de março as atividades educacionais, culturais, esportivas e econômicas ligadas aos serviços considerados não essenciais, começaram a ser suspensas no Brasil, em acordo com os decretos gerados pelos governadores e prefeitos que optaram por seguir às decisões tomadas pela maioria dos países. O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, classificou o vírus como uma “gripezinha”<sup>14</sup>, negligenciando a realidade dos efeitos e sintomas devastadores alertados pela OMS e pela comunidade científica, que nortearam/norteiam ações a fim de conter o colapso no sistema de saúde e, conseqüentemente, proporções maiores de pessoas mortas.

Diante desse cenário que impõe novos desafios, os dirigentes das Casas de Acolhida LGBT no Brasil se deparam a (re)pensar e criar estratégias que de algum modo minimizassem os impactos devastadores gerados pela COVID-19, garantindo suporte às pessoas LGBT assistidas pelas instituições e outras agravadas pela situação. Os primeiros casos de contaminação no país foram identificados oficialmente e divulgados na capital paulista, no mês de fevereiro de 2020. Os casos rapidamente começaram a surgir nas diversas áreas urbanas e rurais, vitimando crescentemente milhares de vidas no Brasil e no mundo. A nova realidade impôs/impõe em escala mundial a vulnerabilidade e o medo da extinção humana.

A situação de vulnerabilidade e sensação de medo constantes contribuíram para que muitas pessoas privilegiadas por suas condições sociais tivessem que lidar com uma nova realidade apresentada nesse momento da história da vida humana. Porém, essa situação de vulnerabilidade é algo frequente e, muitas vezes, naturalizado no cotidiano da maioria das pessoas LGBT que é constantemente ameaçada pelas pandemias sociais que subalternizam e exterminam nossas vidas.

---

<sup>14</sup> ARCANJO, Daniela. Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a Covid, de gripezinha a ‘pais de maricas’. Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/veja-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-coronavirus-de-certa-histeria-a-fantasia-e-nerouse.shtml>>. Acessado em: 21 jan 2021.

Diversas reportagens do telejornalismo brasileiro<sup>15</sup> intensificaram diariamente informações iniciais sobre os quadros mais graves causados pela COVID-19, conforme relatos de pesquisadores e profissionais da saúde. De imediato foram classificados como “grupos de risco” as pessoas idosas a partir dos 60 anos com ou sem doenças crônicas e crianças abaixo de 6 anos, por apresentarem baixo nível de anticorpos para combater o vírus.

Mas pessoas de várias faixas etárias (dos grupos jovens, crianças e idosos) com ou sem histórico de doenças crônicas somam no mundo os milhões de infectados e milhares de vítimas fatais. Em relação à classificação de “grupos de risco”, Jean Baptista e Luiz Mello (2020) alertam sobre os preconceitos que essa terminologia evoca sobre os grupos vulneráveis, causados pela ignorância e desigualdades nos contextos das pandemias e epidemias. De acordo com os autores, costumamos como sociedade e grupos a adotar comportamentos repetidos de perseguições e abandono social às vítimas iniciais consideradas/os difusoras/es da contaminação, sublinhando que privilégios da raça/cor, classe/renda, sexo/gênero, idade, escolaridade e outros, farão a diferença nesse atual contexto de pandemia.

A tensão causada pela nova situação me deixou em estado emocional de pânico, principalmente por minha mãe fazer parte do grupo considerado vulnerável, por conta da idade. A falta total de ânimo foi um dos sinais relativos ao estado emocional, durante sequência de duas semanas após o anúncio oficial da situação pandêmica, com bloqueio psicológico para desenvolver qualquer tipo de atividade, mesmo que fosse de modo remoto (modo mais seguro adotada em proteção, até o momento). Com o passar dos dias, a ansiedade se faz presente de modo a oscilar como se eu tivesse em uma montanha russa, talvez este quadro pessoal reflita uma parte da situação coletiva vivenciada pelas pessoas. E o melhor a se fazer é continuar seguindo as recomendações orientadas pelos profissionais da saúde e da comunidade científica, a fim de reverter os quadros situacionais.

O fato é que as ações da CasAmor também foram impactadas, assim como as outras Casas de Acolhida LGBT no país. Suspendemos todas as atividades presenciais e tivemos que conciliar as aflições pessoais provocadas pelo novo coronavírus de modo a buscar tentativas de garantir suporte aos/as assistidos/as pela instituição, já que majoritariamente as atividades e ações antes da pandemia decorriam no plano presencial. Como garantir atendimento psicológico, social, orientação jurídica e atividades culturais de modo remoto, sendo que a maioria dos assistidos/as não consegue ter acesso à internet de forma efetiva, por ser um serviço

---

<sup>15</sup> Jornal Hoje, Jornal Nacional, Jornal da Cultura, Jornal da Band, entre outros da TV aberta.

de elevado custo financeiro e até mesmo a posse e manutenção de aparelho de celular, necessários para a continuação de alguns atendimentos ou ações remotas direcionadas?

Para além da pandemia biológica, atualmente as pandemias sociais tornam-se mais perversas e cruéis contra o povo preto, pobre, mulheres, pessoas trans, lésbicas, gays, bissexuais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas e outras marginalizadas, que já se encontrava desamparado pelos retrocessos que ocorrem nos últimos quatro anos no país nas políticas públicas e nos direitos historicamente conquistados. Para o enfretamento das pandemias, à atuação em rede das Casas de Acolhida LGBT inseriu novas possibilidades coletivas para lidar com sistemas sociais hierárquicos que oprimem e invisibilizam as pessoas LGBT.

Seis meses antes das medidas de isolamento social iniciadas no Brasil ocorreu no dia 18 de setembro de 2019 o primeiro Fórum de Casas de Acolhida LGBT, na cidade de São Paulo, organizado pela Casa 1. O evento durou três dias e reuniu integrantes/representantes de treze projetos de Casas de Acolhida LGBT (contabilizando com a organizadora) de vários estados do país<sup>16</sup>. O Fórum realizou atividades interativas com palestras e debates temáticos ligados às frentes trabalhadas pelas instituições na prestação de serviços e acolhimento oferecidos gratuitamente para as comunidades LGBT. O Fórum também propôs a ideia de iniciar uma rede de articulação e fortalecimento das Casas em âmbito nacional, através de compartilhamentos das experiências diante dos desafios cotidianos.

Em matéria publicada pela *Revista Híbrida* (2020), Bruna Benevides destacou a importância das Casas de Acolhida no cenário da pandemia, evidenciando as alianças e estratégias a partir das mobilizações organizadas de forma autônoma e coletiva que objetivam amenizar os efeitos da COVID-19 sobre a população LGBT:

Essa rede de apoio é formada por diversas casas de acolhimento, cuja grande maioria é mantida por iniciativa popular, aliadas a outras organizações não-governamentais, grupos de artistas e pessoas voluntárias que têm sido responsáveis por dias melhores para a população LGBTIQI+. Mais uma vez, nossa comunidade vem sendo cuidada pelas travestis à frente destas iniciativas, que surgiram no primeiro momento de desespero e têm se fortalecido com novas ações e parcerias. Muitas delas, inclusive, integram a recém formada Rede Nacional de Casas de Acolhimento LGBTIQI+ (REBRACA LGBTIQI+) (Bruna BENEVIDES, 2020, n./p.).

---

<sup>16</sup> CasAmor – Sergipe, Aurora – Bahia, TransViver – Pernambuco, Casa Rosa – Distrito Federal, Casa Chama – São Paulo, Casa Nem – Rio de Janeiro, Casa Florescer – São Paulo, Casinha – Rio de Janeiro, Casa Miga – Amazonas, Casassa – São Paulo Casa Santine – Mato Grosso do Sul e Eternamente Sou – São Paulo.

A ativista trans e integrante da Casa Nem, Indianare Siqueira, criou a Rede Brasileira de Casas de Acolhimento LGBTI+ (REBRACA LGBTI+). A Rede não possui centralização em uma sede, cada projeto e seus espaços são pontos-sedes de conexões. A REBRACA LGBTI+ não possui poder de decisão centralizado na figura específica de uma pessoa ou instituição, todas as instituições possuem poder de decisão coletivo sobre ações propostas em momentos ou ocasiões específicas a serem desenvolvidas de modo sincronizados paralelamente, sem gerar perda de autonomia. A Rede opera internamente seu processo comunicativo com cada ponto-sede por meio de um grupo de WhatsApp.

O dinamismo e a complexificação das organizações sociais em rede de Casas de Acolhida LGBT se aproximam dos novos formatos de organização da sociedade civil:

Num segundo nível, encontram-se as formas de articulação inter-organizacionais, dentre as quais se destacam os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local. É através dessas formas de mediação que se dá a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado. Essas articulações também se tornam possíveis porque os meios técnicos que as visibilizam: a Internet e os e-mails são práticas cotidianas do novo milênio (Ilse SCHERER-WARREN, 2006, p. 111).

Campanhas visando arrecadações de alimentos, materiais de limpeza, kits de higiene pessoal, captação de recursos financeiros, suporte psicológico e outros serviços, são mobilizadas pela atuação de ações autônomas articuladas por cada Casa, em rede das Casas e em parcerias com outras organizações civis. Frente a isso, as múltiplas articulações e mobilizações de solidariedade através das redes organizacionais têm garantido suporte à comunidade LGBT assistida pelas instituições. Para Cristina Câmara (2015) as ações protagonizadas por ativistas LGBT “vêm gerando conquistas para a população LGBT, enriquecendo o próprio movimento e a vida em sociedade” (p. 374).

Diante do exposto, o ativismo LGBT trata-se do engajamento individual ou coletivo de pessoas LGBT em prol da defesa à cidadania e garantia dos direitos humanos da comunidade LGBT em sua diversidade de composição. É um movimento que agrega fortalecimento e constitui características plurais à rede política de atuação em proteção às comunidades LGBT, articulando eventos, ações e alianças com outras organizações civis, com o poder público e iniciativas privadas no enfrentamento as práticas discriminatórias contra a população LGBT.

O momento atual exige o empenho coletivo para alcançar soluções futuras, frente às pandemias e suas repercussões. As mobilizações das organizações civis reforçam a importância

da atuação em rede. O conceito de rede, de modo ampliado, possibilita a atuação com outras organizações civis: “as redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações -, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores” (Ilse SCHERER-WARREN, 2006, p. 115). Em atuação estratégica para conferir visibilidade e apoio nacional as instituições LGBT, a Associação de Travestis e Transexuais (ANTRA) em parceria com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Pessoas Intersexo (AGBLT), lançaram o *Mapa da Solidariedade: Levantamento de Iniciativas Emergenciais de Apoio a LGBTI+ em tempos de COVID-19*<sup>17</sup>.

Escrevo este capítulo, imerso a essa realidade imposta pelo novo coronavírus. Para tanto, a pesquisa desenvolvida possuiu como recorte temporal fatos da realidade cultural brasileira antecedentes às ameaças da pandemia biológica.

Recentemente, em um fenômeno insurgente, iniciativas lideradas por ativistas, coletivos e movimentos sociais, materializaram/materializam (ou estão em processos de criação) Casas de Acolhidas LGBT no Brasil que se apresentam com características inovadoras em termos de ações desenvolvidas em espaços institucionais. Algumas automeiam-se como Centro Cultural e/ou Centro de Memória, apresentando em suas atividades a existência de processos museológicos.

O Estado reconhece os processos museológicos na Lei n.º 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus:

Art. 1º - Consideram-se museus, para os efeitos desta lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico, ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

*Parágrafo único.* Enquadra-se-ão nesta lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico é a participação da comunidade (BRASIL, 2009).

---

<sup>17</sup> Casa Miga – Manaus/AM, Grupo Gay de Maceió (GGM) – Maceió/AL, Atração – Bahia, Casa Aurora – Salvador/BA, Distrito Drag – Distrito Federal, ONG Jovens Unidos por Direitos LGBT – Distrito Federal, Casa Rosa – Brasília/DF, Associação Goldi – Espírito Santo, Rede Poc – Minas Gerais, Travest – Minas Gerais, Casa Satine – Minas Gerais, Casa Nem – Rio de Janeiro/RJ, Centro/Lapa Pela Vida – Rio de Janeiro, Grupo Arco Iris – Rio de Janeiro, Conexão G – Rio de Janeiro, Grupo Diversidade Niteroi (GDN/GTN) – Rio de Janeiro, Associação Gonçalense LGBTI+ - Rio de Janeiro, Stefani Brasil – Rio de Janeiro, Casa Brasil – Rio Grande do Norte, Casa Chama – São Paulo, Casa 1 – São Paulo, Casa Arouchianos – São Paulo, Casa Neon Cunha – São Paulo, Projeto Seforas – São Paulo, Projeto Transprevenção – São Paulo, Grupo Olivia – Pará, Kasacoentro – Pará, Astrapa – Paraíba, Culetiva Xica – Paraíba, Amotrans – Pernambuco, Instituto Transviver – Pernambuco e CasAmor – Sergipe.



Todavia, o Estatuto não apresenta uma definição sobre processos museológicos, mas reconhece a importância dos mesmos para promoção do desenvolvimento social a partir das ações de preservação, pesquisa e comunicação aplicadas sobre acervos, coleções ou os chamados patrimônios culturais em suas diversas tipologias, salvaguardadas nos museus ou em outros espaços abertos ao público com envolvimento comunitário a fim de uma intervenção local e comunitária. Portanto, compreendo que os processos museológicos estão dimensionado um sentido amplo para além das práticas institucionais dos espaços oficialmente denominadas de museus:

Assim tal como surgem novos tipos de museus, tais como ecomuseu, museus de território, museus de comunidade, museus de identidade, museus de consciência, museus sem objetos ou as redes de museus; surgem novos objetos, tais como as narrativas biográficas, os patrimônios imateriais, ou objetos construídos no processo de conhecimento/fruição. Surgem ainda novos processos museológicos, sejam em espaços de cultura ou de outra configuração, onde os processos museológicos se entrelaçam com outros processos sociais, no campo da saúde, da educação, dos serviços etc. (Pedro LEITE; Judite PRIMO, 2015, p. 137).

Nesse sentido, os processos museológicos enquanto integrantes da cadeia operatória da tríade preservação, pesquisa e comunicação são experimentos relacionados às experiências sobre as ações práticas de se fazer Museologias. Para Maria Célia Teixeira Santos (2002), a configuração dos processos museológicos que visa o desenvolvimento social em diversos contextos consiste em grandes desafios que exigem nos aproximarmos da realidade cotidiana. Isso implica na inserção participativa da comunidade nos processos, para qualidade da prática e dos efeitos que se pretendem alcançar: “só assim estaremos contribuindo para diminuir nossa pobreza política e a nossa pobreza sócio-econômica” (p. 89). Judite Primo e Pedro Leite (2015) chamam a atenção para que possamos repensar a cadeia operatória da Museologia:

Uma operação que nos obriga a interrogar sobre o que se escolhe para preservar, temos que nos questionar sobre quem seleciona, como se preserva e para que se preserva; ao mesmo tempo que, estando o processo museológico ao serviço da sociedade, nos deviríamos igualmente interrogar o que se comunica, como se comunica, para quem comunicamos e para quê o que comunicamos (Pedro LEITE; Judite PRIMO, 2015, p. 136).

Diante disto, podemos compreender que os processos antes, durante e pós construção das narrativas resultantes das operações museológicas se tornam ferramentas auxiliares de inclusão ou exclusão social, intencionalidade fortemente presente em vários contextos históricos e nas atividades que extrapolam os museus convencionais (Maria Célia Teixeira Moura SANTOS, 2002).

Jean Baptista e Tony Boita (2017) afirmam que, no contexto brasileiro, a temática LGBT nas produções acadêmicas referentes às memórias, aos museus e patrimônios continuam sendo um tabu. Nessas condições, apresentam o manifesto “Por uma Primavera dos Museus LGBT” como exemplo de um primeiro passo prático para rever e ressignificar os acervos e discursos museológicos:

A cadeia operatória da Museologia também pode ser positivamente afetada por uma Primavera dos Museus LGBT. Esta proporcionará uma renovação das ações museológicas das instituições. As ações de comunicação (Ações educativas e Expografia) priorizarão o diálogo e o respeito. Será importante somar parcerias, além de promover ações que impulsionem a dignidade humana a estas pessoas com atividades que envolvam a saúde, a educação e a cidadania [...]. No que tange à salvaguarda (Conservação e Documentação), valorizar o bem cultural tal qual qualquer outro sem omitir as informações que afirmam sua sexualidade (Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2018, p. 259).

Nesse contexto, o presente capítulo apresentará uma cartografia das Casas de Acolhida LGBT do Brasil, destacando suas configurações provisórias e buscando identificar a existência de processos museológicos nesses espaços. Para tanto, contextualizo as mudanças ocorridas nas políticas públicas brasileiras voltadas ao setor cultural, no plano federal, a institucionalização da Museologia Social no fortalecimento e promoção da diversidade cultural e as reivindicações pelo direito à memória da Comunidade LGBT no campo da Museologia brasileira com a criação da Rede LGBT de Memória e Museologia Social.

Tais questões ganham respaldo e visibilidade no campo museológico a partir da perspectiva da Museologia Social que segundo Mario Chagas e Inês Gouveia (2006):

A museologia social na perspectiva aqui apresentada, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, sem distinção, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros [...]. A afirmação da museologia social não implica, evidentemente, a negação de outras museologias; mas sim, a compreensão de que existem tendências museológicas que se alinham à espetacularização e a tentativa de hegemonizar e padronizar museus e procedimentos técnicos; e que também existem outros caminhos, outras formas de pensar e praticar museologia (Mário CHAGAS; Inês GOUVEIA, 2006, p. 17).

Nesse sentido se abrem possibilidades no campo museológico para se pensar redes de atuação e produções museológicas indisciplinadas, inclusivas e afirmativas, que permitem a desconstrução de pensamentos e visões idealizadas, evidenciando a existência de processos

museológicos para além dos espaços oficialmente convencionais, delineando uma Museologia LGBT (Camila WICHERS; Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2020).

Inicialmente discuto a inclusão da temática LGBT de modo geral nas políticas públicas federais no Brasil, impulsionada pelo movimento LGBT. Sublinho a temática LGBT voltada ao combate à discriminação da LGBTfobia e promoção da cidadania da população LGBT que integrou a agenda do governo federal em especial durante a gestão do governo Lula da Silva, que criou programas, decretos e a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT na estrutura da Secretária Especial de Direitos Humanos, em 2009. No Ministério da Cultura, na gestão de Gilberto Gil, a valorização da pluralidade cultural foi evidenciada na construção do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura, sendo criada a Secretaria da Identidade e a Diversidade Cultural, em 2003 e, no ano de 2009, a instituição do Estatuto de Museus que reforça nos museus e processos museológicos os princípios do respeito e da valorização à diversidade cultural.

Em seguida, abordo o protagonismo LGBT no campo da Museologia a partir da criação da Rede de Memória LGBT e Museologia Social, decorrente da institucionalização da Museologia Social enquanto política pública implementada na construção do Plano Nacional de Cultura e no lançamento da Política Nacional de Museus. Através do Instituto Brasileiro de Museus foi implantado o Programa Pontos de Memória no intuito de fomentar a diversidade dos diferentes processos de representações das memórias e dos museus pertencentes às comunidades historicamente excluídas, resultando no entrecruzamento de resistências que reverberaram com o fortalecimento da Museologia Social, o que contribuiu para que a temática LGBT, de algum modo, fosse evidenciada no campo museológico.

No item subsequente realizo um mapeamento das Casas de Acolhida LGBT no Brasil, identificando as frentes trabalhadas por essas iniciativas comunitárias e como as pautas dos processos museológicos ali são apresentadas. Demonstro que algumas Casas autodenominam-se centro cultural e/ou centro de memória e o modo como algumas ações desenvolvidas por essas instituições configuram-se enquanto experimento de processos museológicos e produções de subjetividades que compõem cartografias dinâmicas e abertas.

Por fim, analiso as atividades que caracterizam de modo geral os processos museológicos de pesquisa, preservação e comunicação sobre a cultura material (acervos ou coleções), autoreconhecidas e praticadas pelas instituições das Casas de Acolhida LGBT no Brasil. A pesquisa quali-quantitativa permitiu obter vários resultados a partir dos dados coletados sobre as instituições, evidenciando que entre os processos museológicos a comunicação/exposição é uma das operações mais executadas.

## 1.1 – A temática LGBT e as políticas culturais brasileiras

A elaboração e implementação de políticas públicas culturais no Brasil a partir dos anos 2000 passou a ser uma tentativa de combate à exclusão social. Um projeto político fundamental para promoção da dignidade humana das comunidades, povos, grupos e de toda sociedade. De acordo as pesquisadoras Paula Felix e Tatiane Fernandes (2007), políticas culturais:

[...] são formulações e/ou propostas desenvolvidas pela administração pública, organizações não governamentais e empresas privadas, com o objetivo de promover intervenções na sociedade através da cultura. Por se tratar de um objeto de estudo recente, o conceito de políticas culturais ainda não alcançou uma delimitação consensual entre os teóricos. [...] Para Canclini (2001: 65), as políticas culturais resumem-se a um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social (Paula FELIX; Tatiane FERNANDES, 2007, s/p).

De modo politicamente organizado, em fins da década de 1970, surgiram no Brasil políticas públicas afirmativas voltadas à população LGBT a partir das contestações promovidas pelo chamado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) que lutava pela politização da homossexualidade e enfretamento a ditadura militar<sup>18</sup>. Frente a isso, se destacou nacionalmente o Grupo Somos da cidade de São Paulo, em 1978, e o lançamento do Jornal *Lampião da Esquina*; o Grupo Gay da Bahia (com campanhas de despatologização da homossexualidade) em Salvador no ano de 1980; entre outros grupos e organizações que surgiram em várias cidades do país.

Com a epidemia de HIV/AIDS, os movimentos LGBT concentraram-se no enfretamento ao vírus, cobrando do Estado políticas públicas de combate à epidemia que, na época, foi popularmente disseminada pelos discursos conservadores como “câncer gay”. Nesse mesmo período, o Grupo Gay da Bahia e o Triangulo Rosa do Rio de Janeiro desenvolveram campanhas com o intuito da não discriminação pela orientação sexual na Constituinte de 1988. Embora não tenha ocorrido essa inclusão no texto constitucional, legislações em esferas estaduais e municipais foram criadas a partir das influências do movimento.

É com base nos direitos que são previstos na Constituição Federal do Brasil e outras leis que as políticas públicas são desenvolvidas (ou criadas oriundas da mobilização das

---

<sup>18</sup> Através de um golpe militar foi instaurado o regime da ditadura militar no Brasil que permaneceu entre o período de 1 de abril de 1964 até o dia 15 de março de 1985.

organizações civis) pelo Estado, através das formulações de ações e programas, a fim de garantir o Estado Democrático de Direito.

Após o fim da ditadura militar no país, para a garantia do estabelecimento do Estado democrático em 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, estabelecendo a garantia dos direitos fundamentais constantes no artigo 5.º ao reconhecer que todos são iguais, perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantido a liberdade, igualdade, segurança e a propriedade (BRASIL, 2016). No artigo 215 é estabelecido que o Estado garantirá o pleno exercício dos direitos culturais, apoios, incentivos e valorização das manifestações culturais, bem como, no inciso IV, “a democratização do acesso aos bens de cultura” (BRASIL, 2016).

De acordo com Regina Facchini (2005), entre os anos de 1992 e 2005 ocorreu um aumento significativo de ONGs e grupos em diferentes formatos do Movimento LGBT no Brasil. Para a autora, a pauta de políticas públicas da saúde durante a década de noventa foi impulsionada com maior força pelo Movimento, com caráter preventivo do HIV/AIDS. É a partir dos anos 2000 que alguns grupos do Movimento LGBT atuam de modo conjunto com o poder Executivo Federal para além do campo da saúde, na gestão de políticas de direitos humanos. O financiamento de agências internacionais para as ONGs LGBT foi um dos fatores determinantes para o fortalecimento das pautas LGBT no Brasil.

A vitória eleitoral ao cargo de presidente do país ocupado por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) contribuiu para inclusão das pautas do Movimento LGBT e o “símbolo dessa confluência entre Movimento LGBT é o lançamento em 2004 do Programa Brasil Sem Homofobia que visava um conjunto de políticas transversais e interministeriais na promoção e proteção da cidadania LGBT” (Cleyton PEREIRA, 2016, p. 122). A trajetória das políticas públicas para a população LGBT brasileira no âmbito nacional é resumida pelo pesquisador Cleyton Pereira (2016) a partir de um conjunto de iniciativas:

- Criação do Programa Nacional de AIDS em 1988, no Ministério da Saúde, que, apesar de não ser uma política exclusiva para a população LGBT, apoiou financiando projetos do Movimento LGBT;
- Programa Nacional de Direitos Humanos I, em 1996, com curta menção em reconhecimento dos direitos humanos aos homossexuais;
- Criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em 1997, que em 2003 passou a ser chamada de Secretaria Especial de Direitos Humanos e, desde então, a incorporar a agenda LGBT;

- No ano de 2002, o Programa Nacional de Direitos Humanos II, avançando no reconhecimento da diversidade sexual;
- Programa Brasil sem Homofobia, em 2004, que visava um conjunto de ações de combate a homofobia;
- I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), convocada por Decreto Presidencial em 2008, para elaboração e construção de políticas públicas em conjunto com participação da população LGBT, quando a sigla passou conferir visibilidade as lésbicas a partir do evento (LGBT ao invés de GLBT);
- Em 2009, Programa Nacional de Direitos Humanos III, com maior inclusão da participação popular e avanços da agenda LGBT;
- No ano de 2009, a criação do I Plano Nacional de Promoção a Cidadania e DH de LGBT e Transexuais, contendo 51 diretrizes e 180 ações, resultado da I Conferência Nacional LGBT;
- Criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT na estrutura da SDH em 2009, a Coordenação é responsável por articular as políticas como previsto no I Plano Nacional LGBT;
- Em 2010, a instituição do Conselho Nacional de combate à Discriminação de LGBT, com finalidade de formular e propor diretrizes para a ação governamental;
- Em 2010, a instituição por meio de Decreto Presidencial do dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia;
- Em 2011, o Disque 100 – Direitos Humanos - passa também a atender denúncias de violências contra a população LGBT;
- A II Conferência Nacional de LGBT e Transexuais convocada por Dilma Rousseff, para avaliar a execução do I Plano Nacional LGBT, em 2011;
- O lançamento da Política Nacional de Saúde integral da População LGBT, em 2011;
- O lançamento dos Anais da II Conferência Nacional de LGBT, em 2012;
- A criação do Comitê técnico de Cultura LGBT, em 2012;
- O lançamento do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil - 2011 e 2012, nos anos de 2012 e 2013;
- O lançamento Sistema Nacional LGBT, em 2013;
- A instalação do Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT, em 2014;
- O lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet – Humaniza Redes, em 2015;

- A III Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2016. O evento ocorreu em conjunto com outras Conferências das pessoas com deficiência, idosas e crianças, que resultou na assinatura do Decreto Nacional que reconhece o nome social de pessoas trans e travestis em âmbito federal, publicado pela presidenta Dilma Rousseff.

Em análise crítica do processo de formulação e implementação das políticas públicas voltadas para a população LGBT no Brasil, as/os pesquisadoras/es Daniela Maroja, Wladeres Brito e Luiz Mello (2012) constataram “que nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada” (p. 425). As/Os autoras/es mapearam algumas ações e projetos formulados pela esfera do poder executivo federal e de alguns estados e suas respectivas capitais, e constataram deficiências estruturais dos poucos programas existentes. Também destacaram as tendências políticas universalistas que excluem na prática os marcadores sociais da diferença no enfrentamento das discriminações, tornando-as insuficientes e incapazes de obter resultados efetivos capazes de assegurar serviços, atendimentos e assistências fundamentais para a vida social. Diante dessa situação, destacam que a homo/lesbo/transfobia institucional exclui o acesso da população LGBT aos diferentes órgãos do Estado nas esferas municipais, estaduais e federal, especialmente quando pessoas dessa população não correspondiam aos fenótipos idealizados.

Um dos problemas chaves para impulsionar avanços na implantação das políticas públicas no combate à LGBTfobia e promoção da cidadania das pessoas LGBT é a falta de arcabouço jurídico<sup>19</sup> que assegure os direitos das pessoas LGBT e a proibição da discriminação das identidades de gênero e das orientações sexuais como apontado por Daniela Maroja, Wladeres Brito e Luiz Mello (2012).

No ano de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homoafetiva e, paradoxalmente, após golpe parlamentar de 2016<sup>20</sup>, as pautas LGBT na agenda do governo federal vem sendo excluídas. Apesar disso, por decisão do Poder Jurídico Federal no dia 13 de junho de 2017, o STF reconheceu que a LGBTfobia é um crime que deve ser equiparado ao de racismo. Com isso, discriminar e ofender pessoas LGBT por causa de suas identificações

---

<sup>19</sup> “Até 2017, o Brasil possuía 12 estados com leis que dispõem sobre a liberdade de orientação sexual (BA, RJ, RS, MG, SP, MS, PI, PA, PB, AL, MA E PE), além de 79 municípios” (Tony BOITA, 2018, p. 70).

<sup>20</sup> A Presidenta Dilma Rousseff (2010-2016), conseguiu se reeleger em 2015, mas sofreu um golpe parlamentar, arquitetado pela direita política com apoio poder Executivo, Legislativo e Judiciário e da elite civil e religiosa conservadora, que financiou e promoveu protestos e discursos de ódios de cunho misóginos e sexistas, demonstrando suas concepções e desprezo sobre o gênero feminino. No dia 2 de agosto de 2016, Dilma foi afastada e em seguida destituída da função, através da abertura do processo de “impeachment” sob alegação de ter cometido “pedalada fiscal”, e inocentada posteriormente pelo Ministério Público Federal em Brasília (MPF/DF), responsável pela investigação.

sexuais e identidades de gênero pode acarretar ao criminoso detenção de um a três anos. Além disso, no dia 1.º de março de 2018, o STF reconheceu o direito das pessoas trans alterar em registro civil o nome e o gênero sem a realização de procedimento cirúrgico de transgenitalização ou autorização judicial, como era exigido.

No campo da cultura, o cargo de Ministro da Cultura foi assumido por Gilberto Gil (2003-2008) que, em seus discursos e ações, demonstrou uma visão ampla sobre a importância do Estado no fomento a pluralidade cultural para impulsionar a vida social. A museóloga Simone Flores Monteiro (2016) ao analisar o discurso do Ministro Gilberto Gil destacou:

Para o Ministro Gilberto Gil (2016) existia a consciência de que, no Brasil, no campo da Cultura e do desenvolvimento muito ainda havia por fazer. Mas sua administração tinha claramente como fundamental estratégia essa relação, e elegeu entre suas prioridades o enfrentamento de dar conta da dimensão conceitual da cultura, portanto, cultura, como a dimensão simbólica da existência social de cada povo, cultura como eixo construtor das identidades, cultura como espaço de realização e cidadania e também de potencializar o desenvolvimento social (Simone MONTEIRO, 2016, p. 36).

Nesse processo de construção das políticas públicas, o conceito de cultura no plural a partir de uma visão antropológica foi fundamental para guiar os diálogos abertos com a sociedade através dos seminários, conferências e câmaras setoriais para a elaboração de políticas culturais. O Ministério da Cultura iniciou um plano de mudanças amplas em sua estrutura e um complexo percurso de construção do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Em âmbito nacional estabeleceu diálogos com a participação coletiva de intelectuais das áreas da cultura, organizações civis, profissionais, lideranças de grupos de cultura popular e a sociedade civil em geral, para definir o papel do ministério e criar princípios e eixos norteadores para o Plano de Política Cultural:

No contexto da construção da I Conferência, realizaram-se, no período de setembro a dezembro de 2005, cerca de 400 encontros municipais, intermunicipais, estaduais e setoriais, além de uma plenária nacional, com a participação de gestores de 1158 municípios, de 19 estados e do Distrito Federal em uma rede de debates que envolveram cerca de 60 mil participantes. Nessa conferência foram desenvolvidas as bases das diretrizes gerais que compõe o projeto de lei do Plano Nacional de Cultura (PNC). [...] Debatido no parlamento desde então, o PNC foi aprovado em 2 de dezembro de 2010, transformado na Lei 12.343/10 (Tamara EGLER; Elis MIRANDA; Elisabeth ROCHA, 2014, p. 43).

O PNC foi o primeiro plano de cultura aprovado em tempos de democracia no Brasil. Durante a gestão dos ministros da cultura Gilberto Gil e Juca Ferreira (2008-2010), os esforços para combater as injustiças sociais com ações, programas e políticas culturais de acesso e



valorização da diversidade geográfica e cultural, ou seja, a inclusão de modalidades culturais das periferias, afro-brasileiras, populares, indígenas, identidades de gênero e outras não contempladas pelas gestões anteriores, configurou significativamente um percurso de desafios e inovações: “as políticas culturais se constituíram como políticas públicas porque foram baseadas em debates e deliberações negociadas com a sociedade e suas comunidades culturais” (Antônio Albino RUBIM, 2015, p. 13).

A institucionalização da temática LGBT no âmbito federal das políticas culturais teve sua inserção a partir da nova estrutura do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), durante a gestão do ministro Gilberto Gil. O CNPC ampliou o reconhecimento oficial dos “fazedores de cultura”, desenvolvendo uma série de ações a partir da divisão de recursos e espaços dos representantes das classes artísticas das áreas “clássicas” com os das culturas populares, cultura LGBT, *hip-hop*, indígenas, entre outros, articulando a interação entre elas. Desse modo, incorporou nas estruturas das políticas públicas de cultura os valores da “diversidade” e “identidade”, conceitos mobilizados através dos espaços participativos com a realização de fóruns, conselhos, comissões, conferências e outros, que envolveram a participação da sociedade civil e resultou em 2003 na criação da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID), posteriormente renomeada de Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), órgão responsável pela promoção dos diálogos com grupos e redes culturais excluídas (Alexandre BARBALHO; José MUNIZ JUNIOR, 2020).

As demandas culturais expressas pelos movimentos sociais de diferentes grupos sociais forneceram embasamento para construção das políticas culturais específicas de modo a atender e incluir suas pautas. A criação do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva é considerado um dos marcos das mudanças políticas, responsável pela instituição do Ponto de Cultura através de edital e seleção pública que apoia/apoiava projetos culturais criados pela sociedade civil.

Para Alexandre Barbalho e José Muniz Júnior (2020), o discurso da diversidade nas políticas culturais que insere as experiências afetivas, práticas sexuais e sociais da população LGBT, confere atribuições de sentidos positivos a partir da culturalização das produções simbólicas expressas nas artes visuais, nas Paradas do Orgulho, nos espetáculos de transformismo e outras, e com aspectos mais distantes de posicionamentos ancorados na moral e religiosidade. Além disso, segundo os autores, tornam-se também problemáticas em comparação com a promoção e a proteção de bens materiais e imateriais das culturas indígenas e afro-brasileiras, que possuem uma longa data discursiva de valorização “que concorrem para a formação do povo brasileiro” (p. 3).

A formação discursiva em torno da coletividade LGBT frente ao Estado constitui sua relação prática e organizada institucionalmente:

Na gestão do Ministro da Cultura Gilberto Gil, com a criação, pela Portaria n.º 219, em julho de 2004, do Grupo de Trabalho (GT) de Promoção da Cidadania LGBT, coordenado pela SID. O GT tinha como objetivo ‘elaborar um plano de fomento e preservação às produções artísticas e aos valores culturais e sociais, decorrentes da população homossexual brasileira’. Essa portaria é o primeiro dos ‘atos de Estado’ (Alexandre BARBALHO; José MUNIZ JÚNIOR, 2020, p. 7).

A conformação institucional da cultura LGBT conseguiu outros marcos<sup>21</sup> citados anteriormente e relacionados à Política LGBT no Ministério da Cultura (Alexandre BARBALHO; José MUNIZ JÚNIOR, 2020). No dia 1.º de outubro de 2015 foi publicada no Diário Oficial da União a criação permanente do Comitê Técnico de Cultura LGBT e demais grupos de diversidade sexual e de gênero, um marco para o avanço das ações de cidadania cultural LGBT.

O pesquisador Camilo Braz (2013) analisou a ideia de cultura LGBT textualizada nos documentos das formulações dos planos e programas da Política Nacional de Cultura e afirma que “quando a expressão ‘cultura LGBT’ surge em documentos governamentais no Brasil, estava ligada, sobretudo, ao campo das artes e das Paradas do Orgulho” (p. 11). Ainda de acordo com o autor, o Programa Cultura Viva apoiou projetos de Pontos e Pontões de Cultura, direcionados a população LGBT entre os editais lançados de 2005 a 2009, além do Programa Cultural para Redução das Desigualdades – Mais Cultura, com financiamento das marchas, expressões artísticas-culturais e das Paradas do Orgulho.

As formulações das políticas culturais LGBT foram aproximadas do direito à cidadania e os sentidos da expressão “cultura LGBT”, apresentou variações, de concepções essencialistas até sinônimo de “arte”. Camilo Braz (2013) chama a atenção para os riscos de normalização nos processos de adjetivação da cultura LGBT que pode gerar uma versão oficialmente higienizada, capaz de não abarcar as diversas particularidades e estéticas das práticas culturais, se tornando excludente. Ao analisar os documentos, o autor conclui:

Desse modo, um sentido ‘antropológico’ de cultura figura, nos documentos aqui trazidos, ao lado de propostas de ‘patrimonialização’ ou ‘musealização’

---

<sup>21</sup> Convenção sobre a Proteção da Diversidade e das Expressões Culturais, em 2005; Ratificação da Convenção a Diversidade pelo Congresso Nacional no ano de 2006; Criação do Programa de Fomento a Projetos de Combate à Homofobia do MINC, em 2007; no ano de 2008, I Conferência Nacional de GLBT; Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT e Programa Nacional de Direitos Humanos III, em 2009; e criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos LGBT na SDH e implantação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNDC).

da ‘cultura LGBT’, afirma muitas das vezes como algo a ser ‘resgatado’. Cada vez mais, nos aproximamos de uma linguagem que toma a ‘cultura LGBT’ como patrimônio cultural em um sentido apenas não estanque, mas também restritivo (Camilo BRAZ, 2013, p.15).

Em análise sobre a patrimonialização da cultura LGBT no Brasil, os pesquisadores Jean Baptista e Tony Boita (2018) apontam para os silenciamentos e invisibilização dos patrimônios das comunidades LGBT:

No campo das políticas patrimoniais, o primeiro passo no Brasil foi a inclusão – a duras penas – da festa das Filhas de Chiquita no Inventário de Referências Culturais do Círio de Nazaré. No parecer favorável do Departamento de Patrimônio Imaterial, reconheceu-se que “Há espaço também para a expressão de grupos homossexuais que, na festa das filhas da Chiquita, homenageiam (e utilizam) Nossa Senhora de Nazaré a seu modo, para defender as causas” (Iphan, 2004, p. 5). Outro exemplo foi o registro enquanto patrimônio imaterial municipal de Juiz de Fora do concurso Miss Brasil Gay (Decreto Municipal 9775/2007), o primeiro e único do país (Boita, 2017). E acabou. O silêncio do Iphan e das secretarias estaduais e municipais barram editais interessados na questão LGBT, inviabilizando a geração de inventários, pesquisas, dossiês ou outras medidas que contemplem nossas comunidades, como se nós não tivéssemos patrimônios próprios e não fizéssemos parte dos demais patrimônios nacionais. Quantos outros patrimônios das comunidades LGBT ainda estão no aguardo de seu reconhecimento e de sua salvaguarda (Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2018, p. 253-254).

Nesse contexto, é importante destacar que em 14 de janeiro de 2009 foi sancionada pelo Presidente da República Lula da Silva a Lei n.º 11.904 que instituiu o Estatuto de Museus, reforçando enquanto princípios fundamentais dos museus e processos museológicos: o respeito e a valorização à diversidade cultural para promoção da cidadania e cumprimento da função social. Tony Boita (2014) verifica que, ao contrário das comunidades indígenas e afro-brasileiras, as reflexões teórico-práticas não alcançaram a comunidade LGBT:

Atualmente existem museus das mais diversas tipologias e vocações. Curioso é notar que instituições museológicas que abordem a temática LGBT são quase nula. Não existe só ausência no discurso da orientação sexual, mas também na de gênero. Se o museu é um espaço oficial do Estado, como é possível tamanha negligência? Serão os museus espaços de vocação e construção de uma sociedade machista e homo-lésbo-transfóbica? (Tony BOITA, 2014, p. 44).

A preservação e a musealização de bens culturais da memória LGBT e dos indicadores de memória LGBT no Brasil surgiram a partir do movimento LGBT pelos direitos civis, no contexto de redemocratização e tratamento/cura do HIV/AIDS (Tony BOITA, 2018). De acordo com Tony Boita (2018), o Grupo Gay da Bahia criou o Museu da Sexualidade em

Salvador/BA no ano de 1998 que, talvez, seja a primeira iniciativa museológica que direciona/direcionou ações institucionais relacionadas à temática das sexualidades desobedientes.

Ainda de acordo com autor, outras iniciativas museais e museológicas protagonizadas por ativistas, profissionais de museus, pesquisadores e estudantes acadêmicos foram/são realizadas através da composição de amostras de exposições; formação do acervo e/ou coleções (Bajubá em 2010, na cidade de São Paulo); criação do Museu da Diversidade Sexual - Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Cultural Sexual do Estado de São Paulo (sob Decreto Estadual n.º 58.075, em 2012); criação da *Revista Memória LGBTQIA+* e outras iniciativas comunitárias. Essa movimentação ganhou forças a partir do ano 2000: “no entanto, diferente de outras partes do mundo, poucas ações de Estado foram empreendidas neste contexto, cabendo aos movimentos sociais a responsabilidade pela maioria dos feitos” (Tony BOITA, 2018, p. 74).

Diante da síntese apresentada é marco histórico nas ações do Estado o silenciamento da temática LGBT nas políticas públicas, sobretudo no setor cultural antes da Constituição 1988 e, após, em períodos de fortalecimento da democracia muitas pautas foram limitadas à ordem do discurso, predominando práticas conservadoras. Os desafios na produção teoria-prática sobre a temática LGBT relacionado às políticas públicas culturais nos campos dos museus, da memórias e dos processos museológicos são imensos, mas aos poucos a pauta tem avançado em virtude das mobilizações empenhadas coletivamente como é possível constatar em ações como os Pontos de Memória e a Rede LGBT de Memória e Museologia Social.

## **1.2 – Pontos de Memória e Rede LGBT de Memória e Museologia Social**

A Museologia Social denominada no título deste item refere-se uma perspectiva de pensamentos conectados aos processos teóricos e práticos das iniciativas que envolvem o protagonismo ou participação de modo efetivo, colaborativo, consultivo e decisório na criação, gestão e execução de processos museológicos (no caso em análise liderados pela comunidade LGBT ou voltados às mesmas), que objetivem promover o desenvolvimento social e humano. É uma Museologia que se desenvolve nas iniciativas comunitárias de múltiplas formas indisciplinadas e híbridas, que driblam as normatizações limitadas, fechadas e estáticas de setores culturais e acadêmicos:

Essas museologias indisciplinadas crescem de mãos dadas com a vida, elaboram permanentemente seus saberes e fazeres à luz das transformações sociais que vivenciam como protagonistas, por isso mesmo é no fluxo e no contrafluxo que se nomeiam e renomeiam, se reinventam e reinventam, permanentemente (Mario CHAGAS; Inês GOUVEIA, 2006, p. 16).

As mudanças nas orientações das políticas públicas culturais no Brasil, a partir do contexto de 2003 com a construção do Plano Nacional de Cultura (PNC) e lançamento da Política Nacional de Museus (PNM), garantiram condições mais favoráveis para o exercício do direito, valorização e fomento dos diferentes processos de representações das memórias e dos museus pertencentes às comunidades historicamente excluídas. Desse modo, os campos dos museus, da memória e da Museologia tornaram-se campos de prioridades da agenda política do governo federal.

A elaboração do PNM, assim como do PNC, exigiu esforços, envolvimento e a participação de diversos profissionais das mais diversas áreas do campo da cultura, estudantes e representantes das comunidades civis, que discutiram sobre questões do direito da população ao acesso aos museus, à memória e à cultura. Coletivamente, em âmbito nacional, os agentes do campo da Museologia tiveram que (re)pensar e debater sobre o papel social dos museus, o que resultou na elaboração de princípios, eixos e ações, ou seja, na Política Nacional de Museus (PNM).

Para estimular a criação do Plano, de acordo com o conteúdo textual do PNM (BRASIL, 2007), o Ministério da Cultura criou o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); fundou o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), responsável pela articulação e desenvolvimento dos museus do Brasil e incorporação dos museus municipais, estaduais e privados; realização de fóruns estaduais, para criar e renovar sistemas estaduais e municipais de museus; investimentos de recursos financeiros nos museus existentes e criação de novos. A elaboração coletiva do caderno com princípios, eixos e ações, denominado PNM é um importante documento para que possamos entender, além da democratização dos museus, a construção das redes de Museologia, especialmente a Rede LGBT de Memória e de Museologia Social, bem como o fortalecimento e visibilidade do papel social da Museologia contemporânea:

Os princípios adotados na orientação da Política Nacional de Museus foram os seguintes:

1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas culturais para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando a democratização das instituições e do acesso aos bens culturais.

2. Valorização do Patrimônio Cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégicos nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.

3. Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro.

4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado.

5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural.

6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.

7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afro-descendentes, de acordo com suas especificidades e diversidades.

Uma vez apresentado os objetivos, a rede de parcerias e princípios orientadores da Política Nacional de Museus, o documento, consolidado após muito debate, identificou sete Eixos Programáticos capazes de aglutinar, orientar e estimular a realização de projetos e ações museológicas:

1. Gestão e Configuração do Campo Museológico, com a implementação do Sistema Brasileiro de Museus; o incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus: a criação do Cadastro Nacional de Museus; o aperfeiçoamento da legislação concernente ao setor; a integração de diferentes instâncias governamentais envolvidas na gestão de patrimônios culturais musealizados; a criação de pólos museológicos regionalizados; a participação de comunidades indígenas e afro-descendentes no gerenciamento e na promoção de seus patrimônios culturais; e o estabelecimento de carreias, seguidos de concursos públicos específicos para atender às diferentes necessidades das profissões museais, entre outras ações.

2. Democratização e Acesso aos Bens Culturais, que comportava principalmente as ações de criação de redes de informação entre os museus brasileiros e seus profissionais, o estímulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus, a criação de programas destinados a uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea, além do apoio a realização de eventos multi-institucionais, à circulação de exposições museológicas, à publicação da produção intelectual específica dos museus e da museologia e às ações de democratização do acesso aos museus.

3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos, que tratava fundamentalmente: das ações de criação e implementação de um programa de formação e capacitação em museus e museologia; da ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, além de cursos técnicos e de oficinas de extensão; da inclusão de conteúdos e disciplinas referentes ao uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais nos currículos do ensino fundamental e médio; da criação de polos de capacitação e de equipes volantes capazes de atuar em âmbito nacional; e do desenvolvimento de programas de estágios em museus brasileiros e estrangeiros, entre outras ações.

4. Informatização dos Museus, destacando-se as criações de políticas de apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos, ao estímulo de projetos para disponibilização da informação sobre museus em mídias eletrônicas e ao apoio aos projetos institucionais de transferência de tecnologias para outras instituições de memória.

5. Modernização de Infra-Estrutura Museológicas, abrangendo a realização de obras de manutenção e seguranças de imóveis que abrigam acervos musealizados, bem como projetos de modernização das instalações de reservas técnicas e de laboratórios de restauração e conservação. Também estavam previstos o estímulo à modernização e a produção de exposições, o incentivo a projetos de pesquisas e o desenvolvimento de novas tecnologias de conservação, documentação e comunicação.

6. Financiamento e Fomento para Museus, enfatizando a constituição a políticas de fomento e difusão da produção cultural e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais; o estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e a iniciativa privada, de modo a mover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado; a criação de Fundo de Amparo para o patrimônio cultural e os museus brasileiros; o desenvolvimento de programas de qualificação de museus junto ao CNPq, à Capes e às Fundações de Amparo à Pesquisa; e o aperfeiçoamento da legislação de incentivo fiscal, visando a democratização e à distribuição mais harmônica dos recursos aplicados ao patrimônio cultural musealizado.

7. Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais, voltados para a criação de um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos de comunidades indígenas, afro-descendentes e das diversas etnias constitutivas da sociedade brasileira, além do estabelecimento de critérios de apoio e financiamento às ações de conservação e restauração de bens culturais e de apoio às instâncias nacionais e internacionais de fiscalização e controle do tráfico ilícito de bens culturais, assim como às ações e dispositivos legais de reconhecimento, salvaguarda e proteção dos bens culturais vinculados à história e a memória social de interesse local, regional ou nacional. (BRASIL, 2007, p. 22-28).

Aos poucos, os *modus operandi* eurocêntricos e tradicionalmente canônicos, que antecederam e foram incorporados na institucionalização da Museologia e nos estudos de museus no Brasil foram colocados em xeque evidenciando seu caráter seletivo, hegemônico e colonizador. Desse modo, o PNM institucionalizou a Museologia Social, como afirma Clovis Britto (2019):

Na verdade, o paradigma da Museologia Social ganhou estímulo sem precedentes a partir de 2003 com a sua institucionalização por meio da Política Nacional de Museus, possibilitando a criação de dezenas de museus comunitários e do Programa Pontos de Memória, das redes de Museologia Social e de cursos de graduação e pós-graduação em Museologia, o que, sem dúvidas, provocou a ampliação e a diversificação da produção do conhecimento, incluindo os pontos de vista indisciplinados (Clovis BRITTO, 2019, p. 116).

Nesse processo de comprometimento com a diversidade cultural brasileira, a partir do PNM, o Governo Federal elaborou e executou um conjunto de medidas nas políticas públicas, fomentando a área a partir da criação do Departamento de Museus/IPHAN, em 2003; do Sistema Brasileiro de Museus; do Cadastro Nacional de Museus; do Estatuto de Museus; da

criação do Instituto Brasileiro e Museus (IBRAM), em 2009; e do Programa Pontos de Memória.

O IBRAM é uma autarquia federal responsável pela gestão, promoção e implementação das políticas públicas do campo museal e museológico e pela materialização do Programa Pontos de Memória:

O Programa Pontos de Memória reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira. Tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura (Histórico. Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, 2020.<sup>22</sup>

Luciana F. Avelar (2015), ao analisar o processo de ação e criação do programa Pontos de Memória, ressalta que:

A transformação da ideia em ação dá-se por meio de um projeto de cooperação firmado em outubro de 2008 que instituiu o programa Pontos de Memória. Um documento formaliza cooperação técnica internacional entre o MinC e a OEI para execução de projeto intitulado *Desenvolvimento Institucional e Técnico-Operacional para Ampliação e Consolidação de Projetos Relacionados à Memória Social do Brasil* (Luciana AVELAR, 2015, p. 63).

O projeto de cooperação firmado entre o Ministério da Cultura e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), germinou o programa Pontos de Memória que foi criado no DEMU/IPHAN, antes da criação do IBRAM, no contexto de desenvolvimento do Cultura Viva<sup>23</sup>, com os mesmos fundamentos e embasamentos de inclusão da diversidade cultural: “a proposta é implementada com intuito de ampliar a capacidade técnica e institucional do Ibram” (Luciana AVELAR, 2015, p. 63).

No ano de 2009, na cidade de Salvador, ocorreu a 1º Teia de Memória<sup>24</sup> com o encontro de doze Pontos de Memória selecionados para compartilhamento das experiências de cada localidade e apresentação da proposta do Programa. No ano seguinte, o IBRAM produziu o

---

<sup>22</sup> Disponível em: < <https://www.museus.gov.br/acesoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/programa-pontos-de-memoria/>>. Acesso em 25 abr. 2020.

<sup>23</sup> Programa implementado em 2004 pelo Ministério da Cultura, voltado para o reconhecimento e apoio à atividades e processos culturais já desenvolvidos, estimulando a participação social, a colaboração e a gestão compartilhada de políticas públicas no campo da cultura. Mais informações disponíveis em: <<http://culturaviva.gov.br/>>. Acesso em 21 abr. 2020.

<sup>24</sup> As Teias da Memória são os encontros em âmbito nacional dos Pontos de Memória e iniciativas de memória e Museologia Social (IBRAM, 2016).



Plano Nacional Setorial de Museus (2010), constituindo como primeiro plano político do setor, que visa nortear o planejamento das diretrizes e metas, com duração de dez anos, tendo que ser revisado e atualizado. Com efeito do encontro de 2009, o IBRAM apresentou o Programa Pontos de Memória, na cidade de Brasília em 2010, no IV Seminário Internacional de Museus.

De acordo com a literatura museológica (Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2014; 2017), no ano de 2010, houve o reconhecimento do Ponto de Memória LGBT (idealizado pela ONG Pró-Vida Centro e Cidadania e Direitos Humanos), na cidade de Maceió/AL, por parte do IBRAM. Na busca por informações, entrei em contato com o Ponto de Memória LGBT de Maceió através do perfil oficial na rede social e não obtive respostas.<sup>25</sup>

Entretanto, as produções que tive acesso não apontam se nos anos posteriores outros Pontos de Memória LGBT no Brasil foram reconhecidos pela tutela do Estado e de que modo se deu o reconhecimento do Ponto de Memória LGBT de Maceió no ano de 2010, já que a menção existente ao referido Ponto na lista publicada com os nomes dos projetos aprovados nos editais do Programa está registrada somente no ano de 2015.

Tony Boita (2019) aponta que a maioria das iniciativas coletivas de grupos minoritários que constituem espaços de museus comunitários, percurso, favela e território, intersecciona questões de raça, sexualidade e religiosidade. Subverte os padrões coloniais dos discursos conservador e heteronormativo oficializados nas práticas, por ser geralmente espaços que destacam o direito à memória de grupos historicamente excluídos. Com base na pesquisa desenvolvida por Suzy da Silva Santos (2017) sobre museus comunitários no Brasil, em que identificou 196 experiências comunitárias, Tony Boita (2019) realizou o cruzamento dos dados e identificou que 24 iniciativas autodenominadas de Museus Comunitários, Pontos de Memória de povos de terreiro, Pontos de Cultura e Memoriais, abordaram ou abordam ações voltadas a comunidade LGBT. Mas o autor não especificou as ações desenvolvidas por essas iniciativas.

Cruzei as 24 iniciativas identificadas com a lista publicada dos nomes dos projetos aprovados nos editais do Programa Ponto Memória e pude identificar o total de quatro projetos aprovados e idealizados por três iniciativas comunitárias, sendo eles: o Projeto “Chá de Museu da Rocinha Sankofa Memória e História” do Museu da Rocinha Sankofa - Memória e História, na cidade do Rio de Janeiro, em 2011; os Projetos “Realizando o Museu Comunitário da Estrutural DF”, em 2011, e Ponto de Memória da Estrutural transformando Vidas”, em 2012,

---

<sup>25</sup> Algumas ações do Ponto de Memória LGBT: participação da 10ª Semana de Museus com a Exposição fotográfica “Make-UP: A segunda pele de uma Drag Queen”, em 2012; convite de participação no 5º Fórum Nacional de Museus, em 2012; parceria na realização da Exposição Carnaval de Todas as Cores, em 2015; Roda de Conversa “Museu e Memórias Indígenas”, atividade integrada a 9ª Primavera dos Museus, em 2015; e Roda de Conversa sobre Museus e Paisagens Culturais, atividade integrada a 14ª Semana de Museus, em 2016.

ambos na cidade de Brasília proponentes do Ponto de Memória da Estrutural; e o Projeto “Os Tempos da Maré: exposição de longa duração do Museu da Maré” pelo Museu da Maré, no Rio de Janeiro, em 2015. No entanto, as iniciativas contempladas ou não no Programa surgem “como forma de resistência e visibilização, são criados espaços que preservam e visibilizam suas memórias e histórias” (Tony BOITA, 2019, p. 37).

Em análise nos resultados das aprovações publicadas nos três únicos editais que ocorreram no âmbito do IBRAM, o Programa contemplou um total de 158 (cento e cinquenta e oito) “iniciativas de práticas museais e processos dedicados à memória social” (IBRAM, 2011, p. 1), dentro das condições estabelecidas, que foram/são divididas em duas categorias: a primeira visa/visava projetos de Pontos de Memória no Brasil; e a segunda visa/visava projetos de Pontos de Memória no exterior. Os resultados não contemplaram as iniciativas LGBT. Diante disso, de acordo com os editais de 2011 e 2012, é possível identificar dois itens:

3.3.1 processos museais – aqueles relacionados a memória social e à valorização, pesquisa, preservação, conservação, comunicação, acessibilidade e sustentabilidade dos bens culturais (de natureza material e imaterial) e ambientais de comunidades e localidades que tenham como consequência: o respeito à diversidade cultural, a promoção da dignidade humana, o protagonismo cidadão, o direito à cultura, à memória e ao desenvolvimento socioambiental;

3.3.2 grupos, povos, comunidades em âmbito nacional – os grupos, povos e comunidades tradicionais que se diferenciam culturalmente e se reconhecem em quanto tais; que possuam formas próprias de organização social; que utilizem os territórios e seus recursos para manutenção, articulando suas práticas, conhecimentos e inovações, a exemplo de ribeirinhos, indígenas, quilombolas, ciganos, afrodescendentes, litorâneos, periféricos, rurais, urbanos, entre outros (IBRAM, 2011; 2012, p. 2).

Um mote a ser (re)pensado é a aplicação do enquadramento sobre o que é ou venha ser Ponto de Memória por meio dos processos museais reconhecidos oficialmente sobre as práticas museais não canônicas aptas a ser tituladas pelo Estado. Para isso, acredito que seja importante pensarmos nas ações culturais a partir do caráter dinâmico dos espaços de sociabilidade, resistência e sobrevivência (des)ocupados e (des)construídos pela ação comunitária LGBT a partir de processos museológicos que escapam muitas vezes às concepções convencionais e isso não significa que devam ser negligenciados ou sentenciados como inexistentes. Além disso, muitas vezes as ações estão em diálogo muito próximo às perspectivas de enquadramento, mas as convicções LGBTfóbicas internalizadas guiam às escolhas de que tem o poder de selecionar e eleger.

É necessário levar em consideração os atravessamentos das relações de conflitos políticos e sociais que marcam os contextos dos espaços e territórios em que são produzidos os processos museológicos que, geralmente, implicam os modos pelos quais as pautas das ações podem estar atreladas e concebidas de formas descentralizadas, diluídas e apresentadas horizontalmente, mesclada com outras pautas.

Outra questão observada é a exclusão das palavras gênero e sexualidade e da sigla LGBT no subitem 3.3.2 que cita os grupos culturais. Isso é regra em todo corpo textual dos editais, que reforça e reitera o apagamento das iniciativas de memórias LGBT no registro oficial do Estado em reconhecimento a tais realidades.

No último edital publicado, em 2014 com prorrogação das inscrições até 2015, ocorreu a exclusão das menções aos grupos culturais ribeirinhos e de todos os demais citados nos editais anteriores, o que indica indícios de interferências geradas por conflitos e disputas que encaminharam para o esvaziamento das pautas de inclusão e de diversidade no setor cultural, bem como o enfraquecimento do Programa. Relaciono isso diante do contexto de polarização política que avançava e levou a destituição do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

No ano de 2012, ocorreu na cidade Brasília entre os dias 4 a 6 de junho o Encontro de Articulação de Redes de Pontos de Memória e Museus Comunitários, no auditório do IBRAM. O Encontro contou com a participação de 32 representantes das cinco regiões do país do campo da Museologia Social e a equipe técnica do IBRAM e teve como resultado a “Carta da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social”. No documento foi apresentada a proposta de articulação em rede com agenda de encontros presenciais para construção de ações voltadas ao fomento, qualificação profissional, financiamento, sustentabilidade e inventário participativo. Ou seja, a formação de uma rede de articulação focada na democratização dos espaços.

Retomando ainda ao ano de 2010, outras iniciativas LGBT no campo museológico foram provocadas no Fórum Nacional de Museus, em Brasília/DF, considerado um dos maiores encontros de Museologia do país:

No Fórum Nacional de Museus de 2010, a palestra do antropólogo Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia e do Museu da Sexualidade de Salvador, foi intrigante e estimulou um conjunto de profissionais de museus a fundar a Rede de Memória LGBT de Museologia Social do Brasil. Em 2012, o Museu da Bandeiras, na cidade de Goiás, promoveu a Semana do Babado, com curadoria da então diretora Girlene Chagas Bulhões, no que se tornou a primeira exposição sobre temática LGBT em um museu federal brasileiro – tratava-se de uma exposição de caráter pedagógico, construída a partir de diversos estudos, mas que foi duramente criticada pela sociedade da cidade, o

que custou a então diretora a exoneração do cargo (Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2017, p. 139).

A exoneração da museóloga Girleene Bulhões é um exemplo explícito da ação LGBTfóbica, performada por tentativas e execuções de repressão, perseguição, censura e aniquilamento em torno das legitimações humanizadas conferidas por meio das produções teóricas e práticas que evidenciam as ações, vivências e experiências culturais relacionadas aos grupos, personagens, populações e comunidades LGBT. Essa realidade cruel e perversa é um fato que precisa ser desnaturalizado e enfrentado, exige uma tomada de posicionamento ético e científico em oposição ao senso comum permeado pelo moralismo conservador, impregnado no imaginário da sociedade.

O museólogo Tony Boita (2015) relata que no de 2010 participou do projeto “Patrimônio Cultural LGBT e Museus: mapeamentos, limites e possibilidades de memórias negligenciadas” coordenado pelo pesquisador Jean Baptista e que, no ano de 2012, durante o V Fórum Nacional de Museus, ocorrido em Petrópolis/RJ, participantes LGBT presentes articularam a realização da primeira reunião da Rede LGBT de Memória e Museologia Social, com objetivos explicitados na carta de fundação da Rede:

Em sua carta de fundação, as preocupações com memória LGBT são prerrogativas: ‘Tal iniciativa tem como objetivo de mapear, identificar, registrar, salvaguardar, fomentar, promover, comunicar a memória e a história da comunidade LGBT’ (Rede LGBT de Memória e Museologia Social, 01, 2012). [...] Em novembro de 2013, após uma série de testes, reflexões, avaliações e perfil de público, concebeu-se a atual *Revista Memória LGBT* (Tony BOITA, 2014, p. 9).

A *Revista Memória LGBT*<sup>26</sup> (RMLGBT) é um periódico digital eletrônico colaborativo e autônomo sob iniciativa e gestão de Tony Boita e com Número Internacional para Publicações Seriadadas (ISSN)<sup>27</sup>. A proposta da revista é vinculada ao projeto coordenado por Jean Baptista sobre patrimônio cultural LGBT e museus, mencionado anteriormente, com apoio da Rede LGBT de Memória e Museologia Social: “tal iniciativa atende a uma demanda e direito contemporâneo em superação a homo-lesbo-transfobia e a ausência de protagonismo LGBT em museus e espaços de memória” (Tony BOITA, 2014, p. 27).

A revista é um alento e estímulo pró-memória LGBT, onde é possível obter informações e conhecimentos sobre memórias, histórias, patrimônios, museus e processos museológicos relacionados às comunidades e populações LGBT:

<sup>26</sup> Atualmente a nomenclatura da revista foi revisada e alterada para *Revista Memórias LGBTIQ+*.

<sup>27</sup> *Internacional Standart Serial Number*.

Interessada em diversos aspectos de distintas comunidades LGBT no Brasil, a Revista passou a revelar, desde 2013, um espaço onde o Projeto Memória LGBT pudesse melhor ser divulgado. Em outras palavras, encontrando-se os museus brasileiros fechados a questão LGBT, tratamos de criar nosso próprio caminho (Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2017, p. 141).

Além da revista, outras iniciativas foram desencadeadas ou impulsionadas a partir do engajamento das ações da Rede LGBT de Memória e Museologia Social com apoio de aliados: “com isso, nasceu a Rede LGBT de Memória e Museologia Social do Brasil, rede que passou a ser uma central de apoio, debates, análises e críticas sobre a museologia em sua relação com a comunidade LGBT” (Tony BOITA; Jean BAPTISTA, 2013, p. 183).

A Rede LGBT de Memória e Museologia Social é um movimento de reflexão, representatividade e ação, desenvolvido por pesquisadores/as, profissionais e estudantes LGBT de diversas localidades do Brasil que visibilizam a emergência da inclusão da temática LGBT no campo museológico, denunciando as exclusões, ausências, silenciamentos e apagamentos em torno da temática LGBT no campo museológico. É um movimento que se configura resistência LGBT contra as atrocidades praticadas no cotidiano pelos ideais do pensamento conservador brasileiro, fortalecendo a luta pelo reconhecimento e garantia do direito à vida, cidadania e acesso à informação e produção do conhecimento manifestas nas expressões culturais da comunidade LGBT.

Após quase cinco décadas de existência do curso de Museologia no âmbito da graduação, em 2014 a primeira monografia com a temática LGBT foi produzida e defendida por Tony Boita, colaborador da Rede, Universidade Federal de Goiás. O mesmo também foi responsável por coordenar o “Projeto Memória LGBT no Museu de Favela Pavão Pavãozinho e Cantagalo (MUF)”, no ano de 2015, em parceria conjunta entre colaboradores/as e aliados/as da Rede, a comunidade LGBT da favela, RMLGBT e o MUF, possibilitando integrar na programação das atividades desenvolvidas o I Seminário Museus, Memória e Museologia LGBT:

O I Seminário Museus, Memória e Museologia LGBT, em 2015, no Rio de Janeiro, é um marco neste movimento que abre caminhos na Museologia Brasileira. Durante o desenvolvimento do evento, alguns profissionais da museologia questionaram o nome do evento nas redes sociais e sem nenhum pudor (Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2017, p. 139).

A Rede articulou a organização da segunda edição do Seminário Brasileiro Museus, Memória e Museologia LGBT+ Feminismo, com apoio da RMLGBT, curso de bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), GT Gênero e Sexualidade do

Seminário Brasileiro de Museologia e Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação da UFMG. O evento seria realizado entre os dias 17 e 19 de maio de 2020, na cidade de Belo Horizonte/MG, na UFMG, e teve sua data deslocada para 27 e 28 de agosto, no mesmo ano, no formato virtual, respeitando as orientações da Organização Mundial da Saúde. Integrando as atividades de Rodas de Conversas, palestrantes convidadas/os e vários integrantes das Redes LGBT de Memória e Museologia Social estadual e regional que compõem a rede nacional.

Nesse sentido, o entrecruzamento de resistências e fortalecimentos da Museologia Social enquanto política pública em paralelo das ações da Rede LGBT de Memória e Museologia Social, da Rede de Pontos de Memória, dos Fóruns de Museus e das alianças, contribuíram para que a temática LGBT de algum modo circulasse, mesmo que extraoficialmente. Esses processos em torno da temática LGBT constituem paisagens dinâmicas sobre Museologia LGBT, historicamente invisibilizada. Nesse sentido, Jean Baptista (2021) destaca que:

A Museologia LGBT é herdeira dos caminhos abertos pelos principais documentos da Sociomuseologia (Primo, 1999), dos Fóruns Nordestinos de Museus (Rocha, 2019), da política criada para promover os Pontos de Memória e, de modo muito particular, dos estudos sobre a relação entre negritude e Museologia. Como tem apontado Cunha (2017, p. 78) [...]. É por essas heranças que a Museologia LGBT insiste que a memória e a musealização de questões nossas não podem ser dedicadas exclusivamente a homens gays brancos provindos das elites dos grandes centros urbanos. A potência da Museologia LGBT reside em sua capacidade de se conectar com as dimensões de raça/cor, classe e geografia/origem própria das realidades populares (Jean BAPTISTA, 2021 p. 53).

Nesse aspecto, é oportuno destacar as mobilizações em rede. A organização de redes LGBT no Brasil<sup>28</sup> tem marco fundacional no dia 31 de janeiro de 1995 com a Associação de Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), considerada a maior rede de organizações LGBT na América Latina na luta pela cidadania e direitos humanos de LGBT, com centenas de grupos no país. A partir dos anos 2000, as redes se multiplicaram: Associação Brasileira de Lésbica (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Associação Nacional de Travestis (ANTRA), Rede Afro LGBT, Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB), além das redes locais em todo país. Atualmente a ordem da sigla ABGLT

---

<sup>28</sup> No ano de 1979 no Rio de Janeiro ocorreu o primeiro encontro de homossexuais militantes. Entre as resoluções a reivindicação do respeito a “opção sexual”, e no ano seguinte em São Paulo ocorre a primeira convocação de encontro de um grupo de homossexuais organizados; e em 1980 ocorre um segundo encontro de homossexuais que entre as demandas a criação de uma rede de nível nacional, efetivada em 1995 (Regina FACCHINI, 2005).

permanece a mesma, mas seu significado foi alterado para Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.

No cenário mais recente, como introduzido no início do capítulo, surgiram as Casas de Acolhida LGBT no Brasil e a organização da REBRACA LGBTI+, enquanto espaços de salvaguarda de corpos e memórias em vulnerabilidade, em meio ao descaso das políticas públicas voltadas para a população e comunidades LGBT. No próximo item apresentarei um mapeamento das Casas e das ações de resistências desenvolvidas nesses espaços.

### **1.3 – Cartografias da resistência: Casas de Acolhida LGBT no Brasil**

A ideia das Casas de Acolhida está relacionada de algum modo aos impactos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que estabelece a obrigatoriedade do Estado na criação de políticas públicas que assegurem a proteção através do acolhimento institucional às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou rupturas dos vínculos familiares. Desse modo, o intuito é cumprir o fundamentado na Constituição Federal de 1988 através do artigo 6.º que estabelece que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho a moradia, o lazer a segurança, a previdência social a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, e deliberada no artigo 227:

É dever da família, da sociedade do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

No dia 29 de julho de 2009 foram realizadas mudanças na legislação que alteraram a nomenclatura Abrigo para Programa de Acolhimento Institucional e/ou Familiar, conforme a promulgação da Lei n.º 12.010/2009, que destaca as mudanças no tipo de atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social com intervenção de várias medidas determinadas no art. 101 no ECA. O intuito aqui não é discutir a implantação e eficácia da nova política proposta pela legislação, mas perceber que a mudança buscou um distanciamento de práticas arbitrárias nas decisões tomadas pelos agentes de poder e dos estigmas construídos pela mentalidade da sociedade que comumente reconhece os abrigos como espaços de regras rígidas para infratores, enquanto a terminologia acolhida condiciona

um sentido de atenção e proteção à vítima. As pesquisadoras Layze Cassanha e Edelir Garcia (2013) afirmam que “os documentos legais apontam que as casas de acolhimento tenham características mais próximas de uma lar e não de uma instituição total” (p. 273). Ou seja, a nomenclatura Casa de Acolhimento insere uma nova representação filosófica menos estigmatizante e que em interpretação ampliada também pode ser estendida aos espaços de abrigo para a comunidade LGBT, idosos, imigrantes etc.

As Casas de Acolhida LGBT no Brasil que compõem esta pesquisa possuem como recorte de suas respectivas atuações institucionais a população LGBT adulta, com faixa etária a partir dos 18 anos e com finalidades em geral em torno da busca e garantia de apoio e acolhimento às pessoas LGBT em situação de vulnerabilidade social. As iniciativas surgem a partir da conscientização e resistência àqueles/as que viveram a rejeição e expulsão de casa pela família após declarar suas orientações sexuais ou identidades de gênero.

Segundo uma pesquisa da Prefeitura de São Paulo, em 2015, realizada pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) sobre o total da população em situação de rua na capital, entre 5,3% e 8,9% dessa população pertence à comunidade LGBT: “em vários aspectos a população LGBT parece viver numa situação mais precária do que a heterossexual: há mais pessoas da população LGBT exercendo a mendicância e atividades marginalizadas (prostituição, venda de drogas e roubos)” (p. 35). Todavia, a pesquisa não contempla a distinção de identidade sexual e identidade de gênero.

A ausência de dados oficiais sobre as distintas violências sofridas pela população LGBT também são mais uma forma de violência cometida pelo Estado contra as pessoas LGBT, pois contribui para exclusão das mesmas nos processos de formulações de projetos, programas e campanhas em prol da cidadania e desenvolvimento humano. Diante disso, o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)<sup>29</sup> realizam de modo independente coleta de dados das violências contra a população LGBT brasileira.

Mesmo com a pandemia do COVID-19 e as medidas de isolamento social, os índices de assassinatos de pessoas trans, especialmente das mulheres travestis e transexuais em 2020, aumentaram 48% no primeiro quadrimestre (entre janeiro e abril) com 64 casos, contra 43 no mesmo período de 2019, de acordo com o Boletim da ANTRA. O Relatório ainda alerta que o Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo.

O mapeamento proposto para visualização das Casas de Acolhida LGBT no Brasil se configura como experimento, que evidencia processos e produções de subjetividades,

---

<sup>29</sup> Focada na coleta de dados de violências contra travestis e transexuais (Trangêneros/res).



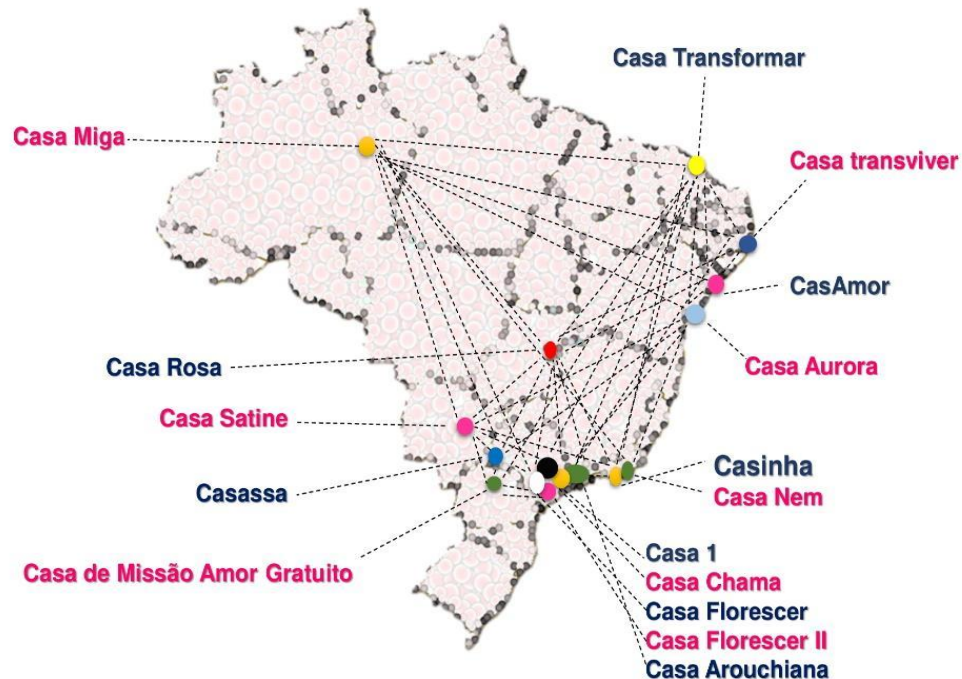
(des)conexões, (des)materialização dos espaços e/ou ações de transições que existiram, existem ou poderão existir, ou até mesmo transitar para outros fatos não previstos *a priori*, compondo paisagens dinâmicas e abertas. Félix Guattari e Gilles Deleuze (1995) evidenciam, nesse aspecto, o conceito de cartografia como mencionei na introdução, compreendida também como método de pesquisa qualitativa para referenciar o modo pelo qual concebem a produção de subjetividade, como um dos elementos para realizar uma cartografia social, aberto e suscetível de receber modificações constantes:

Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas e fugas, ruptura e resistência (Marcela MONTALVÃO; Kleber PRADO FILHO, 2013, p. 47).

Os dados sobre as Casas de Acolhida LGBT no Brasil foram coletados a partir de um conjunto de fontes como literatura acadêmica; matérias jornalísticas; sites e redes sociais das instituições; e o estabelecimento de contato com as instituições via WhatsApp (com as que possuíam), Facebook, Instagram e por e-mail enviando carta de apresentação sobre a pesquisa e aplicação de entrevista (Apêndice 1).

As entrevistas foram realizadas com aplicação de questionário semiaberto que possibilitou às instituições liberdade para inserir informações caso assim desejassem, gerando conexões, pontos, caminhos e fluxos outros que enriqueceram a compreensão das iniciativas desenvolvidas e, conseqüentemente, o resultado deste trabalho.

**Figura 1** - Mapeamento das Casas de Acolhida LGBT no Brasil.



Fonte: Dados coletados pelo autor, 2020.

Como é possível observar na figura 1, dezesseis iniciativas de Casas de Acolhida LGBT no Brasil foram mapeadas e identificadas nas cinco regiões do país<sup>30</sup>. O quantitativo em questão é aberto e pode ser alterado com a inclusão de outras Casas não identificadas neste trabalho. No entanto, esta construção cartográfica é um recurso de comunicação visual sobre processo de produções subjetivas sobre iniciativas complexas e dinâmicas que através da materialização dos espaços das Casas de Acolhida LGBT e/ou atividades construídas/executadas, encontram-se embasamentos nos aspectos sociais das relações culturais, políticas e ideológicas que compõem uma cartografia social.

Inicialmente estabeleci contato com as Casas enviando mensagens de apresentação informal pelo Facebook, Instagram e WhatsApp sobre mim, a proposta desta pesquisa e convidando cada uma das oito instituições, sem contabilizar com a CasAmor na qual sou voluntário (Casa Chama, Casa Miga, Casa Rosa, Casa Transviver, Casa Santine, Casinha, Casa TRANSformar, Casa Florescer), as quais havia identificado através das produções existentes e das redes sociais. Em paralelo estabeleci apresentação formalizada via e-mail com carta de

<sup>30</sup> Após identificação, construção do mapa e estabelecimento de contato com as 16 Casas supracitadas identifiquei mais duas Casas – Projeto Casulo/GO e Casa Brenda Lee/SP. Para a coleta dessas informações, enviei contato para aplicação do questionário, mas não obtive retorno.

apresentação e aplicação dos questionários. Em segundo momento estabeleci contato com as instituições após quinze dias e repeti sucessivamente a ação nesse mesmo espaço de tempo até o dia 15 de maio de 2020, para reforçar a importância da participação com a devolução do questionário respondido. Conforme ocorria a devolução, as informações das casas que integram a REBRACA LGBTI+ auxiliaram na identificação de outras Casas e, assim, repeti os processos realizados, o que resultou na identificação 16 casas e na coleta de dados institucionais fornecidas por 11 instituições.

No delineamento da pesquisa as/os representantes de todas as instituições foram solícitas/os, positivando participação ao convite, mas a nova realidade imposta pela pandemia que exigiu/exige concentração mais que redobrada para (re)pensar e criar estratégias de resistência em meio ao agravamento das situações enfrentadas pelas pessoas LGBT, impossibilitou de algum modo (recursos humanos, disponibilidade de tempo e outros possíveis fatores) a participação efetiva das cinco iniciativas. Digo isso, com base nas dificuldades reportadas informalmente por alguns/algumas representantes institucionais que responderam o questionário.

Em seguida, apresento um breve histórico da criação e um resumo de algumas iniciativas desenvolvidas por cada uma das dezesseis Casas de Acolhida cartografadas.

- **Casa TRANSformar:** desde meados do ano de 2017 a funkeira Nick Hot (mulher trans) costumava abrigar pessoas trans na casa que morava com seu marido Davy Lima, e no ano de 2019 transformou o local na Casa TRANSformar. A iniciativa oferece moradia provisória às pessoas LGBT na cidade de Fortaleza/CE. O espaço é uma criação liderada(o) por mulheres e homens trans. A instituição também oferece apoio psicológico e busca estratégias para oferecer qualificação profissional e educacional as/os assistidas/os.
- **Casa Transviver:** o espaço foi materializado no mês de junho de 2019 na cidade de Recife/PE e por falta de recursos financeiros ficou aberto até janeiro de 2020. É um projeto idealizado por Regina Guimarães (mulher cis, heterossexual e branca) e seu filho Ruan Gyan (Homem cis, gay e branco). O projeto chegou a receber promessas não cumpridas de parcerias com setores do Estado. Atualmente a iniciativa funciona sem espaço físico e desenvolve ações com distribuições de cestas de alimentação básica, com foco para as pessoas trans e seus filhos que vivem em condições de precariedade alimentar.
- **CasAmor:** até o momento o espaço não oferece moradia provisória e está localizada na cidade de Aracaju/SE e teve sua inauguração no dia 29 de janeiro de 2018. O

projeto foi idealizado por Linda Brasil (mulher trans, heterossexual e branca) e os processos de construção, manutenção e decisões adotadas se dão de modo coletivo. É um espaço de acolhida que oferece atendimento de saúde mental, assistência social, jurídico e cultural. A acolhida é voltada à comunidade LGBT.

- **Centro de Cultura e Acolhimento LGBTQIA+ Casa Aurora:** com apoio coletivo o espaço foi materializado no dia 31 de maio de 2019, está localizado na cidade de Salvador/BA e possui um quadro de voluntários ou colaboradores formado por pessoas LGBT e cisheterossexuais. A instituição foi idealizada por João, homem trans e negro e Sellena, mulher trans e negra. A Casa está instalada em imóvel alugado e, de modo geral, oferece moradia provisória às pessoas LGBTQIA+ entre a faixa etária de 18 a 29 anos. A instituição atua com as frentes: clínica Social (atendimento clínico, psicológico, psiquiátrico, psicoterapêutico e assistência social), atividades culturais e socioeducativas.
- **Casa Miga Acolhimento LGBT:** o espaço foi aberto no dia 17 de agosto de 2018 e idealizado pela Associação Manifesta LGBT está situada na cidade de Manaus/AM e oferece abrigo as pessoas LGBT brasileiras e refugiadas. Os processos de construção, manutenção e decisões adotadas são medidas que foram e continuam sendo tomadas coletivamente. A instituição desenvolve atividades restritas as/aos acolhidas/os com rodas de conversas, escuta e projetos de empreendedorismo.
- **Casa Rosa Cultural e Assistencial LGBT:** em ata a Casa foi constituída no dia 21 de abril de 2016, e desde setembro de 2017 o espaço físico está em construção. Até o presente momento não é oferecido moradia provisória, mas a iniciativa pretende oferecer serviços de saúde, cursos de capacitação técnica e rodas de conversas e atividades socioeducativas. O projeto foi idealizado por Marcos Venisson Tavares (homem cis, pardo e homoafetivo) com apoio coletivo.
- **Casa Nem de Acolhimento LGBTQIA+:** o espaço foi aberto no dia 13 fevereiro de 2016, pelo Grupo TransRevolução, na cidade do Rio de Janeiro/RJ e possui como fundadora Indianarae Siqueira (transvestigênera, parda). O espaço é gerenciado, mantido e possui decisões tomadas de modo coletivo. A iniciativa oferece abrigo provisório a população LGBTIA+, mulheres cisgêneras em situação de violência doméstica e familiar com foco em transvestigêneras, além oferecer atendimento

jurídico, serviço social, médico, psicoterapêutico, educacional, empreendedorismo e outros.<sup>31</sup>

- **Casinha:** o ano de 2017 é apontado como início das ações do projeto para materialização do espaço, porém até o momento da escrita deste trabalho não foi encontrado dados sobre a existência do espaço institucional. A iniciativa possui vários registros no perfil institucional nas redes sociais e está situado na cidade do Rio de Janeiro/RJ. De acordo com as informações coletadas, o projeto possui como objetivo oferecer moradia provisória as pessoas LGBT, qualificação profissional e educacional, atendimento psicossocial e atendimento jurídico. De modo paralelo, o projeto pretende criar um Centro Cultural para promover e atender a população artística e cultural LGBT.
- **Centro de Acolhida e Cultura Casa 1:** o espaço foi inaugurado no dia 25 de janeiro de 2017 na cidade de São Paulo/SP. A instituição oferece abrigo provisório as pessoas LGBT de 15 a 25 anos, além de acompanhamento de saúde mental e clínica, assistência social, assistência jurídica e atividades culturais desenvolvidas no Centro Cultural. A Casa foi idealizada por Iran de Jesus Giusti (Homem cis, branco e homossexual) com apoio e participação coletiva na materialização, gestão e decisões tomadas.
- **Casa Chama:** a instituição nasceu a partir de uma reunião presencial de virar voto contra Jair Bolsonaro no ano de 2018 e outras que sucederam no espaço do ateliê de Digg Franco (homem trans, branco) e de sua parceira Cintia Marcília (mulher cis, bissexual) na cidade de São Paulo/SP. O espaço foi se transformando na Casa Chama e não possui uma data inaugural. Atualmente a Casa está instalada em uma sala no Centro de Memória e Convívio Cecilia Meireles e não oferece moradia, porém ofereceu anteriormente quando estava instalada no antigo espaço do atelier. As ações desenvolvidas pela Casa tem como foco as pessoas trans atuando com quatro frentes: jurídica, psicossocial, cultural e autonomia financeira.
- **Casa Florescer:** a instituição é um projeto idealizado por Sâmia Bomfim em 2015, está localizada na capital de São Paulo/SP e foi inaugurado no dia 1 de março de 2016. O espaço oferece moradia provisória para mulheres transexuais e travestis, atendimento social, psicológico e reinserção para o mercado de trabalho. A fundação

---

<sup>31</sup> No dia 24 de agosto de 2020 foi cumprida à ordem judicial de despejo sobre a Casa Nem, em plena pandemia. No capítulo 2 apresentarei informações sobre esse fato.

é decorrente da articulação entre a Instituição CROPH (Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana), com as mulheres trans que vivem em Centros de Acolhidas masculinos e em parceria com a Secretária Municipal de Assistência e Serviço Social. A instituição é mantida com o apoio do poder público municipal com parcerias com algumas corporações. As decisões são tomadas em conjunto entre a equipe técnica em diálogo com coletivos trans da cidade de São Paulo. A segunda unidade denominada **Casa Florescer II** teve sua inauguração no dia 4 de novembro de 2019 e desenvolve ações e atendimentos de acordo com a primeira unidade da Casa Florescer.

- **Casa Arouchiana:** o espaço da Casa foi aberto no dia 15 de novembro de 2019. O projeto é uma iniciativa do coletivo arouchianos que busca oferecer moradia provisória as pessoas LGBT e acolhida, oferecendo atendimento psicossocial, terapêutico, cursos de capacitação profissional, oficinas de arte e cultura. A instituição busca também um espaço para preservação da memória LGBT da região do Lago do Arouche, situado na capital paulista.
- **Casassa:** Casa de Acolhimento LGBT de Presidente Prudente/SP. No ano de 2017 o espaço foi materializado e oferece moradia provisória. O projeto é liderado por um grupo independente de militantes da causa que no ano de 2016, durante a Semana da Diversidade que ocorreu no Centro Cultural Matarazzo de Presidente Prudente, tiveram a ideia de construir um espaço do acolhimento para pessoas LGBT. A instituição possui grupos de trabalhos de acolhimento emergencial, financeiro, divulgação e jurídico, educação e cultura, doação e atendimento.
- **Casa de Missão Amor Gratuito:** A inauguração espaço ocorreu no dia 25 de abril de 2010, na cidade de Sarandi/PR. A instituição oferece moradia provisória a população LGBT e cisheterossexual. O projeto do espaço foi idealizado por Celio Rodrigues Camargo (homem cis, gay e pardo) é abraçado coletivamente por pessoas LGBT. Parcerias de cursos são disponibilizados por meio de projetos oferecidos por voluntários para as/os assistidas/os.
- **Casa Satine:** é uma iniciativa da Instituto de Cidadania e Juventude de Mato Grosso do Sul. O instituto é uma ONG que através da Casa visa acolher institucionalmente pessoas LGBT, educação e Espaço Cultural. As informações sobre a existência espaço do espaço físico não foram encontradas, porém várias ações culturais foram e estão sendo promovidas pela Casa Satine de acordo com os registros das ações

publicadas no perfil institucional nas redes sociais e também não foi encontrado dados da cidade específica de atuação.

- **Casa Rosa Cultural e Assistencial LGBT:** foi registrada em ata no dia 21 de abril de 2016, na cidade de Brasília/DF. Mas, o espaço funciona de forma temporária e de maneira improvisada desde setembro de 2017, não tendo uma data de inauguração oficial do espaço, pois está em obras da construção do espaço físico e futuramente pretende oferecer moradia provisória as pessoas LGBT. O idealizador do espaço é Marcos Venisson Tavares (homem cis, homoafetivo e pardo) com apoio coletivo. O projeto possui a finalidade de oferecer serviços de saúde, cursos de capacitação e renda, encontros e rodas de conversas.

Todas as Casas de Acolhida apresentadas são organizações não governamentais mantidas com apoio da sociedade civil, do trabalho voluntário, das tímidas parcerias esporádicas de pessoas jurídicas e da atuação da Rede de Casas. A única Casa que passou a ter apoio do poder público foi a Florescer que também ganhou sua segunda unidade na cidade de São Paulo. As pautas presentes nas configurações de cada uma das Casas são entrelaçadas pelos serviços das áreas da saúde, direito, serviço social e cultura, oferecidos ou a oferecer através das atividades idealizadas ou executadas sob protagonismo das pessoas LGBT nas idealizações e materialização desses espaços.

O protagonismo LGBT e as frentes das ações são fatores determinantes para que possamos compreender o próprio ato de criação desses espaços e das atividades realizadas, que evidenciam estratégias de reparação histórica. Tal argumento se fundamenta pelo contexto sociocultural em que a comunidade LGBT brasileira está condicionada e que, a partir dos modos explicitados em que os espaços foram/são/estão sendo constituídos, transcendem desejos pela preservação da vida, que denunciam os despreparos, as negligências, exclusões, ausências e o caráter LGBTfóbico do Estado em atendimento às demandas da nossa comunidade.

Desse modo, as iniciativas de novos processos museológicos presentes nos espaços das Casas também são modos de reparação social e museológica. Essas iniciativas comunitárias na configuração de processos museológicos presentes na Casas de Acolhida LGBT, que explicitarei no item 1.4, talvez se aproximem ou se assemelhem de outras iniciativas comunitárias LGBT que não tiveram o reconhecimento de suas ações nos concursos do Programa Ponto de Memória, como discutido anteriormente.

A pesquisadora Maria Célia Teixeira Moura Santos (2002) compreende os processos museológicos a partir de uma concepção ampliada, destacando que, na maioria das vezes, excluem os anseios da sociedade:

A relação entre o processo museológico e exclusão, não pode ser entendida de forma dissociada na tentativa de uma aproximação com uma visão real da sociedade com uma construção histórica trespassada por conflitos, antagonismos e lutas, em que a questão do poder está sempre presente, exigindo ser equacionada e socializada. A relação museu-sociedade tem sido evidenciada pela atuação de técnicos que cumprem, bem ou mal, a política cultural estabelecida pelo sistema vigente, por meio do atendimento a metas e objetivos propostos por determinados segmentos, e que trazem, no seu bojo, na maioria das vezes, a ausência de uma ação comprometida com o desenvolvimento social, ou, quando muito, especificam metas e diretrizes que traduzem uma preocupação com uma aproximação maior entre as instituições museais e os anseios da sociedade, permanecendo, em geral, no papel, devido às diversas barreiras que invisibilizam a sua execução (Maria Célia Teixeira SANTOS, 2002, p. 76-77).

Os processos museológicos executados nas Casas de Acolhida LGBT não se apresentam como centralidade nas pautas. São apresentadas de modo horizontal junto a outras pautas, diluídas ou até mesmo não mencionadas discursivamente em termos técnicos, mas praticadas enquanto ação de fortalecimento pelo direito à dignidade da vida humana. Ações que muitas vezes escapam do olhar tecnicamente enviesado a identificar práticas museológicas aplicadas nas instituições museais que caracterizam os processos museológicos enquanto prática principal na gestão do espaço ou do território.

Nas terminologias destas iniciativas são largamente utilizadas com maior intensidade a palavra “casa”, que possui vários significados e ressalto o que considero mais pertinente para esta reflexão como lugar ou espaço de reuniões, encontros ou à moradia de pessoas, que por vezes expressamos o que acontece dentro de nós e que concordo com o sentido afetivo atribuído por Luciana Mussi e Beltrina Côrte (2010):

O sentido afetivo da palavra moradia, “a casa”, é o lugar destinado à construção de relações, vínculos, como um reservatório de lembranças que, a qualquer momento, um detalhe, um cheiro, um objeto, um olhar, são rapidamente evocados e se apresentam da maneira como as ressignificamos (Beltrina CÔRTE; Luciana MUSSI, 2010, p. 234).

Outras nomenclaturas como “acolhimento LGBT” e “cultural” são agregadas para caracterizar um sentido formal e plural das iniciativas desenvolvidas por estes espaços, agregando perspectivas de positavações expositivas de direitos indispensáveis à pessoa humana. Nesse sentido, as diversas nomenclaturas utilizadas pelas Casas evidenciam o aspecto rizomático, com linhas de fuga e desterritorialização.

A figura 2 ilustra por meio dos logotipos das Casas de Acolhida LGBT que autodenominam-se Centro Cultural e/ou Centro de Memória:



**Figura 2** – Casas de Acolhida LGBT: centros culturais e/ou centros de memória



Fonte: Dados coletados pelo autor, 2020.

O auto reconhecimento das Casas de Acolhida enquanto Centro de Cultura (Casa 1, Casa Aurora, CasAmor e Casa Rosa), Centro de Memória (Casa de Missão Amor Gratuito) ou Centro de Cultura e Centro de Memória (Casa Chama e Casa Nem), transparece pulsações de novos imaginários museológicos marcadas pelo protagonismo LGBT que conferem importância de modo consciente sobre a promoção de preservar, pesquisar e comunicar aos seus modos e subjetividades, as memórias, produções e práticas culturais das mesmas, como parte indissociável dos processos de reivindicações e visibilidade.

Ana Camargo e Silvana Goulart (2015) indicam que os centros de memória começaram a surgir no Brasil na década de 1980, ligados às organizações públicas, privadas e de terceiro setor:

A ideia de que centros de memória são um misto de arquivos, bibliotecas e museu – e que extraem dessa mistura novas funcionalidades – não se esgota no inventário de suas afinidades e diferenças. É preciso verificar até que ponto constituem um espaço institucional realmente novo, o que implica verificar também em que medida seu aparecimento, no âmbito das organizações, reflete as profundas alterações ocorridas no mundo contemporâneo (Ana CAMARGO; Silvana GOULART, 2015, p. 29).

As diversas características das instituições denominadas “Centro de Memória” embaraçam uma conceituação generalizada sobre esses espaços. As pesquisadoras compreendem que atualmente os centros de memória são alvos de interesse das universidades, escolas, partidos políticos, sindicatos, igrejas, entre outros, e não mais somente das grandes corporações. O fenômeno se dá devido a uma forte consciência sobre a importância e necessidade de preservar a memória das mesmas, como parte da memória da sociedade em que estão inseridas. A memória surge, assim, como pauta de reivindicações. Após avaliar as intencionalidades de algumas empresas privadas e públicas de grande porte que possuem centros de memória, as pesquisadoras afirmam que:

A somatória dos argumentos apresentados coloca o centro de memória como fator estratégico no âmbito das organizações, reforçando os vínculos mantidos com diferentes públicos, garantindo visibilidade a suas ações e funcionalidades como um verdadeiro triunfo em situações de crise (Ana CAMARGO; Silvana GOULART, 2015, p. 83).

Maria Celina Silva (2006), ao analisar as redes de construções e reconstruções do conceito de centro cultural, identifica que o surgimento institucional é apresentado como uma tentativa de dinamizar dentro do mesmo espaço institucional as atividades de museus, arquivos, bibliotecas, cinema, teatros e shows. Todas essas atividades podem ocorrer de forma integrada ou não:

No caso, o centro cultural não é necessariamente um local de guarda de registro da memória, não é necessariamente um local de espetáculo ou lazer, e também não é necessariamente um local de ensino, pesquisa ou comércio. Mas pode ser tudo isso integrado. Ou algo mais (Maria Celina SILVA, 1992, p. 90).

Mas, para a autora, a memória está imbricada aos centros culturais e é necessário considerar o caráter político desses espaços e seus processos seletivos adotados nos recortes das memórias a serem trabalhadas. São espaços que voltam suas ações dinâmicas à cultura, promovendo diálogos, interações, estímulos, debates, reinterpretações e transformações:

Segundo a produção acadêmica, o centro cultural é um espaço de ação, criatividade, consciência, comunicação, dinamismo, estudo, envolvimento, informação, investigação, preservação, memória, e tantos outros substantivos mencionados (Maria Celina SILVA, 1995, p. 92).

Maria Celina Silva (1995) também ressalta que não se deve limitar a reconhecer como centros culturais somente as instituições que foram criadas com esta denominação, entretanto, qualquer instituição pode ser reconhecida como tal, mediante as características apresentadas.

Desse modo, os centros de memória e os centros culturais ou ambos, integradas em anexo ou no mesmo espaço das instalações institucionais das Casas de Acolhida LGBT, complexificam as ações e as atividades, ampliando os poros e as fronteiras instauradas pelas práticas híbridas que transitam, sobreexcedem e desestabilizam as tentativas normatizadoras, agenciando saberes e criando conexões diversas, gerando novas práticas.

Diante disso, as Casas de Acolhida se transvestem em muitas outras coisas, no sentido da ideia do museu como espaço travesti, conforme a experiência proposta por Giuseppe Campuzano, fundador(a) do *El Museu Travesti* (O Museu Travesti) como discutido por Jean Baptista e Tony Boita (2014). De acordo com os autores, o próprio corpo de Campuzano era o suporte expositivo de seu acervo, na qual travestia de deusas incaicas, Virgem Maria e outras, dando novos sentidos como metáforas para denunciar a transfobia religiosa e o racismo estruturados na sociedade peruana e nas instituições estatais:

Embora a transfobia tenha determinado a exclusão do pensamento trans da produção museológica, Campuzano demonstrou que a capacidade de transicionar está na essência da museologia. Nos museus, transicionamos patrimônios, reencontramos suas identidades em espaços contemporâneos e travestimos os objetos com novos sentidos, sentidos contemporâneos. O Museu é de fato, um espaço travesti (Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2014, p. 8).

Nos últimos anos, no contexto brasileiro a democratização da memória nos espaços museais e museológicos a partir das discussões museológicas sobre o direito à memória e do contexto fóbico à comunidade LGBT, e principalmente da população trans, as Casas de Acolhida LGBT se transvestem como metáforas para denunciar a realidade cultural LGBTfóbica brasileira.

#### **1.4 - Processos museológicos em Casas de Acolhida LGBT no Brasil**

Para além das práticas museológicas sobre a comunidade LGBT institucionalizadas nos museus, optei em direcionar meu olhar para identificar atividades que caracterizam de modo geral os processos museológicos de pesquisa, preservação e comunicação sobre acervos ou coleções, autoreconhecidas e praticadas pelas Casas de Acolhida LGBT no Brasil: “esclarecendo, entretanto, que, para nós, a aplicação do processo museológico não está restrita a instituição museu, ele pode anteceder à existência objetiva do museu ou ser aplicado em qualquer contexto social” (Maria Célia Teixeira SANTOS, 2002, p. 79).

A abordagem quali-quantitativa se complementa nos processos museológicos aqui pesquisados. O método das duas abordagens proporciona uma visão ampla da análise, efetivada mediante conexão na qual os dados qualitativos coletados apresentaram demandas quantitativas para compor a paisagem dinâmica visual da análise:

A integração, combinando dados qualitativos e quantitativos, pode se efetivar, mediante três formas: por convergência, na fusão do quantitativo e qualitativo durante a fase de interpretação ou análise dos dados; por conexão, na qual a análise de um tipo de dado demanda um segundo tipo de dado; e por acoplamento, que por sua vez, resulta da introdução de um tipo tanto em um desenho, quanto em dados de outro tipo (Maria Teresa KERBAUY; Kellcia SOUZA, 2017, p. 38-39).

No entanto o quantitativo aqui não se traduz como conceito de unidades de medidas que traduz uma estrutura de elementos objetivos sobrecodificados. Para Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995):

A unidade sempre opera no seio de uma dimensão vazia suplementar àquela do sistema considerado (sobrecodificação). Mas acontece, justamente, que um rizoma, ou multiplicidade, não se deixa sobrecodificar, nem jamais dispõe de dimensão suplementar ao número de suas linhas, quer dizer, à multiplicidade de números ligados a estas linhas (Gilles DELEUZE; Félix GUATTARI, 1995, p. 16).

A composição da cartografia representada nas figuras deste item possui como base os dados coletados em questionários realizados por mim (Apêndice 2), aplicados nas instituições CasAmor, Casa Aurora, Casa Miga, Casa Chama, Casa Transviver, Casa Nem, Casa Rosa, Casa 1, Casa Florescer I e II e Casa Missão Amor Gratuito, que representam 70% das Casas identificadas no item 1.3. Os 30% faltantes que confirmaram participação durante os contatos em que realizei, não entregaram o questionário e as informações coletadas por outras fontes são insuficientes para compor a amostragem. Diante disso, para eficiência dos resultados identificados, tomei como referência as onze instituições que responderam ao questionário e que, nesse estudo, passam a compor a margem de 100% dos resultados.

**Figura 3** – Termos prevalentes no mapeamento de processos museológicos nas Casas de Acolhida LGBT



Fonte: Dados coletados pelo autor, 2020. Fotografia de fundo: Google Imagens. Imagem modificada pelo autor.

A figura 3 ilustra os processos museológicos identificados nas Casas de Acolhida LGBT no Brasil e, conforme análise dos dados coletados entre as onze Casas, sete (Casa Nem, Casa Rosa, CasAmor, Casa Chama, Casa 1, Casa Aurora e Casa Amor Gratuito) afirmaram desenvolver atividades curatoriais com **comunicação/exposição** de expressões artísticas. Das sete, cinco (Casa 1, Casa Aurora, Casa Chama, CasAmor e Casa Nem) afirmaram possuir coleções ou acervos relacionados às memórias e histórias ou às relações cotidianas que permeiam aspectos das realidades vivenciadas por pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros disponíveis em circuito expositivo do espaço. Outras duas (Casa Amor Gratuito e Casa Rosa) não responderam. Todas as onze instituições confirmaram que recebem visitantes de grupos de estudantes, pesquisadores acadêmicos, público em geral e representantes de pessoas jurídicas para conhecer os espaços.

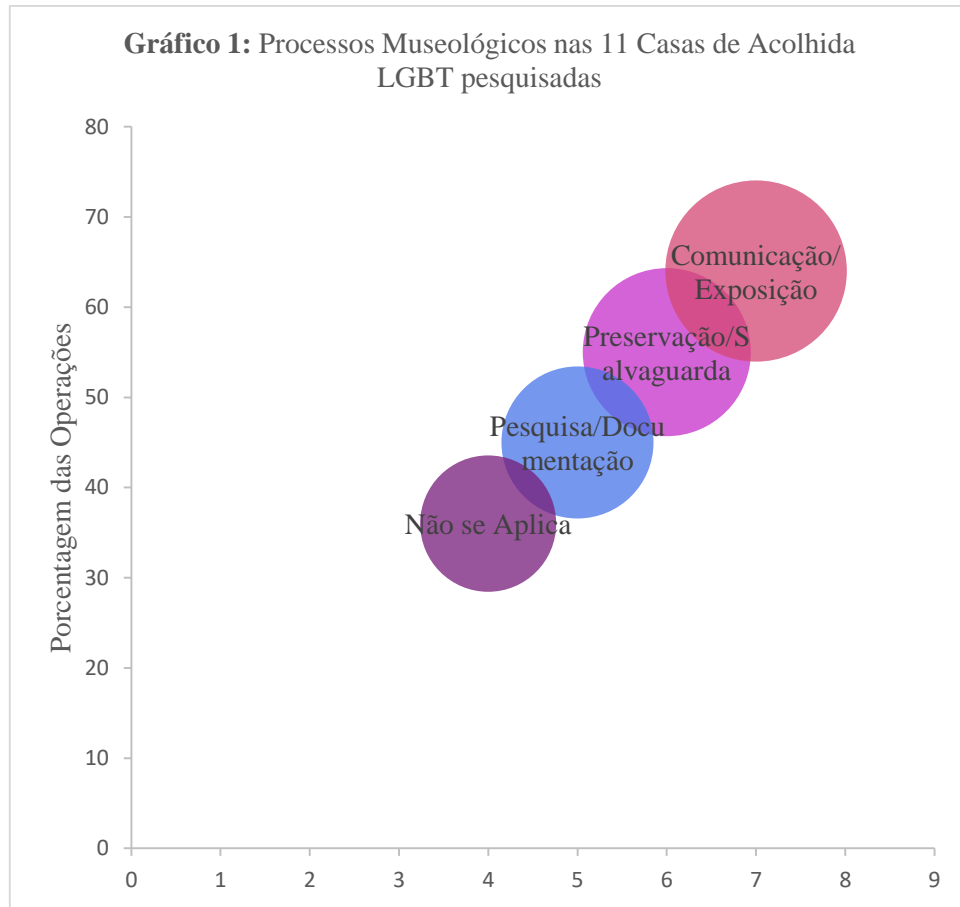
Das sete casas que afirmaram realizar ações museológicas, cinco (Casa Nem, Casa 1, CasAmor, Casa Chama e Casa Rosa) afirmaram desenvolver atividades de **pesquisa/documentação** sobre as coleções ou acervos. E em resposta à pergunta específica sobre a documentação referente às coleções ou acervos, três (Casa Chama, CasAmor e Casa

Nem) informaram que possuem registros ou catalogações; uma (Casa 1) respondeu que possui registro, inventário, catalogação e histórico, e uma (Casa Rosa) não respondeu.

Seis instituições (CasAmor, Casa Chama, Casa Nem, Casa 1, Casa Aurora e Casa Rosa)<sup>32</sup> responderam que **preservam/salvuardam** acervos ou coleções que foram doados. Entre elas, quatro (Casa Aurora, Casa Nem, Casa 1 e Casa Chama) responderam que os acervos ou coleções foram integrados ao espaço institucional por meio de doações, aquisição e criadas no espaço; uma (Casa Rosa) respondeu que somente por meio de doação, e uma (CasAmor) por meio de doação e criação no espaço. Em resposta específica a pergunta sobre as tipologias do acervo, cinco instituições (CasAmor, Casa Chama, Casa Aurora, Casa Nem e Casa 1) responderam: uma (Casa Nem) possui acervos ou coleções de arte, biográfico e antropológico; uma (Chama) somente de artes; uma (Casa Aurora) possui acervo histórico, biográfico e antropológico; uma (Casa 1) possui de artes, histórico, antropológico, biográfico e arquivístico/documental; e uma (CasAmor) afirmou possuir acervos de artes, arquivístico/documental e misto. Dentre elas, somente uma instituição (Casa 1) afirmou possuir reserva técnica.

---

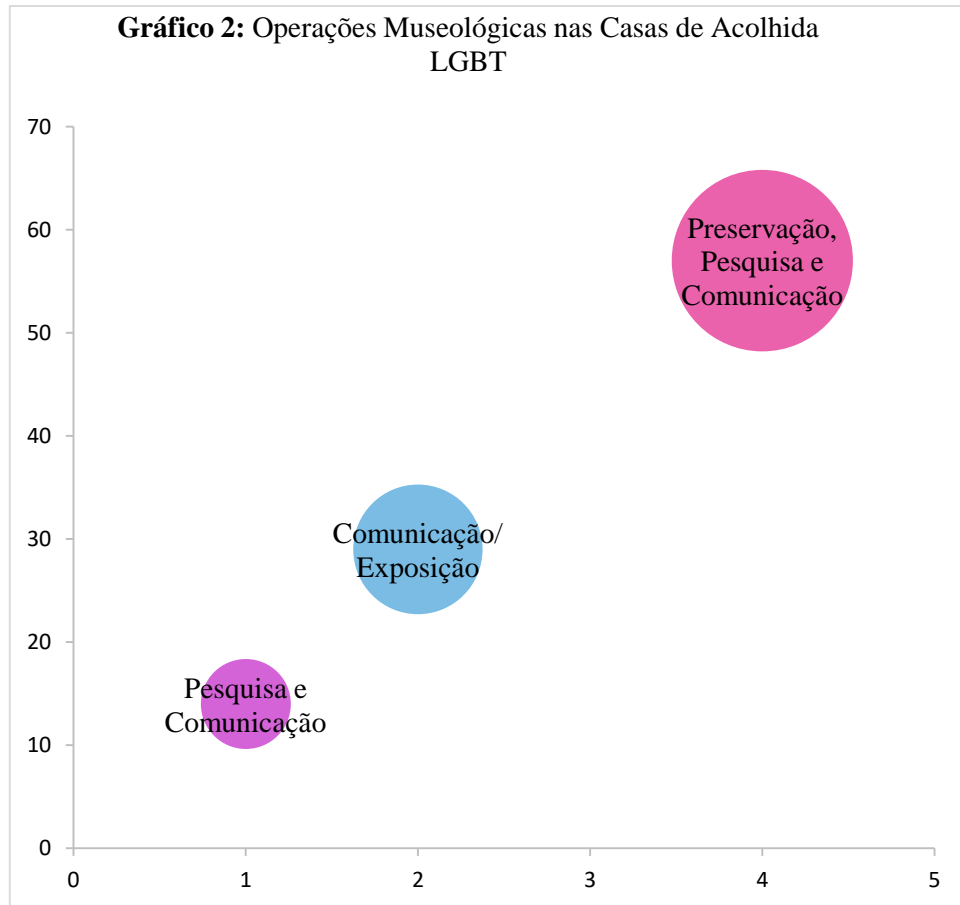
<sup>32</sup> A Casa Rosa e Casa Aurora não confirmaram preservar/salvuardar acervos ou coleções, quando questionadas em pergunta específica, mas, ambas afirmaram possuir acervos ou coleções institucionalizadas por meio de doação ou aquisição ou criadas no espaço institucional. Desse modo compreendo que as instituições preservam/salvuardam acervos ou coleções.



Fonte: Dados coletados pelo autor, 2020.

No **Gráfico 1** é possível visualizar que a comunicação/exposição é uma das operações mais executadas, retratando 64%, em seguida com 55% de preservação sobre os acervos ou coleções que salvaguardam, 45% desenvolvem pesquisa/documentação dos acervos ou coleções e 36% afirmaram não desenvolver processos museológicos.

Em análise mais detalhada sobre as sete Casas (Casa Nem, Casa Rosa, CasAmor, Casa Chama, Casa 1, Casa Aurora e Casa Amor Gratuito, que corresponde a 64% das identificadas na análise anterior) que desenvolvem operações de processos museológicos, e nessa análise compõem 100% dos resultados, temos no **Gráfico 2** o seguinte cenário:



Fonte: Dados Coletados pelo autor, 2020.

Das sete Casas que afirmaram desenvolver processos museológicos: 57% destacaram a tríade dos processos, 14% destacaram somente pesquisa e comunicação e 29% que desenvolvem somente comunicação/exposição.

É importante destacar que entre as sete Casas que afirmaram desenvolver processos museológicos algumas possuem profissionais de museus ou da museologia: Casa 1, Casa Chama e CasAmor. E devemos nos atentar sobre a realização de processos museológicos mesmo nas Casas que não responderam ao questionário.

Um dos dados que me chamou a atenção no mapeamento foi a reincidência do termo trans (travestis e transexuais) na trajetória das Casas, como um dos grupos mais presentes na concepção desses espaços como podemos observar na nuvem de palavras no gráfico 3:





## **CAPÍTULO 2 – ENFRENTAMENTOS E RESISTÊNCIAS: CASAS DE ACOLHIDA LGBT E PROTAGONISMOS TRANS**

A desumanização das pessoas LGBT era uma das pautas da política de Estado através do aparato de violências no regime da ditadura militar (1964-1984), que perseguia, prendia, torturava e assassinava as pessoas LGBT ou homossexuais (como era chamada a comunidade no período), sob justificativa da lei contra “vadiagem”<sup>33</sup>, deflagrando prisões das travestis, com intuito de reprimir e invisibilizar as identidades de gêneros e sexuais. O pesquisador Renan Quinalha (2018) identifica que nesse período da ditadura militar homossexualidade, transgeneridade, erotismo e a pornografia se tornaram temas de segurança nacional para os militares, com pretensão de controle moral nas manifestações e expressões sobre os desejos e afetos considerados “desvios” e “perversões”: “é nesse sentido que se pode falar em uma ditadura hetero-militar, em que houve uma política sexual oficializada e institucionalizada para controlar manifestações tida como ‘perversões’ ou ‘desvios’” (p. 31).

O fim do regime autoritário não significou/significa que as violências contra as pessoas LGBT foram abandonadas pela política de Estado. É tanto que, em 1987, a polícia deu início a Operação Tarântula, que foi deflagrada nas ruas da cidade de São Paulo com principal objetivo de prender as travestis profissionais do sexo, sob justificativa de conter a propagação da Aids (BARBOSA, Roberta B.; CALVACANTI, Céu; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho, 2018; TREVISAN, João Silvério, 2020). Com as repercussões da operação policial e seu caráter autoritário, o Estado se viu acuado e suspendeu as novas operações planejadas, todavia, logo em seguida, várias travestis em pontos de prostituições foram assassinadas em série, na capital paulista. Na época, agentes da segurança pública e grupos “anti-gays” que se declaravam abertamente a favor do extermínio das pessoas travestis e homossexuais foram apontados como suspeitos de ter cometido os crimes. Mas nenhum criminoso foi condenado, responsabilizado ou identificado (OLIVEIRA, Francine, 2016).<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”. A lei foi criada durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), no governo Getúlio Vargas, e era usada para encobrir os abusos policiais contra pessoas pobres e negras, que eram pressas nas abordagens pelo simples fato de estar desempregado ou porque não estava portando documentos que provasse vínculo empregatício ou identificação pessoal. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lei-de-1941-considera-ociosidade-crime-pune-vadiagem-com-prisao-de-3-meses-14738298#ixzz6bRqSBqDx>. Acesso em 20 de out. 2020.

<sup>34</sup> Para saber mais sobre a dimensão do pensamento de ódio generalizado no período assista o documentário “Temporada de Caça” de Rita Moreira, disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=rjan\\_Yd0C5g](https://www.youtube.com/watch?v=rjan_Yd0C5g)

As violências em suas múltiplas manifestações contra a comunidade LGBT são práticas cultivadas pelo Estado brasileiro conservador, na qual diversas agências em uso de suas competências distintas, consagram a cisheteronormatividade como atos normativos e administrativos das diretrizes institucionais, como forma de repressão do que é aceitável e desprezível. Esse legado de práticas estatais de violências contra as pessoas LGBT em geral ainda está presente em pleno sistema político democrático, marcado por tentativas de moralização das sexualidades e das transgeneridades dissidentes da matriz heterossexual e cisgênera que continuam sendo estigmatizadas no imaginário social. Prova disso são as instituições públicas museais que prevalecem construindo narrativas e práticas museológicas como se não existíssemos, retroalimentando o imaginário de que não somos dignas/os de reconhecimento positivo nas narrativas oficiais, como discutido no primeiro capítulo.

Diante desse contexto de opressões, autoritarismos, desigualdades e invisibilidades, muito nos ensinou/ensinam as resistências das/os nossas/os ancestrais negras(os)/pretas(os), que diante as torturas e violências, nos compartilharam a importância de aquilombar para (re)existir aos sistemas imperiosos.

No atual bairro da Bela Vista (popularmente conhecido como Bixiga), região central da cidade de São Paulo, e antigo espaço territorial de ocupações quilombolas formado durante a escravização colonial, ainda é possível encontrar vestígios arqueológicos como do Quilombo Saracura onde marcas da antiga população quilombola resistem, como abordado pelo antropólogo e arqueólogo Alessandro Luíz L. de Lima (2019). É em meio a essa sobreposição histórica e cultural do território do Bixiga que, em 1984, Brenda Lee adquiriu um imóvel na Rua Major Diogo, 799, com pretensão de fazer do espaço uma pensão para disponibilizar moradia, principalmente para as pessoas trans que não conseguiam alugar imóveis no mercado imobiliário (por motivos de preconceito e/ou por ausência de documentos exigidos). O espaço logo se transformou em refúgio para as pessoas trans, sendo reconhecido na época como Palácio das Princesas, conforme destacou Rita Colaço (2009)<sup>35</sup>:

---

<sup>35</sup> Rita Colaço é doutora em história social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e atua como historiadora autônoma com ações em prol da efetividade da cidadania cultural para as pessoas LGBT. A pesquisadora atua nos temas ligados a memória, patrimônio cultural, cidadania cultural, campo judicial, homossexualidades - "LGBTI+" - mecanismos de proteção social autoconstruídos - territórios de resistência - ativismos - sociabilidades - movimento homossexual brasileiro - travestis e transformismo, shows e teatro. Criadora do Blog "Memórias e Histórias das homossexualidades" a qual faço uso de consulta como fonte informacional para este trabalho de dissertação sobre a trajetória de Brenda Lee, tendo em vista a escassez de conteúdos publicados e avaliados em revistas científicas sobre o ativismo de Brenda Lee. A autora Rita Colaço, possui publicações relacionadas a temática LGBT em revistas científicas, mas é no espaço de seu blog existente a mais de uma década que publica seus conteúdos de pesquisas. A historiadora também é idealizadora e criadora do Museu Bajubá (2012), que encontra-se em processo de construção das exposições dos acervos/coleções no espaço virtual da instituição através do endereço: <<https://museubajubarj.blogspot.com/>>.

Nesse imóvel Brenda Lee acolhia as jovens travestis expulsas de suas famílias consanguíneas, em razão de homossexualidade - prática que resiste até nossos dias. Após a série de assassinatos de travestis na região da Avenida Indianópolis e Chácara Flora, na Zona sul paulistana, em 1985, mais travestis foram acolhidas. Foi assim que surgiu o “Palácio das Princesas”. Espontaneamente (Rita COLAÇO, 2009, s/p).

No dia 10 de janeiro de 1948, na cidade de Bodocó/Pernambuco, nasceu Brenda Lee. Aos 14 anos de idade ela se mudou para o bairro do Bixiga na capital paulistana, já se apresentando como Caetana. Em São Paulo, para sobreviver, trabalhou como profissional do sexo e passou a residir uma temporada em Paris/França, exercendo a mesma atividade profissional. Aos 36 anos de idade retornou para o Brasil, decidida a não exercer mais a profissão sexual e para possuir renda comprou um sobrado no Bixiga o transformando em pensionato. Em 1985, Brenda Lee começou a acolher em seu pensionato muitas amigas travestis adoecidas pelo vírus da AIDS e em abandono social e familiar e, em decorrência disso, percebeu a necessidade de ampliar o apoio a outras doentes com o vírus que estavam na mesma situação. No período, não existia programas de apoio ou fornecimento de remédios<sup>36</sup>. Em 1986, o Palácio das Princesas se tornou popularmente reconhecida como Casa de Apoio Brenda Lee.

De acordo com Gisela Soler Mampel (2020), a casa que era um pensionato passou a ser um espaço de acolhida, apoio e afeto às pessoas trans doentes que não tinham onde ficar por terem sídas expulsas por suas famílias consanguíneas. Muitas trans que moraram no pensionato receberam ajuda de Brenda Lee para morar na Europa, na busca por uma vida melhor e com intuito de sobreviver a caça oficial da polícia e de grupos transfóbicos que estavam assassinando em série as pessoas trans no Brasil. Junto à epidemia da AIDS foram produzidos discursos por médicos conservadores e higienistas, que culpabilizaram a existência do vírus em função das relações sexuais de pessoas homossexuais. Uma parte significativa da imprensa, por sua vez, denominou o vírus como “Peste gay” e “Câncer gay”, produzindo estigmas e violências contra a comunidade homossexual, ao corporificar o vírus sobretudo aos corpos das pessoas trans, o que gerou uma explosão de violências e assassinatos.

Brenda Lee estabelecia contato direto e intenso com o Hospital Emilio Ribas, realizando acolhimento aos que não possuíam “casa” e nem parentes que cuidassem delas e

---

<sup>36</sup> “A Organização Pan-Americana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde, entre os anos de 1983 e 1985 promoveram reuniões técnicas de intercâmbio, mas foi apenas partir de 1986 que se constituiu um núcleo de aids para elaborar pautas e recomendações para implantação de programas nos países da região [...]. Em 1988, foi criado o Programa Nacional de Combate de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids, que teria um papel-chave no âmbito das ações de combate à doença, e cujo contexto histórico está situado no final do primeiro governo civil após o regime militar” (Ana Lucia MONTEIRO, Wilza Vieira VILLELA, 2009, p. 33-34).

precisavam dar continuidade ao tratamento (Gisele MAMPEL, 2020). O trabalho social de Brenda Lee ganhou visibilidade e sensibilizou diversas pessoas: travestis brasileiras que moravam na Europa começaram a enviar auxílio, líderes religiosos, médicos, apresentadores televisivos e população em geral fortaleceram a ação (Rita COLAÇO, 2009). Brenda Lee se articulou em busca de apoio para melhorar as condições de acolhimento e participou de palestras, eventos culturais e programas televisivos. A partir das realidades discutidas, busco tensionar os processos de subjetividades atravessados pelos marcadores sociais da diferença.

A Casa foi a primeira ONG do Brasil e da América Latina a desenvolver ações de luta contra o HIV/AIDS, voltada principalmente ao acolhimento de pessoas trans. Conseguiu firmar parcerias em 1988 com o Hospital Emilio Ribas e um convênio entre a Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo para ampliação do acolhimento de pessoas soropositivas, fossem elas transgêneras, cisgêneras, héterossexuais ou não (Gisele MAMPEL, 2020). Com isso, Brenda Lee estabeleceu uma relação com o Estado para inclusão e desenvolvimento e implementação de política pública ligada às questões de enfrentamentos a AIDS, contudo, somente a partir da década de 1990 que o movimento trans juridicamente organizado irá surgir, como apresentarei no item 2.2.

No ano de 1992, a Casa de Apoio Brenda Lee foi registrada juridicamente em cartório. E no dia 28 de maio de 1996, Brenda Lee foi assassinada por um dos funcionários da Casa por ela ter registrado denúncia contra o mesmo por tentativa de golpe financeiro, através da adulteração do valor de um cheque assinado por ela. A Casa memorizada em seu nome suspendeu as atividades em 2011 e votou a funcionar em 2015. Em 2017 suspendeu novamente as ações. Na página oficial da Casa no Facebook consta informações publicadas no mês de novembro de 2019 destacando que o espaço está passando por reformas estruturais e que em breve as atividade de acolhimento serão retomadas. A página também possui compartilhamento de informações sobre outras iniciativas de Casas de Acolhidas LGBT (Casa Chama, Casa Transviver, Casa Arouchianos) e, até o momento, as atividades não foram retomadas pela instituição.

Em reconhecimento ao protagonismo de Brenda Lee, Rita Colaço (2009) destacou que:

Um filme documentário foi produzido em 1988, dirigido por Pierre-Alain Meier e Mathias Kalin, abordando a vida de Brenda Lee e mais outras quatro travestis – Thelma Lipp, Condessa da Nostromundo, Andréia de Maio e Claudia Wonder. Chama-se *Dores de Amor*. Um prêmio em Direitos Humanos foi instituído como seu nome no Brasil, há uma biografia sua na Wikipédia e uma comunidade foi criada no Orkut em sua memória (Rita COLAÇO, 2009, s/p).

É devido a necessidade de visibilizar trajetórias como a de Brenda Lee que este capítulo abordará o surgimento de algumas Casas de Acolhida LGBT sob os protagonismos de pessoas trans. Como estratégia metodológica, utilizo como referência de análise documentos oficiais gerados pelos coletivos, publicações nas páginas dos perfis oficiais nas redes sociais e sites pertencentes aos grupos e das/os as/os ativistas e das instituições das Casas de Acolhida; os dados coletados pelo questionário que apliquei visando a construção de uma cartografia das Casas de Acolhida do Brasil, discutidos no capítulo anterior; matérias jornalísticas; e pesquisas acadêmicas. O procedimento visa entrecruzar os dados para melhor desenvolvimento do conteúdo em questão e visualização da trajetória das pessoas trans frente a essas iniciativas.

Inicialmente discuto questões relacionadas aos processos de construção das categorias que constituem as identidades trans a partir das pesquisas acadêmicas e o surgimento do Movimento Trans organizado no âmbito internacional, tendo como recorte a construção de casas de acolhida como espaços de salvaguarda de corpos e memórias. Em seguida discuto a trajetória do Movimento Trans no Brasil, para melhor compreensão da realidade histórica e cultural desse grupo da comunidade LGBT que ocupa o espaço do “limbo” na produção acadêmica (museológica), ressaltando a importância dos engajamentos coletivos nos processos de formação de resistências e enfrentamentos na luta pela dignidade humana desta população. Por fim, abordo os protagonismos trans nos processos museológicos presentes nas Casas de Acolhida Nem e Chama, espaços respectivamente idealizados por Indianare Siqueira e Rodrigo Franco.

## **2.1 – Existências e resistências trans em espaços de memória**

Trans é a expressão “guarda-chuva” que utilizo para contemplar as pessoas que se autoidentificam com uma ou mais das identidades de gênero contempladas pelo T da sigla do movimento LGBT, que desafiam as convenções sociais em torno das visões binárias entre corpos, desejos e identidades. O presente item discute as categorias identitárias - trans - através dos estudos e pesquisas produzidas por autoras(es) trans ou cis, bem como a criação e/ou estudos de espaços de memória criados por pessoas trans, tendo em vista as múltiplas possibilidades de vivências trans. Portanto, não possuo o intuito de simplificar ou propor definições sobre os modos de expressão, identificação das experiências que atravessam o universo plural relacionado às identidades trans (Carle PORCINO; Jeane OLIVEIRA; Maria COELHO, 2020).

Com foco nas orientações sobre identidade de gênero e recorte para as identidades das pessoas transexuais, travestis e transgêneros, a pesquisadora Jacqueline Gomes de Jesus (2012) compreende que cada pessoa é única, com características próximas e diferentes umas das outras. As experiências sociais perpassados pela raça, classe social, gênero, religião, região de nascimento, idade e outras, marcam a dimensão das vivências, experiências da diversidade humana. Destaca, nesse aspecto, que as influências culturais que constituem nossa formação pessoal não são totalmente visíveis para a maioria das pessoas, pois, sociedades como a que vivemos reproduzem como se fosse natural a crença de ser homem ou mulher com base principal nos órgãos genitais e/ou no fundamentalismo da moralidade cristã:

Sexo é biológico, gênero é social. E o gênero vai além do sexo: o que importa na definição de ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma de como a pessoa se expressa socialmente. Se adotarmos ou não determinados modelos e papéis de gênero, isso pode independer de nossos órgão genitais, dos cromossomos ou de alguns níveis hormonais (Jacqueline G. de JESUS, 2012, p. 6).

De acordo com a autora, biologicamente os comportamentos femininos ou masculinos não são determinados pelas células reprodutivas ou pelos cromossomos, mas conforme a cultura em que os/as agentes estão inseridos. É tanto que a definição de feminino e masculino muda de uma determinada cultura para outra. Nesse aspecto, é necessário destacar objetivamente a ampla compreensão sobre pessoas transexuais:

Mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como mulher. Homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como homem. Ao contrário do que alguns pensam, o que determina a condição transexual é como as pessoas se identificam, e não um procedimento cirúrgico (Jacqueline G. de JESUS, 2012, p. 8).

E, ainda, de acordo com a autora, sobre as identidades travestis:

Entende-se, nesta perspectiva, que são travestis as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou como mulheres, mas como membro de um terceiro gênero ou de um não-gênero. É importante ressaltar que as travestis, independentemente de como se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino, considerando insultuoso adjetivadas no masculino: As travestis, sim. Os travestis, não (Jacqueline G. de JESUS, 2012, p. 9).

Essas questões podem ser observadas na longa duração sócio-histórica. Em análise sobre os relatos dos colonizadores e viajantes no século XVI em território brasileiro, João Silvério Trevisan (2018) observou a homoafetividade e os papéis sociais de gênero na

organização social das comunidades indígenas, na qual determinadas tarefas cotidianas eram destinadas aos homens e outras às mulheres, sobretudo na divisão do trabalho. Enquanto a caça e pesca de animais para alimentação eram atividades atribuídas a masculinidade, a coleta de frutos, grãos e preparo do alimento eram atividades femininas. Para além da presença de “índios homossexuais” o autor constata que os papéis sociais na construção dos grupos eram mutáveis e entre os exemplos cita o grupo Mehináku:

Prova disso era seu comportamento tolerante frente à homossexualidade: ninguém interferia com meninas que experimentavam casos lésbicos e rapazes que se encontravam sexualmente com outros rapazes. Quando na aldeia um homem certa vez adotou adornos femininos, passou a realizar tarefas de mulher e se amasiou com outro homem, o máximo que lhe fizeram foram brincadeiras, por quebrar padrões usuais. Chamado de “mulher habilidosa”, por sua impressionante capacidade para as tarefas femininas, ele viveu até o fim da vida como mulher (João S. TREVISAN, 2018, p. 206-207).

E ainda de acordo com o autor:

Encontram-se também relatos, um pouco mais vagos, sobre mulheres indígenas em papéis masculinos – as tríbadés, termo paracientífico muito usado por estudiosos antigos. O padre Pero Correa escrevia, em 1551: “Há cá muitas mulheres que assim nas armas como em todas outras coisas seguem ofício de homens e têm outras mulheres com quem são casadas”. Em torno de 1576, o português Pedro Magalhães de Gândavo, que viveu no Brasil nesse período, também atestou a existência de mulheres Tupinambá com prática homossexual (João S. TREVISAN, 2018, p. 65).

A tese do sociólogo Jorge Leite Júnior (2008) também evidencia como os discursos de gênero foram construídos por grupos religiosos, políticos e médicos, baseados em normas sociais como tentativas de impor limites sobre a masculinidade e feminilidade em épocas específicas, forjando enquadrar situações em categorias que variam de grupo para grupo. O objetivo principal do autor é discutir a construção das categorias travesti e transexual no discurso científico destacando que, a partir da metade do século XX, iniciaram debates compreendendo que a transexualidade era um questão de saúde, sobretudo de competência médica, bem como a noção de travesti vista como um problema patologizante – transexualismo - na tentativa de enquadrar nas categorias discursivas de disfunções sexuais.

A proliferação dos discursos em torno da diferença sexual entre homens e mulheres, pautado na fisiologia e anatomia de modo universal, como dado científico, deu suporte para formulações institucionais de ordem social sobre condutas e performances a ser reproduzidas por homens e mulheres, instaurando a cisheterossexualidade como padrão de normalidade:



Ao contrário da crença como hoje em dia, adotada por algumas vertentes científicas, entende-se que a vivência de um gênero (social, cultural) discordante com o que se esperaria de alguém de um determinado sexo (biológico) é uma questão de identidade, e não um transtorno. Esse é o caso das pessoas conhecidas como travestis, e das transexuais, que são tratadas, coletivamente, como parte do grupo que alguns chamam de “transgênero”, ou mais popularmente, trans (Jaqueline Gomes de JESUS, 2012, p. 9).

A pesquisadora Berenice Bento (2008) realizou uma análise densa sobre “O que é Transexualidade”, problematizando os limites das instituições sociais a partir dos discursos produzidos pelo saber médico e psiquiátrico, no processo de construção de enquadramentos de pessoas consideradas em estado de “normalidade” e “anormalidade”, para lidar com a realidade das demandas e necessidades das pessoas que não se reconhecem dentro do gênero imposto socialmente ao nascer. A autora contrapõe as patologizações médicas em torno da transexualidade produzidas pelos profissionais da saúde, através dos documentos produzidos em que acessou: manuais de procedimentos médicos destinados aos atendimentos das pessoas transexuais; diagnósticos e laudos. Em sua análise foram identificadas definições estereotipadas e generalizadas em torno dos gestos comportamentais do que consideravam ser homem/mulher. Destaca também incoerências e contradições existentes nos questionários padronizados e aplicados nas consultas, como parte do processo para emissão de laudos que reconheceriam ou não a pessoa como transexual, para que, assim, realizassem a cirurgia de readequação do órgão genital e, posteriormente, via ordem judicial a mudança do nome nos documentos oficiais. As pessoas transexuais eram consideradas “anormais”, portadoras/es de transtorno mental, tipificados nos diagnosticados por Classificação Internacional de Doenças (CID). Para a autora,

Transexualidade: Dimensão identitária localizada no gênero, e se caracteriza pelos conflitos potenciais com as normas de gênero à medida que as pessoas que a vivem reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferente ao informado pelo sexo, independentemente da realização da cirurgia da transgenitalização (Berenice BENTO, 2008, p. 183).

Berenice Bento (2008) compreende a transexualidade como uma experiência identitária subjetiva e aberta. As experiências trans escapariam das concepções binárias em torno do fator biológico ligado ao pênis e vagina. A autora aponta para o fato de que muitas mulheres trans se relacionam afetivamente e sexualmente com outras mulheres trans ou cis, assim como também os homens trans que são gays, bissexuais ou heterossexuais. É na dimensão do campo social que a pesquisadora percebe que residem as sexualidades e as identidades de gênero, reafirmando que ser homem/mulher são construções sociais. Sublinha que a realização da cirurgia de transgenitalização imposta pelos discursos médicos para que ocorra o

reconhecimento social e oficial da identidade de gênero da pessoa trans é uma manobra política de poder e manutenção da heteronormatividade que busca naturalizar visões e normas comportamentais binárias, a partir dos órgãos genitais, e tudo o que foge dessa concepção é reconhecido como “anormal”, “aberração” etc.

Poucas vozes até os anos de 1980 divergiram sobre a genitalização das identidades construídas pelo saber médico. Mas, no Brasil e em outras localidades do mundo, os movimentos sociais de travestis e transexuais ao longo dos anos de 1990 começaram a problematizar os protocolos médicos reguladores das cirurgias de transgenitalização, questionando as normas de gênero e as produções dos discursos hegemônicos de seres “abjetos”, construídos e legitimados pelas instituições. Nesse período, as pessoas travestis e transexuais começaram a apontar suas visões internas à própria transexualidade, fortalecendo e politizando o movimento no diálogo com a perspectiva dos Direitos Humanos.

Em síntese é preciso fazer um adendo sobre a/s identidade/s de gênero/s travesti/s que contemplam apenas as pessoas que nasceram com pênis e foram designadas homens ao nascer. É uma identidade feminina, mas nem toda travesti se identifica como mulher e dentro do campo amplo das expressões da travestilidade algumas se reconhecem como travestis mulheres, somente travesti, bicha travesti e travestis não-binária. A travesti era uma nomenclatura pejorativa por percepções que marginalizavam a transidentidade, enxergando-a como homossexual que se montava para prostituição e a transexual surge no contexto médico e patologista para nomear “pessoas com transtorno de identidade”.

Desse modo foram criados dois perfis: a travesti que em maioria era a preta, periférica, prostituta, agressiva, dentre outros rótulos estigmatizantes, enquanto a transexual era higienizada, a branca, não periférica, passivas sexualmente e socialmente educadas etc. Com o passar dos anos as travestis engajaram forças, se organizando politicamente no movimento travesti e passaram a falar sobre suas identidades as ressignificando, desassociando dos estigmas. Mais recentemente o termo mulher trans surge de modo que abrange tanto as travestis quanto as transexuais femininas, bem como o termo homem trans designado aos transexuais masculinos. Distinguir visivelmente quem é travesti ou transexual é impossível, mesmo porque é uma questão identitária e somente a pessoa poderá responder, então o melhor é sempre realizar um exercício de escuta, respeitando o modo como a pessoa se reconhece.

Falar sobre resistências e existências de pessoas trans é redirecionar o olhar e o pensar sobre as Casas de Acolhida LGBT como espaços de memória, é falar sobre enfrentamentos, resistências e revoluções protagonizadas por pessoas trans. É falar sobre a história do movimento LGBT que eclodiu mundialmente a partir da Rebelião de Stonewall, em Nova York,

nos Estados Unidos, sob resistências e lutas de pessoas trans, como Marsha P. Johnson, travesti preta, artista drag queen, ativista e trabalhadora do sexo, e pela travesti Sylvia Lee Rivera, ativista, artista drag queen, latina-estadunidense e trabalhadora do sexo, entre outras travestis, pessoas negras, lésbicas masculinizadas, gays afeminadas, imigrantes latinas, pessoas expulsas de casa por suas próprias famílias, em situação de rua, sem emprego formal e outras questões invisibilizadas. Apesar da negligência nas produções acadêmicas, Thiago Coacci (2019) constata que:

Se é verdade que os estudos sobre travestilidade e transexualidade estão em um crescimento vertiginoso, algumas temas ainda são pouco abordados. Especificamente sobre como essas pessoas se organizam politicamente, isto é, sobre o Movimento de Pessoas Trans, pouco se tem estudado. Tal história encontra-se, em grande parte, espalhada de forma não sistemática por alguns trabalhos que abordam o movimento, sem tê-lo como preocupação central, como é o caso dos trabalhos de Teixeira (2013), Peres (2015), Bento (2006), Ávila (2015), Facchini (2003), Simões; Facchini (2009) e diversos outros (Thiago COACCI, 2019, p. 9).

Diante situação exposta é necessário lembrar que, se a população LGBT em geral consegue atualmente gozar de alguns “privilégios” civis, antes negados, estes são fruto dos caminhos e horizontes abertos pelas lutas e resistências das pessoas trans, que sempre estiveram/estão na linha de frente, tendo seus corpos tombados pela sociedade cisheteronormativa.

Um exemplo de referência mundial é Marsha P. Johnson que nasceu no dia 24 de agosto de 1945, na cidade de Elizabeth – Nova Jersey/ EUA. Tornou-se um ícone do ativismo LGBT mundial por conta de sua liderança no enfrentamento às repressões e violências policiais contra a comunidade LGBT, ao despertar sentimentos coletivos da comunidade em decorrência do enfrentamento à violência policial, diante da batida policial, durante madrugada do dia 28 de junho de 1969, no bar Stonewall Inn, situado no bairro de Greenwich Village em Manhattan – Nova York. Na figura 4, temos a imagem de Marsha Johnson.

**Figura 4** - Marsha P. Johnson.



Fonte: Google Imagens, 2020.

Nesse período, as batidas policiais em bares frequentados por travestis, drag queen, gays e lésbicas eram rotina, faziam parte da política anti-homossexual: “em 1969 quase todos os estados americanos enquadravam o comportamento homossexual como um crime” (Pedro MENEZES, 2015, s. p.). É importante ressaltar que a expressão “estar em travesti” era utilizada quando os gays ou homossexuais masculinos se vestiam com indumentárias femininas e o termo ‘travesti’ não era utilizado como uma categoria identitária. Diante disso, Marsha ao decorrer dos anos se definiu em várias identidades:

Como o vocabulário LGBTQ+ não foi desenvolvido na época, Johnson não definiu especificamente sua identidade. Ela se autodenominou gay, travesti e drag queen em vários momentos da vida. Quando questionada sobre seu gênero, Johnson apontava para sua inicial do meio, “P” que significa “não ligue” (Victoria STUEWE, 2020, s/p).

De acordo com Pedro Menezes (2015), o bar Stonewall inn era um dos poucos espaços existentes na cidade nova-iorquina que permitiam o livre acesso de pessoas LGBT. Na ocasião do dia 28, no bar, Sylvia Rivera estava também presente e se posicionou na linha de frente lançando molotov contra a polícia, sofreu violências físicas junto com outras travestis e drag queen. De imediato o ato de resistência ganhou o apoio das/os demais frequentadoras/es

presentes no momento e em luta corpórea libertaram pessoas da comunidade homossexual ou LGBT colocadas presas nas viaturas policiais. O confronto iniciado varou a madrugada. Na noite seguinte, uma multidão maior composta por pessoas trans, lésbicas e gays, ocuparam a frente do bar, espalharam-se pelas ruas dos quarteirões e tornaram público seus afetos e carinhos, algo que faziam de modo “secreto” na clandestinidade dos poucos bares que permitiam a presença de pessoas da comunidade LGBT. Afim de conter o movimento de forças que já era incontornável, as tropas policiais se fizeram presentes marcando a segunda noite de confrontos que atravessou a madrugada. O motim da revolta de Stonewall durou até o dia 3 de julho de 1969, com diversas manifestações da comunidade LGBT pelas ruas de Nova York. O fato provocou posteriormente uma eclosão no surgimento de grupos organizados pelos direitos homossexuais em diversas cidades dos EUA e no mundo.

No dia 28 de junho de 1970 - um ano após a Revolta - ocorreu em várias cidades do EUA como em Nova York, as primeiras marchas do Orgulho Gay. Posteriormente, várias marchas do Orgulho Gay ou Homossexual começaram a pipocar em vários locais do mundo. As Paradas do Orgulho LGBT como atualmente são chamadas no contexto brasileiro, decorrem todos anos no Brasil e em vários países, considerados como um dos maiores símbolos de manifestações políticas da comunidade LGBT mundial (Clovis BRITTO; Rafael MACHADO, 2020).

Sylvia Rivera nasceu no dia 2 de julho de 1951, na cidade de Nova York/ EUA, filha de imigrantes de Porto Rico e Venezuela, e assim como Marsha P. Johnson, se definiu em várias identidades ao decorrer dos anos. As duas eram amigas íntimas e de ativismo. E no mesmo ano após liderarem a Revolta, participaram do desenvolvimento inicial da Frente de Libertação Gay (LFG). As experiências construídas na participação de várias manifestações e protestos organizados pelo movimento de Libertação Gay e em conjunto com ativistas lésbicas, foram fundamentais para que juntas fundassem, em 1970, o primeiro coletivo formado por travestis, profissionais do sexo e sem-teto, a *Street Travestite Action Revolucionaries* (STAR)<sup>37</sup>. De acordo com Sylvia Rivera, em entrevista para Leslie Feinberg (2006):

O STAR surgiu após uma manifestação no Weinstein Hall da Universidade de Nova York em 1970”, explicou Rivera para mim, em uma entrevista em 1998, quatro anos antes de sua morte. O protesto na NYU irrompeu depois que o governo cancelou os bailes planejados para lá, supostamente porque uma organização gay estava patrocinando os eventos. GLF, Radicalesbians e outros ativistas fizeram um protesto no Weinstein Hall. Eles ganharam o direito de usar o local (Leslie FREINBERG, 2006, s/p).

---

<sup>37</sup> Tradução: Ação Revolucionária de Travestis de Rua.

Além de pioneiras na defesa da libertação gay, elas foram também ativistas dos direitos trans, ao inserir na cena do debate do movimento a temática trans: “Rivera e Johnson viram a necessidade de organizar jovens trans sem-teto, profissionais do sexo e ativistas trans. Tanto Rivera quanto Johnson eram sem-teto e tiveram que se apressar nas ruas em busca de sustendo e abrigo” (Leslie FREINBERG, 2006, s/p). Nesse contexto, próximo ao final de 1970, fundaram a *STAR House*<sup>38</sup>.

A *STAR House* foi a primeira casa de acolhida nos Estados Unidos (EUA), voltada para pessoas trans trabalhadoras do sexo e em situação rua, pessoas sem teto, jovens gays e outras pessoas que precisassem de acolhida, na cidade de Nova York. Marsha P. Johnson e Sylvia Lee Rivera, perceberam que as pessoas trans e homossexuais em situação de rua não eram pautas consideradas pelos grupos homossexuais. A primeira instalação da Casa foi em um caminhão de reboque estacionado num estacionamento da Greenwich Village<sup>39</sup> no distrito de Manhattan (Leslie FREINBERG, 2006).

Na figura 5, Marsha e Sylvia representando a STAR em 1973, no Dia da Marcha da Libertação, na rua Christopher, Nova York.

**Figura 5** - Marsha P. Johnson e Sylvia Lee Rivera



Fonte: Google Imagens, 2020.

<sup>38</sup> Tradução: Casa ESTRELA.

<sup>39</sup> A Greenwich Village é um bairro da cidade de Nova York, reconhecido por ser epicentro do movimento de contracultura na década de 1960. Atualmente, a região possui famosos bares, restaurantes, cafés, teatros e clubes, com ruas arborizadas e bandeiras do Orgulho LGBT.

No documentário “A morte e vida de Marsha P. Johnson” (*The Death and Life of Marsha P. Johnson*), dirigido por David France, de 2017, disponível na plataforma da Netflix, que aborda a investigação e as circunstâncias da morte de Marsha P. Johnson e seu legado político, em depoimento Mark Segal (cofundador do Movimento LGBT), relata que Marsha e Sylvia ajudavam as pessoas travestis que estavam nas ruas a sobreviver, na qual muitas que estavam nas ruas tinham somente a prostituição como meio de sobreviver e sem moradia: “Marsha e eu criamos a *STAR House* para manter as jovens fora de rua. Para ajudar as jovens a tomarem um rumo. A *STAR* fazia parte da revolução popular e era hora de mostramos ao mundo que éramos seres humanos” relatou Sylvia Rivera no documentário. E sobre o espaço da *STAR House*:

Eles transformaram o lugar em um lar, revivendo a caldeira extinta com um pouco de graxa de cotovelo, decorando as paredes com pôsteres exigindo a libertação dos presos políticos e enchendo a casa de cachorrinhos que vagavam pelo chão repleto de latas vazias de Punch havaiano, como Bell viu quando visitou em julho de 1971 (Sessi Kuwabara BLANCHARD, 2020, s/p).

Ainda de acordo com Sessi Kuwabara (2020), a Casa teve que mudar seu endereço várias vezes, por conta das dificuldades financeiras. Com o dinheiro da prostituição, Marsha e Sylvia arcavam com as despesas da Casa, realizavam pequenos furtos de alimentos nos estabelecimentos comerciais e também, durante o período do dia, ensinavam as/os assistidas/os a ler e escrever. No ano de 1973 foram encerradas as atividades no espaço e, no mesmo ano, antes do fechamento da *START House*, Marsha em vídeo reprisado no documentário (2017) desabafa que ela e Sylvia foram convidadas a liderar a Marcha do Orgulho Gay (*Gay Pride March de Nova York*) e que a organização prometeu que as travestis iriam na frente da Parada, mas foram colocadas no fundo, invisibilizadas. Ou seja, seus corpos, que protagonizaram o movimento de libertação gay, foram ignorados. O documentário apresenta a reação de Sylvia, que se dirigiu ao palco, pegou o microfone e, antes que a mesma falasse, as pessoas cis brancas começaram a vaiá-la, incomodadas com sua presença no palco. Triste com a situação, Sylvia Rivera soltou a voz e disse:

É melhor ficarem calados! Passei o dia tentando subir aqui por seus irmãos e suas irmãs gays na cadeia! Eles me escrevem toda maldita semana pedindo sua ajuda. E vocês não fazem nada por eles. Eles escrevem para a Star, não para o grupo das mulheres. Não escrevem nem para mulheres nem para homens. Escrevem para Star porque estamos tentando ajudá-los. Mas vocês me dizem para sair com o rabinho entre as pernas. Eu não vou tolerar essa merda! Eu já fui espancada. Já quebraram meu nariz. Já fui presa. Perdi meu emprego. Perdi meu apartamento por causa da libertação dos gays. E vocês me tratam assim? Qual a porra do problema de vocês? Pensem nisso! Eu

acredito no poder gay. Quero que tenhamos nossos direitos, do contrário eu não estaria lutando por eles. Era isso que eu queria dizer a vocês. Vão ver sua gente na Star House, na Rua 12. São as pessoas que estão tentando fazer algo por todos nós, e não homens e mulheres que pertencem a um clube de brancos de classe média! Esse é o lugar de vocês! Revolução agora! Poder gay (“A morte e vida de Marsha P. Johnson”. Documentário Netflix, 2017).

De acordo com Documentário, Sylvia Rivera ao retornar para casa após a marcha tentou o suicídio, foi socorrida por Marsha e decidiu se afastar do movimento, mas permaneceu de modo solitário no ativismo, oferecendo apoio e compartilhando sua casa as pessoas trans. Com o afastamento de Sylvia, Marsha Johnson permaneceu mantendo sua agenda de participação política nos movimentos organizados na luta pelos direitos das pessoas trans, de libertação gay e no combate a AIDS, até seus 46 anos de idade, quando seu corpo sem vida foi encontrado boiando na beira do Rio Hudson, próximo à Rua Christopher, no dia 6 de julho de 1992. O fato é que a morte Marsha continua sendo até os dias atuais um mistério, por conta do descaso na investigação policial que classificou como “suicídio” sem apresentar laudos e relatórios convincentes, suposição contestada por ativistas trans, LGB, familiares e pessoas que eram próximas a ela, pois acreditam que ela foi “assassinada”, como relatados no documentário. A morte de Marsha repercutiu nos diversos meios de comunicação e gerou manifestações da comunidade LGBT exigindo justiça.

Curiosamente, podemos notar que diferentemente de outros casos que envolveram/envolvem mortes de lideranças populares em circunstâncias duvidosas, comumente, o Estado se prontifica e investe recursos para investigação. Disposição essa que geralmente não acontece quando se trata de corpos trans, afinal, o extermínio de um corpo ou corpos de vida ou vidas trans para a cisheteronormatividade não importa, é a “ordem natural” da vida.

Aqui se faz necessário pontuar algumas questões/pautas diluídas através das ações materializadas no e a partir do próprio ato de criação da *STAR House* e das atividades desenvolvidas no espaço institucional: a pauta da ausência de moradia em consequência do abandono familiar, enfrentado principalmente pelas pessoas trans; a educação formal como um direito negado às pessoas trans em consequência dos processos de hostilidade, perseguições e violências no ambiente escolar e familiar; a empregabilidade e escolha profissional para além da prostituição compulsória; e a Casa enquanto espaço de salvaguarda das memórias que permeia a lembrança e o esquecimento, através da ressignificação estética do espaço com pôsteres, uso de graxas em registro de expressões e cartas. Tais estratégias expositivas foram mobilizadas enquanto dispositivos para denunciar, provocar e dialogar, sobre a importância da



resistência e da luta coletiva em libertação não somente aos presos políticos LGBT ou por delitos de sobrevivência, encarcerados/as e esquecidos/as pela própria comunidade LGBT, mas de nossas mentalidades que desumanizam, sobretudo, as existências dos corpos trans, negras/os e periféricas/os. Nesse caso, um espaço existencial de provocações do lembrar e desconstruir o que culturalmente foi naturalizado e a esquecer que o/a outro/a também sou eu.

Ao falar sobre memória(s), designo as concepções e aos aspectos dinâmicos dessa categoria discursiva que permeia os conflitos sociais entre lembrança e esquecimento, como um campo de disputas e práticas de poder, tratados nas áreas dos campos das Ciências Humanas e Sociais (Jacques LE GOFF, 1990), sem intuito de adentrar na complexidade discursiva atravessada por várias concepções e aspectos que também estão relacionados às Ciências Biológicas.

Nesse sentido, compreendo que a Casa enquanto espaço físico (material) de memórias, expande as possibilidades de acesso e conexões por meio do espaço enquanto dispositivo de percepções e processos de subjetividades que provocam o lembrar – veiculador das memórias, como suporte, formação e produção de discursos, instaurando possibilidades a partir do confronto de narrativas e saberes sobre si e suas vivências. Portanto, espaços de memória não são apenas a conjuntura física demarcada pelos limites geográficos, territoriais e fixos nos limites da pedra e cal, com denominações comumente designadas e privilegiadas a exemplo dos museus, os centros de memória, as casas de cultura, os centros culturais e outros. São espaços onde ocorrem processos e produções de subjetividades propostos e mobilizados através do espaço material (o corpo, uma gruta, uma árvore, um percurso, entre outros, que podem ser denominados ou reconhecidos também como museus em sentido amplo) de caráter mutável, como espaço-suporte transitório/provisório ressignificado pela intervenção estética para veicular processos de provocações mnemônicos das relações sociais, política e culturais. Espaços abertos, dinâmicos e/ou provisórios que envolvem a participação coletiva de vários sujeitos na construção e/ou na experimentação da intervenção cultural proposta, a partir da iniciativa individual e/ou coletiva movida pela consciência social de sua realidade.

Nesse sentido temos o exemplo do Museu Travesti do Peru citado no capítulo anterior, sob iniciativa de Giuseppe Campuzano que utilizava seu próprio corpo como suporte expositivo de indumentárias e outros objetos, como estratégia para visibilizar a presença e contribuição da travestilidade e das travestis na história do Peru que eram/são invisibilizadas no campo da memória oficial do país. Giuseppe Campuzano nasceu no dia 14 de setembro de 1969, em Lima/Peru, e possuía oito irmãos. Foi ativista travesti, drag queen, filósofa, artista multidisciplinar e

pesquisadora da travestilidade na história do Peru, e os resultados dos seus processos investigativos eram também materializados no Museu:

O Museu Travesti teve início em 2003 com propósito de articular a memória do travestismo, contrapondo os preconceitos e definições de terceiros, bem como abordando as proximidades e diferenças desse diversificado grupo de pessoas chamadas travestis. As fontes que instituem o museu são diversas (antropologia, arte, história, leis, imprensa e testemunho) assim como suas estratégias de divulgação – um museu travesti em si. O Museu Travesti já foi apresentado como exposição, performance, protesto, livro ou conferência. O contraste de suas fontes e formatos possibilita uma abordagem multifocal do travestismo, mas também capaz de se repensar, de acordo com seu propósito: abarcar a travesti e o peruano indescritível (Giuseppe Campuzano, 2009, p. 81, tradução minha)<sup>40</sup>.

Giuseppe Campuzano (2009) compreendia que o travestismo era um exercício de liberdade e quebra das convenções sociais sobre o corpo e as identidades de gênero e não uma imitação das mulheres. No dia 9 de novembro de 2013, na cidade de Lima, aos 44 anos, Giuseppe Campuzano faleceu devido a uma doença crônica degenerativa.

Outras ações comunitárias relacionadas à memória evidenciadas no documentário sobre a morte e a vida de Marsha (2017) me chamaram à atenção: a iniciativa de pessoas trans onde o corpo de Marsha foi colocado após ser retirado do rio e marcou a calçada. No local, velas eram acendidas, objetos eram expostos, pessoas paravam em frente ao local e, cinco dias após o corpo ter sido encontrado, um ato pedindo justiça e em memória à Marsha foi realizado no local. Na ocasião algumas pessoas diziam que ela era “tesouro nacional”; em outra situação, um/a amigo/a de Marsha chamado Randy Wicker que já acolheu e garantiu moradia a Marsha em sua casa, ao receber a ativista trans Victoria Cruz (integrante do Projeto Anti Violência - PAV), empenhada na investigação sobre a causa da morte de Marsha, a conduz para a sala de sua casa e diz “como pode ver Marsha é uma parte importante da minha vida”, apontando para os quadros emoldurados com imagens de Marsha, expostos nas paredes. Nesse momento, aponta especificamente para uma das fotografias e manifesta seu desejo “pessoalmente um dia eu quero que essa foto vá para o Museu Schomburg”, e continua: “eles as chamam de prostituta, atriz principal, santa e modelo de Andy Warhol”. Além disso, após a morte de Marsha, panfletos

---

<sup>40</sup> El Museo Travesti se inicia em 2003 com el propósito de articular la memoria del travestismo, entre los prejuicios y definiciones hechas por terceros, así com las cercanias y diferencias de esse diverso grupo de personas denominadas travestis. Sus fuentes son diversas (antropología, arte, historia, leyes, prensa, testimonios) así como sus estrategias de difusión –un museo travesti em sí mismo. El Museo Travesti se há presentado como muestra, performance, protesta, libro o conferencial. El contratste de sus fuentes y formatos hace posible una aproximación multifocal al travestismo que también sea capaz de replantearse, consecuentes com su finalidad: abarcar lo travesti, y lo peruano, inasibles. (Giuseppe CAMPUZANO, 2009, p. 81).

com imagem da ativista circularam pela cidade de Nova York com a legenda “Lendária Travesti Morta”<sup>41</sup>; e Miss Kitty, mulher trans amiga de Marsha, lembrou de ter visto os panfletos na vitrine da loja Uplift que pertencia a Randy Wicker, “ele tinha feito uma espécie de memorial”. Diante disso, fica explícito através das ações comunitárias o desejo de evidenciar a memória de Marsha P. Johnson. Manifestações contra a “morte da memória”, ou seja, contra o esquecimento.

Passados mais de vinte quatro anos em relação a criação da *STAR House*, em 1995, o casal de mulheres trans Chelsea Goolwin e Rusty Mae Moore, brancas, de classe média e grau de escolaridade universitário, transformaram a casa em que moravam na *Transy House*, para acolher pessoas trans sem teto, tendo como referência a *Casa STAR* (Sessi BLANCHARD, 2020). O espaço era uma residência geminada de três andares, no Brooklyn. Em 1997, Sylvia Rivera foi acolhida pela Casa que tonou-se sua última moradia, depois de viver em condições de mendicância na última década, sem teto e com problemas alcoólicos. Foi nesta Casa onde também Sylvia conheceu e viveu uma paixão mútua até seus últimos anos de vida ao lado de Julia Murray, mulher trans, branca, residente e amiga de Chelsea e Rusty (Sessi BLANCHARD, 2020; A morte e vida de Marsha P. Johnson”. Documentário Netflix, 2017)

A partir da acolhida na *Transy House*, Sylvia Rivera conseguiu parar com o vício do álcool e tornou-se uma figura materna para as/os demais acolhidas/os pela Casa; retornou suas ações como ativista na luta contra a discriminação da comunidade LGBT; nos anos 2000, participou de várias Paradas do Orgulho LGBT em diversos países a convite das organizações das Paradas do Orgulho; conseguiu emprego em uma igreja LGBT de Nova York; e no dia 19 de fevereiro de 2002, faleceu de câncer no fígado, aos 50 anos: “antes de morrer ela se organizou em torno da morte de Matthew Shepard, a morte de Amanda Milan, a gentrificação do cais e continuou a construir o movimento para manter a vida de muitas pessoas trans e não conformadas e pessoas de cor não conformadas” (Reina GOSSET, 2012, s/p).

Em 2008, as atividades da *Transy House* foram encerradas, mas outras Casas de Acolhida sob protagonismo de pessoas trans e de outras pessoas representadas nas siglas da comunidade surgiram inspiradas na *STAR House*. Algumas das novas iniciativas no contexto estadunidense pós *STAR* e *Transy House* foram lideradas por pessoas que passaram pelo acolhimento do espaço da *Transy* (Sessi K. BLANCHARD, 2020).

Os locais de memória dedicados ou que inserem a temática das pessoas trans ocupam ainda o espaço da invisibilidade e/ou a imobilidade do poder público. Em escala mundial como

---

<sup>41</sup> *Legendary Transvestite found dead.*

afirma Tony Boita (2020), “as pessoas T\* ainda são invisibilizadas na ampla maioria dos museus e iniciativas em memória no Brasil e no mundo. Suas memórias, histórias e trajetórias são ocultadas de forma explícita” (s. p.).

Tony Boita (2020) apresenta cinco espaços de memória institucionalizadas e voltadas a comunidade trans no mundo, incluindo o Museu Traveti já citado: o Arquivo Digital Trans, que disponibiliza diversas tipologias de documentos digitalizado sobre memórias e histórias das pessoas trans estadunidenses; no Brasil, o Museu da Pessoa, um espaço virtual com acervo e registros de pessoas LGBT que compõem registros sobre as memórias de João Nery, primeiro trans-homem que na década de 1970 realizou cirurgia de transgenitalização no país; na Argentina, o Archivo da Memória Trans, arquivo comunitário que preserva, difunde e comunica através de exposições itinerantes as memórias de pessoas trans da Argentina, criado em 2012 por María Belén Correa – ativista trans; e a *Revista Memória LGBTIQ+* que publicou duas edições sobre pessoas travestis e transexuais, ampliando o debate sobre museus e Museologia no Brasil.

As resistências, trajetórias e lutas das pessoas trans são inspirações para todes, todas e todos nós, não somente das comunidades LGBT, mas para a humanidade. Os ideários da luta pelos direitos humanos das pessoas LGBT são (re)formulados nas ações, expressões e manifestações das memórias do agora, do tempo presente, em processos dinâmicos e materializados em diversos espaços e pontos do mundo, nas demonstrações de orgulho e reconhecimento da diversidade de existir e de ser LGBT.

## **2.2 – “Corpos e rasgos na fotografia”: reflexões sobre o Movimento Trans no Brasil**

Na década de 1960, no contexto brasileiro, os papéis sexuais baseados nas normas das relações cisheterossexuais produziam categorias identitárias como “bicha” – homens homossexuais - que eram sexualmente passivos, vistos como mulher e no campo da feminilidade, e “bofe” – homens homossexuais - que eram sexualmente ativos, vista como homens e no campo da masculinidade. Nesse período, as bichas também eram as que usavam vestuários femininos e se apresentavam publicamente nos denominados bailes de travestis durante os carnavais como os do Rio de Janeiro e/ou nos concursos e festas, nos quais as expressões “está em travesti”, “em travesti” e “ter um travesti”, eram utilizadas como apontado por Mario Carvalho e Sérgio Carrara (2013). Mas “o entendido” surge como uma nova categoria identitária no final da década, para além da posição do ato sexual assumido.

Na busca pelo “reconhecimento” da respeitabilidade social, diante da sociedade de controle, “entendidos” eram os homens homossexuais que se relacionavam com outros homens homossexuais, estes acreditavam que, para se livrar dos estigmas associados à homossexualidade, era preciso que homossexuais masculinos assumissem uma postura performática da estética e dos trejeitos comportamentais espelhadas nos padrões dos homens cisheterossexuais. Os “entendidos” delegavam às “bichas” a culpa pela discriminação e perseguição sofrida contra a comunidade homossexual ou gay, pelos trejeitos afeminados, por se “vestir de mulher” e por estarem em maioria na prostituição, o que contribuiria para uma imagem social estigmatizada pela sociedade cisheteronormativa. As “bichas”, por sua vez, acusavam os “entendidos” de “falsos bofes” e “bichas enrustidas”.

De acordo com Mario Carvalho e Sergio Carra (2013), a imagem social de homens homossexuais desvinculada da feminilidade era vista por parte dos homens homossexuais masculinizados com um projeto de conquista para alcançar a respeitabilidade social, e, em vários momentos, a partir dos anos finais de 1970, tal entendimento se tornou pauta na organização do movimento homossexual - gay que estava se organizando. Na verdade, é que no entendimento dos primeiros grupos do Movimento Homossexual predominava a crença de que a imagem da “bicha” mais atrapalhava do que contribuía para o movimento organizado das pessoas homossexuais, devido aos sentidos pejorativos atribuídos pela sociedade normalizadora contra a comunidade homossexual. A partir disso, o grupo Triângulo Rosa engajou forças para que o termo “orientação sexual” fosse incluído no parágrafo que circunscreve as diferentes formas de discriminação na Constituição de 1988. O termo “orientação sexual” foi um empreendimento de pesquisadores e estudiosos sobre sexualidade e gênero para diferenciar desejo sexual e performance de gênero. E a inclusão do termo na Constituição garantiria a formalização do reconhecimento da experiência individual da homoafetividade ligada unicamente ao desejo afetivo-sexual pela pessoa do mesmo sexo e não o desejo de “ser do sexo oposto”, assim acreditavam que o termo contribuiria para afastar o estigma da feminilidade repudiada.

A distinção entre “entendidos” e “bichas” reconfigura um processo de conflitos identitários dentro da categoria homossexual que projetava gays de um lado e “bichas” – “em travesti” - de outro, por uma nova construção de visibilidade social. A “bicha” reconhecida enquanto homem “em travesti”, dentro do campo da feminilidade, perpassa também por uma série de transformações corporais, visando a (re)construção da autoimagem condizente com o modo que se sentiam e de acordo com o gênero que sentiam pertencentes, a partir das possibilidades disponíveis dos avanços tecnológicos (harmonização, silicone, cirurgia de

redesignação genital, entre outros) com o passar dos anos (Alexsandro RODRIGUES; Francis SODRÉ; Jéssio ZAMBONI; Maria ROSEIRO; Pablo ROCON, 2017).

Portanto, a categoria travesti passou a ser projetada a partir desse conflito identitário, tornando-se uma categoria recente, assim como a transexualidade discutida no item anterior e temporalmente afirmada por Mario Carvalho e Sérgio Carrara (2013): “por sua vez, o surgimento do debate público sobre transexualidade e a possibilidade da construção da categoria ‘transexual’ como uma identidade diferente da ‘travesti’ parecem ser bem mais recentes, emergindo no final dos anos de 1990 e o início dos anos 2000” (p. 325).

De modo consensual, em acordo com algumas literaturas produzidas, é atribuído temporalmente o surgimento organizado do Movimento Trans no Brasil a partir da década de 1990, em contexto de enfretamento à violência e perseguição policial e combate à AIDS: “a partir da década de 1990, o movimento de travestis e transexuais, por ser [considerado] um grupo de risco dentro do programa de prevenção de DSTs/AIDS, conseguiu junto ao Ministério da Saúde apoio e dinheiro para se organizar” (João W. NERY, 2018, p. 395-396).

De acordo com Mario Carvalho e Sergio Carrara (2013), no ano de 1992, um grupo formado por travestis que trabalhavam como profissionais do sexo na Praça Mauá na cidade do Rio de Janeiro fundou a primeira organização política de travestis denominada Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), tendo como idealizadora/fundadora Jovanna Baby, travesti, negra e profissional do sexo. Um dos objetivos do grupo era lutar contra as ações de violências policiais que de modo arbitrário perseguiam, torturavam e prendiam, indiscriminadamente, as pessoas travestis, principalmente as profissionais do sexo sob ordem do prefeito da cidade carioca, por meio da guarda municipal. Ainda de acordo com os autores, relação do Estado estabelecida com as pessoas travestis por meio das ações de combate às IST (ou DST como era denominado no período) e AIDS favoreceu a construção do Movimento Trans organizado de modo que:

O apoio para criação da ASTRAL veio de um projeto de prevenção DST e AIDS chamado “saúde na Prostituição”, que realizava reuniões com profissionais do sexo no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), local onde passaram a acontecer as primeiras reuniões da associação. A influência de ações de resposta à epidemia da AIDS foi também crucial na constituição de outras organizações de travestis que surgiram nos anos seguintes (Marcio CARVALHO; Sérgio CARRARA, 2013, p. 327).

O documento “em construção” (como consta no *status*), disponibilizado pelo Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros – FONATRANS<sup>42</sup>, com objetivo de documentar “o surgimento jurídico do movimento de Travestis no Brasil” afirma que a ASTRAL denunciou a guarda municipal demonstrando o local em que estavam sendo realizadas as prisões que não eram de competência municipal e, em atendimento a denúncia, a polícia militar compareceu ao local denunciado e prendeu a patrulha municipal flagrada realizando as prisões. O caso virou notícia nos jornais em rede nacional e o prefeito da cidade teve que suspender a ordem, pois prostituição não era considerada crime e o município não possuía alçada para tal medida. Em 1992, o documento da FONATRANS também afirma que a ASTRAL criou o primeiro dicionário impresso do Bajubá das travestis do Brasil, denominado “Diálogo de Bonecas”, que auxiliava às travestis novas na profissão sexual compreender os códigos de linguagem específico. A linguagem elaborada era uma medida estratégica de sobrevivência para que umas avisassem as outras sobre situações de emergência, sem chamar a atenção de quem representava ameaça a elas.

Em 1993, a ASTRAL foi responsável por organizar o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados, denominado posteriormente de ENTLAIDS<sup>43</sup>, sediado na cidade do Rio de Janeiro. O evento reuniu quase uma centena de participantes oriundas de cinco estados do país<sup>44</sup>, tendo como resultado consensual a importância da continuidade do Encontro como forma de interlocução e mobilização de atuar e organizar outras lideranças no cenário nacional, contribuindo no fortalecimento do movimento.

Também em 1993, a ASTRAL realizou o I Seminário sobre prostituição e direitos civis, contando com a participação de autoridades do campo da saúde e do direito do estado carioca; em 1994, o II ENTLAIDS ocorreu na cidade de Vitória/ES, com a articulação do Governo do Estado, Secretaria de Justiça e apoio da Polícia Militar e Chocolates Garoto. No ano de 1995, ocorreu o III ENTLAIDS na capital do Rio de Janeiro, no Hotel Guanabara que disponibilizou apoio para sediar o evento e hospedagem, além do apoio integral do Programa Nacional de DST/AIDS e de várias empresas aéreas e terrestres de grande porte nacional na época. O evento

---

<sup>42</sup> Disponível em: <http://www.fonatrans.com/p/historico-do-movimento-de-travestis-no.html>. Acessado em 24 set. 2020.

<sup>43</sup> O evento passou a ser chamado de ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis na Luta contra a AIDS) em 1995, quando passou a ser financiado pelo Governo Federal através do Programa Nacional de DST/AIDS. Atualmente, o encontro é chamado de Encontro Nacional de Travestis e Transexuais.

<sup>44</sup> Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

contou com a participação de 250 travestis de todo o Brasil<sup>45</sup>, que em decisão no Encontro, criaram a Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL):

A partir do ano de 1995 se deu a chegada de travestis que se tornaram grandes ativistas das causas Trans. Com a parceria com o Programa Nacional de Aids nos possibilitou essa articulação. Nesse ano chega para se somar Indianara Cerqueira, Bianca Magno, Bárbara Graner, Astrid, Isabelita Kenedy, Vanessa Siebra, Porcina D'alejandro, Valquiria La Roche, Diane Valente, Sui Fashion, Alessandra de Porto Alegre, Adriana Tulipa, Midori, entre outras que se adentraram no Movimento Nacional a partir do III ENTLAIDS. Em 1996 o Movimento ganhou mais importantes nomes para luta nacional através do IV ENTLAIDS, dentre elas Keila Simpson, Kátia Tapety, Luciana de Recife, Janaina Dutra e sucessivamente o Movimento continuou a ganhar grandes nomes de peso o qual solidificou sua base nacional e expandiu sua força e assim em 1997, São Paulo, 1998 Rio de Janeiro, 1999 Ceará e no ano 2000 no VIII ENTLAIDS em Cabo Frio onde ganhamos com muito orgulho as nossas companheiras de luta Cris Steffany que deu consciência ao Movimento Nacional em Mato Grosso do Sul e no Brasil, e Sônia Golubcik, Veluma Brown e Tatiane Araújo (FONATRANS, 2020, s/p).

A partir desse cenário, outros grupos surgiram pelo país, tais como: Grupo Esperança em 1994, em Curitiba-PR; Grupo Filadélfia em 1995, na cidade de Santos-SP; Associação de Travestis de Salvador (ASTRAS) em 1995, na capital da Bahia; em 1999, Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), em Aracaju-SE; e Grupo Igualdade, em 1999, na cidade de Porto Alegre-RS. A RENTRAL passou a se chamar RENATA (Rede Nacional de Travestis) em 1996 e, no ano de 1998, denominada Articulação Nacional de Travestis (ANTRA):

O objetivo da criação seria promover uma articulação e diálogo rápido com lideranças de todo o Brasil, articular a aproximação do poder público, trabalhar a problemática da empregabilidade e a garantia da segurança física nos pontos de prostituição de travestis e transexuais no Brasil. Jovanna Baby coordenou a RENTRAL/RENATA e presidiu a ANTRA de 1998 a 2000 e, posteriormente, voltou a presidir a ANTRA de 2012 a 2016 (FONATRANS, 2020, s/p).

O documento elaborado pelo FONATRANS, demarca “o surgimento jurídico do movimento de Travestis no Brasil”, sob engajamento e protagonismo de Jovanna Baby na fundação do Movimento Trans brasileiro, politicamente organizado. Jeovanna Baby (2020) relata em documento que sua incursão na formação do movimento organizado ocorreu em 1979, na cidade de Vitória/ES, que após passar três dias presa pela polícia - pelo motivo de ser travesti, e ao retornar para a Avenida da República no Parque Moscoso (ponto de concentração de

---

<sup>45</sup> Com exceção de Mato Grosso do Sul e Roraima, que não tiveram representantes no Encontro.



profissionais do sexo), se deparou com Bianca, uma mulher prostituta com deficiência, que convocava reunião para discutir os ataques policiais. Desse modo, Bianca sugeriu a criação de um grupo que foi denominado pela sugestão e escolha coletiva de “Associação Damas da Noite”, dando corpo ao movimento de prostitutas e travestis.

O quadro da primeira diretoria da Associação foi composto por Bianca na função de presidente; Jovanna, vice-presidente; Kelly, secretária; e como conselheiras, Magaly Anjos, Kelly Silva e Paulete Closet. O grupo atuou apresentando suas pautas sobre as detenções de prostitutas e travestis, na Secretaria Municipal de Serviço Social, na assessoria do governador do estado e na Secretária de Estado da Justiça, na qual vários acordos foram firmados afim de amenizar a situação.

Mas em 1983, Jovanna Baby mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro junto com Paulete Closet, fixaram moradia na capital carioca e trabalhavam como profissionais do sexo. Em relato ao FONATRANS (2020), Jovanna Baby descreve que em um final de tarde no ano de 1990, estava na Praça Cristiano Ottoni, quando foi abordada pela Dra. Célia Sterenfeld e Gabriel Silva Leite, convidando-a a participar de uma reunião no ISER. A reunião fazia parte da programação das atividades desenvolvidas pelo Projeto “Saúde na Prostituição”, coordenado pela Dra. Célia Sterenfeld e sob patrocínio do Ministério da Saúde. Em aceite ao convite, participou das reuniões que se sucederam. Em 1991 foi integrada ao quadro de multiplicadores de informações, com ajuda de custo mensal de um salário mínimo, e que tinha como função visitar as profissionais do sexo nos pontos de prostituição de rua da cidade, repassando informações sobre DST e AIDS (campanha de prevenção).

O fato é que Jovanna Baby alinhou a atividade de multiplicadora para compartilhar com as travestis profissionais do sexo, sua ideia de formação de um grupo de luta pelos direitos das pessoas travestis, em meio as prisões arbitrárias que decorreriam principalmente nos pontos de prostituição, que lotavam ônibus e caminhões com pessoas travestis presas pela polícia. E já reconhecida pelas travestis na cidade carioca como uma liderança, Jovanna organizou reuniões com temática da violência policial e prevenção da AIDS no espaço do ISER, com as travestis. As reuniões propiciaram que as pudessem organizar as ideias e estratégias de ações a serem executadas, e com colaborações de pessoas aliadas que forneciam informações de como denunciar os abusos de autoridade policial. A partir disso, o movimento que estava em formação ganhou forças e formato organizacional com pautas iniciais sobre a violência policial e o combate da DST/AIDS. Nesse cenário, de acordo com Mario Carvalho e Sérgio Carrara (2013):

A ideia de uma organização não governamental (ONG) como formato ideal para articulação de política entra em disputa nos anos 1990, com o início das políticas de prevenção HIV em âmbito nacional, principalmente com o programa AIDS I (Facchini, 2005; Simões & Facchini, 2009) (Mario CARVALHO; Sérgio CARRARA, 2013, p.140).

No dia 15 de maio de 1992, o grupo ASTRAL registrou-se em cartório como pessoa jurídica, ganhando notoriedade nas manchetes de jornais da mídia audiovisual e escrita. Um marco para a história do Brasil e do Movimento Social Organizado de Travestis, não contempladas nas discussões do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), como afirma Jovanna Baby, em registro documental do FONATRANS (2020).

De acordo com o FONATRANS (2020), a figura 6 refere-se às integrantes fundadoras do Movimento Nacional de Travestis. Da esquerda para direita: Elza Lobão, Cláudio, Jovanna Baby (em primeiro plano de vestido verde), Beatriz Senegal (segundo plano, atrás de Jovanna) e Monique Du Bavieur (na ponta direita de braços para trás e vestido branco).

**Figura 6 -** Integrantes do Movimento Nacional de Travestis



Fonte: Google Imagens: FONATRANS, 2020.

Fotografia para o campo museológico é documento, é registro de algo ou alguma coisa em determinado tempo e momento. Fotografia é também suporte, registro e acionador de memórias, ela contém informações que nos permiti refletir sobre questões sociais, políticas,

culturais e sobre a nossa própria vida. Na imagem fotográfica da figura 6 temos um rasgo que nos impede de visualizar o rosto de Elza Lobão, é isso nos diz muito como essa memória trans tem sido negligenciada nos processos de salvaguarda e preservação. Essa fotografia possui grande importância coletiva e de valor documental no que diz respeito a construção do Movimento Trans brasileiro, pois ela contém o registro das percursoras do movimento, e o rasgo me provoca a pensar em que medida essa cultura material sofre também as mesmas violações simbólicas e físicas desse grupo?

Ainda sobre o processo e escolha do nome institucional da associação, ocorreu por votação aos nomes sugeridos pelas participantes:

A sigla ASTRAL veio após a aprovação do nome Associação de Travestis e Liberados, o Liberados se deu pelo fato de que à época muitas travestis eram homens de dia e a noite se montavam para se prostituir, porém durante do dia não se assumiam a sua identidade feminina e nós enquanto líderes não queríamos deixá-las de fora. E também para contemplar Transformistas e gays e lésbicas que se interessassem em se unir ao grupo (FONATRANS, 2020, s/p).

É importante salientar que o termo identidade de gênero no movimento não era discutido na década de 1990 e as travestis se apresentavam como “homens que gostavam de viver como mulher”. A sigla que predominava na representação do movimento de luta pela livre expressão sexual e das identidades coletivas era MHB (Movimento Homossexual Brasileiro) e de acordo com Regina Facchini (2009):

Assim, até 1993, o movimento aparece descrito predominantemente como MHB (movimento homossexual brasileiro); depois de 1993, como MGL (movimento de gays e lésbicas); após 1995, aparece primeiramente como movimento GLT (gays, lésbicas e travestis) e, posteriormente, a partir de 1999, figura também como um movimento GLBT – de gays, lésbicas, bissexuais, e transgêneros, passando pela variante GLTB ou LGBT, a partir da hierarquizações e estratégias de visibilidade dos segmentos. Em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova o uso de GLBT, incluindo oficialmente o “B” de bissexuais à sigla utilizada pelo movimento e convencionando que o “T” refere-se as travestis, transexuais e transgêneros. Em 2008, nova mudança ocorre na Conferência Nacional GLBT: não sem alguma polêmica, aprova-se o uso da sigla LGBT para denominação do movimento, o que se justificaria pela necessidade de aumentar a visibilidade do segmento de lésbicas (Regina FACCHINI, 2009, p. 140).

Em torno do processo de inclusão da letra “T” na sigla MGL, em 1995, durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL), na cidade de Curitiba, Jovanna Baby e Layza Minelly apresentaram a proposta para que a letra “T” fosse incluída na sigla do evento e passasse a se chamar EBGLT:

Sofremos uma resistência muito grande, inclusive de alguns e algumas decanas do então Movimento EBGL, mas graças a solidariedade de gays e lésbicas nordestinas que se uniram a nós pela representatividade trans conseguimos aprovar e o “T” entrou de vez na sigla do encontro citado (FONATRANS, 2020, s/p).

No âmbito do VIII EBGL foi criada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Intersexos, como atualmente é chamada (ABGLT). No momento do Encontro, a letra “T” acrescida na sigla do evento designava as travestis (Sérgio CARRARA; Marcio CARVALHO, 2013). Jovanna Baby (2020) também relata sobre o nome social das pessoas trans na agenda de lutas do movimento:

Por mais que muitas e muitos queiram credenciar as elas as conquistas relacionadas ao Nome Social, infelizmente elas não podem, até porque o Nome Social já era discutido desde 1992 pelo movimento então criado, inclusive com varas reuniões realizadas e palestras nos nossos encontros dos Deputados Fernando Gabeira, Heloneida Studart e Jurema Batista, Deputados federal, estadual e vereadora, inclusive Fernando Gabeira nos propôs e apresentou projeto de Lei na Câmara dos Deputados propondo que a carteira de Identidade tivesse um campo para “codinome” (FONATRANS, 2020, s/p).

A categoria transexual é apresentada dentro do movimento durante o V ENTLAIDS, que contou com apoio da então Casa de Apoio Brenda Lee, para realização do evento. O termo transexual foi apresentado por lideranças do movimento trans internacional, presentes no Encontro. A partir disso, o termo passou a ser discutido pelo Movimento sobre as identidades “travestis” e “transexuais”, o que também resultou posteriormente na preposição do termo “transgênero”, incorporada nos vocabulários. Diante das reivindicações e disputas identitárias, ocorreu a incorporação do termo identidade de gênero:

Foi em meio ao debate sobre transexualidade no movimento LGBT, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, que um novo termo, também é importado da sexologia, foi incorporado ao vocabulário militante ao lado do conceito “orientação sexual”: a “identidade de gênero”. Não foi possível descobrir maiores detalhes sobre o percurso do conceito e seu processo de politização (Marcio CARVALHO; Sérgio CARRARA, 2013, p. 333).

No entanto, o conceito transexual já circulava como uma categoria patológica na produção do saber médico, como apontado por Berenice Bento (1996), e abordado na afirmação judicial que condenou o médico cirurgião Roberto Farina, no Brasil, em 1971, por fazer a primeira cirurgia de redesignação genital no país, em Waldirene Nogueira, como afirmado por Jacqueline Gomes de Jesus (2018). Porém, o termo “transexual” foi popularizado em meados dos anos 2000, nacionalmente, no movimento politizado e de afirmação identitária. A partir

disso, surgiu sob iniciativa de Astrid Bodstein e Mariana Fredick o Grupo Brasileiro de Transexuais (GBT), em 1995, que se manteve durante dois anos atuando como grupo de afirmação identitária, cujas ações eram voltadas a promover e divulgar debates sobre transexualidade. No ano de 1997 é criado o Movimento Transexual de Campinas/SP (MTC):

O MTC surge de contatos estabelecidos entre participantes dos ENTLAIDS. Diferente das primeiras organizações de travestis, o grupo é marcado por uma preocupação “pedagógica” no que diz respeito a transexualidade, além de manter forte relação com serviços de saúde, mais notadamente com o Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde boa parte de suas integrantes era atendida (Marcio CARVALHO; Sérgio CARRARA, 2013, p. 331).

É no ano de 2008 que oficialmente foi consolidada no plano político a letra “T”, se referindo às travestis e transexuais, em tomada decisiva na I Conferência Nacional LGBT. Durante o XVI ENTLAIDS, a utilização do termo “pessoas trans” foi proposto por ser mais abrangente e passou a ser utilizado para referir às pessoas travestis e transexuais.

A presença dos homens trans era quase inexistente no Movimento LGBT antes de 2010, como afirma Simone Ávila (2014). No entanto, a autora aponta para o percurso do ativista trans Xande Peixe, na construção da visibilidade das pessoas trans masculinos:

O que percebi foi que Xande Peixe, ao Participar do XII ENTLAIDS em 2005, foi se constituindo como uma referência dentro do movimento, ocupando alguns espaços políticos que considero importantes. Ele foi presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT) entre 2008 e 2010, representante do Brasil na *Red Latino Americana de Hombres Trans en el Activismo* e participou do Forum Paulista de Travestis e Transexuais (Simone ÁVILA, 2014, p.186).

O movimento social de homens trans politicamente organizado passou a ter organização formal através da articulação de Leonardo Tenório que fundou, com apoio de outros homens trans, a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT)<sup>46</sup>, no dia 30 de junho de 2012, na cidade de São Paulo. A articulação da ABHT se dava a partir das reuniões e encontros virtuais, por meio das redes sociais. De acordo com João W. Nery (2018):

Os militantes eleitos foram distribuídos de modo a ficarem responsáveis por algumas regiões brasileiras. Não passávamos de uns dez trans. Dentre as muitas propostas da ABHT estava a defesa dos Princípio de Yogyakarta, com a despatologização das transidentidades, a aprovação de uma legislação específica contra a discriminação, o uso do nome social e a retificação de

---

<sup>46</sup> A primeira constituição da diretoria: “presidente, Leonardo Tenório, de Recife; Vice-presidente, Marcelo Caetano, de Brasília; quatro diretores executivo, Andreas de Maurício Boschetti e Leonardo Moreira de Sá, de São Paulo, e Leonardo Manera, de João Pessoa, e André Pavanelli, de Curitiba; três conselheiro fiscais, Renato Kesselring, Eduardo Cavadinha e Claudio Penha, de São Paulo (...) Desde a sua fundação até dezembro de 2013, a abht tem cerca de 150 associados em todo Brasil” (Simone ÁVILA, 2014, p. 194-1945).

prenome e gênero, independente da realização da cirurgia de readequação. Hormonização ou de perícia médica com autorização judicial e informar sobre o autocuidado e a redução de danos frente a processos de hormonização, cirurgias e infecções sexualmente transmissíveis (João W. NERY, 2018, p. 397-398).

A ABHT promoveu na cidade de João Pessoa/PB, em 2013, o I Encontro de Homens Trans do Norte e Nordeste, além de participação em seminários e reuniões para discutir direitos humanos. Mas, em virtude de conflitos internos, a ABHT foi extinta em 2013.

Alexandre Peixe dos Santos (popularmente chamado de Xande Peixe) é apontado na literatura como um dos ativistas de fôlego que contribuíram para o encabeçamento do movimento dos homens trans. Seu engajamento começou a ganhar notoriedade ao colocar em pauta, a partir de sua autodefinição, a emergência pelo reconhecimento das identidades de homens trans e suas demandas, durante o XII ENTALAIDS, ocorrido em Florianópolis/SC, em 2005 (Fabio MORELLI; Alexandre Peixe dos SANTOS, 2018). Desde então, recebeu convites e participou de eventos internacionais na América Latina e no Brasil:

A luta organizada de travestis e de mulheres transexuais, em comparação ao movimento de homens trans, já estava em curso de modo mais estabelecido e se torna parceira das incipientes demandas dos homens trans. Devido a isso, em 2009, o Ministério da Saúde convida algumas lideranças do movimento social trans. [...] Xande é incluído nessa conversa a fim de levar as demandas dos homens trans. Mesmo não estando sozinho, ele diz se sentir muito solitário porque conversava sobre as demandas de homens trans sem ter, organizada e sistematizadamente, um coletivo que discutisse e demarcasse tal identidade a partir de outros olhares e vivências (Fabio MORELLI; Alexandre Peixe dos SANTOS, 2018, p. 410).

O ativista participou de reuniões e ações da ABHT e junto com outros ativistas da associação articulou a criação do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), em 2013. O IBRAT gradualmente tornou-se referência nacional como organização de homens trans. O instituto apresenta sua forma organizacional descentralizado, funcionando por meio de uma rede em todo território nacional, a qual diversos núcleos espalhados pelo Brasil são responsáveis por identificar suas pautas locais de acordo com a realidade em que estão inseridos, com intuito de evidenciar os marcadores sociais da diferença, permitindo uma flexibilização entorno das noções de masculinidades:

Todos esses marcadores da diferença, juntamente com a possibilidade de suas discussões dentro do IBRAT, são o que fizeram com que seus fundadores considerassem o termo “transmasculinidades”, no título de sua instituição, como o melhor a definidor de suas identidades e demandas. Seu próprio nome indica não apenas diversas formas de serem homem trans, trans homem, até mesmo não-binárix, mas também abre precedentes para a descoberta de outras

maneiras de ser masculino (MORELLI, Fabio; SANTOS, Alexandre Peixodos, 2018, p. 414).

O respeito e reconhecimento às identidades autoatribuídas em suas multiplicidades, conferidas por diferentes atores/atrizes sociais que tecem a dinâmica da formação e organização política do Movimento Trans do Brasil, seguem em processo de construção aberto, marcado por tensões e conflitos. Nesse contexto, Jacqueline G. de Jesus (2018) visualiza que:

A emergência do transfeminismo, na segunda década do século XXI, tem estimulado a discussão de temas como autonomia do movimento trans frente a outros movimentos sociais; a construção de um novo vocabulário, que abranja a nossa complexa e rica diversidade enquanto população trans e expando o universo discursivo também das pessoas cis; a luta internacional pela despatologização; o reconhecimento da infância e adolescência trans; a reparação dos déficits educacionais; a inserção no mercado de trabalho formal e a representatividade nas artes e na política partidária; questões essas que vão formatando pautas políticas amplas, no complexo cenário dos novíssimos movimentos sociais (Jacqueline G. de JESUS, 2018, p. 391).

O Movimento Trans em sua conjuntura, a partir de suas organizações e redes, no intuito de estabelecer, compreender e visibilizar as relações vivenciadas no cotidiano das pessoas trans, demonstra em sua trajetória percursos dinâmicos e abertos, marcados por conflitos e disputas na construção de políticas públicas. As mobilizações e ações do movimento possibilitaram/possibilitam colocar no cenário político a discussão e visibilidade da política identitária em suas múltiplas facetas, que nem sempre ou, na maioria das vezes, contemplam a gama dos novos arranjos identitários e suas demandas específicas de visibilidade, inclusão e reconhecimento social e político do direito legítimo de ser e existir.

Esses processos subjetivos constituem a dinâmica das identidades e perpassam pelo modo de como cada um(a) faz a leitura sobre si, que são mutáveis e transitórias. Desse modo, os marcadores das diferenças sociais (re)constituídos na (des)territorialidade e espacialidades em que os atores/atrizes estão inseridos devem sempre ser considerados, pois esses atravessamentos instituem elementos de autoidentificação ou autoreconhecimento que tangenciam na confabulação de políticas de identidades coletivas, necessárias para reinvidicação de políticas públicas frente às demandas existentes. Contudo, os conflitos tendem a existir, pois a categorização implica sempre em processos que incluem e excluem pessoas, grupos, comunidades e sociedades. Diante disso, Regina Facchini alerta:

A luta por cidadania baseada na ‘‘identidade’ como ponto de partida’ tende a minar a solidariedade e produzir uma disposição à facciosidade e à normatização. Ou seja, ainda que a intenção dos ativistas do grupo, ao multiplicar as categorias que compõe o sujeito político que descreve o público

pelo qual falam e atuam em favor, seja a de ampliar as possibilidades de inclusão, há um sério risco de dar início a uma discussão sobre o conteúdo descritivo de cada um dos seus termos e sobre o que os diferencia, o que tem um grande potencial de gerar conflitos entre os que se reconhecem a partir de diferentes categorias e de operar normatizações a respeito de cada uma delas (Regina FACCHINI, 2002, p. 206).

Nesse sentido, em torno das disputas identitárias no movimento organizado sobre a definição e escolhas das categorias “travesti” e “transexual”, visualizamos como exemplo a criação recente da Rede Nacional de Pessoas Trans (Rede Trans)<sup>47</sup>, que surge a partir das disputas e tensões internas na ANTRA. Na avaliação da organicidade do movimento de travestis e transexuais, os pesquisadores Márcio Carvalho e Sérgio Carrara (2013) destacam que:

Por um lado, a argumentação de que ‘não se é uma mulher transexual’, mas ‘uma mulher que vivencia a transexualidade’ possibilitou a reivindicação de algumas militantes para ocupar os espaços políticos destinados às mulheres. Por outro lado, houve o fortalecimento da política identitária de ‘ser travesti’ e ‘ser transexual’ pelos setores que permaneceram junto à ANTRA e ao movimento LGBT em geral. Essa posição tem por si só gerado conflitos em torno do que se deve ser mais valorizado, uma suposta união voltada para uma nomenclatura única ou o respeito às identidades autoatribuídas e suas multiplicidades. Nesse contexto, surge a possibilidade de um ‘movimento trans’. Mais do que um suposto preciosismo de definição, as tensões identitárias só podem assumir tamanha relevância porque elas mesmas mobilizam as ações do movimento (Márcio CARVALHO; Sérgio CARRARA, 2013, p.346-347).

Entre os dias 20 e 23 de fevereiro de 2015 foi realizado o I Encontro Nacional de Homens Trans (ENAHT), em São Paulo/SP, na Universidade de São Paulo (USP). Para materialização da ação do evento, o IBRAT articulou estratégias com apoio e colaboração da ANTRA, apoio este fundamental para a concretização do Encontro. Segundo João W. Nery (2018), “com quase 300 participantes, durante três dias, contou com a presença de 118 trans masculinos de todas as regiões do país. O evento foi um dos maiores realizados, para levantamento de demandas e direitos trans” (p. 399). Diante disso, as estratégias de articulação e de alianças inserem possibilidades de fortalecimento e construção de nossas bandeiras e demandas, do que se quer construir no tempo presente, o que desejamos vivenciar em coletividade concreta hoje e amanhã.

Nesse intuito, Federico Costa e Marco Prado (2011) discutem a importância dos movimentos sociais na luta pela democratização social em reconhecimento à pluralidade de

---

<sup>47</sup> As fontes consultadas não mencionam a data de criação. Nem mesmo no site oficial da Rede Trans (<http://redetransbrasil.org.br/>) consta a informação. Atualmente, a sede da Rede Trans está localizada na cidade de Aracaju/SE, sob presidência de Tathiane Aquino de Araújo.



sujeitos políticos, consignando as possibilidades de visibilidade nas pautas e avanços sociais almejados, através das estratégias de articulação e estratégias de aliança e definem:

A estratégia de articulação é concebida como vínculo em torno de demandas específicas entre sujeitos políticos na construção de ações conjuntas, sem que isso implique, necessariamente, na promoção de uma relação de equivalência entre grupos. [...] Já a estratégia de aliança, apesar também de se pautar no estabelecimento de vínculos entre diferentes sujeitos políticos, diferencia-se da subcategoria anterior no sentido em que o foco da ação não se encontra na localização de um centro comum da luta política, que divide o bloco social econômico, redefinindo a identidade de cada um dos sujeitos, mas na tentativa de fortalecer bandeiras específicas presentes na relação entre eles (Federico Alves COSTA; Marco A. Máximo PRADO, 2011, p. 694).

Desse modo, as estratégias complementares de articulação e de alianças entre diferentes atores/atrizes políticos na construção de ações conjuntas, em prol da construção política de um projeto contra hegemônico e conservador, tendem a impulsionar a (des)construir mudanças sociais que desejamos. Nesse aspecto, são apenas algumas reflexões que merecem ser ampliadas no intuito de se construir outras cartografias do Movimento Trans no Brasil.

### **2.3 - Casas de Acolhida LGBT: resistências trans e processos museológicos**

Nos itens anteriores destaquei o surgimento da *STAR House* enquanto espaço de acolhida para as pessoas LGBT em situação de rua e das memórias, constituindo-se também como espaço político de pautas e denúncias sobre invisibilidades, silenciamentos e esquecimentos, sobretudo das realidades das pessoas trans e negras. A questão é que o protagonismo das pessoas trans no Movimento LGBT em geral ou no Movimento Trans em específico contribuiu/contribui para o fortalecimento e busca por visibilidade da luta por cidadania e respeito à nossa comunidade. Com isso, as experiências adquiridas no passado e compartilhadas/transmitidas no tempo presente municiam estratégias de resistência para lidarmos com sistemas opressores que a todo momento tentam aniquilar nossas existências em um mundo dominado por sistemas patriarcais, machistas, conservadores e cristãos, onde prevalecem em grande parte dos países do Continente Americano, em especial na realidade brasileira.

Assim como no Estados Unidos que teve como pioneiras Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera na construção de uma casa de acolhida; no Peru, Giuseppe Campuzano, através do Museu Travesti; no contexto atual do Brasil temos exemplos do protagonismo de pessoas trans na

construção de múltiplas combinações estratégicas a partir da materialização de Casas de Acolhida LGBT com processos museológicos, incorporados no espaço institucional em prol do fortalecimento de lutas e resistências dos corpos e memórias das pessoas trans e LGBT em geral. Para tanto, neste item, evidencio como exemplos de Casas de Acolhida LGBT que desenvolvem processos museológicos através dos protagonismos de pessoas trans, a Casa Nem e a Casa Chama.

Fundadora da Casa Nem de Acolhimento LGBTIA+<sup>48</sup>, Indianare Siqueira possui multi afiliações e fala quatro idiomas. É ativista pelos direitos das mulheres, profissionais do sexo e das pessoas LGBTIA+; integrante da Frente Internacionalista dos Sem Tetos (FIRST); uma das fundadoras e Presidenta do Grupo Filadélfia, em 1996, e uma das proponentes do nome social; Presidente/a do Transrevolução<sup>49</sup>. Ela também trabalhou em parceria com a Casa Brenda Lee, no ano de 1997; em 2009, fundou a Rede Trans Brasil<sup>50</sup>; foi fundadora do PreparaNem<sup>51</sup> e Assessora Parlamentar do Deputado Federal do Rio de Janeiro, Jean Wyllys (2011-2015), pelo PSOL. Indianare foi uma das organizadoras da primeira “Marcha das Vadias”<sup>52</sup> no Rio de Janeiro, ocorrida em 2011; e em 2016, foi candidata a vereadora pelo PSOL na cidade do Rio de Janeiro, ocupando a vaga de vereadora suplente. Atualmente (2020) é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), candidatou-se ao cargo de vereadora pela capital carioca nas eleições de 2020, mas não conseguiu se eleger. Indianare é uma das ativistas pioneiras do Movimento Trans que continuam na ativa do movimento organizado.

Nascida no dia 18 de maio de 1971, na cidade de Paranaguá/PR, mudou-se para capital paulista quando tinha 18 anos de idade, para realizar sua transição de gênero e, desde então, trabalha como profissional do sexo e se apresenta como travestigênera e “pute”. Em entrevista a Jaqueline G. de Jesus (2017), Indianare relata que morou nas ruas de São Paulo, após passar

---

<sup>48</sup> A palavra Nem na nomeação da Casa é uma gíria usada nas periferias e nas comunidades do morro da cidade do Rio de Janeiro, lugares oriundos da maioria das pessoas trans assistidas pela Casa. A gíria é utilizada como forma de se cumprimentar: “Eai nem, como é que você está?”, “tudo bem nem?”, entre outros.

<sup>49</sup> Gisele Meirelles foi a idealizadora do Transrevolução e convidou Indianare para juntas construir o coletivo, em 2009. Com a morte de Gisele, Indianare tornou-se Presidenta, em 2012, e o institucionalizou como ONG em 2017.

<sup>50</sup> Atual Rede Nacional de Pessoas Trans – Brasil (Rede Trans).

<sup>51</sup> Movimento social fundado como apoio coletivo trans-ativista, em 2015, que atua com ação de preparatório de pessoas travestis e transexuais para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Inicialmente, as aulas ocorriam no centro do Rio de Janeiro e passou a ocorrer na Casa Nem. Até o ano de 2018, 25 pessoas trans conseguiram ingressar na Universidade através do PreparaNem, além de ter conseguido inserir pessoas trans em emprego formal. O PreparaNem inspirou outros movimentos similares e se estendeu para outras cidades, constituindo-se como uma rede.

<sup>52</sup> A “Marcha das Vadias” surgiu no ano de 2011, no Canadá, após o fato ocorrido na Universidade de York, um policial palestrando sobre segurança e prevenção ao crime, afirmou que “as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias, para não serem estupradas”. Mundialmente, coletivos de mulheres saíram as ruas em protesto denominado “Marcha das Vadias”.

por problemas financeiros e decidiu morar na cidade de Santos, com intuito de vender bebidas, porém o empreendimento não deu certo. Em Santos, dormindo pelas ruas, certo dia teve a oportunidade de conhecer e ser acolhida por Paola, que lhe ofereceu apoio e abrigo, sem cobrar algo em troca. Na figura 7 temos no centro da imagem Indianare Siqueira, de camisa cor amarela e segurando alto-falante na altura da boca.

**Figura 7 - Indianare Siqueira**



Fonte: Google Imagens. Crédito: Pokirah, 2020.

Vivendo em contexto epidêmico nas décadas entre 1980 a 1990, Indianare teve que lidar com a dor da perda de amigas e conhecidas, infectadas pela AIDS, situação que a aguçou a se despertar em obter informações sobre o vírus. Em atendimento ao convite realizado por psicólogas e assistentes sociais do Programa Municipal DST/AIDS de Santos - que realizavam campanhas de prevenção pelas ruas (nos pontos de prostituição) contra o vírus e tinham como população alvo as travestis e as profissionais do sexo -, compareceu à uma reunião para conhecer o Programa, em 1994 e, desde então, passou a frequentar os encontros que se sucederam. Diante desse contexto, Indianare passou a convidar as travestis e conseguiu formar um grupo para participar das reuniões e juntas idealizaram o Grupo Filadélfia de Travestis e

Liberados, fundado em 1995. E, no mesmo ano, recebeu o convite para participar como representante do Grupo Filadélfia no III ENTLAIDS, onde conheceu Jovanna Baby e outras ativistas do movimento trans organizado (Jacqueline GOMES, 2013; Julia NADIN, 2018).

Em 1996, Indianare participou de uma Conferência Municipal de Saúde em Santos, como representante do Grupo Filadélfia e discursou sobre a importância do nome social como pauta da luta política das pessoas trans. Diante disso, conquistou o direito da internação hospitalar das pessoas travestis na ala feminina e o reconhecimento dos cônjuges nos prontuários médicos, mas a hormonioterapia e redesignação sexual colocados para aprovação foram repulsados. A conquista do nome social engajado pelo Grupo ganhou na época visibilidade nacional e no exterior, e, a partir disso, vários decretos estaduais e municipais lançaram artigos estabelecendo o nome social na rede pública de saúde. No ano de 1997, o Grupo Filadélfia junto com a Casa de Apoio Brenda Lee, convidou a trans e médica dermatologista com especialização em infectologia, Camila Cabral<sup>53</sup>, como conferencista do V ENTALAIDS, para falar sobre a transexualidade.

Em meados da década de 2000, Indianare passou uma temporada residindo na Europa, e na França foi presa, cumpriu dois anos e meio de prisão. O motivo da prisão se deu por conta de que ela tinha apartamentos e alugava para pessoas travestis e transexuais que trabalhavam como profissionais do sexo, em sua maioria brasileiras. Em entrevista a Julia Nadin (2018), Indianare relata que desestabilizou uma rede de exploração de prostituição que cobrava por moradia diária a metade do valor faturado das profissionais do sexo e quando passou a disponibilizar aluguel a preço acessível, muitas das pessoas exploradas decidiram morar em seus apartamentos, o que gerou perdas de lucros as/aos exploradoras/es e, por isso, foi denunciada à polícia por prática de proxenetismo.

Indianare Siqueira em entrevista a Julia Nadin (2018) relata que durante o tempo em que passou na prisão recebia visitas de amigas, conseguiu ler muitos dos livros que já tinha interesse, mas antes não conseguia conciliar sua agenda com tempo para leituras. Recrutada em um presídio masculino, travou lutas para ter o direito de usar roupas femininas, ser tratada no gênero feminino e poder incluir na lista de compras de farmácia produtos femininos que não estavam incluídos na listagem dos homens. Também conseguiu formalizar denúncia ao Procurador da República da França por tortura psicológica sofrida por ser tratada no masculino dentro do sistema prisional, o que resultou na criação de uma lista de farmácia *transgenre*.

---

<sup>53</sup> De acordo com Jacquel G. de Jesus (2017), Camila Cabral nasceu em Cabaceiras/Paraíba e foi a primeira mulher transexual na história da República Francesa a ser eleita e ocupar o cargo de vereadora (2001 a 2005), na cidade de Paris.

Após cumprir sentença prisional foi deportada em condicional para o Brasil, em 2009. De volta ao Brasil, atuou nos movimentos e se tornou coordenadora de um grupo para travestis e transexuais criado dentro do Grupo Arco-íris<sup>54</sup> do Rio de Janeiro que a convidou a ocupar a função, após ter ido ao grupo para denunciar explorações e agressões contra travestis e transexuais. Sobre o espaço da Casa Nem, Indianare diz:

[...] como diz uma amiga minha, a Rogéria Peixinho, ela fala que a Casa Nem é um quilombo, se haviam antes quilombos, onde os negros antes se refugiavam, e para onde eles fugiam, mesmo os livres acabavam indo para esses espaços de acolhida, a Casa Nem é esse quilombo LGBT porque es LGBTs que são expulsos no Rio hoje tem pra onde ir, as travestis e transexuais que estavam morando na rua hoje tem pra onde ir, muitas que vinham pro PreparaNem só para a alimentação e para estarem juntas, acabaram encontrando aqui também um lugar aonde morar (Indianare SIQUEIRA em entrevista a Julia NADIN, 2018, p. 140).

A Casa Nem ao longo de sua existência passou por mudanças de endereços por várias vezes, por conta dos despejos. Em 2016, a instituição ocupou e se instalou em um prédio abandonado no bairro da Lapa e, após ação judicial de reintegração de posse, mudou-se e ocupou outro prédio abandonado no bairro Vila Isabel. Mais uma vez a comunidade assistida e residente teve que enfrentar a angústia do despejo e o descaso social atrelados à falta de amparo do Estado e ausência de políticas públicas. Sem apoio do Estado no atendimento à demanda por moradia e com dezenas de pessoas LGBT que não tinham para onde ir, a Casa em salvaguarda aos corpos e as vidas e em resistência pelo direito à moradia, ocupou um novo prédio em Copacabana. A instalação da Casa no endereço de Copacabana permaneceu até o dia 24 de agosto de 2020 e, em plena situação pandêmica, teve que lidar novamente com a situação de despejo, realizado por ordem judicial e sob escolta da polícia na ação.

Várias manifestações e protestos antecedentes e durante a concretização do despejo foram realizados em articulação da Casa Nem, com apoio de movimentos e entidades sociais em afirmação pelo direito à moradia e resistência contra o despejo. Em atendimento à desocupação do prédio, a Casa exigia que um novo lugar fosse concedido pelo poder público, com condições para instalação da instituição e das residentes. Solicitação esta que já era posta desde o surgimento da Casa.

---

<sup>54</sup> O Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT é uma organização não-governamental, sob o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas número 97468433/0001-08. Fundado em 21 de maio de 1993. Sua agenda voltada para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais, homens trans e pessoas intersexo, com o enfoque na cidadania, promoção dos direitos humanos e de uma cultura de paz, combate à violência, justiça social, prevenção e atenção em IST, HIV/Aids e Hepatites Virais entre outras questões que busquem a melhoria da qualidade de vida dessa população (informações do site oficial: [http://www.arco-iris.org.br/?page\\_id=83](http://www.arco-iris.org.br/?page_id=83). Acessado em: 26 out. 2020).



Na figura 8, observa-se a movimentação no dia em que a ordem de despejo foi cumprida. Várias imagens circularam nos noticiários, produzidas por equipes jornalistas, entidades sociais e pessoas civis, que se faziam presentes no momento e registraram o fato em frente ao prédio da Casa, em Copacabana.

**Figura 8** – Manifestação da Casa Nem contra ordem de despejo



Fonte: Google Imagens. Crédito: foto registrada por leitor anônimo do *Jornal Estadão* e publicado na matéria virtual do jornal, 2020.

Os prédios ocupados pela Casa Nem estavam todos em estado de abandono e sem função social. O prédio registrado na fotografia, ocupado no ano de 2019, já fazia mais de uma década que estava sem uso, de acordo com as informações relatadas por alguns moradores vizinhos, publicadas em algumas matérias jornalísticas. No entanto, a ocupação do prédio por pessoas LGBT causou incômodo em parte dos moradores do bairro que desumanizam vidas e corpos, contribuindo, muitas vezes por omissão, para que pessoas vivam em situação de rua em condições de mendicância e em detrimento ao direito à dignidade humana.

Junto ao cumprimento de despejo por decisão judicial, as pessoas assistidas foram encaminhadas e alojadas no Colégio Estadual Pedro Álvares Cabral, localizado em

Copacabana, em proposta provisória da prefeitura municipal. No dia 8 de setembro de 2020, a polícia militar invadiu o Colégio e levou presa Indianare sob alegação de ter recebido denúncia de invasão do local pelas pessoas LGBT. O diretor estava no prédio da escola, mas os policiais se recusaram a entrar em contato com o mesmo<sup>55</sup>. Na delegacia, a polícia tentou indiciá-la por invasão de espaço público e desobediência civil, mas o subsecretário de Direitos Humanos, Thiago Miranda; a secretária estadual de Direitos Humanos e Assistência Social, Cristiane Lamarão; e a superintendente do Rio Sem LGBTIfobia, Carol Caldas, entraram em contato com a delegacia, para explicar a situação e, então, Indianare foi liberada com registro de ocorrência lavrado. O episódio é apenas mais uma situação entre as perseguições e autoritarismos vivenciados por vidas e corpos de pessoas trans.

Contudo, no dia 11 de setembro de 2020, o Governo do Rio de Janeiro cedeu um imóvel para instalação da Casa Nem, por meio de cessão, com duração de cinco anos podendo prorrogar. Através da Secretária do Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH), em parceria com a Secretaria de Estado de Cidades, realizaram a celebração da entrega das chaves do imóvel. A nova sede da Casa está localizada na zona sul da cidade, no bairro do Flamengo, possui seis quartos, dois banheiros, sala e cozinha. A concessão do espaço representa uma grande vitória da Casa Nem e suas/seus moradoras/es que, atualmente e nos próximos anos, podem se sentir mais seguras/os no que diz respeito ao direito de permanência no espaço e à acolhida proporcionada.

Indianare Siqueira publicou no dia 10 de setembro de 2020, em sua conta pessoal do Facebook, uma síntese retrospectiva dos lugares em que a Casa Nem foi instalada antes de chegar em Copacabana. A casa passou pelos bairros Lapa, Botafogo, Vila Isabel, Bonsucesso e Centro. A ativista lembrou que, ao ocupar o prédio de Copacabana, encontraram acervos de obras de arte em abandono e a instituição, por sua vez, contactou os órgãos responsáveis e os acervos foram encaminhados ao Museu Nacional, Iphan e Polícia Federal. O ato de prestação de serviço à sociedade trouxe esperanças naquele momento e fez com que Indianare acreditasse na possibilidade do local ser concebido oficialmente pelo Estado em reconhecimento ao feito, algo que não aconteceu. O achado do acervo virou noticiário e foi destacado em matéria publicada no dia 27 de julho de 2020, por Elza Gimenez, no portal de notícias do G1<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> Situação relatada textualmente em publicação por Indianare Siqueira, em sua conta pessoal do Facebook, no dia 8 de setembro de 2020.

<sup>56</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/27/reintegracao-de-posse-em-predio-que-abriga-a-casa-nem-em-copacabana-e-suspensa.ghtml>>. Acessado em: 15 out. 2020.

Sobre os processos museológicos realizados na Casa Nem, a instituição possui acervos e/ou coleções com tipologias artísticas, biográficas e antropológicas, institucionalizados através de doações, aquisição e criados no espaço da Casa por meio de oficinas e atividades. Entre os processos museológicos aplicados na cultura material, as/os dirigentes da Casa afirmaram desenvolver a tríade dos processos, envolvendo a pesquisa/documentação, preservação/salvaguarda e comunicação/exposição, aplicadas sobre a cultura material institucionalizada e considerada pela a comunidade LGBT como importantes processos relacionados às memórias das relações e dos cotidianos da comunidade LGBT local, principalmente das transvestigêneres.

Na figura 9 se visualiza o interior da Casa Nem. A imagem remete a uma intervenção cultural, com uma apresentação artística ou um discurso de uma pessoa feminina e negra segurando um aparelho de microfone direcionado à altura da boca, a pessoa está no centro do enquadramento da imagem. Em terceiro plano, nas paredes de fundo, várias imagens figurativas impressas e compiladas em um grande mosaico, remetem a elementos de corpos humanos ou partes deles, além de um quadro de moldura dourada com imagem.

**Figura 9 - Casa Nem, intervenção cultural**



Fonte: Google Imagens. Crédito: Reprodução/ Hopeness (<https://www.hopeness.com.br/2016/08/casa-nem-e-um-exemplo-de-amor-acolhimento-e-apoio-a-transexuais-travestis-e-transgeneros-no-rj/>), 2016.



O nome da obra de arte em moldura dourada contida na composição (figura 9) é “Selfie Service”, da artista Hevelin Costa. Pude identificar a obra em questão através do Catálogo do Leilão de Arte Beneficente para a Casa Nem, que ocorreu no dia 13 de setembro de 2018, no Parque Lage, durante a realização da mostra Queermuseu. A artista relata no catálogo a passagem da obra pela Casa Nem:

O trabalho Selfie Service que traz os seios de uma mulher a mostra, junto as frutas tropicais, leva a exposição do corpo feminino a uma mistura de cores, sabores e texturas remetendo a natureza humana do que é experimentar a vida como ela é. A fotografia esteve exposta a Casa Nuvem e a Casa Nem, participando de festas, encontros e reuniões. Alguns momentos sumindo e depois aparecendo. Após um longo sumiço, foi guardada com todas as marcas que essa vivência nos dois coletivos a deixou (Hevelin COSTA, 2018, p. 17).

A artista Hevelin Costa possui Pós-Graduação em Fotografia: Imagem, Memória e Comunicação e atuou em Projeto de Ensino de Fotografia na Casa Nem. Na lista do catálogo, o nome de Indianare Siqueira também aparece disponibilizando uma edição da *Revista TRAVESTIS Internacional*, do ano de 1995, edição original, n.º 333, na qual posou para a Revista e foi a modelo da capa. Outras obras de artistas como Adriana Varejão, da cartunista Laerte Coutinho, entre outras/os, aparecem na lista. O leilão de arte visava arrecadar recursos financeiros em prol da manutenção e continuidade das ações da Casa Nem. Diante disso, é possível notar um trânsito da Casa Nem com artistas, acervos, memórias, obras de arte, espaços museológicos e exposições, evidenciando, assim, uma articulação da Casa com espaços museais institucionalizados e com profissionais de museus.

A Casa Nem assinalou no questionário que a documentação dos acervos e/ou coleções salvaguardada no espaço é realizada por meio do registro. Mas informações detalhadas de que modo transcorrem o(s) registro(s) não foram ressaltadas. As/os organizadoras/es me informaram que exposições de obras artísticas em suas múltiplas expressões são realizadas no espaço da Casa. Considerando o fato de que as decisões são tomadas em coletividade sobre as atividades, ações e intervenções no espaço, pressuponho que tais propostas expositivas se dão na medida do consentimento e/ou da ação coletiva de todas/os/es da comunidade assistida diretamente e gestora, ressignificando o espaço.

Na figura 10 é possível observar cinco assentos sanitários aplicados em um painel de cor azul. No centro das aberturas dos assentos, palavras gravadas em tinta de cor amarelo acinzentado e as letras que formam as palavras em ordem vertical de separação silábica, com exceção das letras que formam a primeira palavra escrita no meio da abertura do assento superior, da esquerda para a direita, com letras em vertical e em ordem aleatória. Toda

composição que integra o objeto em uma só peça está suspenso sobre a parede. No assento posicionado da esquerda para a direita, de cor azul na margem superior, temos a palavra “Saúde”; em seguida posicionado ao meio superior, o assento de cor vermelho com a palavra “Educação”; e, por último, na margem superior direita, o assento de cor preto com a palavra “Justiça”. Abaixo na margem inferior entre o assento azul e vermelho temos o assento cor amarelo com a palavra “Cultura”; em seguida na margem inferior ao lado do amarelo e entre os assentos vermelho e preto temos o assento cor verde, com a palavra “Segurança”. O painel está pendurado na parede e suspenso por dois fios de aço encaixados no extremo das partes superiores do painel.

**Figura 10** – Casa Nem, intervenção cultural



Fonte: Pagina oficial no perfil do Facebook da Casa Nem. Fotografia publicada no dia 27 de agosto de 2016.

A instituição não possui reserva técnica para condicionamento dos acervos e/ou coleções institucionais. Diante dessa realidade, é mais do que justificável que espaços como este, com várias frentes de ações executadas institucionalmente, não possuam espaços específicos de reserva técnica ou até mesmo outras salas exclusivas e designadas a atendimento psicossocial, jurídico, entre outros. Afinal, é por ausência ou negação de espaços institucionais aos corpos trans que grande parte das Casas de Acolhida surgem no Brasil e se configuram

como tal. As inquietações em salvaguardar as vidas é a prioridade e os objetos só possuem sentido diante existência da vida.

A instituição atende e recebe visitas de grupos de estudantes do ensino fundamental, médio, universitário, pesquisadores, representantes de pessoas jurídicas e público em geral. Na figura 11 temos a imagem de nove pessoas assistidas pela Casa Nem em frente a faixa principal da instituição.

**Figura 11** – Assistidas/os/es em frente à Casa Nem



Fonte: Google Imagens. Crédito: SCRUFF (<https://gay.blog.br/noticias/casa-nem-que-acolhe-trans-em-situacoes-de-vulnerabilidade-precisa-de-doacoes-com-urgencia/>), 2018.

O que interessa nesta análise, não é cortejar se os processos museológicos estão enquadrados passo a passo de acordo com os manuais de procedimentos técnicos, elaborados por pesquisadores do campo museológico. Mas, sim, perceber a existência de processos museológicos autoreconhecidos pela iniciativa institucional e os percursos das relações e escolhas da idealizadora do espaço, uma travestigênera, que em seus moldes e possibilidades coloca em visibilidade aspectos da transmusealidade<sup>57</sup>, por meio das ações institucionais que manejam e materializam objetos e coisas para comunicar suas vivências, conforme manejado em outras Casas de Acolhida, a exemplo da Casa Chama, em São Paulo/SP.

<sup>57</sup> Essa discussão será apresentada no próximo capítulo.

Rodrigo Franco ou Digg Franco (como é conhecido) é um homem trans, de 35 anos, branco, idealizador da Casa Chama, design com pós-graduação em História da Arte, Crítica e Curadoria, e atua em trabalhos esporádicos como coordenador de exposições de arte contemporânea no Brasil e no exterior. Rodrigo desde os 18 anos de idade trabalha em instituições de arte (museus, galerias, centros culturais, entre outros), ou seja, é um profissional com experiências e práticas em museus, e após a materialização da Casa Chama dedica-se a maior parte de sua agenda na gestão da Casa, mas conta com apoio de outras pessoas no núcleo mais duro da gestão. Como citado no primeiro capítulo, a Casa Chama surgiu no ano de 2018, sem data inaugural, e inicialmente a instituição foi materializada no espaço do Ateliê (prédio alugado) de Rodrigo e sua namorada, a artista e fundadora Cintia Marcília, localizado no bairro de Perdizes, na Rua Caetés, 440, São Paulo/SP.

Durante reuniões e encontros, na época das eleições de 2018, Rodrigo acolheu e disponibilizou moradia provisória a duas travestis no ateliê, no mês de novembro, e me afirmou em resposta ao questionário (2020), que “a nossa vida mudou convivendo com as travestis. Eu comecei a minha transição e o grupo começou a focar nas pessoas trans”. Diante da fala, fica evidente que o processo de escuta foi um fator determinante para idealizar a construção do espaço e as ações desenvolvidas, além do empoderamento e autoreconhecimento que Rodrigo pode acessar sobre si e sua identidade de gênero a partir da experiência proporcionada. O tempo em que a instituição permaneceu instalada no ateliê, um quantitativo de vinte pessoas trans puderam ter moradia provisória e acolhida no espaço. O espaço é construído por pessoas trans e cis aliadas.

Com problemas financeiros para manter o espaço, as atividades no prédio foram encerradas, e com apoio da Subprefeitura da Lapa da cidade de São Paulo, uma sala provisória foi cedida à Casa Chama, no Centro de Memória e Convívio Cecília Meireles da Lapa. Desde então, a Casa não oferece moradia, somente acolhida através das frentes trabalhadas como já mencionadas no capítulo anterior, e junto à cessão do novo espaço foi estabelecido o prazo para desocupação até o mês de novembro de 2020.

**Figura 12 - Rodrigo Franco**

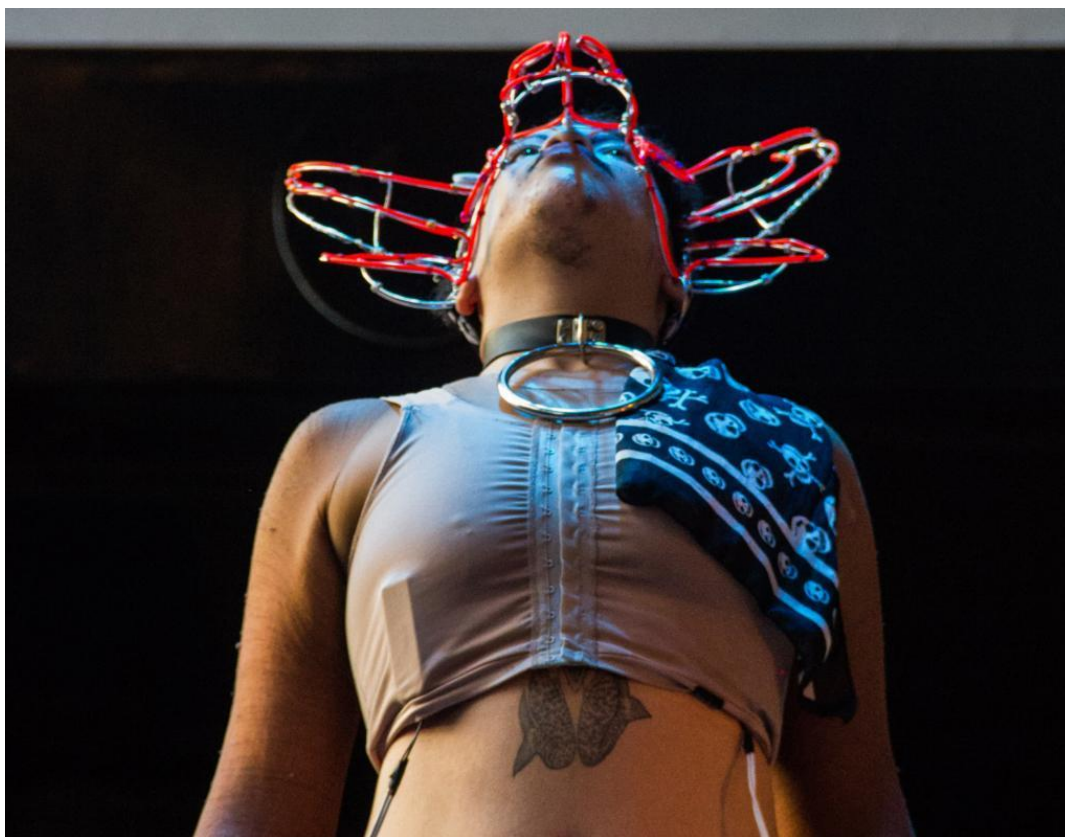
Fonte: Jornal GGN (Disponível em: <https://jornalggm.com.br/a-grande-crise/tv-ggn-a-casa-chama-e-o-apoio-a-populacao-trans-em-sao-paulo/>, 2020).

Em apresentação institucional através do site oficial da Casa Chama, a organização institucional explica: “queremos criar oportunidades para pessoas LGBTQIAP+ e ampliar nossa atuação na sociedade, especialmente na área cultural e também na área legal de apoio e segurança (...) além de oferece nossas consultorias na área de recorte de classe, gênero e sexualidade” (2019, s. p.). Diante disso, na frente cultural a Casa Chama realizou em 2019 o I Festival Chama, no dia 20 de julho, no Teatro Oficina. Com intuito de proporcionar uma aproximação entre pessoas transvestigêneres e cisgêneras foi promovido no Festival um ambiente de convívio com rodas de conversas, performances artísticas, shows, questões relacionadas à saúde, entre outros.

Na figura 13 observa-se a apresentação de uma performance de arte contemporânea realizada durante o I Festival Chama. O nome da artista e da obra performada não foi mencionado em descrição ou legenda da imagem disponibilizada no site oficial da Casa Chama.



**Figura 13 - I Festival da Casa Chama**



Fonte: Site oficial da Casa Chama, 2019. Disponível em: <https://www.casachama.org/encontros-4/>.

Sobre os processos museológicos, a instituição afirmou desenvolver processos de documentação, preservação e comunicação. Todas as ações realizadas pela Casa Chama são registradas em material físico e digitalizadas, no intuito de preservar também o registro no suporte virtual. De acordo com os dados coletados em questionário, os processos de construção da Casa Chama foram e continuam sendo registrados, e o material gerado “por si só já é um material expositivo”. Sobre as atividades culturais desenvolvidas no espaço, o responsável respondeu:

Temos o espaço expositivo sim. Já fizemos e estamos fazendo acompanhamento de projetos artísticos. Mas mais inclusivo pra instituições maiores de arte do que no nosso espaço, mais a gente também faz rodas de conversas, ensaios, performances, gravações em nosso espaço, shows, pocket shows e cine club, grupo de estudo (Resposta da Casa Chama em questionário aplicado por Rafael Machado, em 24 de abril de 2020).

O acompanhamento de projetos artísticos envolve todo um conjunto de suporte de materiais e consultoria, a fim de inserir pessoas trans no mercado de sistema da arte contemporânea institucional. O engajamento dessa ação obteve resultados bem sucedidos, conseguindo colocar algumas artistas trans assistidas no circuito de performance. A Casa

Chama relatou uma ação de parceria com uma curadora do Museu de Arte de São Paulo (MASP), no desenvolvimento e acompanhamento em conjunto para com uma artista trans assistida pela Casa e que, neste ano de 2020, tiveram como resultado a aprovação para uma Residência Artística em Londres.

A Casa Chama também autoidentifica-se como Centro Cultural e Centro de Memória: “A gente é um Centro Cultural, a gente é um Centro de Memória em construção. A gente é as duas coisas. Centro de Memória do Hoje. Somos Centro de Memória do Agora”.

A instituição possui catalogação de acervo bibliográficos e a tipologia dos acervos são de arte, constituindo maior parte de arte contemporânea. Os acervos ou coleções consideradas de algum modo importantes para a memória e história relacionadas aos aspectos da produção artística conexas às realidades vivenciadas pelas pessoas LGBT, com maior foco nas pessoas trans. O espaço recebe visitas de artistas, representantes de pessoas jurídicas, estudantes de ensino superior e público em geral. Mas, não possui estrutura para reserva técnica.

As despesas que são geradas institucionalmente são supridas através das doações voluntárias de pessoas civis e do trabalho voluntário. No dia 10 de agosto de 2020, a Casa Chama publicou em sua conta oficial no Instagram a mudança de endereço da instituição. O novo espaço alugado para instalação da Casa é uma sala em um prédio localizado na Rua do Carmo na Sé. A instituição possui parceria com a Casa Florescer, que disponibiliza moradia provisória e recebe assistidas/os encaminhados pela Casa Chama.

Apesar das dificuldades que existiram/permanecem e são enfrentadas pelas Casa Nem e pela Casa Chama em relação aos processos de desocupação e mudanças de espaços físicos, que dê certo modo impactaram/impactam na continuidade, início ou finalização de ações e processos outros, o que aludo como importante dessas experiências e dos processos museológicos aqui abordados para o campo da produção teórico-prático das Museologias é perceber o imaginário criativo sob o olhar ético e estético, em criar dispositivos nas possibilidades do corpo, dos objetos e das coisas, para desestabilizar o imaginário social colonizador e opressor dominante na realidade social que estamos imersos e nos impede de perceber a importância da coletividade do cuidado de si e das/os outras/os. Um imaginário criativo de travessias e deslocamentos que possibilita narrativas outras, pontos e conexões intermediados por dispositivos de realidades muitas das vezes árduas e capazes de aguçar por meio do estabelecimento do contato e da escuta a sensibilidade de se (re)pensar nossas escolhas e posturas. Diante exposto, é possível pensar que as Casas de Acolhida LGBT também são espaços de resistência LGBT, onde se encontram apoio e acolhimento para criação e

desenvolvimento de práticas excluídas e negligenciadas, pela LGBTfobia institucionalizada nos espaços oficiais e das produções museológicas.

No próximo capítulo discuto e proponho um conceito para análise dessas expressões que denomino de transmusealidade, enquanto uma possibilidade epistêmica produzida nas relações sociais das iniciativas comunitárias LGBT que transcende as normas binárias e tidas como universais e que fundamentam os processos museológicos e museais.



### **CAPÍTULO 3 – TRANSMUSEALIDADE: CARTOGRAFIAS DE PROCESSOS MUSEOLÓGICOS DISSIDENTES**

Antes da pandemia do novo coronavírus ter sido divulgada pela comunidade científica e da identificação da presença do vírus no Brasil, no mês de março de 2020, a proposta que eu havia formulado na primeira versão do projeto para este capítulo era a construção de uma metodologia de Museologia colaborativa ou comunitária aplicável (enquanto parâmetro) em espaços de iniciativas comunitárias LGBT. O espaço da CasAmor estava cotado para análise das experiências específicas dos processos museológicos em intervenção sob referência prática/teórica da “Oficina do Objeto”<sup>58</sup>, elaborada por Mario Chagas (1998). Tinha estabelecido como recorte da experiência em efetivação da Oficina do Objeto as pessoas trans voluntárias e assistidas pela instituição e de modo coletivo as ideias seriam reelaboradas, materializadas e analisadas sobre o conjunto dos processos.

A proposta de execução da Oficina do Objeto passaria por uma avaliação prévia, diante reunião com o coletivo de gestão voluntária da CasAmor, para aprovação ou não sobre as possibilidades e/ou implicações institucionais. Diante da possível aprovação, a “Oficina do Objeto” teria como período e fase inicial dos processos e encontros o mês de julho de 2020 e finalização no mês de janeiro de 2021. Com a impossibilidade da oficina ser realizada presencialmente, em virtude do cenário pandêmico, optei por adiar a proposta, pois nada ou qualquer finalidade justifica colocar em situação de risco mortal as vidas humanas.

Em rígido confinamento em casa, a escrita deste trabalho em certa medida foi um modo de refúgio ao medo constante de perder as pessoas que amo e que são próximas por conta da pandemia. De modo remoto, aproveitei para participar de cursos acadêmicos de curta duração e eventos ofertados por instituições educacionais e/ou de profissionais ligados a elas, conciliando com a agenda das minhas aulas do Semestre Letivo Suplementar do PPGMUSEU

---

<sup>58</sup> Para criação de uma exposição, Mario Chagas (1998) relata que concebeu e desenvolveu a Oficina do Objeto propondo a experiência em sala de aula, com os alunos e no Museu Histórico Nacional, com os professores. A oficina é dividida em três momentos: no primeiro momento, cada um/a dos/as participantes escolhe um objeto pessoal, leva para oficina e explicita o porquê da escolha, a ação busca identificar aspectos da memória individual e os sentidos atribuídos aos objetos. No segundo momento, o grupo é dividido em duas equipes, para montagem das exposições de cada equipe que devem construir uma história com os objetos que selecionaram, nesse momento será diluído os aspectos da memória individual no coletivo. E, no último momento, cada equipe visita as exposições produzidas, dizendo o que entenderam das propostas, e os/as integrantes da exposição comentada explicam a concepção inicial. Objetiva-se tratar do processo de comunicação, levando em consideração que por mais que tentemos controlar a narrativa expográfica, os visitantes que a acessam podem fazer leituras distintas, estabelecendo e criando narrativas não previstas.

(08/09/2020 a 18/12/2020 – UFBA) e a pesquisa/escrita dos capítulos deste trabalho. No dia 3 de dezembro de 2020, realizei a Defesa de Qualificação com apresentação do primeiro e o segundo capítulos construídos.

O fato é que o primeiro e segundo capítulos não sofreram impactos em virtude da pandemia, já que as metodologias aplicadas foram flexíveis e, portanto, adaptadas ao modo remoto. Com a coleta de dados, produção do conteúdo e resultados dos estudos apresentados nos capítulos anteriores, várias possibilidades de problematizações para um terceiro capítulo de cunho teórico tornaram-se caminhos possíveis, ao pensar o campo da Museologia relacionado às questões atravessadas pelos aspectos sociais, culturais e históricos das diversas identidades que integram a sigla da comunidade LGBT, bem como o delineamento do que compreendida como as especificidades das práticas museológicas empreendidas pelas pessoas trans, aquilo que compreendo como transmusealidade.

Na verdade na data da qualificação, eu mantinha um certo otimismo de que conseguiríamos até dezembro de 2020 frear e/ou diminuir o número crescente de pessoas infectadas pela COVID-19, e que já estaríamos em uma outra realidade marcada pelo início do processo de vacinação em massa da população brasileira contra o vírus e, com isso, a viabilidade de desenvolver a Oficina do Objeto em algum dos primeiros meses de 2021. Entretanto, sob avaliação e parecer da banca avaliadora<sup>59</sup>, a proposta apresentada para o terceiro capítulo era algo inviável, tendo em vista os riscos da situação pandêmica e a realidade social e política desanimadora do país. Para a banca, o conteúdo construído já apresentavam elementos de uma pesquisa de dissertação, com alcances satisfatórios a partir dos critérios exigidos e/ou esperados de um produto intelectual e de competência técnica ao grau cursado.

Dentre as sugestões da banca, seria somente necessário realizar alguns ajustes pontuais do conteúdo construído e, posteriormente, em um outro momento pós pandemia, fosse dado continuidade a proposta em um trabalho de doutorado. Diante do contexto e em diálogos de orientação com o professor Clovis Britto, chegamos em consenso que seria interessante construir um terceiro capítulo teórico em substituição à proposta anterior. Os apontamentos realizados pela banca avaliadora sinalizaram que o conteúdo apresentado e qualificado insinuava ainda que de modo tímido para a produção epistemológica de um conceito que melhor poderia ser caracterizado em relação ao que eu estava denominando e apresentando como

---

<sup>59</sup> Prof.<sup>a</sup> Dra. Alice Alexandre Pagan (Universidade Federal de Sergipe), Prof. Dr. Jean Tiago Baptista (Universidade Federal de Goiás) e Prof. Dr. Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha (Universidade Federal da Bahia).

imaginação (trans) museal, presente no título e no corpo do texto parcial/provisório do trabalho<sup>60</sup>.

A mudança na denominação (trans) museal para transmusealidade é decorrente dos apontamentos ocorridos na qualificação e dos processos de pesquisa estudados. O termo trans sem o aprisionamento do armário dos parênteses e integrado à musealidade ao invés do museal, confere maiores linhas de forças ao movimento do desejo, das intensidades e afetos que atravessam o conceito transmusealidade em sua eficiência e potencialidade política. Diante disso, neste capítulo debato a transmusealidade enquanto um exercício, uma proposta para compreender os processos museológicos no campo da Museologia que surgem a partir das experiências produzidas por iniciativas LGBT. Tomo como exemplo a realidade em que estou inserido na CasAmor, espaço que participo/participei das idealizações das experiências e execução de processos museológicos que produzem epistemologias para imaginar e construir alternativas do presente e propor novos futuros em que possamos caber.

Pensar os processos museológicos a partir da CasAmor trata-se de evidenciar novos imaginários museológicos que transcendem os enquadramentos epistêmicos canonizados/fundamentados nas relações das experiências controladas por visões binárias que normatizam o campo museológico, e que as tornam incapazes de abarcar outras realidades vivenciadas, experimentadas e produzidas por grupos, pessoas e comunidades de sexualidades e de gêneros dissidentes. Ao discutir a colonialidade do poder e sua estrutura de dominação retroalimentada no padrão mundial através da economia capitalista, da política, da hierarquização das pessoas e na regulação das subjetividades no campo da Museologia, Judite Primo e Mario Moutinho (2021) assinalam para a necessidade de romper com padrão normativo através do processo de desobediência epistêmica que segundo os/as pesquisadores/as:

Nesta desobediência é necessário reconhecermos que os povos subalternizados, para além das violências sobre seus corpos, também sofreram epistemicídio. Sempre que seus conhecimentos e saberes foram e são silenciados, invisibilizados, subalternizados, erradicados ou aniquilados estamos na presença da colonialidade cognitiva, em presença do epistemicídio. A desobediência epistêmica é um caminho para a (re)conquista da identidade dos povos subalternizados. [...] Essa desobediência permite a criação de espaços na sociedade, nas instituições, na política e na economia para que pessoas excluídas sejam visibilizadas, reconhecidas e possa construir novos referenciais (Mario MOUTINHO; Judite PRIMO, 2021, p. 31).

---

<sup>60</sup> Título apresentado anteriormente: *Casas de Acolhida LGBT e processos museológicos: cartografias da imaginação (trans) museal de Linda Brasil na CasAmor, Aracaju/SE.*

Com isso, o termo transmusealidade pode ser considerado como ato de desobediência epistêmica, pois é a partir da experiência vivenciada que a transmusealidade é produzida e conecta nos experimentos museais por meio de ações rizomáticas, através do conjunto das experiências LGBT, como exemplifiquei no segundo capítulo (como os processos museológicos desenvolvidos na e/ou pela Casa Nem e Chama). Os aspectos relativos à produção epistemológica da transmusealidade são atribuídos pela dinâmica dos processos existentes e situados nas paisagens produzidas, agenciadas e tencionadas pelas ideias e produções que são/foram protagonizadas por ou a partir das pessoas de identidades e/ou sexualidades dissidentes.

Entretanto, nem toda prática museológica desenvolvida pela comunidade ou por agentes LGBT é marcada pela transmusealidade. Muitos LGBT podem reproduzir padrões canônicos e binários no âmbito dos processos museológicos, descomprometidos em seus processos com as pautas da comunidade LGBT.

Diante disso, discuto as concepções que fundamentam a transmusealidade para, em seguida, abordar o modo como alguns processos museológicos são desenvolvidos na CasAmor e como a transmusealidade é agenciada e mobilizada para que possamos compreender as experiências dos processos de produção, formação e extroversão dos acervos institucionalizados. Por fim, relato como desenvolvemos os processos de gestão participativa na CasAmor, evidenciando que as reflexões sobre as experiências relatadas consistem em um exercício processual e inacabado, marcado por zonas de fuga e desterritorialização. Essas experiências tornaram-se, assim, indícios significativos para pensar imaginários museológicos dissidentes, construídos e protagonizados pela comunidade LGBT.

### **3.1 – Transmusealidade: uma proposta museológica transgressora da norma binária**

Ideias, corpos, objetos, espaços, sentimentos, lutas, bandeiras, pessoas e pensamentos em conexão produzem forças motoras para o desenvolvimento de ações museológicas em espaços comunitários LGBT, como ocorre nas Casas de Acolhida LGBT do Brasil, citadas nos capítulos anteriores. Espaços esses que constantemente abrigam processos museológicos que escapam da compreensão convencional que nos redireciona e limita a enxergar e/ou pressupor a existência dos processos museológicos somente no espaço do museu, marcados pelo silenciamento dos debates generificados e partindo de uma lógica binária.

O fato é que é necessário evidenciar as dinâmicas, as formas, as relações e as ações de outros imaginários museológicos criados e experimentados nos espaços comunitários LGBT, pois as concepções epistêmicas canônicas no âmbito da Museologia no Brasil possuem como respaldo os discursos e experiências da cisheteronormatividade. Entretanto, a comunidade LGBT também produz concepções epistemológicas manifestadas em ações museológicas, produzindo processos museológicos singulares, e a partir dessa constatação proponho a transmusealidade como possibilidade de leitura.

Com isso, me lanço ao desafio de partir de termos já existentes que se transformam em algo novo e ressignificando-os, para potencializar deslocamentos na qualificação de um olhar assumidamente político e com atenção para o caráter micro dos acontecimentos e ações que as pessoas trans desenvolvem a partir das atribuições de sentidos em defesa de nossas memórias e dos múltiplos suportes e concepções relacionadas a nós. Nesse sentido, compreendo que as fundamentações teóricas que norteiam a compreensão e elaboração da práticas museológicas legitimam procedimentos e discursos que influenciam a maneira de re-ver e reelaborar o mundo.

No contexto do registro histórico da produção museológica sobre a musealidade, o conceito é considerado central na Museologia, construído por Zbynek Z. Stránský, que de acordo com o museólogo Anaildo B. Baraçal (2008) foi criado no início de 1970 e apresentado no decorrer da mesma década, a qual o teórico tcheco concebeu a “musealidade como o valor documental específico do objeto” (p. 5), ou seja, um valor relacionado a cultura material. Ainda de acordo com Anaildo Baraçal:

Tanto no texto estudado de Stránský quanto no de Schreiner, ao final, o objeto da museologia é o museu e o objeto de museu desempenha papel fundamental. Seja musealidade o princípio, sejam as funções desempenhadas pelo museu, o objeto material centraliza ambos os posicionamentos (Anaildo BARAÇAL, 2008. p. 28).

Inicialmente o conceito foi mobilizado por vários/as pesquisadores/as do campo internacional e nacional durante a virada da década de 1970, com efervescência na década de 1980, quando as discussões sobre a teoria da Museologia foram dinamizadas de forma mais efetiva, sobretudo, devido à criação do ICOFOM<sup>61</sup> dentro da esfera do ICOM<sup>62</sup>, com as publicações em revistas especializadas do campo (Ivan VAZ, 2017; Peter VAN MENSCH, 1994), e influências da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) e do Movimento da Nova Museologia (MINOM) com perspectivas voltadas para a transformação da realidade social

---

<sup>61</sup> Comitê Internacional de Museologia, criado em 1977.

<sup>62</sup> Conselho Internacional de Museus, criado em 1946.

(Manuelina CÂNDIDO, 2011). Mais recentemente, ao pensar o campo da museologia, Aida Rechená (2011) destaca novas preocupações:

Hoje a museologia aceita e reflete sobre a hibridação cultural, a relação entre memória e o poder, os impactos da globalização nos patrimônios culturais a preservar e aceita que o objeto do museu não é a pesquisa sobre as coleções, nem a recolha de coleções, não é o 'objeto' mas sim a pessoa (Aida RECHENA, 2011, p. 105).

Surge, assim, uma ampliação do olhar sobre os museus e processos museológicos quando se reconhece as relações humanas como o objeto de estudo da Museologia. Porém é necessário visitar as concepções atribuídas e retroalimentadas ao conceito musealidade, para que possamos compreender esta categoria chave “como produto das relações de gênero, ou seja das relações de poder”, como apontado por Ana Cristina Audebert (2018, p. 177). Para a autora em questão, a manutenção do esquecimento, silenciamento e dos estereótipos ligados ao universo cultural, dos patrimônios e dos museus relacionados às mulheres não as representam, reiterando desse modo as injustiças radicadas nos padrões sociais que também reverberam na produção museológica e nos seus aportes de análises.

Ana Cristina Audebert (2018) nota que alguns conceitos da Museologia como musealidade, musealização e fato museal podem ser problematizados em aproximação dos estudos de gênero para colaborar na ruptura das lógicas androcêntricas operacionalizadas e vistas como algo natural. Em sua tese, a autora desenvolve um debate ampliado a partir da análise da coleção Sophia Jobim do Museu Histórico Nacional para compreender a prática colecionista por ela (a personagem pesquisada) empreendida, uma estratégia autobiográfica - como forma de resistência ao esquecimento. Desse modo, entrecruza as relações de poder existentes entre homens e mulheres, chamando atenção para a necessidade de expandir a presença/representação das mulheres nos espaços museais, as destacando como produtoras de bens culturais e de “memórias para além do âmbito privado geralmente a ela referido” (p. 179). Diante disso, a pesquisadora afirma que:

A relação que historicamente estabelecemos põe foco no homem como agente determinante das práticas sociais e envolve numa bruma constata as atividades desenvolvidas pelas mulheres. O potencial de todo e qualquer objeto para evocar a memória das mulheres é real, mas ela não é ativada porque operamos na lógica androcêntrica (Ana C. AUDEBERT, 2018, p. 178).

Nesse sentido, a pesquisadora Aida Rechená (2011) problematiza o conceito de patrimônio cultural e sua relação com as comunidades para fundamentação das concepções

relacionadas às identidades coletivas flexionadas a perspectiva de gênero sobre as imagens da mulher nas exposições e nos museus portugueses:

Não podendo desligar a constituição da identidade dos processos de preservação do patrimônio cultural e da memória coletiva, parece-nos também a identidade de um grupo reflete na maioria dos casos a dominância masculina associada ao exercício do poder. A identidade feminina permanece associada aos rituais do espaço privado e doméstico, à maternidade e à educação das crianças, à prestação de serviços de assistência e cuidado (Aida RECHENA, 2011, p. 32).

Diante das questões expostas a partir das análises das pesquisadoras, podemos perceber que no campo da Museologia os processos museológicos e patrimoniais são produtos também das relações sociais e históricas, permeados por relações/sistemas de poder re-elaborados em perspectivas masculinas. Ou, melhor dizendo, são produções de pensamentos atravessados por tecnologias de gênero, no sentido empregado por Teresa de Lauretis (1994), em termos de reconstrução de realidades gendradas. É importante ressaltar que os conceitos de gênero mobilizados pelas pesquisadoras Ana Audebert (2018) e Aida Rechená (2011), citadas anteriormente, expõem os falsos universalismos da categoria homem, demonstrando como são mobilizados em perspectivas de uma relação binária e hierárquica imbricada ente o homem e mulher. Sublinham, ainda, que ambas são construções sociais e diferenciados no plano histórico, espacial e cultural como propostos pelas teorias e epistemologias feministas referenciadas pelas pesquisadoras em suas discussões.

Tais questões são exemplos para pensarmos como as relações de gênero atravessam os processos subjetivos do pensamento museológico e suas produções. Penso na categoria gênero por meio de uma abordagem inclusiva e ampla, em oposição aos discursos e noções patológicas, para pensar as múltiplas questões e processos identitários.

Na produção museológica sobre a musealidade, alguns aspectos como propriedade, valor e qualidade são relacionados ao termo como atributos contidos nos objetos tridimensionais e/ou inanimados pela significância e/ou importância documental de determinados objetos no espaço museal e/ou museológico. De acordo com o “Glossário Mínimo” elaborado na dissertação intitulada *O objeto da Museologia* defendida por Anaildo B. Baraçal (2008), a partir da produção de Stránský, a musealidade é “em termos recorrentes, entendida como o valor da cultura e memória” (p. 110).

Marília Xavier Cury (2020) em análise aos esforços de Stránský sobre a construção teórica da Museologia e os sentidos da musealidade que impulsiona e compõe o tripé operacional da Museologia (musealidade - museália – musealização) compreende:

Então, a musealidade são as qualidades e os valores atribuídos aos objetos museológicos, musealia, como ação humana, a ser estudada pela Museologia, nas dimensões dos sentidos e dos comportamentos culturais, para compreensão do processo de preservação que, para os museus, é designado como musealização (Marília CURY, 2020, p. 132).

Nesse sentido, o conceito de musealidade é referenciado a qualidades/valores. Uma categoria mobilizada para aferição da justificativa sobre o ato de seleção dos objetos, coisas ou seres inanimados, por serem concebidos por sua veracidade equiparada a testemunho e de valor documental (artístico, histórico, antropológico, etnográfico, religioso, biográfico, entre outros). A musealidade como ato de reconhecimento a materialidade/imaterialidade representativa das memórias relacionados à indivíduos, grupos, populações e sociedades em determinados contextos culturais, que constitui/constituiria estímulos à um conjunto de práticas preservacionistas (musealia) e de proteção (musealização), como a exemplo das atividades desenvolvidas nos espaços dos museus convencionais (espaços estes que serviram/servem/continuam sendo o recorte massivo de reflexões e práticas museológicas, para com seus acervos institucionalizados).

A musealidade é um conceito que surge a partir da dinâmica de afirmação científica do pensamento museológico e, para tanto, não tenho a pretensão de realizar uma excursão na literatura museológica para fomentar aqui o debate sobre o campo ser ciência ou apenas técnica, e os nomes dos/as agentes envolvidos/as. O museólogo tcheco Zbynek Z. Stránský é reconhecido por Peter Mensh (1994) como o “pai” da Museologia científica, e empenhado por definir a Museologia em 1980:

“A missão da museologia é interpretar cientificamente essa atitude do homem em relação à realidade (i.e. a atitude específica que encontra sua expressão na tendência de adquirir e preservar autênticas representações de valores) e fazer-nos entender a sua musealidade em seu contexto histórico e social.” Com esse novo conceito da intenção cognitiva da museologia, seu conceito de musealidade passou de uma categoria de valor a uma orientação de valor específica (Peter VAN MENSCH, 1994, p. 10-11).

Diante disso, na percepção de Zbynek Stránský o objeto de estudo da Museologia está/estava voltado para a relação do homem com a realidade e a instituição museu, antes até



então considerado como o objeto de estudo específico da Museologia e que passou a ser visto como espaço de mediação dessa relação:

[...] indica o estabelecimento de um novo paradigma museológico, onde o objeto de estudo da Museologia se desloca da instituição museu e/ou de suas coleções e se firma sobre como o homem se relaciona com a realidade, tendo como vetores o patrimônio, a memória, o tempo e o espaço - o museu, neste sentido, ainda é um fator de estudo fundamental à Museologia, mas não o principal, ele agiria como uma entidade aglutinadora destas categorias (Ivan VAZ, 2017, p. 19).

Diante as colocações, a musealidade é apresentada enquanto um dos conceitos museológicos operacionais que conferem sua mobilização/aplicação a partir da relação do **Homem universal** que externa socialmente questões relacionais ao seu universo de sentidos e importâncias culturais, tendo na materialidade das diversas tipologias de objetos, coisas, acervos ou coleções tidas como reconhecidas, percebidas ou distintas por serem testemunhos documentais de determinados tempos e espaços relacionados as suas percepções binárias. O **Homem universal** é legitimado, lido e compreendido pelo imaginário convencional socialmente como um ser naturalmente divino, dotado de capacidade em distinguir e reconhecer certas propriedades intrínsecas e extrínsecas de ligação entre ele e o objeto a ser salvaguardado e legitimado como importante por ser potência representacional sobre algo ou alguma coisa de si que traduz a realidade de modo universal, validado e compactuado para a experiência e reconhecimento coletivo sob enquadramentos do patrimônio e da memória. Desse modo, analisando o modo como tem sido mobilizado o conceito, somente mediante a uma certa autenticação e validação com base nas experiências culturais e políticas de interesse do **Homem universal** é que a musealidade é forjada na intersecção com as produções materiais/imateriais.

O conceito de musealidade de Stransky (tanto o antigo quanto o atual) foi fortemente criticado por K. Schreiner. Para o último, o valor documentário não é propriedade de um objeto como tal, é atribuído ao objeto somente no contexto de uma disciplina particular, especializada. Em sua crítica, Schreiner enfatizou o fato de que não pode haver um valor geral. Ele considera que o conceito de musealidade é um produto do pensamento burguês. De qualquer forma, mesmo sendo aceito, o conceito de musealidade, conforme Schreiner, só tem validade se for considerado como uma parte da teoria museológica (Peter VAN MENSCH, 1994, p. 19).

Ainda segundo Peter Van Mensch (1994) vários/as pesquisadores/as foram influenciados/as ou se basearam seus pontos de vistas através do amparo das ideias de Stránský. Entre alguns nomes com visões semelhantes a Zbynek Stránský, o da museóloga brasileira Waldisa Rússio Camargo Guarnieri:

Rússia fala do fato museal ao invés da musealidade como foco da pesquisa museológica. Ela define o fato museal como “a profunda relação entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, isto é, aquela parte da realidade a qual o homem pertence e sobre a qual tem poder de ação.” Sendo uma palestrante como Stransky, Rússia influenciou muitos museólogos no Brasil como Marcelo Araújo, Heloísa Barbuy e Cristina Bruno. Todos os três deram também contribuições ao ICOFOM (Peter VAN MENSCH, 1994, p. 13-14).

O pensamento de Waldisa Rússia Camargo Guarnieri destacou-se nas discussões dos pressupostos teóricos da Museologia, com efeito disso o campo museológico brasileiro ganhou destaque referencial ao encarar a Museologia em aspectos interdisciplinar e social. A pesquisadora é uma referência internacional por sua trajetória dedicada a pensar, refletir e produzir Museologia teórica e processos museológicos. Em edição celebrativa do ICOMFOM LAN<sup>63</sup> (2020), sob organização das pesquisadoras Luciana M. de Carvalho e Sandra Escudero, foi publicado o texto manuscrito de Waldisa Rússia intitulado “O objeto da Museologia”. De acordo com as informações da edição celebrativa, o texto possivelmente estava destinado a ser publicado na *Revista MuWoP*<sup>64</sup>:

Defini, anteriormente, a museologia como a “Ciência que tem por objeto o fato museal ou museológico, entendendo este como a relação profunda entre o Homem e o Objeto, ambos partes da mesma realidade, num cenário institucionalizado, o museu.” [...] Entretanto, ao definir a “relação” como “profunda”, queria já deixar claro que ela significava algo mais do que um fato natural para inserir-se no contexto dos fatos culturais e da consciência. (Waldisa RÚSSIO, 2020, p. 63).

Manuelina Candido Duarte (2010) afirma que Waldisa Rússia ao definir o objeto de estudo da Museologia como fato museal, como uma relação profunda entre o homem e o objeto: “(...) desta realidade o homem também participa com poder de agir e de modificá-la e que a institucionalização à qual se refere não é necessariamente um reconhecimento oficial, mas um reconhecimento pela comunidade” (p. 150). De acordo com a autora, Waldisa passou a ganhar notoriedade no campo museológico internacional a partir de seu trabalho de dissertação que ia de uma compreensão da:

Museologia como campo de estudos da sociedade e não dos objetos ou das instituições, como era corrente até então. [...] Rússia recorre a uma revisão de pontos fundamentais na trajetória dos museus no mundo para afirmar que “*O Museu pode e deve ser deflagrador das utopias*” (...) os museus não devam existir para os objetos, mas para os homens, conclui que “*já não basta guardar, preservar, conservar... É preciso que a mensagem contida no objeto*

<sup>63</sup> Comitê Internacional para a Museologia da América Latina e do Caribe.

<sup>64</sup> Museological Working Papers.

*transite para seu receptor natural, o Homem.*”. (Idem: 46) (Manuelina DUARTE, 2010, p. 146, grifo meu).

Diante disso podemos perceber como, no campo da Museologia, o conceito de musealidade é também atravessado pelo que Teresa de Lauretis (1994) denominou de tecnologias de gênero, especialmente quando observamos que o “Homem” é considerado como “receptor natural” da mensagem contida nos objetos. Para Teresa de Lauretis (1994), tecnologia remete a esse mundo da ciência traduzido em formas de produções comunicativas, formas de produções alimentares, formas de mobilidades, entre outros, ou seja, a tecnologia é o conhecimento que transforma/modifica/altera a nossa realidade. Ao pensar tecnologia de gênero, a autora refere-se a esse conjunto de produções de saberes e dos conhecimentos em que os seres humanos adquirem/constroem/reelaboram e mobilizam para auxiliar no entendimento de nossa realidade sobre gênero e sexualidade como exemplos de tecnologias que elaboram uma série de noções que estão entrecruzadas no campo científico e no cotidiano. E no campo da Museologia, a musealidade é utilizada canonicamente como não se fosse atravessada por relações de gênero, gerando uma falsa noção de perspectiva ou pretensão universal.

A partir disso, assim como outros campos científicos, a Museologia opera como uma das instâncias de produção de tecnologias de gênero e sexualidade, pois é um campo que agencia relações desiguais e assimétricas de gênero, sexualidade, raça, classe, entre outros que constituem os processos de subjetividades individuais e coletivas, a partir de suas produções discursivas, o que implica na produção de uma ação prática daquilo que está nomeando.

Apesar da perspectiva estruturalista de Teresa de Lauretis (1994), o conceito de tecnologia de gênero serve para nos ajudar a perceber que as estruturas sociais possuem fissuras, aberturas, pontos e desvios operacionalizados na construção e manutenção da visão cisheteronormativa. Diante disso é possível mobilizar uma perspectiva do pensamento pós-estruturalista, uma lógica rizomática para poder re-pensar e re-analisar conceitos do campo da Museologia como a musealidade, a qual foi construído e retroalimentada por ideias binárias, universais e essencialistas que limitam sua operacionalização quando estamos diante de iniciativas museológicas criadas por comunidades de gênero e sexualidade dissidentes. De acordo com Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995):

A lógica binária é a realidade espiritual da árvore-raiz. [...] As relações biunívocas entre círculos sucessivos apenas substituíram a lógica binária da dicotomia. A raiz pivotante não compreende a multiplicidade mais do que o conseguido pela raiz dicotômica. Uma opera no objeto, enquanto a outra opera no sujeito. A lógica binária e as relações biunívocas dominam ainda a psicanálise (a árvore do delírio na interpretação freudiana de Schreber), a

linguística e o estruturalismo, e até a informática (Gilles DELEUZE, Félix GUATTARI, 1995, p. 13)

E diante deste entendimento que proponho a transmusealidade enquanto um conceito pautado na lógica filosófica e política da multiplicidade, no sentido de dimensões e metamorfoses desvinculadas com o uno, com o universal, com o natural, com os essencialíssimos das concepções dicotômicas que engendram realidades e imagens do mundo (Gilles Deleuze, Félix Guatarri, 1995). Sobre a corrente ou movimento de pensamento pós-estruturalista, Marcia Aguiar e Josiane Gonçalves (2017) dizem que:

O descentramento no sujeito anunciado pelo pós-estruturalismo rompe com uma concepção de um ser humano essencialista e universal compreendido pelos estruturalistas e permite pensar nas mais variadas formas de experiências vivenciadas em diferentes contextos, por diferentes indivíduos. Nesse sentido, compreende-se que o pós-estruturalismo “[...] reafirma a importância da estrutura, não na constituição do sujeito, mas sim na determinação das diferentes posições de sujeito, que emergem nos momentos de tomada de decisão” (PEREIRRA, 2010, p. 422) (Marcia AGUIAR, Josiane GONÇALVES, 2017, p. 38).

Sobre esse aspecto, a partir do campo das Museologias na conformação de paradigmas tendo os processos museológicos como referência, Clovis Carvalho Brito (2019) identifica que a perspectiva pós-estruturalista compreende:

c) O museu a serviço da diferença – marcados por perspectivas de pensamento pós-estruturalistas e decoloniais, que se convencionou designar de ‘Museologia Social’ e que tem a Sociomuseologia uma de suas principais correntes Escolas de Pensamento. Paradigma definido pela triangulação entre temas/problemas, territorialidades/desterritorialização e protagonistas sociais/grupos de interesse (Clovis BRITTO, 2019, p. 105).

Clovis Britto (2019) assinala que o caráter dinâmico e processual da teoria da prática museológica transcorre a partir da reestruturação permanente, impactada pelas espacialidades e temporalidades em que são produzidas pelos agentes que a integram, que tais dinâmicas evidenciam a necessidade do reconhecer a(s) Museologia(s) no plural: “Por isso, é possível compreender as Museologias (no plural) como marcadas por uma ‘epistemologia do impreciso’ nos moldes apresentados por Abraham Moles (1995), caracterizadas pela existência de conceitos fluidos e imprecisos” (p. 70). Entretanto, o autor ressalta para o riscos de estabelecer periodizações, definir tendências de pensamentos e demarcar início de uma preocupação científica para as Museologias:

Todavia, reconhecendo essas classificações como exercícios de poder, torna-se necessário visualizar quem está por trás e os interesses em tornos desses discursos de autoridade; e os critérios que definiriam as mudanças de uma etapa ‘pré científica’ para uma científica; e, principalmente, o entendimento do ‘científico’. Se for possível reconhecer a existência de diversas Museologias - para além da perspectiva eurocentrada e da pretensão universal de ciência – certamente essas classificações se tornam extremamente problemáticas quando se descontroem os padrões de canonizações (Clovis BRITTO, 2019, p. 82).

Reconhecendo essas questões é que concebo a transmusealidade como um conceito que se constrói de modo aberto, dinâmico, conectado e produzido na experiência da resistência aos discursos museológicos opressores em torno dos nossos corpos e existências, em oposição a musealidade normativa do Homem que estabelece uma relação profunda com a realidade a qual somente a ele é designado o poder e a capacidade do imaginário e ação museológica que produz intervenções nas realidades sociais.

Dito isso, é necessário aqui fazer um adendo sobre o prefixo “trans” de transmusealidade, que está relacionado à transgressão de condutas estabelecidas e operacionalizadas pelo dispositivo da musealidade, qualificada por concepções de ordem binária de gênero. “Trans” de transgressão a ordem da narrativa naturalizada pelo alcance da lente da musealidade existente e qualificada em concepções de mundo a partir do binário (homem/mulher) – fonte de estigmas, silenciamentos, apagamentos e exclusões de outras experiências e vivências divergentes da cisheteronormatividade. Para a socióloga Letícia Lanz (2014):

O conceito de transgressão é bastante amplo. Uma categoria de transgressão é o crime, que é a violação da lei. A não conformidade, porém, tem um aspecto social muito mais amplo, que vai desde a quebra de uma regra, costume ou padrão até um claro atentado às leis em vigor. (MACIONIS, 2006, p. 222-223). [...] Transgressão é um termo que designa o ato de romper, cruzar, transpor, atravessar, exceder, ultrapassar e ir além dos limites estabelecidos por uma norma que institui e demarca tais limites, seja ela do campo moral, religioso, cultural, político etc. (Letícia LANZ, 2014, p. 62).

É nesse sentido de ultrapassar, transpor, atravessar e exceder atrelado a transgressão, ao ir além, que utilizo o termo “trans” em transmusealidade e não como sinônimo de uma capacidade personificada nas pessoas auto identificadas nas identidades travestis, transexuais, transgêneras/os/es, mulher trans, homem trans, entre outras contempladas pela categoria identitária trans. Dito isso, se faz necessário evidenciar algumas linhas e pontos da transmusealidade:

- Linhas entrecruzadas de forças em conexões compartilhadas pelas experiências latentes nas subjetividades das pessoas de gêneros e sexualidade dissidentes, que assumidamente transparecem suas concepções políticas e ideológicas que ultrapassam as percepções do binarismo museológico. Desse modo, através do potencial dos seus corpos, objetos e coisas como dispositivos que visibilizam, comunicam e agenciam saberes e conhecimentos para impulsionar e produzir novos agenciamentos para produção de possibilidades por novas realidades sociais inclusivas na promoção do desenvolvimento e respeito aos direitos humanos;
- Capacidade de estimular inquietações para produção de narrativas museológicas, a partir das experiências materializadas por múltiplas vozes mediante a mobilização das memórias subalternizadas, no exercício relacional da experiência de todas/es/os, no transpor e desestabilizar das relações hierárquicas que conduz processos e narrativas museológicos generificados;
- Transgressão da ideia binária nas relações de gênero e sexualidades, expondo uma visão aberta e complexa com as múltiplas inter-relações de gênero, raça-etnia, sexualidade, classe, idade, entre outros que atravessam e constituem nossas experiências, para questionar às práticas que forjam os processos museais e museológicos e lhe conferem sentidos em contestação ao status quo;
- Transcendência da lógica marcada pelo olhar do homem universal e do valor dado as coisas e os objetos na construção das narrativas articuladas sobre as mesmas, para novas conexões e narrativas de paisagens estéticas e dinâmicas, no exercício aberto que permite tencionar as múltiplas relações de poder imbricadas e reverberadas nos processos museológicos ao selecionar e construir coisas e objetos para estabelecer relações e imaginários coletivos.

A transmusealidade é uma provocação de construção do termo na tentativa de compreender as relações culturais, sociais e políticas que atravessam as subjetividades das pessoas LGBT ao selecionar acervos e definir modos de preservação, pesquisa e comunicação por meio de processos museológicos que questionam a cisheteronormatividade. A transmusealidade consiste, assim, em uma prática situada e qualificada a partir do agenciamento das pautas da comunidade LGBT, produzindo narrativas com o selecionar coisas e objetos, entendidos aqui como ações e produtos de processos de subjetivação sempre abertos e instáveis com caráter de transformação e mutabilidade. Um empreendimento conceitual do reconhecer que somos construídos socialmente e na tarefa da escuta daquelas/es que historicamente foram

enquadrados e instituídos como “outros”. Consiste, desse modo, na capacidade de provocar/questionar/tensionar os processos convencionalmente construídos pela musealização produzindo atributos para tentar intervir e desnaturalizar as desigualdades no âmbito das sexualidades, valendo-se das ações museológicas para promover o fortalecimento e a ampliação da cidadania, da segurança e da preservação da vida de pessoas LGBT em geral, em distintas conjunturas e situações que transcendem o imaginário cisheteronormativo.

Portanto, a junção dos termos trans e musealidade é aqui forjada para possibilitar compreensões de práticas de resistências que possibilitam o devir museológico protagonizado pelas iniciativas de pessoas LGBT em consonância com as pautas que visam superar as desigualdades provocadas pela matriz cisheterossexual. Desse modo, é possível pensar que a transmusealidade consistiria no atributo oriundo da musealização empreendida pela Museologia LGBT, conforme apresentado por Camila Wichers, Jean Baptista e Tony Boita (2020).

A partir dessa compreensão, reconhece-se que o ideal do discurso universalista e normativo imbricado na musealidade é incapaz de operacionalizar a multiplicidade de identidades de gênero e de sexualidades dissidentes, que conferem sentidos aos processos museológicos de acordo com suas realidades, práticas e interesses produzidos a partir da luta e da resistência LGBT. Nesse contraponto, a transmusealidade conduz à ideia de transgressão ao binarismo universal da cisheteronormatividade e, assim, reivindica a emergência de outras experiências a partir dos espaços e das relações re-construídas por pessoas de sexualidades e identidades de gênero dissidentes, culminando em processos museológicos que extrapolam as fronteiras enrijecidas pela lógica e pela taxonomia da ciheteronormatividade. Diante disso abordarei, no próximo item, a transmusealidade nos processos realizados pela CasAmor.

### **3.2 A transmusealidade entre processos, objetos e corpos na CasAmor**

A Associação CasAmor é a primeira Casa de Acolhida LGBT de Sergipe. Foi criada por ativistas da comunidade LGBT e com apoio e colaboração da sociedade civil e está situada rua I, n.º 214, no bairro Inácio Barbosa, em Aracaju. O projeto de criação da instituição surgiu a partir do desejo e da sensibilidade da educadora, ativista LGBT e transfeminista Linda Brasil. Foi em meio a um cenário sombrio pelo crescimento dos discursos de ódio e violências contra a comunidade LGBT do Brasil, instalado desde o início da articulação do golpe parlamentar (2014), como já discutido no primeiro capítulo, que Linda Brasil durante o segundo semestre

de 2017 compartilhou sua ideia para materialização do espaço que foi e é denominado CasAmor, após eleição de votação dos nomes sugeridos (Rafael MACHADO, 2019).

Linda Brasil é uma mulher trans e defensora dos Direitos Humanos. Por meio do uso das plataformas virtuais para obter maior visibilidade, como o facebook, a ativista lançou convites a sociedade civil para participar de algumas rodas de conversas, reuniões e eventos culturais que abordaram questões de gênero e sexualidade. O objetivo das ações iniciais era provocar e convocar a participação da comunidade LGBT e a sociedade em geral a (re)pensar a subalternidade e desumanização das pessoas LGBT no contexto local, bem como destacar a importância da união da comunidade LGBT no enfrentamento às violências, ao qual as vidas das pessoas trans e LGBT em geral estão acometidas, diante da lógica da cultura patriarcal, LGBTfóbica, racista, sexista e misógina, naturalizada e retroalimentada no pensamento e nas práticas sociais da maioria da população brasileira.

Desse modo, Linda Brasil transformou sua revolta em ação. A ideia de construir um espaço possível de provocar o pensamento, afetos e empoderamentos para a comunidade LGBT foi compartilhada e abraçada por ativistas e pessoas LGBT e não LGBT, formando assim um coletivo para construção de um projeto maior, que de acordo com dossiê institucional da CasAmor elaborado em 2018, consta data de fundação no dia 3 de setembro de 2017. Mas a inauguração do espaço em seu ato simbólico ocorreu no dia 29 de janeiro de 2018 (data de aniversário anual). Até o presente momento a CasAmor funciona sem poder oferecer moradia provisória, permanecendo em fase de aguardo de autorização da Empresa Municipal de Obras e Urbanização de Aracaju (EMURB).

Linda Brasil Azevedo Santos (Fig. 14) nasceu na região leste do estado de Sergipe, no município de Santa Rosa de Lima, filha mais nova entre sete irmãs/irmãos. Aos onze anos de idade teve que se mudar para Aracaju sob orientação da mãe e do pai, para que desse continuidade aos estudos e concluir o ensino fundamental e médio, já que em seu município de nascimento só eram ofertadas algumas séries do ensino fundamental. Na capital do estado passou a morar na casa em que os pais compraram e a qual as/os irmãs/irmãos mais velhos também moravam, pelos mesmos motivos. Por conta de sua feminilidade, seus colegas de escola auto incomodavam-se e externavam com práticas de bullying e xingamentos, durante o período em que estudou no Colégio Estadual Castelo Branco (ditador militar), atualmente a instituição escolar é denominada Paulo Freire. Em meio a essa situação e com apoio das irmãs foi matriculada em uma escola particular para que pudesse concluir o ciclo da educação básica e, junto com essa mudança de ambiente institucional, tornou-se introspectiva, como forma de autodefesa para evitar ser alvo das violências em voga pela cisheteronormatividade.



Aos dezenove anos decidiu morar sozinha e em alguns finais de semana seu local de moradia tornava-se um espaço de ocupação comunitária, por conta das festas de transformismo que então promovia, reconfigurando outras dinâmicas de resistência que mobilizava a socialização de pessoas de sexualidades e identidades de gênero dissidentes moradoras/es do bairro. Linda relatou que naquele período já sentia vontade de assumir sua identidade de gênero, mas o medo de perder o emprego era um dos principais obstáculos. Então, percebeu que através da profissionalização de cabelereira poderia ter possibilidades de garantir sua autonomia financeira e assim fez (Rafael MACHADO, 2019). No ano de 2000, iniciou o processo de harmonização corporal sob orientação de sua amiga Karen. Entretanto, por uma sequência de acontecimentos envolvendo a perda do melhor amigo e dificuldades financeiras, decidiu em 2003 aceitar o convite de Karen para ir conhecer a Itália, local este em que trabalhou como profissional do sexo para sobreviver.

Exerceu a profissão sexual em alguns países europeus durante cinco anos e, entre idas e vindas ao Brasil, juntou dinheiro e adquiriu alguns imóveis para gerar renda com os aluguéis. Em 2008 encerrou a atividade profissional e retomou o ofício de cabeleireira em Aracaju. Através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 2013, obteve êxito ao pleitear aprovação no curso de dupla habilitação de Licenciatura em Letras Português/Francês da Universidade Federal de Sergipe.

**Figura 14 – Linda Brasil**

Fonte: Fotografia do acervo particular de Linda Brasil.

No primeiro dia de aula na universidade um professor recusou atender à solicitação de Linda Brasil para que seu nome social fosse respeitado no momento da chamada da lista de frequência e, para que todos/as em sala de aula pudessem ouvir, o professor em ato transfóbico proferiu o nome de registro da mesma. Diante situação, Linda Brasil registou denúncia na ouvidoria e abriu processo administrativo contra o professor, a qual relatou toda situação desde o momento da realização da matrícula institucional até a situação transfóbica específica. A partir do processo aberto, a universidade gerou uma portaria que regulamentou o uso do nome social. A experiência transfóbica e o resultado positivo da conquista pelo direito do uso do nome social geraram repercussão na comunidade acadêmica e nas redes sociais, que de acordo com Linda Brasil:

[...] com isso obtive visibilidade, as pessoas começaram a entrar em contato, comecei a conversar e conheci outras pessoas. A partir das conversas, criei um coletivo Queer Transfeminista junto com um amigo de classe para que pudéssemos discutir algumas questões, nesse momento também conheci alguns militantes do movimento estudantil, mulheres do movimento feminista. Fui a primeira mulher trans a entrar em um grupo organizado por mulheres do movimento feminista aqui em Sergipe, a qual foi convidada a integrar e abordar discussões sobre questões das mulheres trans. E junto com outras amigas, fundamos a AmoSerTrans (Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis), e dois dos principais projetos de nossa

pauta eram o Educatrans, para estimular outras pessoas trans a se preparar para fazer o ENEM e, consequentemente, ingressar na universidade, e o segundo projeto a criação da Semana da Visibilidade Trans, com intuito de levar pra dentro da universidade o debate sobre questões das realidades das pessoas trans, porque percebi que alguns professores e professoras não sabiam lidar com a diversidade, com as pessoas trans e com as pessoas LGBT. O intuito de levar informações era para todo o corpo de docentes, discentes e toda a sociedade acadêmica, bem como a sociedade civil, pois esse evento foi vinculado aos cursos de extensão da universidade. Isso acabou gerando debates em relação aos direitos da população trans, e a partir dessas discussões debatidas na Semana da Visibilidade Trans vários outros projetos foram criados, além do Educatrans que despertou interesse de professores, pesquisadores no desenvolvimento de estudos sobre o tema (BRASIL, Linda. Entrevista concedida a Rafael dos Santos Machado. 4 de março de 2021).

Diante do engajamento pessoal e coletivo em prol da luta pelo direito à existência e cidadania das pessoas trans e LGBT em geral é que podemos pensar o espaço da CasAmor, que de acordo com Linda Brasil:

A CasAmor está relacionada a esse movimento de conscientização de promover conhecimentos, informações, acolhimentos e assistências, principalmente as pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade social. O espaço tem essa perspectiva de fornecer informações a sociedade, é tanto que as ações e eventos realizados tiveram essa pegada, através das oficinas, debates, rodas de conversas e até mesmo usando a arte como uma forma de conscientizar e empoderar as pessoas e a sociedade em geral (BRASIL, Linda. Entrevista concedida a Rafael dos Santos Machado. 4 de março de 2021).

Diante disso podemos cogitar os processos de produção e resistência do espaço da CasAmor como processo de micropolíticas que produzem agenciamentos (Gilles DELEUZE; Félix GUATTARI, 1995) que tencionam as maneiras e visões dicotômicas sobre a realidade e as opressões da vida contemporânea. Nesse sentido, o agenciamento é uma ideia libertária que sobrevém de um conjunto de relações contínuas e interseccionadas na busca de potencialidades em desconstruir nós mesmos, no re-pensar dos nossos desejos que reproduz poder de opressão. Um exercício micropolítico dentro do devir que nos reconfigura continuamente a partir das relações rizomáticas que produzem novas de expressão formas baseadas em nossos desejos.

Os integrantes da CasAmor desenvolvem diversos processos museológicos: possui acervos/coleções de artes e arquivístico/documental que foram integrados ao espaço institucional por meio de doações ou produzidos no espaço. Os acervos estão ou estiveram em **exposição**, com narrativas e/ou relacionados às memórias, histórias e/ou às relações cotidianas que permeiam aspectos da realidade vivenciados por pessoas trans e LGBT em geral. Em torno da **documentação/pesquisa**, a instituição possui um acervo fotográfico em registro aos

processos e objetos que foram gerados em momentos específicos, bem como a recente iniciativa documental de modo mais formalizado/sistematizado sobre a coleção de artes visuais composta por doze obras que está sob **salvaguarda** institucional. Os agenciamentos coletivos que produzem elementos materiais/imateriais que compõem de modo dinâmico o circuito expositivo do espaço ressignificam e conectam outros agenciamentos e possibilidades de provocar o pensar que se entrecruzam com histórias, memórias e vidas das pessoas trans, LGBT e a vida humana em geral.

A dinâmica dos processos museológicos produzidos qualifica a transmusealidade presente e assumida na relação oriunda da seleção de objetos, dos corpos e das atribuições de sentidos sobre os mesmos e que justificam a existência dos processos. E entre a triangulação dos processos museológicos, a exposição é um dos processos que se faz mais presente nas práticas desenvolvidas no espaço institucional. Para Marcelo Bernardo Cunha (2010):

Expor é revelar, comungar, evidenciar elementos que desejam explicitar, e este desejo pode estar relacionado a um momento histórico, uma descoberta científica, uma produção estética, um ideal político. Neste sentido as exposições nos colocam diante de concepções, de abordagens do mundo, portanto, expor é também propor. Exposições são traduções de discursos, realizados por meio de imagens, referências espaciais, interações, dadas não somente pelo que se expõe, mas inclusive pelo que se oculta, traduzindo e conectando várias referências, que conjugadas buscam dar sentido e apresentar um texto, uma ideia a ser defendida (Marcelo CUNHA, 2010, p. 110).

Tendo como referência o espaço expositivo do museu institucional em que se deve ou deveria existir os processos de pesquisa e às ações culturais relacionadas aos fatos e bens sociais, Marcelo Cunha (2010) compreende que as exposições museológicas são caracterizadas a partir da existência dos processos de “Salvaguarda (coleta/estudo, documentação, preservação e armazenamento) e Comunicação (exposição, projetos educativos, ação sócio-educativo-cultural e avaliação)” (p. 109-110). O desenvolvimento desses processos em fundamentação à exposição museológica consiste em estratégia de um plano preservacionista que decorre da interação entre os objetivos e os programas institucionais, a fim de evidenciar um discurso que reforça ideias em torno dos bens culturais tidos como referências patrimoniais e isso é o que vai diferenciar uma exposição museológica de uma exposição.

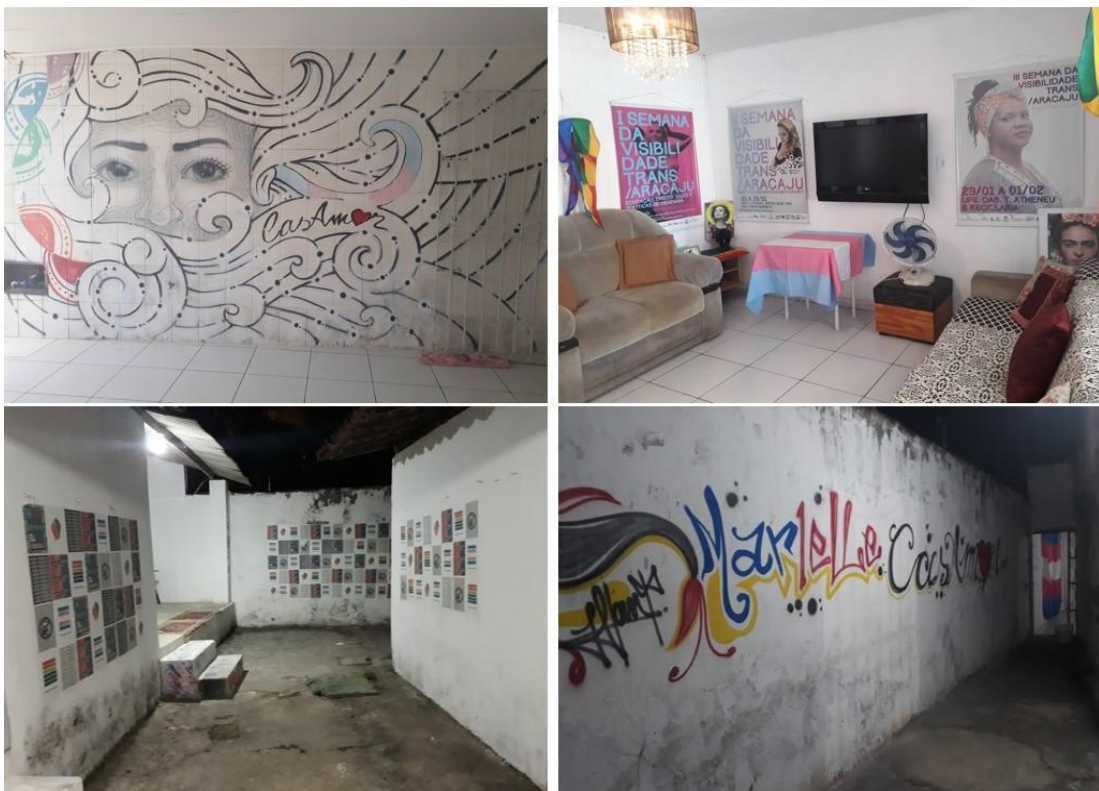
Diante dessa questão, por uma série de fatores políticos e relacionados à ausência de recursos humanos e econômicos, a maioria das instituições museais do setor público não possui plano museológico. Consequentemente, o desenvolvimento dos processos museológicos de modo sistematizado é uma realidade ainda distante do ponto de vista prático no contexto

brasileiro nas atividades da maioria dos museus. Nesse sentido, podemos então compreender que existem museus que possuem exposições museológicas e outros somente exposições (nesse caso a maioria). Entretanto, a comunicação expográfica é existente em ambas as realidades.

O fato é que tanto a exposição museológica quanto a exposição são produtos, formas e elementos manipulados pelas ações e interesses subjetivos que expressam e estabelecem processos de comunicação. Diante disso, é possível perceber a partir das dinâmicas que geram o circuito expositivo no espaço da CasAmor produtos e ferramentas em fortalecimento e resistência política e cultural no comunicar sobre a importância da vida enquanto o principal bem cultural a ser preservado.

Na figura 15 apresento quatro imagens distintas que permitem visualizarmos murais de grafites, lambe lambes, banners referentes às edições anuais da Semana da Visibilidade Trans, bandeira do orgulho trans, entre outras. Tais intervenções estéticas são produtos-suportes estratégicos das dinâmicas e agenciamentos que ressignificam o espaço institucional para além do sentido de representação, pois são elementos visuais que mediam imaginários de r-existência que interligam pontos de relações sociais e históricas entre pessoas.

**Figura 15** – Imagens do espaço CasAmor



Fonte: Acervo fotográfico institucional da CasAmor.



A figura 16 apresenta as obras em grafite intituladas “Somos todas as cores, coração, cor-agindo e coragem”, produzidas no mês de novembro de 2019.

**Figura 16** - “Somos todas as cores, coração, cor-agindo e coragem”



Fonte: Arquivo pessoal.

As obras são de autoria da artista amapaense Moara, que em seu perfil pessoal na rede social do Instagram publicou, no dia 19 de junho de 2020, um vídeo em que gravou no momento da realização da pintura. Na legenda da publicação, relatou que obteve conhecimento sobre a existência do espaço da CasAmor quando estava de passagem por Aracaju e a vontade de conhecer o local foi de imediato. A partir da experiência e inspirada pelo encontro com as pessoas que conheceu na CasAmor, produziu a obra. Ainda de acordo com o relato da artista, a instituição é um espaço de trocas, acolhidas, lutas e resistência.

No dia 3 de outubro de 2020 realizei o registro fotográfico (Fig. 16). As varetas de madeira junto a obra que compõem a imagem à esquerda, remetendo a um arco e flecha, não fizeram parte do processo inicial da artista, os elementos de madeira adicionados e presentes até aquele momento em que registrei foram colocados por uma assistida (mulher trans, heterossexual, afro-indígena) que ao me ver realizando o registro fotográfico relatou sobre sua

iniciativa e compartilhou comigo algumas lembranças de sua infância na escola e a paixão que tinha por um colega descendente de indígena.

Na figura 17 temos imagens de algumas performances artísticas corporais apresentadas em momentos distintos no espaço da CasAmor.

**Figura 17** – Apresentações e performances artísticas



Fonte: Acervo Institucional CasAmor.

As composições artísticas em suas dimensões e propostas estéticas experimentadas, integram a dinâmica do espaço, reconfigurando constantemente narrativas outras a partir da propagação e produção cultural em suporte e uso dos próprios corpos, atravessados por processos subjetivos de existências que escapam das normas binárias, tendo como variantes desses processos corpos de dissidentes sexualidades e identidades de gênero, entre outros marcadores sociais marginalizados pelo imaginário dominante. As intervenções artísticas poética/musical, teatral, Drag e de dança produzidas por corpos e existências transgressoras inserem novos imaginários.

Na figura 18 também é possível visualizar os usos do espaço para finalidades acadêmicas, mostras artísticas e ações educativas desenvolvidas no espaço da CasAmor.

**Figura 18** – Atividades no Espaço CasAmor



Fonte: Acervo Institucional da CasAmor.

Na margem superior esquerda (fig. 18), o registro fotográfico da defesa do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Artes Cênicas - UFS, defendida pela artista e professora Maluh Andrade (travesti, negra, periférica, ativista trans e LGBT e voluntária da CasAmor), no dia 8 de março de 2018, e no mesmo dia Aldaci Alves de Menezes aluno do curso também fez a defesa de seu trabalho. Na margem superior direita, o registro fotográfico da minha defesa do Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharel em Museologia – UFS, ocorrido no dia 1 de abril de 2019. No mesmo dia em que defendi também ocorreu a defesa de Darly Anderson Calumby, também no curso de bacharel em Museologia – UFS. Já nas duas imagens localizadas na margem inferior, temos dois registros de momentos distintos: na fotografia da esquerda temos a visita de várias pessoas integralizando o espaço e acessando a mostra artística em exposição; e, no registro fotográfico da direita, um grupo de estudantes do ensino médio da rede pública estadual, em visita ao espaço em que fiz a mediação do circuito expositivo institucional, uma ação educativa a qual vários questionamentos e auto reflexões foram expostas pelos/as estudantes sobre as nossas relações sociais na realidade local e contemporânea das pessoas e das experiências identitárias e afetivo-sexuais não apreciadas



pelas normas binárias que regem e dominam o imaginário social na produção de um conjunto de ações que precariza vidas, relações e afetos.

Na figura 19 visualizamos algumas imagens referentes às ações de vivências e rodas de conversa com homens trans.

**Figura 19** – Vivências e rodas de conversa com homens trans



Fonte: Acervo Institucional CasAmor.

As ações denominadas de vivências e rodas de conversa são processos que envolvem o exercício da escuta, a partir de diálogos interseccionados de pessoas que vivem realidades estigmatizadas por conta de suas identidades de gênero, sexualidade, raça/etnia, classe econômica, idade, escolaridade e outros mais. O compartilhar experiências e o partilhar vivências a partir do espaço da CasAmor evidenciam a importância do espaço como lugar de inclusão e liberdade para o fortalecimento da resistência e construção de novas realidades. As imagens apresentadas na figura 19 são referentes ao dia 21 de abril de 2018, com exceção da imagem situada à direita na margem inferior, que ocorreu no dia 2 de fevereiro de 2020.

Na figura 20 podemos visualizar o acervo/coleção composta por 12 peças artísticas da CasAmor, produzido e doado pela artista Alice Pagan.

**Figura 20** – Acervo/Coleção de obras de artes visuais da CasAmor de autoria de Alice Pagan



Fonte: Acervo Institucional da CasAmor.

No mês de setembro de 2020, a artista Alice Pagan realizou a doação das obras produzidas por ela. Desde então, sob salvaguarda da CasAmor, o acervo/coleção encontra-se em fase de produção documental que estou produzindo junto com o voluntário e bacharel em



Museologia Douglas Santos Neco. A princípio estamos em dupla na elaboração da documentação devido ao momento pandêmico, pois consideramos a tragédia sanitária causada pela COVID-19 como um dos fatores de agravamento das desigualdades sociais e não achamos justo propor a mobilização coletiva nesse momento para que sejam realizados os processos de documental de modo compartilhado/participativo. Diante disso, achamos conveniente no momento limitar nossas ações no desenvolver da ficha de reconhecimento e arrolamentos das obras.

Para desenvolver os demais processos de documentação museológica sobre as obras (pesquisa, registro e inventário), nos parece mais conveniente propor em um contexto pós pandemia, com a participação e envolvimento coletivo de quem desejar participar desses processos e experiências, de forma aberta/dinâmica/mútua a partir das ideias que poderão ser geradas.

Sobre os processos de criação e produção das primeiras obras produzidas pela artista Alice Pagan estão relacionados ao momento em que iniciou seu processo de autoafirmação sobre sua identidade de gênero, enquanto mulher trans (Rafael MACHADO, 2019). A produção artística em questão possibilita interligar diversas conexões que podem ser provocadas/aguçadas/geradas pelas subjetividades individuais e coletivas a partir do uso das obras como suporte de narrativas do provocar imaginários e tencionar memórias e histórias para além das visões dicotômicas sobre as nossas relações humanas. A nomeação dada à algumas obras pela artista é pontos de ligação considerável e aberto aos processos subjetivos que podem ser potencializados e dimensionados no re-pensar de nossas crenças, na produção dos nossos desejos, nas relações de gênero, nas relações afetivo-sexuais, questionando nossos enquadramentos universalizantes sobre modos de vida. Além disso, a trajetória de vida da artista atravessada ao processo de criação e materialização das obras, ao serem incluídas nos processos museológicos realizados na CasaAmor, traduziriam o conceito de transmusealidade.

Tendo em vista a dinâmica cultural no espaço da CasaAmor, em entrevista perguntei a Linda Brasil se de alguma forma em sua proposta inicial contemplava o processo criativo das artistas e suas respectivas produções presentes no espaço institucional através do grafite, da poesia e de outras expressões experimentadas:

Minha iniciativa era essa mesmo, de formar uma rede de conscientização e empoderamento. A partir do momento que a gente cria um projeto como esse, a gente não sabe a dimensão do significado que isso pode gerar, eu não tinha noção da potência do que era esse espaço. A princípio era uma casa aonde iríamos acolher com moradia provisória as pessoas LGBT em abandono social, mas tivemos e temos todos os percalços com a questão da

regulamentação, e quando a gente ver que outras pessoas foram e são estimuladas através da nossa iniciativa, mesmo que de certa forma o projeto não se realizou da forma que inicialmente pensávamos, mas foi aberto um leque de possibilidades como nas iniciativas artistas na criação de grafite, de uma música e isso vai gerando um movimento de resistência, luta e inspiração para que outras pessoas também se motivem a realizar algo ou se conscientize sobre a importância de lutar pelos nossos direitos. Não aceitar a dominação do sistema heterocisnormativo, patriarcal, misógino, sexista, racista que domina a sociedade. Então, eu acho que acaba gerando um movimento, uma rede, laços de ideias, de estímulos e de resistências (BRASIL, Linda. Entrevista concedida a Rafael dos Santos Machado. 4 de março de 2021).

A dinâmica das atividades culturais e as mobilizações a partir dos usos de objetos, corpos e obras em diversas formas de expressões artísticas na CasAmor, nos excita a nutrir esperanças de vida. Coletivamente, auto afirmamos o espaço institucional enquanto também um centro cultural, a qual nossas ideias, pensamentos e desejos transgressores são partilhados e compartilhados pelos processos que produzem realidades re-construídas e abertas a experimentações mútuas entre pessoas. Em torno disso, é necessário deslocar o pensamento para além do espaço petrificado e pensar o espaço da CasAmor enquanto uma ideia de conexões do provocar ações e visibilizações relacionadas às realidades de vida das pessoas da comunidade LGBT e, sobretudo, das pessoas trans.

No ano de 2016, Linda Brasil foi candidata a vereadora pelo PSOL, na cidade de Aracaju e por conta da legenda partidária não ocupou a vaga. Fato que novamente ocorreu em 2018, ficando suplente para a vaga de deputada estadual - tendo votos registrados em todos os municípios do estado de Sergipe, que totalizaram 10.107 votos. Mas nas eleições de 2020 foi eleita vereadora mais votada do estado pela cidade de Aracaju, com 5.773 votos, tornando-se a primeira mulher trans do estado a ocupar o cargo no poder legislativo. Espaço político este dominado historicamente por homens cis, em sua maioria ideologicamente conservadores. A vitória eleitoral de Linda Brasil é um alento, é uma vitória coletiva da nossa comunidade LGBT e das pessoas em geral sensibilizadas:

É o resultado de todo esse movimento que vem do meu ingresso na universidade; com a criação da AmoSerTrans, a Semana da Visibilidade Trans, o EducaTrans e CasAmor. Construir a mandata numa perspectiva coletiva para propor e construir Projetos de Políticas públicas que beneficiem não só a comunidade LGBT e trans, mas toda a população no geral, principalmente aquelas que vivem em situações de vulnerabilidade social agravadas. É aproveitar esse espaço de visibilidade e “poder” para promover informações, através dos canais da Câmara, das nossas intervenções, das nossas falas. Nossa mandata vai na perspectiva de transformar esses espaços que sempre foram construídos por viés patriarcais, misóginos, racistas e LGBTfóbicos, mas aos poucos vamos tentando inserir nossas demandas e nossas falas para sensibilizar nossos colegas vereadores, vereadoras e a

sociedade já que eu represento esse movimento de ocupação nesses espaços. Mas não é só ocupar, não adianta ter LGBT e pessoas trans, temos alguns exemplos nacionais de pessoas pertencentes a essa sigla e são contrárias as demandas relacionadas às pautas dos movimentos, por estarem ligadas a partidos que possuem discursos de que você ser LGBT, mas você não pode questionar o sistema. Temos a perspectiva de questionar, de tensionar e denunciar [...]. Não posso me deixar ser cooptada por esse sistema, devo aproveitar as brechas existentes e que tenho para denunciar, tensionar e quem sabe no futuro próximo outras pessoas conscientes e empoderadas possam ocupar esses espaços e ressignificar esse sistema para que possamos ter políticos que representem o povo que realmente precisa de políticas públicas (BRASIL, Linda. Entrevista concedida a Rafael dos Santos Machado. 4 de março de 2021).

A inserção de Linda Brasil reconfigura o cenário político aracajuano em perspectivas de propor novas relações sociais para além das relações do mundo dicotômico. Podemos relacionar a presença de Linda em ocupação no mandato legislativo como uma iniciativa de intervenção expositiva do nosso desejo coletivo imaginário, por novas formas de viver e se relacionar em sociedade. Um imaginário promovido, sensibilizado e tensionado, a exemplo das intervenções produzidas e experimentadas no espaço da CasAmor, que conferiram/conferem amplo alcance de visibilização local, regional e nacional do provocar novas realidades.

A CasAmor não é um ser vivo como nós. O espaço é uma construção social materializada a partir da iniciativa individual (Linda Brasil) somado ao apoio e participação coletiva, em que as tomadas de decisões que nutrem a dinâmica das ações e existência do espaço se dá na relação do exercício da coletividade em perspectiva horizontal pela defesa, ampliação e inclusão dos direitos humanos contra as violências existentes sobre as nossas existências e nossos corpos que são socialmente lidos/vistos como abomináveis.

Com isso, quero dizer que o resultado da vitória eleitoral fortalece a construção de novas paisagens sociais conectado aos processos coletivos de movimentação das iniciativas que existiram e/ou existem em fortalecimento e resistência do movimento por cidadania das pessoas trans e LGBT local e nacional. A trajetória pessoal de Linda Brasil em idealização coletiva na formação de novos coletivos e espaços de resistências é uma construção conectada e reinventada de modo mútuo, que inspira novas produções subjetivas que fortalecem a criação de novos processos que produzem a realidade. Meu intento sobre a transmusealidade operante na CasAmor move do meu imaginário perceptível em esforço de trazer para o plano visual deste trabalho a importância de alinhar nossas práticas de modo aberto, maleável e em diálogo com a realidade social, para que possamos contribuir e reinventar nossos conhecimentos técnicos que atravessam o campo da(s) memória(s) para produção de novos conhecimentos, imaginários

e narrativas em conexão coletiva para produção de novas realidades museológicas inclusivas de respeito em preservação à vida.

A mandata de Linda Brasil é um marco histórico, sobretudo, no movimento trans e LGBT local e para a história política municipal/estadual. A vitória eleitoral após divulgação do resultado ganhou destaque nos telejornais local, nacional e no exterior, como ocorrido na Itália através do jornal impresso “IL MANIFESTO” (2020). Todavia, como reação após resultado eleitoral, Linda Brasil começou a ser ameaçada em atos transfóbicos em publicações nas redes sociais por lideranças evangélicas e por outras figuras anônimas de ideologia conservadora, que não aceitaram a sua vitória democrática devido sua existência enquanto uma mulher trans em cargo de poder.

De acordo com o mapeamento realizado e divulgado pela ANTRA (2020), as eleições municipais de 2020 foram as com maior candidaturas de pessoas trans no país, “a ANTRA conseguiu mapear em 25 estados, 294 candidaturas pelo Brasil, sendo 30 candidaturas coletivas e apenas 2 para prefeitura e 1 para vice-prefeitura. Onde destas temos 263 travestis e mulheres trans, 19 homens trans e 12 candidatas com outras identidades trans” (s. p.), tendo resultado de 13 candidaturas eleitas distribuídas pelas capitais e interior.

No dia 29 de janeiro de 2021, Linda Brasil protocolou alguns Projetos de Leis (PL) na Câmara Municipal, entre os quais alguns estão relacionados as questões que permeiam o campo da(s) memória(s). Em proposta pelo PL a garantia do direito e uso do nome social em lápides e documentos de competência do município, e a denominação de uma rua com o nome de Laysa Fortuna, no bairro onde ela morou:

Tem o Projeto também de colocar no calendário municipal a Semana da Visibilidade Trans, que ocorre no dia Nacional da Visibilidade Trans, que é uma forma de manter e resgatar esse movimento de conscientização, informação e educação da população sobre as demandas. [...] A questão do nome de Laysa é justamente isso, para manter viva a sua memória, como símbolo de resistência, de denúncia, de cobrança e de justiça por esse assassinato. As lápides são para gente respeitar as memórias das pessoas, a gente costuma dizer que as pessoas trans morrem duas vezes, tanto fisicamente quanto a sua história, até mesmo no momento durante a morte ocorre toda uma disposição para deslegitimar a existência de uma pessoa trans através da lápide. São projetos que buscam preservar a respeitabilidade social das pessoas trans, mantendo suas memórias e histórias, como no caso da Laysa e de outras pessoas trans que morreram e tiveram seus nomes e identidades negadas, e como se estivesse matando, negando e deslegitimando toda história e vivência da pessoa, e nesse caso, Laysa como em muito outros, que foram mortas e mortos justamente por serem quem são. É isso, uma forma de resistir e denunciar essa falta de respeito às identidades trans e negação das nossas vivências (BRASIL, Linda. Entrevista concedida a Rafael dos Santos Machado. 4 de março de 2021).

O fato é que as questões relacionadas ao campo da memória em sentido de construção, usos e ressignificação coletiva protagonizada por LGBT já permeava o imaginário de Linda Brasil de modo amplamente explicitado quando propôs a construção coletiva da CasAmor, e que compreendo como espaço de salvaguarda de corpos e memórias, pois a memória em seu sentido amplo só existe mediante a existência da vida humana. Sua iniciativa de selecionar e levar os banners da SVT e organizá-los nas paredes do espaço institucional, ação está que não devemos cair na inocência de pensar como uma mera decoração do espaço por conta da ausência textual e/ou de algum tipo de projeto expográfico. É tanto que, em entrevista, perguntei se a produção da cultura material existente no espaço estaria de certa forma relacionada com algum modo de preservar e promover histórias e memórias dos corpos e das experiências das pessoas trans e do movimento LGBT em geral:

Sim. Considero muito importante a gente usar esse espaço para resgatar o histórico desse movimento, dessa resistência, e essas exposições em divulgação ao histórico dessas ações são importantes para mostrar todos esses processos de como foi feito, estruturado e pensado, para que a gente possa também estimular outras pessoas. A perspectiva que eu tenho é de usar através desse resgate histórico da luta desse movimento. Nesses dias eu fui convidada para produzir um vídeo falando sobre os quarenta anos do Movimento LGBTQIA+. A fundação do Dialogay que é o primeiro grupo de resistência a favor dos direitos da população LGBTQIA+ de Sergipe vai completar quarenta anos, então resgatar essas datas, os grupos e os movimentos, são importantes para que possamos ter acesso a história para que a gente não deixe que ela morra, que possam servir de estímulos e inspirações para que sejam produzidas fortalecimentos (BRASIL, Linda. Entrevista concedida a Rafael dos Santos Machado. 4 de março de 2021).

Diante dessa fala, o sentido dos objetos e corpos mobilizados em exposição no espaço da CasAmor são atribuídos no decorrer dos processos de subjetividades que permitem conexões que inspiram e estimulam a produção de novos processos para o fortalecimento e resistência da luta pela cidadania das pessoas LGBT em compromisso com a dignidade da vida. É nesse sentido que a transmusealidade se faz presente, no ato de sensibilidade do selecionar e mobilizar ideias e objetos no espaço em ocupação comunitária, como forma política do agenciar ações e propostas abertas para produção de processos que implicam no livre circuito do comunicar histórias, memórias, corpos e objetos como ocorridos na CasAmor, para além das narrativas expositivas dicotômicas.

Diante disso, não devemos cair na armadilha de pensar que esses processos de produção de acervos e exposições são estágios que antecedem outros, que posteriormente podem se configurar em uma pretensão de conformação institucional pelo reconhecimento do espaço

como um museu e/ou ser submetidos às normas existentes conforme os processos museológicos pensados com referências nos museus convencionais. A questão aqui colocada não é o pleito para uma futura conformação em estatuto, qualificação e reconhecimento do espaço como museu. É compreender que os processos museológicos existentes em torno da cultura material/imaterial dinamizada no espaço institucional decorrem a partir de imaginários transgressores do olhar cisheteronormativo ao selecionar experiências. Provocam, assim, outras possibilidades e narrativas politicamente engajadas no processo de fortalecimento para a transformação e mudança de imaginários binários que oprimem, excluem e silenciam existências, histórias e memórias das pessoas e das comunidades LGBT em geral.

Portanto, a transmusealidade não é uma capacidade natural de indivíduos ou coletivos LGBT pelo fato de pertencerem às identidades de gênero e/ou a sexualidades dissidentes, mas é a sensibilidade do devir politicamente consciente de selecionar e mobilizar objetos e ideias que de algum modo provocam conexões entre as relações humanas atravessadas pelas memórias e histórias subalternas, atravessada pelos compromissos da comunidade LGBT.

Diante da dinâmica exposta sobre a transmusealidade nos processos comunitários que mobilizaram acervos, objetos e corpos em exposições no circuito do espaço da CasAmor, constituídos para além do que a norma hierárquica e binária, visualizo a inserção de outros desejos de luta pelo imaginário museológico. Desse modo, considero importante abordar no próximo item a gestão participativa do espaço (existente em cumprimento às exigências burocráticas em representação jurídica), no intuito de relatar a dinâmica cotidiana que envolve o coletivo de voluntários na instituição.

### **3.3 A gestão participativa no Espaço CasAmor**

No item anterior evidenciei o exercício dinâmico para o desenvolvimento de processos participativos/compartilhados enquanto possibilidade adotada na construção de práticas democráticas em Casas de Acolhida LGBT para alterações das relações culturais desiguais impostas pelo imaginário dominante cisheteronormativo. Diante disso, o termo participação é fundamental para abordar nuances da gestão participativa na CasAmor em seus processos de tomadas de decisões e planejamentos institucionais. Entretanto, a formalização de um quadro diretório e as funções designadas a cada integrante estão explícitas oficialmente nos registros documentais, correspondes ao atendimento das exigências burocráticas estatais para o



reconhecimento judicial da iniciativa e suas atividades, mas não limita nosso empenho de gestão e planejamento coletivo de modo horizontal.

A formalização de um quadro diretivo em uma instituição estatal, das organizações civis ou empresariais, possui como modelos mais evidentes padrões verticalizados de organização e decisões de suas respectivas ações para o desenvolvimento das atividades. Mas, na CasAmor, desde as primeiras reuniões em 2017, no intuito da materialização do espaço, os encaminhamentos para a formalização jurídica institucional foram processos decisórios do consenso coletivo. Apesar da existência hierárquica na formalização institucional, o que a descaracteriza do modelo verticalizado são os processos das relações de ideias, decisões e práticas.

Os processos de construção das ideias e práticas formuladas em coletividade nas tomadas constantes de decisões no âmbito das relações internas e externas conduzem ao exercício de uma gestão participativa. O termo gestão participativa, a partir dos enfoques e objetivos estudados em que se dão as ações microsociais e políticas, possui uma diversidade de definições atribuídas pelas áreas do Direito, da Administração, da Sociologia e outras áreas do conhecimento.

Ao discutir gestão participativa, Maria Suzana de S. Moura (2014) afirma que o conceito começou a ser evidenciado a partir da década de 1960, a partir de micro e macro ações no contexto dos países considerados “subdesenvolvidos” através das intervenções dos Programas de Desenvolvimento de Comunidade da ONU, direcionados às áreas ocupadas por comunidades rurais. A gestão participativa estava relacionada à interação das pessoas e/ou populações “carentes” na consulta e cooperação no desenvolvimento dos programas. Nas décadas de 1970 e 80 ocorreu o crescimento dos movimentos sociais urbanos na América Latina, em luta pela moradia e serviços de consumo coletivo, que emergiu novos significados associados à gestão participativa, relacionados ao ideário de democratização dos processos de gestão pública com participação popular, na busca por transparência das prioridades político-administrativas na relocação dos recursos em formulação das políticas públicas.

Para a autora em questão, um dos fatos que reforçaram o ideário de democratização relacionado à gestão participativa no período em questão se deveu pela conquista dos partidos de esquerda que conquistaram prefeituras. A gestão continuada colaborou para que fossem gerados a partir das experiências, novas configurações que incluíram além da participação dos setores populares, outros segmentos da sociedade civil, modificando-se para uma participação cidadã. A dimensão relacionada à cidadania atingiu novos atores/atrizes sociais na negociação dos processos decisórios e de formulação das políticas públicas. Mas as representações

institucionais e organizações configuravam-se/configuram de forma verticalizada, hierárquica e centralizada, alcançando o século XXI. Como sugestão de lidar com os novos paradigmas em contexto atual, a pesquisadora diz que:

Podemos agregar à reflexão de uma definição de gestão participativa que se afina com a perspectiva de gestão social como campo de aprendizagem e de práticas de valores emancipatórios (solidariedade, cooperação, justiça, respeito à diferença, democracia e zelo com a vida), onde quer que esta se realize, em organizações da sociedade civil, estatais, empreendimentos econômicos, territórios, redes colaborativas, entre outras. Trata-se de um processo em que atores diversos compartilham decisões e ações no processo de formulação, pesquisa, análise, co-criação e/ou implementação de políticas, programas e projetos de desenvolvimento eco-socio-territorial e de bens e serviços coletivos (Maria Suzana MOURA, 2014, p. 75).

Diante disso, a gestão participativa praticada na CasAmor se aproxima da perspectiva de gestão social, que requer constante construção social, assumindo o desafio da aprendizagem a partir dos processos que potencializam a gestão participativa condicionados pelos aspectos culturais e institucionais da realidade contemporânea. Compreendo que a gestão participativa do espaço institucional em questão não possui um modelo rígido e fechado em sua gestão organizacional, mas flexível e aberto. Uma gestão participativa no exercício de construir estímulos aos diálogos e escutas para criação coletiva a produção de efeitos sobre a dimensão organizacional, discursiva e relacional das ações em consenso das estratégias decisórias que possibilitem, ao menos, pequenos movimentos de forças para alterar relações desiguais.

De acordo com o Estatuto Social da Associação CasAmor (2017) a primeira formação do coletivo voluntário da Diretoria e Conselho Fiscal da CasAmor ocorreu no dia 18 de dezembro de 2017. A data mencionada faz parte da Assembleia de Fundação institucional que ocorreu de modo aberto para todas as pessoas interessadas/es/os em participar do processo em convocação antecipada (12/12/2017) na divulgação via redes sociais (Facebook) e pelo WhatsApp. Foram deliberadas no dia da assembleia as seguintes pautas: leitura, discussão e votação do estatuto; fundação da Associação CasAmor; e eleição da Diretoria e Conselho Fiscal. O documento em convocação foi assinado por Linda Brasil (Representante da Comissão Provisória até então).

A certidão de registro em cartório foi efetivada no dia 26 de dezembro de 2017 com a denominação de Associação CasAmor e também CasAmor. A primeira formação da diretoria e conselho fiscal foi composta pela gestão dos associados fundadores/as: Linda Brasil Azevedo Santos (mulher trans, branca, heterossexual e professora), que era representante da comissão provisória e assumiu a presidência; Izadora Gama Brito (mulher cis, negra, bissexual e

advogada), na vice presidência; Lucas Freitas (homem cis, branco, gay e estudante universitário), primeiro secretário; Eronildes Pereira de Oliveira Neto (homem cis, branco, gay e publicitário), segundo secretário; Dalvacir Azevedo de Gois (mulher cis, branca, heterossexual e funcionária federal), primeira tesoureira; Felipe Barbosa da Silva (não binário, estudante universitário), segundo tesoureiro; Abel Ramon Mendes de Melo (homem cis, negro, gay e estudante universitário), Rafael Valentim Lopes de Menezes (homem trans, branco, heterossexual e estudante universitário) e Rafael dos Santos Machado (homem cis, negro, bicha e estudante universitário).

A integração e formação de cada integrante voluntário para o corpo diretório e de conselho fiscal foi realizada por indicações de nomes, convites por quem estava compondo chapa e auto manifestação das/os participantes que desejavam efetivar o compromisso de modo mais assíduo na construção das ações e atividades a serem desenvolvidas no espaço, que se formou a partir dos encontros e reuniões anteriores. Durante a assembleia uma única chapa se apresentou, e como parte do processo em apresentação da chapa se fez a abertura para objeções sobre os nomes citados e/ou a manifestação de uma outra chapa. A eleição da única chapa apresentada ocorreu sem conflitos de interesses e com aprovação unânime das(os) participantes em assembleia.

O uso do WhatsApp como ferramenta para circulação das informações e comunicação interna é uma das estratégias mais utilizadas na CasAmor. No dia 16 de agosto de 2017 foi criado o grupo de WhatsApp denominado “CasAmor”, que integra voluntárias/es/os e assistidas/es/os que possuem o aplicativo, contabilizando atualmente 82 participantes. O grupo de voluntários é marcado pela fluidez, o quantitativo no grupo em questão está em constante oscilação.

O grupo é movimentado por todas/es/os integrantes em interação e compartilhamento das informações institucionais: divulgação de reuniões, convite para participar de eventos e encontros de ações culturais e educativas, divulgação de propostas de parcerias com outros segmentos de grupos do movimento de luta, divulgação de vagas em oficinas artísticas ministradas em outros espaços e iniciativas com reserva de vagas gratuitas para as assistidas da casa e outras mais. As trocas de informações publicadas a partir da iniciativa pessoal de cada participante são constantes e de modo geral compartilham assuntos relacionados a vagas de empregos, endereço de instituições públicas, editais de vagas gratuitas para qualificação profissional, indicação por experiências próprias ou de pessoas próximas ou buscas por indicações de profissionais da área da saúde com postura ética e de respeito às identidades de gênero das/os pacientes, entre outros.

O grupo não possui regras do que pode ou não ser falado ou compartilhado, mas o respeito às particularidades pessoais de cada um(a) que envolve a crença religiosa, raça, classe econômica, grau de instrução escolar, idade, sexualidade e identidade de gênero é algo primordial para convivência.

A criação do segundo grupo de informação e comunicação institucional no WhatsApp denominado “Diretoria CasAmor” possui datação no dia 18 de janeiro de 2018. Nele são compartilhadas as informações mais burocráticas que envolvem as notificações, convites e solicitações de órgãos e entidades externos para uso, acesso ou parceria de algum de tipo de ação cultural e/ou educativa; informes sobre cobranças de valores em manutenção e serviços (energia, água e outros) utilizados pelo espaço; situações de urgências que exigem atitudes imediatas em relação a algum(a) assistida/e/o, em decorrência de algum tipo de violência física, de saúde ou situação de rua; compartilhar aberturas de editais a serem analisados no intuito de submeter projetos em benefício de contemplar as pessoas pertencentes a comunidade LGBT em vulnerabilidade social; e outras questões e situações não previstas que possam surgir em caráter de medidas imediatas.

Para comunicação e publicação informacional das ações internas no âmbito externo, a CasAmor utiliza as redes sociais e um site<sup>65</sup>. Com um perfil/conta no Facebook e outro no Instagram, as duas contas são utilizadas para divulgação de todas as nossas campanhas institucionais realizadas de modo independente ou em parceria, publicação de alguns registros fotográficos com legendas ou descrições referentes às ações culturais desenvolvidas. Além disso são divulgadas assembleias e reuniões, prestação de contas sobre valores arrecadados e destinação dos mesmos, compartilhamento de ações desenvolvidas por outras instituições civis em inclusão da comunidade LGBT, e outras informações consideradas pertinentes às nossas questões. Nas redes sociais também recebemos mensagens pelo chat, em pedidos de apoio de diversas pessoas LGBT em situação de vulnerabilidade social. O site institucional contém algumas informações mais gerais e imagens sobre a instituição, além de um número telefônico para contato e endereço de e-mail.

As redes sociais e o site são gerenciados no sentido de acesso e alimentação das informações e comunicação pelos/as integrantes voluntários/as que atuam profissionalmente nas áreas da comunicação e que se dispuseram em colaborar, a partir de suas habilidades técnicas com tais ferramentas. Esses/as voluntários/as alimentam os canais a partir das demandas institucionais. São eles/as também que são responsáveis em conferir a caixa de e-

---

<sup>65</sup> <https://linktr.ee/casamorlgbtqi>

mail e por tecnicamente construir os cards sobre as ações e campanhas a partir das discussões coletivas sobre as ações a serem desenvolvidas e divulgadas pelas redes sociais. Porém, antes de qualquer conteúdo ser publicado é realizada uma revisão do produto publicitário e, após consentimento coletivo, os conteúdos são publicados nas redes sociais.

Como dito anteriormente, a formação do quadro coletivo de gestão formal da CasAmor corresponde ao aspecto representacional exigido pelos órgãos governamentais de regulamentação. Porém, a formalização institucional também é uma estratégia coletiva para que possamos transitar e dialogar com os diversos setores sociais, expondo nossas demandas para criar novos acessos de participação social, pleitear editais em programas e projetos de parcerias que exigem como requisito para firmação de acordo o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Consideramos importante estarmos abertos ao diálogo com os mais diversos setores da sociedade, para que possamos mover novas possibilidades em intervenção à realidade normativa e mover novas experiências.

As demandas da comunidade LGBT local inseridas pelas(os) voluntarias/es/os, assistidas/es/os, convidadas/es/os e visitantes em participação dos processos de discussões e propostas das ações desenvolvidas pela CasAmor, conferiram atribuições de atividades associadas em cinco frentes de ações: o campo da saúde com o atendimento psicológico; jurídico com orientações e encaminhamentos; serviço de orientação e encaminhamento sob assistência social; cultural através eventos com apresentações de mostras artísticas em diferentes formas de expressões, festas bazar, vivências e oficinas; e moradia com a parceria do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. As frentes trabalhadas envolvem desafios complexos que exigem recursos humanos, financeiros, envolvimento comunitário, profissionais qualificados e apoio da sociedade em geral.

Todas as propostas de ações, atividades e processos desenvolvidos antes de serem firmados e executados passam pela avaliação coletiva decorrente das decisões em reuniões abertas a participação de qualquer pessoa que se interesse em construir e colaborar nas discussões, diálogos e análises sobre o que está sendo proposto. Como resultado de todo esse movimento processual, segue o resultado da votação em decisão da maioria presente. Os processos de diálogos e escutas colaboram para que possamos nos ater às nuances interessantes ou não aos nossos ideais contidos em propostas. As reuniões e deliberações são registradas em ata. Os resultados das votações em reuniões sobre as atividades conferem legitimidade da decisão coletiva para que as propostas de ações possam ser encaminhadas a realização, alterações ou dispensadas. O poder de decisão não está centrado na figura de uma pessoa ou de

algumas pessoas, a decisão é sempre tomada a partir da aprovação coletiva das/os presentes em reunião.

As/Os assistidas/es/os e voluntarias/es/os que integram a instituição não são obrigadas/es/os a participar das reuniões, nem mesmo a gestão coletiva de voluntários. É preciso que as pessoas queiram e sintam-se confortáveis a participar dos processos. O direito à fala e a proposta de cada participante são considerados e caso algum(a) participante não queira falar, o direito a não falar também é respeitado. A aprendizagem é mobilizada no processo da dinâmica interacional das pessoas, seja no momento de formulações das ideias em propostas para ação, seja nas ações executadas e nos demais processos.

Para que esse movimento coletivo de produção e aprendizagem ocorra de modo mútuo a produzir algo novo é necessário estar aberto para novas conexões de aprendizagem e vontades de recriação. Sem essa abertura corre-se o risco de reproduzir o pensamento arbóreo e/ou radícula em negação ao devir do movimento. A respeito disso, Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) compreendem que os fluxos de conexões são constantemente estabelecidos a todo momento e que as ligações podem proliferar em sistemas do pensamento arborescentes:

[...] mesmo quando se acredita atingir uma multiplicidade, pode acontecer que esta multiplicidade seja falsa – o que chamamos tipo radícula – porque sua apresentação ou seu enunciado de aparência não hierárquica não admite de fato senão uma solução totalmente hierárquica (Gilles DELEUZE, Félix GUATTARI, 1995, p. 25-26).

Diante disso, consideramos importante que o grupo gestor da CasAmor formalizado seja rotativo e cada vez mais ocupado por pessoas negras, travestis, trans, periféricas, gordas, entre outras, bem como todo corpo voluntário e assistidas/es/os. A interseccionalidade de raça, gênero, classe socioeconômica, idade, escolaridades e outros marcadores da diferença social, são questões de grande relevância para que possamos exercitar propostas e atividades que contemplem cada vez mais a realidade local das pessoas LGBT em extremos processos políticos de exclusão e opressão social.

Pensando nisso e com referência no cadastro de apoio alimentar que foi atualizado no dia 30 de maio de 2020, a CasAmor possui 45 pessoas LGBT em situação de vulnerabilidade social assistidas/es/os de modo direto com apoio em fornecimento de cestas básicas. Entre os quais 26 são do gênero feminino, representando 58% e 19 do gênero masculino, representado 42%. 44 pessoas são residentes dos bairros periféricos de Aracaju e da grande Aracaju, o que representa 96%, 1 pessoa residente do centro de Aracaju, representando 2% e 1 pessoa em bairro da zona sul da capital, representando 2%. Através do cadastro em questão também foi

possível constatar que 17 pessoas possuem identidades de gênero contempladas pela identidade trans, porém a questão racial, idade e escolaridade não estavam presentes no cadastro específico.

A amostragem não representa o quantitativo/qualitativo do perfil geral das pessoas LGBT assistidas/os de modo direto e/ou duração de vínculo em acolhida institucional, mesmo porque o cadastro é de referência ao apoio alimentar em que tive acesso. Além disso, é necessário levar em consideração o fato do cenário pandêmico que permanece há mais de um ano e, nesse contexto, as solicitações por apoio alimentar intensificaram, tanto a pedidos de pessoas LGBT e não LGBT oriundas das região metropolitana quanto dos municípios do interior do estado que apoiamos. Outra questão que também deve ser pontuada é o fato do acompanhamento psicológico e da orientação jurídica em que as/os assistidas/es/os não são necessariamente em sua totalidade as mesmas contempladas no cadastro de apoio alimentar.

A situação emergencial agravada pelos riscos biológicos da COVID-19 alterou o modo presencial das reuniões. Tivemos que reinventar nossos processos de encontros, mudamos o modo presencial para o virtual através do uso das plataformas online de videoconferências. Para medidas em apoio a comunidade LGBT assistida pela instituição, o grupo voluntário de gestão formalizado com apoio das(os) demais voluntárias/es/os encabeçou campanhas emergenciais de doação para compra de cestas básicas, arrecadação de alimentos, materiais de higiene pessoal e proteção contra o novo coronavírus.

A conta do perfil institucional nas redes sociais possibilitou amplo alcance de mobilização na divulgação da campanha de arrecadação em enfrentamento à pandemia. A campanha alcançou engajamento nas redes e retorno positivo. No último balancete realizado no dia 27 de janeiro de 2021, contabilizamos mais de 1.500 cestas básicas distribuídas, no enfrentamento ao combate à situação de fome e escassez alimentar das pessoas assistidas. Até o mês de setembro de 2020 conseguimos distribuir juntos com as cestas básicas, mais de 400 kits de higiene pessoal e mais de 1000 máscaras de proteção contra o novo coronavírus.

A rede de solidariedade em apoio às ações empreendidas pela CasAmor durante esse momento de enfrentamento a pandemia obteve apoio e fortalecimento com a contribuição das pessoas anônimas, alguns artistas reconhecidos/as a nível nacional, voluntários institucionais, pessoas civis de outros estados, campanhas coletivas a nível nacional das Casas de Acolhida, grupos de iniciativas civis locais e de outros estados, garantido o acesso alimentar distribuído de forma mensal e/ou quinzenal. O fato é que a dinâmica do espaço foi alterada com a pandemia e, desde então, nossas ações foram/estão concentradas em formas de garantir apoio alimentar, produtos de higiene e proteção, mesmo porque parte significativa das pessoas em apoio

alimentar não foi contemplada pelo auxílio emergencial e/ou moram com outras pessoas que também encontram-se em situação de desemprego e/ou desamparo governamental.

Com a pandemia, a demanda por atendimento psicológico aumentou. De acordo com as informações relatadas pela psicóloga Selma Pimentel através do grupo “Diretoria CasAmor” ocorreu um grande fluxo de procura pelo serviço e um baixo índice de evasão, e que as solicitações ocorridas geraram uma fila de espera por atendimento. A instituição conta com o apoio de três profissionais da psicologia que além de serem voluntários na iniciativa institucional atendem também a essa demanda.

A articulação por apoio à moradia provisória continua a desenvolver de modo a priorizar a forma remota na articulação para efetivação ao apoio. Porém, na maioria dos casos o modo remoto por si só não foi suficiente para alcançar apoio com outras organizações e o nosso espaço institucional ainda não possui estrutura física recomendada para abrigar. Com isso, em alguns casos, tivemos que conduzir de modo presencial, acompanhando a/o assistida/o na integração ao acesso da moradia provisória para com outras organizações parceiras que cederam atendimento em apoio as nossas demandas encaminhadas. Ressalto que parte das acolhidas em moradia provisória é disponibilizada também por pessoas voluntárias que abrem suas próprias casas.

As demandas aos casos de violências e expulsão sofridas por pessoas LGBT continuam a chegar e as atendemos buscando sempre maneiras estratégicas de intermediar e reverter as situações na tentativa de suporte e acompanhamento para que as vítimas possam se sentir apoiadas e fortalecidas em superação e enfrentamento à situação em que se encontram.

Para que todas essas frentes de ações sejam desenvolvidas e fortalecidas é preciso sempre o apoio e participação das pessoas LGBT e não LGBT, como da sociedade em geral frente à negligência governamental em todas as suas esferas. Na verdade, a falta de recursos humanos para criação de ideias e execução de ações que produzem novas experiências de fortalecimento para reconfiguração da realidade é o maior desafio do movimento de micropolíticas na produção de possibilidades que geram afetos em desconstrução dos imaginários do ódio que produzem violências, mortes e caos. Para participar do movimento que produz e reconfigura constantemente a CasAmor enquanto um espaço de ideia e resistência, não é preciso possuir grau de escolaridade acadêmica, qualificação técnica ou ocupação profissional em cargos de visibilidade e poder social, cada integrante independente do grau de instrução escolar ou ocupação profissional sempre tem algo a compartilhar, partilhar e produzir experiências coletivas que geram novos saberes sobre a vida e as experiências humanas.



Em alguns casos específicos, como no que tange aos atendimentos psicológicos e representação de defesa jurídica, são necessárias pessoas qualificadas para tais situações pontuais. Mas no geral, a diversidade de pessoas e as interseccionalidades que atravessam seus corpos e experiências são os pontos de conexões que geram de alguma forma sentidos as nossas ações coletivas em movimento. Quando penso na minha própria postura em relação às diversas situações em que vivencio ou presencio no cotidiano em vários ambientes em que transito, percebo que vários processos de violências e exclusões vistas antes por mim como comportamentos naturais passaram a ser desnaturalizados em minhas leituras, e isso atribuo em grande proporção aos processos coletivos experimentados, compartilhados e partilhados através do movimento que produz fôlego a CasAmor.

Diante disso, a própria atuação advocatícia e psicológica dos profissionais voluntários, envolvidos nos processos experimentados na CasAmor, também estão suscetíveis as alterações de perspectivas sobre suas performances no sentido de conceber outros aspectos da realidade, proporcionados na medida da aprendizagem mútua e no exercício de evitar a sobreposição hierárquica. Nessa jornada de experiências que se encaminha para o quarto ano de existência, comparecem os desafios da gestão participativa em perspectiva democrática e condicionada pelos aspectos culturais, sociais, políticos e institucionais da realidade contemporânea, fragmentada e múltipla que conferem materialidade as práticas da CasAmor.

No dia 22 de dezembro de 2020 ocorreu a aprovação da nova Diretoria e Conselho Fiscal da Associação deliberados em Assembleia Geral. A diretoria e conselho fiscal atuais são compostos por: Eronildes Pereira de Oliveira Neto (homem cis, branco, homossexual e publicitário) – Presidente; Débora Oliveira de Matos (mulher cis, negra, heterossexual e engenheira civil com especialização) – Vice Presidente; Rafael dos Santos Machado (homem cis, negro, bicha e bacharel em Museologia) - 1º Secretário; Álvaro Augusto Santos Santana (homem cis, negro, gay e publicitário) - 2º Secretário; Vinicius Silva Reis (homem cis, gay, branco, professor de biologia com doutado) – 1º Tesoureiro; Neide da Silva dos Santos (mulher cis, negra, bissexual e estudante universitária) - 2º Tesoureira; Thaynan Alves de Oliveira (mulher cis, branca, bissexual e servidora pública) - 1º Conselheira; Selma Carvalho Pimentel (mulher cis, lésbica e psicóloga) - 2º Conselheira e Ulisses Gomes Cintra de Souza (homem trans, estudante) - 3º Conselheiro.

De acordo com o quadro formal apresentado, podemos perceber que a maioria das/os integrantes que totalizam 9 pessoas (sendo 6 na diretoria e 3 no conselho) configura uma diversidade de gênero, raça, sexualidade e grau de escolaridade, sobretudo escolaridade acadêmica das mais diversas áreas do conhecimento. No aspecto operacional de atribuição

teórica sobre a designação técnica de cada competência na função diretiva e de conselho, na prática não existe regras ou critérios em referências a habilidade de experiências e domínio técnico em que a/o voluntária/o deva possuir para compor chapa e ser empossada/o formalmente nas funções designadas em registro. No ano de 2018 iniciamos a produção documental do Regimento Interno e que ainda permanece em fase de formulação dos capítulos com os objetivos, finalidades, atribuições e outras. Conforme apresentado anteriormente, todos os processos são discutidos em coletivo bem como as decisões.

É fato que questões específicas sobre alguns trâmites de cunho burocrático, como a exemplo de saques financeiros e procedimentos bancários exigem a presença e assinatura do/a tesoureiro/a para autorização formal do procedimento, mas o ato formal em si nessas situações é amparado pela decisão coletiva que antecede ao próprio ato. Com isso não quero dizer que estamos imunes ou isentos de sofrer algum tipo de situações emblemáticas que envolvam alguns procedimentos sem prévia autorização coletiva e que possam gerar conflitos, mas é no exercício pela equidade nas relações de poder que buscamos produzir experiências e soluções.

No que tange à geração de recursos e gestão financeira, a instituição possui uma única conta bancária e é através dela que a maioria do recursos financeiros institucionais é gerada pelas doações da sociedade civil. Outra fonte de geração de renda para manutenção do espaço e das ações institucionais é através da agenda cultural com as Festas Bazar que ocorriam antes do período pandêmico, promovidas na média de uma vez a cada dois ou três meses. Nas Festas Bazar, as pessoas fazem contribuições simbólicas com direito a escolher peças de roupas com valores bem acessíveis, comidas, sucos e refrigerantes ou até mesmo na caixinha (exposta no espaço) para contribuição livre, doação de alimentos não perecíveis e produtos de higiene. Toda a movimentação da renda gerada pela instituição possui auditoria fiscal de uma profissional contábil, que presta serviço voluntário em seu escritório para CasAmor. A prestação de contas e dos valores arrecadados é divulgada nas reuniões e no perfil institucional nas redes sociais.

Para o desenvolvimento da frente de ação cultural, a instituição conta com o apoio de voluntários/as/es em geral, e alguns(as) destes também fazem parte do campo artístico, educacional, museológico, da comunicação, entre outros. A partir das propostas que são lançadas nas reuniões sobre o desenvolvimento de programações culturais através das vivências, datas celebrativas do aniversário institucional, comemorações aos dias do orgulho as identidades que compõem a sigla LGBT, manifestação e ato institucional em apoio ou repúdio a algum acontecimento direcionado às pessoas e/ou a comunidade LGBT, as ações e atividades culturais são abertas a participação da sociedade em geral. Do mesmo modo, todas as outras frentes trabalhadas pela instituição, mas o intuito maior é visibilizar as produções e trabalhos

desenvolvidos por corpos de sexualidades e gêneros dissidentes, por coletivamente termos a consciência social da realidade subalternizada de nossas produções culturais.

No dia 22 de maio de 2020, como forma de produzir e promover a cultura LGBT em meio ao momento pandêmico, realizamos a intitulada “Live das Travas”, uma ação que também buscou gerar renda para nossas artistas negras, periféricas, travestis e trans. A live contou com a apresentação das artistas e suas produções de artes, e, como forma de arrecadar recursos financeiros no enfrentamento as suas próprias subsistências, foram disponibilizados dados bancários para que as contribuições espontâneas ocorressem. Alguns proprietários/as de estabelecimentos comerciais de Aracaju sensibilizados/as contribuíram financeiramente, além das pessoas civis.

No início deste ano, a CasAmor celebrou três anos de inauguração do espaço (29/01/2021). Devido ao contexto pandêmico decidimos não organizar nenhum tipo de intervenção cultural no espaço como comumente realizávamos antes da situação pandêmica<sup>66</sup>. Optamos por manter nosso apoio e parceria para a realização da VII Semana da Visibilidade Trans, evento este organizado pela AmoSerTrans, que na edição de 2021 foi realizada de modo virtual (transmitido no Facebook através do perfil da AmoSerTrans) de 27 a 29 de janeiro. A edição teve como tema “Políticas sociais” e contou com a participação na condição de conferencistas e intermediadores/as pessoas trans, travestis, intersexos e cisgêneras que discutiram no webinar nos dias 27 e 28 “Ações afirmativas”, “Políticas representativas”, “Políticas assistenciais” e “Moradia”, além da live de encerramento no dia 29 que contou com a participação de artistas travestis e mulher trans negras e periféricas da cena musical e assistidas pela CasAmor.

Diante dos aspectos da gestão institucional, considero importante reforçar que a instituição não possui funcionários e todas as pessoas que integram a instituição gerenciam o espaço de modo voluntário, livre e sem vínculo empregatício com a instituição. A existência do espaço e dos projetos são materializados de modo dinâmico e no processo do dialogo das pessoas envolvidas na construção das ideias que são geradas e executadas sob participação, apoio e decisão coletiva.

No que tange à gestão das ações museológicas desenvolvidas no espaço institucional da CasAmor, ela reside nas iniciativas coletivas que decorrem da dinâmica discutida no item anterior e da gestão participativa abordada neste item ao agenciarem os processos museológicos

---

<sup>66</sup> No meu trabalho monográfico (Rafael MACHADO, 2019) abordei a dinâmica de algumas intervenções culturais e museológicas, os eventos da inauguração (2017) e aniversários do espaço nos anos de 2018 e 2019.

a partir da participação e desejo comunitário com referências de memórias, histórias e questões identitárias em prol de ações coletivas transformadoras. Iniciativas que gerenciam processos museológicos enquanto processos estratégicos para dinamização sociocultural, pautados no potencial das experiências e criatividade coletiva, através da reconstrução e fortalecimento das relações sociais em princípios democráticos e de respeito aos direitos humanos para novas visões de mundo em respeito à diversidade cultural e da vida. Diante disso, compreendendo a gestão dos processos museológicos da CasAmor como iniciativas de processos inconclusos, abertos e inacabados.

Para a memória do hoje e do futuro, no dia 14 de março de 2021, em decisão coletiva, a CasAmor passou a se chamar CasAmor Neide Silva LGBTQI+, uma ação em memória a nossa querida e amada companheira de luta e integrante do coletivo gestor da CasAmor, cujo corpo padeceu no dia 13 de março de 2021, vitimado pela Covid-19, deixando centenas de filhas/os órfãs, além dos três filhas/os (uma do gênero feminino e dois do gênero masculino) biológicos. Mas, seus ensinamentos, seu exemplo de caráter, honestidade, de forças, alegria e acolhimento permanecem ressignificando e inspirando nossas relações pessoais e coletivas, alimentando coragem, forças e esperanças para que possamos continuarmos na luta por uma sociedade mais justa e humana. Tia ou mãe Neide, como popularmente era chamada por muitos de nós LGBT e não LGBT, foi e continua sendo um exemplo de ser humano que faz a gente se sentir bem e que as palavras tornam-se insuficientes para descrever a mulher cis preta, bissexual, mãe solo, periférica, graduanda aos 51 anos de idade do Gestão em Turismo, cozinheira, cuidadora de idosos, com última ocupação profissional na mandata de Linda Brasil e integrante da Mães pela Diversidade de Sergipe. Uma mulher à frente do seu tempo, comprometida com a luta coletiva de várias causas sociais, que nos enche de orgulho por cruzar nossos caminhos com o seus e na re-construção coletiva por outros novos e necessários nessa experiência tão curta e passageira que é a vida.

Em perspectiva nacional e engajamento coletivo para o futuro das Casas de Acolhimento LGBTQIA+, a CasAmor participou da reunião lançada pelo edital de convocação da REBRACA, para Assembleia Geral que ocorreu no dia 10 de abril de 2021. Através da plataforma virtual Zoom, foi discutido e deliberado as seguintes pautas: regularização dos documentos e das entidades e Estatuto, a fim de atender às exigências da Receita Federal para registro do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; criação do quadro associativo, cargos e atribuições das e dos associados; ações a serem tomadas em apoio as pessoas LGBT frente a pandemia do Covid-19; e abertura para outros assuntos considerados pertinentes por cada iniciativa institucional participante.

Nesses termos, meu intuito neste item foi compartilhar algumas informações para contribuir/inspirar outras iniciativas comunitárias que buscam ou desejam de algum modo produzir novas experimentações e possibilidades de fortalecimento do devir em coletividade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou uma cartografia dos processos museológicos existentes ou que existiram, através das iniciativas comunitárias LGBT, nas Casas de Acolhida LGBT do Brasil. As ações museológicas desenvolvidas foram ou são processos subjetivos e singulares, re-configurados de acordo a espacialidade sócio-econômico-histórico-cultural em que são produzidos e que fundamentam concepções epistêmicas relacionadas e atribuídas ao que denomino de transmusealidade. A transmusealidade é uma provocação de construção conceitual caracterizado, conectado e relacionado aos processos museológicos, produzidos e agenciados por imaginários transgressores às normas e concepções binárias que fundamentam à musealidade.

Nesta pesquisa foi possível notar no âmbito federal das políticas culturais do Brasil, um complexo percurso na construção do Plano Nacional de Cultura (PNC), do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e da Política Nacional de Museus (PNM), sob a gestão do Ministro da Cultura Gilberto Gil (2003-2008), com envolvimento, diálogos e participação da sociedade civil, artístico, acadêmico e dos profissionais do campo da cultura e dos museus. Entretanto, apesar da abertura discursiva para o desenvolvimento de programas, ações e fomentos voltadas a positivação e promoção da cidadania da população LGBT, no sentido da prática pouco ou quase nada foi promovido pela esfera do poder executivo federal. Diante disso, foi possível apresentar à negligência do Estado referente à temática LGBT nas políticas públicas, sobretudo do setor cultural.

Nos períodos anteriores a Constituição de 1988 e em períodos de fortalecimento da democracia, muitas políticas voltadas às questões LGBT ficaram restritas à ordem do discurso e prevaleceram às práticas conservadoras, como no caso do campo museológico no qual as poucas existentes ocorreram de modo extra oficial e/ou engajadas pelo ativismo de pessoas pertencentes ao campo museológico e de sexualidades dissidentes com apoio de aliados/as.

A partir do contexto político de 2003, destaca-se no campo da Museologia brasileira à institucionalização da Museologia Social, com a ampliação dos cursos de Museologia que passaram a ser ofertados em vários localidades do país, possibilitando através do Programa de Cotas, a inserção de estudantes oriundos das camadas marginalizadas da sociedade brasileira, a exemplo da população negra, LGBT, quilombola entre outras. Conseqüentemente, novos desafios na formação profissional e da produção teórico-prática da Museologia foram impactadas com às demandas apresentadas pelas realidades ocasionadas pelos novos agentes integrantes do campo. Nesse sentido, pudemos visualizar ao decorrer do primeiro capítulo, o

ativismo acadêmico de Jean Baptista e Tony Boita, ao encabeçarem às primeiras pesquisas e produções sobre a temática LGBT relacionadas de modo direto ao campo da Museologia brasileira, dos museus, dos patrimônios, das memórias e das políticas públicas culturais, a qual articularam a criação da Rede LGBT de Memória e Museologia Social.

Vale pontuar que de algum modo o ativismo LGBT acadêmico dos pesquisadores em questão, contribuíram/contribuem para que a temática LGBT circulasse no campo museológico. Contribuiu significativamente para construção de novas possibilidades de pensar e problematizar a LGBTfobia institucionalizada no campo, inspirando e nutrindo forças para que outros trabalhos, como a exemplo deste, pudessem cada vez mais contribuir para o desenvolvimento do campo.

As paisagens dinâmicas que compõem os imaginários museológicos produzidos, idealizados e tencionados por corpos e memórias de sexualidades e identidades de gêneros dissidentes, podem ser visualizadas nas ações das Casas de Acolhida LGBT do Brasil mapeadas. Foram identificadas 16 iniciativas, materializadas com o apoio comunitário da sociedade civil e sob protagonismo de pessoas LGBT, frente às iniciativas do espaços e das atividades realizadas. Entre o quantitativo total das Casas, 11 responderam ao questionário semiestruturado em que apliquei para coleta de dados sobre a existência de processos museológicos. Com a amostragem coletada, pude chegar ao resultado de que 64% das iniciativas desenvolver operações museológicas nos espaços das Casas, a partir do processo de comunicação/exposição sobre acervos da cultura material/imaterial, institucionalizados e relacionados à realidade cultural da comunidade LGBT a qual fazem parte, além da constatação de que 57% das iniciativas das Casas, afirmaram desenvolver a tríade dos processos museológicos (preservação/salvuarda, pesquisa/documentação e comunicação/exposição).

Essas experiências museológicas existentes nas iniciativas das Casas de Acolhida LGBT do país, consistem em importantes práticas museológicas que encontram também possibilidades de difusão e visibilidade no acolhimento através dos espaços de resistência das Casas. Para tanto, destaquei como estudos de caso para visualização e compreensão da transmusealidade, a Casa Nem, no Rio de Janeiro-RJ, a Casa Chama, em São Paulo-SP, e a CasAmor, em Aracaju-SE, enquanto espaços de salvuarda de corpos e memórias LGBT.

Ressaltei, para positivação e sensibilização do nosso olhar sobre os corpos, as memórias e as vidas LGBT, sobretudo das pessoas trans, a partir da contextualização dos processos sociais, políticos, históricos, como a trajetória de vida e luta de Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera, em prol da cidadania e direitos civis da população LGBT (ou libertação homossexual, como era denominado o processo de luta na época em questão), no contexto do Estados Unidos,

com o episódio ocorrido no ano de 1969, que tornou-se um marco histórico no processo de luta por direitos civis da comunidade LGBT com a Revolta de Stonewall. O conflito ocorrido reverbera até os dias atuais a nível mundial, servindo de inspiração para o despertar do sentimento individual e coletivo sobre a importância da luta coletividade para o avanço do processo de humanização sobre nossas existências dissidentes, alvos dos discursos de ódio e extermínio projetados pelo imaginário da sociedade binária. Marsha Johnson e Sylvia Rivera também foram protagonistas na criação da Casa de Acolhida STAR (ou *STAR House*), que até os dias atuais são inspirações e ensinamentos de estratégias de sobrevivência, resistência e empoderamento coletivo LGBT.

Nesse sentido, temos no contexto brasileiro o protagonismo de Jovanna Baby, travesti e negra, idealizadora do primeiro coletivo de luta organizado pelas travestis, a ASTRAL, em 1992, na cidade do Rio de Janeiro. O fato é que o protagonismo das pessoas trans e travestis, continuam sendo negligenciadas e invisibilizadas em vários aspectos, sejam nas formulações das políticas públicas em geral, sejam nas produções acadêmicas, a exemplo da museologia brasileira. Com isso, vale lembrar a importância da resistência trans e dos processos museológicos desenvolvidos nos espaços das Casas de Acolhida LGBT, enquanto espaços políticos de pautas e denúncias sobre esquecimento, invisibilidade e silenciamentos, sobretudo das realidades árduas das pessoas trans e negras.

Com recorte para os processos museológicos construídos nas Casas de Acolhida LGBT do Brasil, pude me deter na análise dos processos desenvolvidos pelas iniciativas da Casa Nem, idealizada por Indianare Siqueira (travestigênera), Casa Chama, idealizado por Rodrigo Franco (homem trans) e CasAmor, idealizada por Linda Brasil (mulher trans), no intuito de melhor compreender a realidade museológica apresentada nesses espaços distintos que fundamentam a transmusealidade. Espaços comunitários de memórias, em seus moldes e possibilidades, que manejam e materializam processos museológicos no agenciar conhecimentos e saberes para produção de novas estratégias e sensibilização no preservar do bem cultural maior que é a vida.

Mediante os dados coletados através dos questionários semiestruturados, entrevista (com Linda Brasil), registros nas redes sociais, matérias jornalísticas, pesquisas acadêmicas referentes às iniciativas e/ou algumas das Casas de Acolhida LGBT do país e análise documental (documentação institucional da CasAmor), o que aludo como um dos pontos consideráveis dessas experiências e dos processos museológicos apresentados, é perceber o imaginário criativo, ao mobilizar dispositivos a partir dos corpos, objetos e das coisas, sob um olhar ético e estético, com finalidades de preservar o bem cultural maior que é a vida e



tencionando questões museológicas e epistêmicas como a transmusealidade, enquanto possibilidade conceitual de leitura com potência de desestabilizar o olhar museológico cisheteronormativo. Diante disso, ficou evidente a produção de imaginários e narrativas museológicas dissidentes, que provocam o (re)pensar nossas escolhas, posturas e ações na elaboração de práticas e procedimentos museológicos diante da realidade.

Diante dessas colocações, pude problematizar a categoria conceitual da musealidade, que confere sua mobilização/aplicação a partir de uma suposta pretensão relacional do homem universal que externa socialmente questões do seu universo de sentidos e importâncias culturais, tendo na materialidade/imaterialidade selecionada, lida e legitimada pelas concepções do homem universal, certas propriedades intrínsecas e extrínsecas de ligação entre ele e o objeto a ser salvaguardado. Potencial representacional, que traduz aspectos da realidade universal das experiências coletivas sob enquadramentos da memória e do patrimônio. Desse modo, o conceito tem sido mobilizado para conferir, referenciar e atribuir qualidades e valores que justificam o ato de selecionar objetos, seres inanimados ou coisas, por serem equiparadas a testemunho e de valor documental que constitui estímulos à um conjunto de práticas preservacionistas (musealia) e de proteção (musealização) - processos museológicos -, com base nas experiências políticas e culturais fundamentadas pela lógica masculina da cisheteronormatividade.

Nesse processo de operação teórico-prático, as convicções LGBTfóbicas internalizadas e controladas por visões binárias que normatizam o campo museológico, tornam incapazes de abarcar outras realidades museológicas produzidas a partir de iniciativas comunitárias em espaços não convencionais (como as experiências da CasAmor), experimentados e vivenciados por comunidades, grupos e pessoas de identidades e sexualidades dissidentes. Nesse sentido, as singularidades dos processos museológicos existentes e/ou produzidos nos espaços das Casas, produzem concepções epistêmicas manifestadas em ações museológicas, que tencionam nosso olhar sobre as atribuições de sentidos de conferem o ato de selecionar materialidades/imaterialidades a partir dos múltiplos suportes, relacionados a nós e nossas memórias, com atenção para o caráter micro político que atravessam e possibilitam leituras e narrativas que influenciam a maneira de re-ver e reelaborar o mundo.

Com isso, a transmusealidade é um empreendimento conceitual transgressor as normas do imaginário cisheteronormativo que atravessam e conferem sentidos a musealidade. A transmusealidade, nesse sentido, é uma sugestão conceitual forjado para possibilitar compreensão das relações culturais, sociais e políticas que atravessam as subjetividades das pessoas LGBT, comprometidas com as pautas coletivas da comunidade, que no selecionar

acervos e definir modos de preservação, pesquisa e comunicação por meio dos processos museológicos abertos e instáveis com caráter de transformação e mutabilidades, questionam/provocam/tensionam os processos convencionais construídos pela musealização, no transcender do imaginário cisheteronormativo. Ressalto que a transmusealidade se faz presente no ato de sensibilidade do selecionar e mobilizar ideias e objetos no espaço em ocupação comunitária, como forma política do agenciar ações e processos museológicos abertos e transgressores as normas dicotômicas.

Desse modo, atribui algumas concepções sobre a transmusealidade como capacidade de transgressão e de estímulos que desestabilizam as relações hierárquicas e binárias de processos e narrativas museológicas generificadas. Nessa perspectiva, expondo uma visão aberta e complexa com as múltiplas inter-relações de gênero e sexualidade, inter-relacionados raça-etnia, classe econômica, idade, escolaridade, entre outros marcadores sociais que atravessam e constituem nossas experiências, para tencionar as relações de poder imbricados e reverberados nos processos museológicos.

A cartografia, enquanto processo metodológico-teórico, possibilitou múltiplas conexões que compõem a paisagem textual, relacionados aos fatos e questões expostas sobre os aspectos das realidades sociais, históricas e culturais da população LGBT do Brasil e a dinâmica relacionadas às configurações das Casas de Acolhida LGBT. A paisagem textual construída, é um esforço teórico de resistência museológica dissidente, que através da minha própria realidade situada no espaço da CasAmor e dos processos museológicos construídos, possibilitaram a transgressão do meu próprio olhar museológico para além das pretensões universais, mobilizadas para manutenção da cisheteronormatividade canonizada no campo museológico.

A trajetória pessoal e de luta coletiva protagonizada por Linda Brasil na idealização da CasAmor, os processos museológicos e de gestão participativa de modo mutável e dinâmico na re-construção das ideias e diálogos agenciados no espaço institucional em questão, consistiram/consistem em exemplos que fundamentam a transmusealidade, assim como os demais processos e museológicos e iniciativas comunitárias que foram abordados no transcorrer dos capítulos desta dissertação.

No campo da Museologia brasileira, são poucas ou escassas as produções de pesquisas que visibilizem as experiências museológicas comunitárias protagonizadas por pessoas de sexualidades e identidades de gêneros dissidentes, com isso, é possível perceber que há uma reprodução e manutenção predominante aos interesses da cisheteronormatividade que conduz as relações assimétricas. Mediante situação, busquei deslocar meu olhar museológico para

tentar compreender e evidenciar à LGBTfobia institucional e estrutural que nos limitar ir além do que é posto e considerado como padrão universal e concebível no campo da produção da ciência museológica. Diante realidade se faz necessário apontarmos e visibilizarmos na produção acadêmica, a multiplicidade de iniciativas e ações museológicas que promovam o fortalecimento sobre a importância da preservação da vida e dignidade humana, daqueles/as vistas/os como seres desprezíveis por não corresponderam às amarras das correntes museológicas cisheteronormativa.

Iniciativas comunitárias que buscam promover à preservação da vida através de processos museológicos, no provocar diálogos, imaginários e concepções sobre a diversidade sexual e de gênero, reiteram e contribuem para o desenvolvimento social e humano. Nesse sentido, através de minha experiência na CasAmor e da mobilização dos processos museológicos agenciados no espaço institucional, fui provocado a re-pensar e perceber a importância da coletividade na luta contra LGBTfobia, sobretudo, a transfobia presente no nosso dia a dia, como problematizado no decorrer deste trabalho. Contudo, este trabalho acadêmico não pode ser considerado uma pesquisa encerrada, mas um processo de pesquisa aberto a conexões e construções de novas paisagens, no fortalecer e continuar provocando questões museológicas sobre e a partir de outras experiências relacionadas as identidades de gêneros como as de homens trans, pessoas não binárias e de sexualidades bissexuais, lésbicas, gays, pansexuais, entre outras que envolvam os marcadores sociais da diferença - raça, classe, idade, escolaridade, regionalidade e outras mais –.

## REFERÊNCIAS

A MORTE e Vida de Marsha P. Johnson. Direção: David France. Produção: David France. Estados Unidos: Christos Konstantankopoulos Teds Snowdon & Duffy Violante Tiler H. Walk. 2017. Título Original: The Death and Life of Marsha P. Johnson.

ABREU, Regina; RUSSI, Adriana. “Museologia Colaborativa”: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 2019, n. 53, p. 17-46. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v25n53/1806-9983-ha-25-53-17.pdf>>. Acessado em: 29 fev. 2020.

AGUIAR, Lisiane Machado. As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual. *INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, Caxias do Sul/RS, 2010, p. 1-15. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4047519/mod\\_resource/content/0/Deleuze%20e%20o%20me%CC%81todo%202.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4047519/mod_resource/content/0/Deleuze%20e%20o%20me%CC%81todo%202.pdf)>. Acessado em: 07 out. 2019.

AGUILAR, Márcia Adriana Brasil; GONÇALVES Josiane Peres. *Revista Conhecimento Online*, 2017, v.1, p. 36-44. Disponível em: <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/460>>. Acessado em: 02 fev. 2021.

ANDRADE, Matheus Andrade; CRUZ, Maria Helena Santana. CasAmor LGBT: De Centro de Cultura à Política Pública. *Conte Histórias*. Projeto Conte, 2019. Disponível em: <<https://projetoconte.com/conteudo/casamor-lgbt-de-centro-cultural-a-politica-publica/>>. Acessado em: 06 mai. 2019.

ASPIROZ, Macarena. *A história de Sylvia Rivera, a ativista trans que atuou na rebelião de Stonewall*. Anarcofeminismo didático, 2019. Disponível em: <[https://notasperiodismopopular.com.ar/2019/02/19/historia-sylvia-rivera-ativista-trans-protagonizo-revuelta-stonewall/?fbclid=IwAR05sUltxg2SDK2c8qtfXTPBbztI7hqA\\_oPGu5W0gT3kRtA4QDEdykKkojs](https://notasperiodismopopular.com.ar/2019/02/19/historia-sylvia-rivera-ativista-trans-protagonizo-revuelta-stonewall/?fbclid=IwAR05sUltxg2SDK2c8qtfXTPBbztI7hqA_oPGu5W0gT3kRtA4QDEdykKkojs)>. Acessado em: 04 nov. 2020.

ANTRA. *Eleições 2020*. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/eleicoes2020/>>. Acessado em: 12 mai. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *BOLETIM Nº 02/2020: Assassinatos contra travestis e transexuais em 2020*. ANTRA, 2020. Disponível em: <<file:///D:/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20RM/Casas%20de%20Acolhida/boletim%20assassinatos-antra%202020.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

AVELAR, Luciana Figueiredo. *Museus Comunitários no Brasil: O Ponto de Memória Museu do Taquaril*. Dissertação de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2015.

- ÁVILA, Simone. *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo*. Tese em Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129050>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- BENTO; Berenice. O que é Transexualidade. São Paulo, editora Brasiliense, 2008, p. 1 – 223.
- BAPTISTA, Jean. Entre o Arco e o Cesto: notas Queer sobre indígenas heterocentradas nos museus e na Museologia. *Corpos e Dissidências nos Museus e na Museologia*. Cadernos de Sociomuseologia, vol. 61, n. 17, 2021, p. 43-65.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony William. Museologia Comunitária, Comunidades LGBT e Direitos Humanos: estratégias de superação de fobias à diversidade sexual no Brasil. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. especial, 2017, p.132-146.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony Willian. Ode a Giuseppe Campuzano. *VISIBILIDADE TRANS NOS MUSEUS E ESPAÇOS DE MEMÓRIA*. Revista Memórias LGBTI+, 2014, n. 2.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony Willian. Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero. *Museologia Social*. Cadernos do CEOM, Chapecó, 2014, v. 27, n. 41, p. 175-192.
- BAPTISTA, Jean; Mello, Luiz. #SomosTodasVelhos: notas sobre grupo de risco em tempos de pandemia. *Revista Memórias LGBTIQ+*. Disponível em: <<https://memoriaslgbt.com/2020/04/07/somostodasvelhos/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony Boita; WICHERS, Camila Moraes. O que é Museologia LGBT?. *Museus, Memória e Museologia LGBT + Feminismo*. Revista Memórias LGBT. 2020, ed. 12, p. 4-8.
- BARAÇAL, Anaildo Bernardo. *O Objeto da Museologia: a via conceitual aberta por Zbyner Zbylsav Stránský*. Dissertação em Museologia e Patrimônio da UNIRIO/MAST, 2018.
- BARBALHO, Alexandre. Política Cultural em Tempo de Crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. *Revista de Políticas Públicas*, 2018, p. 239-260.
- BARBOSA, Roberta Brasilino; CAVALCANTI, Céu; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 38, n. spe2, p. 175-191, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932018000600175&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000600175&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- BENEVIDES, Bruna. INSTITUIÇÕES LGBTQI+ LANÇAM CAMPANHA COLETIVA PARA O CORONAVÍRUS; SAIBA COMO DOAR. *Revista Híbrida*, 2020. Disponível em: <<https://revistahibrida.com.br/2020/04/15/instituicoes-lgbtqi-lancam-campanha-coletiva-para-o-coronavirus-saiba-como-doar/>>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- BLANCHARD, Sessi Kuwabara. *Na Star House, Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera criaram um lar para as pessoas trans*. VICE EUA, 2020. Disponível em: <[https://www.vice.com/en\\_us/article/z3enva/star-house-sylvia-rivera-marsha-p-johnson](https://www.vice.com/en_us/article/z3enva/star-house-sylvia-rivera-marsha-p-johnson)>. Acessado em: 04 nov. 2020.

BOITA, Tony William. *Cartografia Etnográfica de Memórias Desobedientes*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, 2018.

BOITA, Tony William. 5 museus (+iniciativas) travestis e trans para se visitar online. *Revista Memórias LGBTQI+*, 2020. Disponível em: <<https://memoriaslgbt.com/2020/04/14/5-museus-t/>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BOITA, Tony William. *Memória LGBT: Mapeamento e Musealização em Revista*. Monografia de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Goiás, 2014.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 4 fev. 2020.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

BRASIL. *Pontos de Memória: Metodologia e Práticas em Museologia Social*. Instituto Brasileiro de Museus, Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília, 2016, p. 1-102.

BRAZ, Camilo. Políticas Públicas de Cultura LGBT: apontamentos sobre a inserção da diversidade sexual e das expressões de gênero “dissidentes” no campo das políticas culturais no Brasil contemporâneo. *37º Encontro Anual da ANPOCS*. 2013, p. 1-22.

BRITTO, Clovis Carvalho. “*Nossa Maça é que Come a Eva*”: *A Poética de Manoel de Barros e os Lugares Epistêmicos das Museologias Indisciplinadas no Brasil*. Tese em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa/Portugal, 2019.

BRITTO, Clovis Carvalho; MACHADO, Rafael dos Santos. Informação e patrimônio cultural LGBT: as mobilizações em torno da patrimonialização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 25, 2020.

BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela; Mello, Luiz. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Cadernos Pagu*, 2012, p. 403-409.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017, ed. 15, p. 01 - 70.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: Balanço e Perspectivas. *Terceiro Encontro em Estudos Multidisciplinares em Cultura*, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador/BA, 2007.

CÂMARA, Cristina. Um olhar sobre a história do ativismo LGBT no Rio de Janeiro. *REVISTA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO*, n. 9, 2015. p. 373-396.

CAMARGO, Ana Maria; Goulart, Silvana. *Centros de Memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Edições SESC, 2015.

CAMPUZANO, Giuseppe. Andróginos, hombres vestidos de mujer, maricones... el Museo Travesti del Perú. *Revista Bagoas*. 2009, p. 79 – 94.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. *Teoria Museológica: Waldisa Rússio e as Correntes Internacionais*. 2011, p.1 – 10. Disponível em: <[https://www.academia.edu/30953020/2011\\_Teoria\\_museol%C3%B3gica\\_Waldisa\\_R%C3%BAssio\\_e\\_as\\_correntes\\_internacionais](https://www.academia.edu/30953020/2011_Teoria_museol%C3%B3gica_Waldisa_R%C3%BAssio_e_as_correntes_internacionais)>. Acessado em: 14 fev. 2021.

CARRARA, Sérgio; CARVALHO, Mario. Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, 2013, n. 14, p. 319-351.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Socedad*, Rio de Janeiro/RJ, 2013, n. 14, p. 319-351. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872013000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 set. 2020.

CASA CHAMA. Disponível em: <https://www.casachama.org/category/about/>>. Acesso em: 14 out. 2020.

CASSANHA, Layze Aparecida Herrera; GARCIA, Edelir Salomão. DE ABRIGO À CASA DE ACOLHIMENTO: A VISÃO DOS FUNCIONÁRIOS. *EDUCERE*, 2013, p. 19262 – 19276.

CATALAGO. *Leilão Beneficente para Casa Nem*. Rio de Janeiro, 2018, p. 1-41. Disponível em: <[http://eavparquelage.rj.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/catalogo\\_leilao\\_beneficente\\_casanem\\_1009.pdf](http://eavparquelage.rj.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/catalogo_leilao_beneficente_casanem_1009.pdf)>. Acessado em: 20 set. 2020.

CHAGAS, Mario. A Oficina do Objeto. *Anais do II Seminário sobre Museus-Casas: Comunicação e Educação*, edições Casa de Rui Barbosa, 1998, p. 61-67.

CHAGAS, Mario Souza. *Imaginação Museal: Museu. Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freire e Darcy Ribeiro*. Tese em Ciências Sociais pela Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2003.

CHAGAS, Mario. Los museos en el marco de la crisis. *Revista de la subdirección general de museos estatales*, Secretaría General Técnica, Centro de Publicaciones Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Gobierno de España. n. 5-6, 2009-2010.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia Social: Reflexões e Práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEON*, v. 27, n. 41, 2006, p.1 – 22. Disponível em:

<<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

COACCI, Thiago. Encontrando o Transfeminismo brasileiro: Um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *História Agora: A Revista de História do Tempo Presente*, 2014, p. 134 – 161. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/283498905\\_Encontrando\\_o\\_transfeminismo\\_brasileiro\\_um\\_mapeamento\\_preliminar\\_de\\_uma\\_corrente\\_em\\_ascensao](https://www.researchgate.net/publication/283498905_Encontrando_o_transfeminismo_brasileiro_um_mapeamento_preliminar_de_uma_corrente_em_ascensao)>. Acessado em: 10 fev. 2020.

COACCI, Thiago. Movimento Trans em Belo Horizonte: resgatando o histórico e mapeando o presente. *Cadernos Pagu*, 2019, n. 55, p. 1 -42.

COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; OLIVEIRA, Jeane Freitas de; PORCINO, Carle. *Travesti(s)lidades: representações sociais de universitários*. Editora Appris, Curitiba, 2020, ed. 1, 101p.

COLAÇO, Rita. Brenda Lee e o seu “Palacio das Princesas”: A travesti que inaugurou o serviço de apoio aos homossexuais expulsos de casa e aos soros positivos. *Memórias e Histórias da Homossexualidade*. Disponível em: <<https://memoriambh.blogspot.com/2009/11/brenda-lee-e-o-seu-palacio-das.html>>. Acesso em: 20 out. 2020.

CÔRTE, Beltrina; MUSSI, Luciana Helena. O significado afetivo daquilo que chamamos “casa”: Uma reflexão através do cinema. *Caderno Temático Kairós Gerantologia*, São Paulo, 2010, p 231- 242.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia –reflexividade sobrea tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. *Museologia e Interdisciplinaridade*, 2020, v. 9, n. 17, p. 129-146. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/29480>>. Acessado em: 10 fev. 2021.

CUNHA, Marcelo Bernanardo. A Exposição Museológica como Estratégia Comunicacional: o tratamento museológico da herança patrimonial. *Revista Magistro*, 2010, v. 1, n.1, p. 109-120. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/viewFile/1062/624>>. Acessado em: 25 abr. 2021.

CYMBALISTA Renato; DUARTE Arthur. Não só moradia: Casa 1, suas estratégias espaciais, e o fortalecimento da vizinhança em diálogo com a militância LGBT. *Anais XVIII ENAPUR*, 2019, p. 1-13. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1329>>. Acesso em: 10 mai. 2021

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995, vol. 1.



EGLER, Tamara Tânia Cohen; MIRANDA, Elis de Araújo; ROCHA, Elisabeth Soares. A Trajetória das Políticas Públicas de Cultura no Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, 2014, v. 17, n.1, p. 25-46.

FARO, Julio Pinheiro. Uma Nota sobre a Homossexualidade na História. *Revista Subjetividades*, 2015, v.15, n. 1, p. 124 -129. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4527>>. Acessado em: 25 abr. 2021.

FACCHINI, Regina. Entre Compassos e Descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. *Revista Bagoas*, 2009, n. 4, p. 131-158.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. “Sopa de Letrinhas?” - movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Dissertação em Antropologia social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2020.

FÉLIX, Paula; FERNANDES, Tatiane. Política Cultural. *Mais Definições em Trânsito*, CULT - CENTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, Salvador/BA, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/POLITICACULTURAL.pd>>. Acessado em: 15 jun. 2020.

FONATRANS. Como nasceu o Movimento de Travestis no Brasil: histórico do nascimento do movimento político social da população T no Brasil. *Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros*. Disponível em: <<http://www.fonatrans.com/p/historico-do-movimento-de-travestis-no.html>>. Acessado em: 08 set. 2020.

FRANCISCO, Ana Lucia; SOUZA, Severino Ramos Lima de. O Método da Cartografia em Pesquisa Qualitativa: Estabelecendo Princípios Desenhando Caminhos. In: Congresso Ibero-Americano de Investigação Qualitativa, 2016, Porto. *Investigação Qualitativa em Saúde*, 2016, p. 811- 820.

FREINBERG, Leslie. *Revolucionários da ação de travestis de rua*. Workers Word, 2006. Disponível em:< <https://www.workers.org/2006/us/lavender-red-73/>>. Acessado em: 04 nov. 2020.

GIMENEZ, Elza. Reintegração de posse em prédio que abriga a Casa Nem, em Copacabana, é suspensa. *Globo*, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/27/reintegracao-de-posse-em-predio-que-abriga-a-casa-nem-em-copacabana-e-suspensa.ghtml>>. Acessado em: 15 out. 2020.

GOSSET, Reina. *Memorial de 10 anos de Sylvia Rivera*. Disponível em: <<http://www.reinagossett.com/sylvia-rivera-10-year-memorial/>>. Acessado em: 04 nov. 2020.

GRUPO ARCO-ÍRIS. Disponível em: <[http://www.arco-iris.org.br/?page\\_id=83](http://www.arco-iris.org.br/?page_id=83)>. Acessado em: 26 out. 2020.

GRUPO GAY DA BAHIA. *Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia*. Editora Grupo Gay da Bahia, Salvador, 2020, ed. 1, p. 1-174.

Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

GUATTARI, Félix; RONILK, Suely. *Cartografias do Desejo*. Editora Vozes, Petrópolis, 1996, ed. 4, p. 25 – 126.

IBRAM. *Pontos de Memória*. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ISOLAN, Fiorela Bugatti. *A formação em Museologia nas Universidades Brasileiras: Reflexões sobre o Ensino da Gestão e do Planejamento sob a Ótica da Museologia*. Dissertação em Museologia pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP, 2017.

JANNUZZI, P. DE M. A importância da informação estatística para as políticas sociais no Brasil: breve reflexão sobre a experiência do passado para considerar no presente. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 35, n. 1, p. 1-10, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes. Orientações sobre Identidades de Gênero: Conceitos e termos. *Revista Ampliada*, Brasília, 2012, 42p. E-book disponível gratuitamente em: <<http://issuu.com>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes. Uma Puta Educadora: entrevista com Indianara Alves Siqueira. *Revista Gênero*, 2013, v. 14, p. 57 – 67. Disponível em: <<https://silo.tips/download/uma-puta-educadora-entrevista-com-indianara-alves-siqueira>>. Acesso em: 13 out. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Travessia: caminhos da população trans na história. IN: GREN, James N.; CAETANO, Marcio; FERNANADES, Marisa; QUINALHA, Renan. *História do Movimento LGBT no Brasil*, Alameda Casa Editorial, São Paulo/SP, 2018, ed. 1, p. 379- 392.

JORNAL GGN. *TV GGN: A Casa Chama e o apoio à população trans em São Paulo*. Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/a-grande-crise/tv-ggn-a-casa-chama-e-o-apoio-a-populacao-trans-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 14 out. 2020.

LANZ, Letícia. *O Corpo da Roupa: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. Dissertação Sociologia da Universidade Federal do Paraná, 2014.

LAURETIS, Teresa de. *A Tecnologia de Gênero*. 1994, p. 206 – 241. Disponível em: <<http://marcoareliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Editora da UNICAMP, Campinas, 1990, 476 p.

LEITE, Pedro Pereira; PRIMO, Judite Santos. Olhares biográficos em museologia: os desafios da intersubjetividade. *Caderno de Sociomuseologia Nova serie 05 – 2015: Processos Museológicos e Responsabilidade Social*, v. 49, p. 129 – 144. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/7705/5204-1-16869-1-10-20150927.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10 ago. 2020.

LIMA, Alessandro Luís Lopes de. Vestígios de um quilombo paulista: uma análise da paisagem arqueológica do bairro do Bixiga. *Revista Argumentos*, 2019, n. 1, v. 17, p. 153 - 177. Disponível em:

<<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/issn.2527-2551v17n1p.153-177/1005>>. Acesso em: 20 out. 2020.

LÓPEZ, Graciela Lima. O Método Etnográfico como um Paradigma Científica e sua Aplicação na Pesquisa. *TEXTURA – Revista de Educação e Letras*, Canoas, n. 1, 2º semestre de 1999, p. 45 - 50.

LUPO, Bainaca Mazon. O conceito de fato museal e o Museu da Língua Portuguesa. *Brazilian Journal of Development*, 2020, v. 6, n. 11, p. 90437 - 90461. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/346041912\\_O\\_conceito\\_de\\_fato\\_museal\\_e\\_o\\_Museu\\_da\\_Lingua\\_Portuguesa](https://www.researchgate.net/publication/346041912_O_conceito_de_fato_museal_e_o_Museu_da_Lingua_Portuguesa)>. Acessado em: 10 fev. 2021.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; SOUZA, Kellcia Rezende. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, 2017, v. 31, n.31, p. 21-44.

MACHADO, Rafael dos Santos. *Museologia e Sexualidade: Imaginação Museal e Coletivismo LGBT na CasAmor de Aracaju/SE*. Trabalho de Conclusão de Curso de Museologia pela Universidade Federal de Sergipe – Campus Laranjeiras, Sergipe, 2019.

MAMPEL, Gisele Soler. Palácio das Princesas Brenda Lee. *OUTROS - laboratório para outros urbanismos – FAUUSP*. 2020, s/p.. Disponível em: <<http://outrosurbanismos.fau.usp.br/lugares-memoria-lgbt-sao-paulo/palacio-das-princesas-brenda-lee/>>. Acessado em: 09 jul. 2020.

MENEZES, Pedro. *A Revolta de Stonewall, 46 anos depois*. Instituto Mercado Popular, 2015. Disponível em: <<https://mercadopopular.org/historia/a-revolta-de-stonewall-46-anos-depois/>>. Acessado em: 08 nov. 2020.

MENSH, Peter Van. *O Objeto de estudo da Museologia*. Universidade do Rio de Janeiro/ Universidade Gama Filho, 1994, p. 1 -22.

MONTALVÃO, Marcela Teti; PRADO FILHO, Kleber. A cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, 2013, n. 38, p. 45-49.

MONTEIRO, Simone Flores. *Políticas Públicas para museus no Brasil: o lugar do Sistema Brasileiro de Museus na Política Nacional de Museus*. Tese (Doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa/Portugal, 2016.

MONTEIRO, Ana Lucia; VILLELA, Wilza Vieira. A criação do Programa Nacional de DST e Aids como marco para a inclusão da idéia de direitos cidadãos na agenda governamental brasileira. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, 2009, v. 9, n. 17, p. 25 - 45. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2009000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 out. 2020.

MORELLI, Fábio; SANTOS, Alexandre Peixe. “Homens do futuro”: o movimento de homens trans no Brasil sob o olhar de Xandê Peixe. In: GREN, James N.; CAETANO,

Marcio; FERNANADES, Marisa; QUINALHA, Renan. *História do Movimento LGBT no Brasil*, Alameda Casa Editorial, São Paulo/SP, 2018, p. 405-419.

MOTT, Luiz. Pré-História da Homossexualidade em São Paulo: 1532-1895. *Revista Dialogus*, Ribeirão Preto –SP, 2008, v.4, n.1, p. 13-60. Disponível em: <[http://www.unimaua.br/comunicacao/publicacoes/dialogus/2008/pdf/pre\\_historia\\_homossexualidade\\_saopaulo\\_2008.pdf](http://www.unimaua.br/comunicacao/publicacoes/dialogus/2008/pdf/pre_historia_homossexualidade_saopaulo_2008.pdf)>. Acesso em 25 abr. 2021.

MUNIZ JR., José de Souza; BARBALHO, Alexandre Almeida. Entre a diversidade e o antagonismo: práticas articulatórias da discursividade LGBT no Ministério da Cultura. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 35, n. 102, 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092020000100511&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092020000100511&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 Jul 2020.

NAIDIN, Julia. Entrevista com Indianara Siqueira. *Revista Latino Americana*, 2018, n. 3, p. 131 -146. Disponível em: <<http://www.revistalatioamericana-ciph.org/wp-content/uploads/2018/02/RLCIF-3-Entrevista-com-Indianara-Siqueira.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020.

NERY, João W. Transmaculinos: invisibilidades e luta. In: GREN, James N.; CAETANO, Marcio; FERNANADES, Marisa; QUINALHA, Renan. *História do Movimento LGBT no Brasil*, Alameda Casa Editorial, São Paulo/SP, 2018, ed. 1, p. 393-404.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *Gênero, Mulher e Indumentária no Museu: a Coleção de Sophia Jobim do Museu Histórico Nacional*. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, Francine. Operação Tarântula: a caça às travestis no Brasil durante os anos de 1970 e 80. *News Blasting*. 2016, s/p. Disponível em: <<https://br.blastingnews.com/brasil/2016/08/operacao-tarantula-a-caca-as-travestis-no-brasil-durante-os-anos-1970-e-80-001082057.html>>. Acesso em: 15 out. 2020.

PAULA, IZADORA. Há três anos, Dandara dos Santos era torturada e morta em rua de Fortaleza. *O Povo Online*. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/02/15/ha-tres-anos--dandara-dos-santos-era-torturada-e-morta-em-rua-de-fortaleza.html>>. Acesso em: 25 abr. 2021

PRADO, Marco Aurélio Máximo; COSTA, Frederico Alves. Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, 2011, v. 26, n. 3, p. 685-720. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922011000300013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 08 out. 2020.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Notas sobre a trajetórias das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. *RIDH*, 2016, v. 4, n. 1, p. 115-137.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo*. SMADS – Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, São Paulo, 2015.

Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao\\_de\\_editais/0003.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0003.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2020.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. IN: GREN, James N.; CAETANO, Marcio; FERNANADES, Marisa; QUINALHA, Renan. *História do Movimento LGBT no Brasil*, Alameda Casa Editorial, São Paulo, 2018, n 1, p. 15 – 13.

RECHENA, Aida. Museologia Social e Gênero. *Museologia Social*. Cadernos do CEOM, Chapecó, 2014, v. 27, n. 41, p. 153-173.

RECHENA, Aida Maria Dionísio. *Sociomuseologia e Género: imagens da mulher em exposições de museus portugueses*. Tese (Doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa/Portugal, 2011.

ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alexsandro; ROSEIRO, Maria Carolina F. Barbosa; SODRÉ, Francis; ZAMBONI, Jéσιο. (Trans) formações corporais: reflexões sobre saúde e beleza. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, 2017, v. 26, n. 2, p. 521-532. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902017000200521&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902017000200521&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 out. 2020.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Brasil: Tristes Tradições. *Revista Galáxia*, São Paulo, 2007, n. 13, p. 101-113.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Governo Dilma: Patamar Rebaixado. *Políticas Culturais no Governo Dilma*, EDUFBA, Salvador/BA, 2015 p. 11-32.

SANTOS, Maria Celia Teixeira Moura. Processo Museológico: critérios de exclusão. *Caderno de Sociomuseologia*, n. 18, 2002, p. 75 -91.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, abr. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. *Centro Cultural: construções e reconstruções de conceitos*. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento da Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 1995, 122p.

STUEWE Victoria. *51 anos desde Stonewall: Marsha P. Johnson ainda inspira a todos nós*. Film Daily, 2020. Disponível em: < <https://filmdaily.co/news/marsha-johnson-stonewall/>>. Acessado em: 04 nov. 2020.

TRANSREVOLUÇÃO. *Grupo TransRevolução*. Disponível em: <<https://prosas.com.br/empreendedores/20619>>. Acessado em: 13 out. 2020.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2018, ed. 4, 726 p.

VAZ, Ivan. *Sobre a Musealidade*. Dissertação em Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo. 2017

## APÊNDICE 1 – Entrevista com Linda Brasil

### Transcrição da Entrevista com Linda Brasil no dia 04 de março de 2021

**Linda você foi a precursora da ação em respeitabilidade ao nome social na UFS que gerou uma portaria, gostaria que você comentasse um pouco sobre o que essa conquista significou para você? Você foi a primeira mulher trans a ingressar no seu curso de formação e também na instituição, você tem alguma informação sobre isso?**

- Possa ser que já tenha passado outras pessoas trans, porque a questão das pessoas trans tem a ver com a auto afirmação. Mas eu fui a primeira a exigir que meu nome social e minha identidade de gênero fossem respeitados. Antes de começar as aulas, na época da matrícula, solicitei ao DAA (Departamento de Administração Acadêmica) que fosse utilizado meu nome social e em resposta obtive a negação, a qual usaram a justificativa que o sistema extraia as informações contidas no CPF. Sabemos que são postos vários obstáculos para que pessoas como eu não ocupem esses espaços. E como solução o DAA sugeriu que eu solicitasse aos professores que colocassem na relação de frequência de chamada o meu nome social ao lado do nome de registro. Eu já estava com quarenta anos e queria ocupar o espaço acadêmico, mesmo sabendo das problemáticas e dificuldades que poderiam ocorrer por ser uma trans. Eu não tinha nenhuma referência de pessoa trans com nível superior, até então eu não sabia. No primeiro dia de aula, um dos professores questionou a legitimidade do meu nome social, mesmo eu tendo explicado a ele sobre minha ida ao DAA e as orientações que foram passadas, e mesmo assim, ele de uma forma intransigente falou meu nome de registro para todos escutarem na sala de aula com quarenta alunos. Nesse dia eu estava muito apreensiva porque era um espaço novo pra mim, e sabemos que as pessoas trans são excluídas desses espaços. Quando ele se negou fiquei muito revoltada diante a situação, e partir disso caiu a ficha e pensei: se em uma universidade pública isso está acontece, que deveria ser um local de inclusão e acolhimento, imagina as escolas de ensino fundamental e médio. Diante disso, registrei denúncia na ouvidoria e abrir um processo administrativo contra o comportamento de violência adotado pelo professor. No processo relatei todo o percurso que realizei, desde minha ida ao DAA até o episódio específico. Esse processo administrativo gerou a portaria que regulamentou o uso do nome social para as pessoas trans. Com isso, percebi a necessidade de lutar, me organizar coletivamente, de criar possibilidades para com que

outras pessoas possam ocupar esses espaços. Eu na época com quarenta anos, já tinha vivenciado muitas situações de violências e decidir não desistir do curso. Conheci outras pessoas que me apoiaram, ajudaram e que me despertaram sobre a importância da luta coletiva pelos nossos direitos.

**Foi a partir desse momento que você também decidiu participar do movimento estudantil e do movimento de mulheres, como foi essa inserção?**

- O episódio que eu passei teve repercussão na instituição e nas redes sociais, com isso obtive visibilidade, as pessoas começaram a entrar em contato, comecei a conversar e conheci outras pessoas. A partir das conversas, criei um coletivo Queer Transfeminista junto com um amigo de classe para que pudéssemos discutir algumas questões, nesse momento também conheci alguns militantes do movimento estudantil, mulheres do movimento feminista. Fui a primeira mulher trans a entrar em um grupo organizado por mulheres do movimento feminista aqui em Sergipe, a qual foi convidada a integrar e abordar discussões sobre questões das mulheres trans. E junta com outras amigas, fundamos a AmoSerTrans (Associação e Movimento Sergipano de transexuais e travestis), e dois dos principais projetos de nossa pauta eram o Educatrans, pra estimular outras pessoas trans a se preparar para fazer o ENEM, e conseqüentemente, ingressar na universidade, e o segundo projeto a criação da Semana da Visibilidade Trans, com intuito de levar pra dentro da universidade o debate sobre questões das realidades das pessoas trans, porque percebi que alguns professores e professoras não sabiam lidar com a diversidade, com as pessoas trans e com as pessoas LGBT, e o intuito de levar informações era para todo o corpo docentes, discentes e toda a sociedade acadêmica, bem como a sociedade civil, pois esse evento foi vinculado aos cursos de extensão da universidade. Isso acabou gerando debates em relação aos direitos da população trans, e a partir dessas discussões debatidas na Semana da Visibilidade Trans vários outros projetos foram criados, além do Educatrans que despertou interesse de professores, pesquisadores no desenvolvimento de estudos sobre o tema.

**Você foi a primeira mulher trans a participar do movimento de mulheres, houve alguma situação ou postura de rejeição a sua presença por parte de algumas pessoas do grupo feminista?**



- Eu conheci as meninas do coletivo de mulheres de Aracaju na construção da Marcha das Vadias, que aconteceu nos anos de 2013, 2014 e 2015. Eu fui convidada pelas meninas para falar sobre esse tema diante a repercussão da minha luta na universidade, que elas queriam conhecer e a partir da minha fala muitas militantes feministas ficaram interessadas em abrir esse diálogo que ainda era um tabu aqui em Aracaju. Eu diretamente não recebi nenhum ataque, fui bem acolhida, mas a agente sabe que tem algumas correntes transfóbicas, que utilizam os discursos do determinismo biológico - mesmo sendo esses contrários as pautas do movimento feminista -, para não aceitar a participação das mulheres trans. No geral da minha experiência, soube por comentários que algumas pessoas sentiam se incomodadas, mas nada de modo direto. Até hoje, muitas militantes do movimento me agradecem a nossa participação, pois permitiu com que elas pudessem se apropriar desse debate também, incluindo as mulheres trans nas pautas do movimento feminista.

**Qual o diferencial das pautas engajadas pela AmoSerTrans em que talvez não estivesse contempladas por outros grupos do movimento trans ou LGBT local?**

- O movimento LGBT e trans estava muito ligado as políticas públicas da saúde e nos da AmoSerTrans tínhamos essa perspectiva da educação, levar conhecimento e informação. O termo Semana da Visibilidade Trans, é isso, da visibilidade as questões que geram exclusões e violências em relação as pessoas trans. O simples fato de possibilitar a sociedade saber a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero, contribuiu para que as pessoas repensem e desconstruam estigmas e estereótipos em relação as pessoas trans e travestis.

**Você foi uma das idealizados e fundadora da AmoSerTrans e da CasAmor, na sua percepção a CasAmor enquanto um espaço, um projeto e uma ideia está também relacionado de algum modo enquanto um espaço de ações do provocar a visibilização das questões relacionadas as pessoas trans?**

- A CasAmor está relacionada a essa movimento de conscientização, de promover conhecimentos, informações, acolhimentos e assistências principalmente as pessoas que vivem em situações vulnerabilidade social. O espaço tem essa perspectiva de fornecer informações a sociedade, é tanto que as ações eventos realizados tiveram essa pegada,

através das oficinas, debates, rodas de conversas e até mesmo usando a arte como uma forma de conscientizar e empoderar as pessoas e a sociedade em geral.

**Desde a universidade seu engajamento social e político evidenciam questões negligenciadas. Sua trajetória cada vez mais obtém reconhecimento e visibilidade pela sociedade civil, é tanto que neste último ano eleitoral de 2020 você foi a vereadora mais voltada do estado de Sergipe. Essa vitória significa o que para você?**

- É o resultado todo esse movimento que vem do meu ingresso na universidade, com a Amo SerTrans, a Semana da Visibilidade Trans, o EducaTrans e CasAmor. Construir a mandata numa perspectiva coletiva para propor e construir Projetos de políticas públicas que beneficiem não só a comunidade LGBT e trans, mas toda a população no geral, principalmente aquelas que vivem em situações de vulnerabilidade social agravadas. É aproveitar esse espaço de visibilidade e “poder” pra promover informações, através dos canais da Câmara, das nossas intervenções, das nossas falas. Nossa mandata vai na perspectiva de transformar esses espaços que sempre foram construídos por viés patriarcais, misóginos, racistas e LGBTfobicos, mas aos poucos vamos tentando inserir nossas demandas e nossas falas para sensibilizar nossos colegas vereadores, vereadoras e a sociedade já que eu represento esse movimento de ocupação nesses espaços. Mas não é só ocupar, não adianta ter LGBT e pessoas trans, temos alguns exemplos nacionais de pessoas pertencentes a essa sigla e são contrarias as demandas relacionadas as pautas dos movimentos, por estarem ligadas a partidos que possuem discursos de que você ser LGBT mas você não pode questionar o sistema. Temos a perspectiva de questionar, de tencionar e denunciar, e mesmo que a gente não consegue transformações de grandes proporções, pois sabemos que vivemos em uma estrutura política enraizada desde a época das capitania hereditárias, a qual os fundadores e donos dos partidos políticos são os coronéis que tiveram de forma fácil a posse das terras e se empossam também da política e construíram essa política de dominação e poder que vivemos na atualidade. Às vezes me sinto impotente, diante a toda essa estrutura difícil. Não posso me deixar ser copitada por esse sistema, devo aproveitar as brechas existentes e que tenho para denunciar, tencionar e quem sabe no futuro próximo outras pessoas conscientes e empoderadas possam ocupar esses espaços e ressignificar esse sistema para que possamos ter políticos que representem o povo que realmente precisa de políticas públicas.

**Sobre as memórias e as histórias das pessoas LGBT, e principalmente trans, historicamente vivemos um processo de exclusões, silenciamentos e invisibilidades, tanto a nível nacional quanto local. Você sempre fala sobre a importância do uso da arte e da produção cultural como ferramentas aliadas para promover nossas pautas. Na CasAmor existe algumas instalações artísticas que foram produzidas a partir das chamadas de grafiteagem que você fazia, principalmente na fase inicial quando o projeto do espaço estava sendo materializado, de alguma forma a ideia do espaço reverbera no processo criativo das artistas e suas produções no espaço através do grafite, da poesia e de outras performances?**

- Minha iniciativa era essa mesmo de formar uma rede de conscientização, de empoderamento. A partir do momento que a gente cria um projeto como esse, a gente não sabe a dimensão do significado que isso pode gerar, eu não tinha noção da potência do que era esse espaço. A princípio era uma casa aonde iríamos acolher com moradia provisória as pessoas LGBT em abandono social, mas tivemos e temos todos os percalços com a questão da regulamentação, e quando a gente ver que outras pessoas foram e são estimuladas através da nossa iniciativa, mesmo que de certa forma o projeto não se realizou da forma que inicialmente pensávamos, mas foi aberto um leque de possibilidades como nas iniciativas artistas na criação de grafite, de uma música e isso vai gerando um movimento de resistência, luta e inspiração para que outras pessoas também se motivem a realizar algo ou se conscientize sobre a importância de lutar pelos nossos direitos. Não aceitar a dominação do sistema heterocisnormativo, patriarcal, misógino, sexista, racista que domina a sociedade. Então, eu acho que acaba gerando um movimento, uma rede, laços de ideias, de estímulos e de resistências.

**Após inauguração da CasAmor você levou os banners de divulgação das edições que ocorreram sobre a Semana da Visibilidade Trans, que estavam guardados em sua residência, e expos nas paredes do espaço. A produção material desses objetos são também parte dos registros probatórios sobre a dinâmica dos eventos ocorridos, para você de alguma forma a CasAmor é um espaço que preserva e promove histórias e memórias dos corpos e das experiências das pessoas trans e do movimento LGBT em geral?**

- Sim. Considero muito importante a gente usar esse espaço para resgatar o histórico desse movimento, dessa resistência, e essas “exposições” em divulgação ao histórico dessas ações são importantes para mostrar todos esses processos de como foi feito, estruturado e pensado, para que a gente possa também estimular outras pessoas. A perspectiva que eu tenho é de usar através desse resgate histórico da luta desse movimento. Nesses dias eu fui convidada para produzir um vídeo falando sobre os quarenta anos do Movimento LGBTQIA+. A fundação do Dialogay que é o primeiro grupo de resistência a favor dos direitos da população LGBTQIA+ de Sergipe vai completar quarenta anos, então resgatar essas datas, os grupos e os movimentos, são importantes para que possamos ter acesso a história para que a gente não deixe que ela morra, que possam servir de estímulos e inspirações para que sejam produzidas fortalecimentos.

**Você protocolou no dia 29 de janeiro de 2021 alguns Projetos de Leis na Câmara, entre os quais, temos o Projeto que visa a respeitabilidade do nome social em lápides e documentos de competência do município e a denominação de uma Rua com o nome de Laysa Fortuna, no bairro onde ela morou. Esses Projetos tem toda uma relação também com questões que permeiam o campo da memória, você poderia comentar um pouco sobre esses Projetos?**

- Tem o Projeto também de colocar no calendário municipal a Semana da Visibilidade Trans, que ocorre no dia Nacional da Visibilidade Trans, que é uma forma de manter e resgatar esse movimento de conscientização, informação e educação da população sobre as demandas. Tem também a questão da empregabilidade, em que o município deve se responsabilizar por destinar cinco por cento das vagas de emprego por empresas contratadas, que é uma reparação histórica porque a maioria da população trans por falta de oportunidades e políticas públicas são empurradas para a prostituição. A questão do nome de Laysa é justamente isso, para manter viva a sua memória, como símbolo de resistência, de denúncia, de cobrança e de justiça por esses assassinatos. As Lápides é pra gente respeitar as memórias das pessoas, a gente costuma dizer que as pessoas trans morrem duas vezes, tanto fisicamente quanto a sua história, até mesmo no momento durante a morte ocorre toda uma disposição para deslegitimar a existência de uma pessoa trans através da lápide. São Projetos que buscam preservar a respeitabilidade social das pessoas trans, mantendo suas memórias e histórias, como no caso da Laysa e de outras

peças trans que morreram e tiveram seus nomes e identidades negadas, e como se estivesse matando, negando e deslegitimando toda história e vivência da pessoa, e nesse caso Laysa como em muito outros, que foram mortas e mortos justamente por serem que são. É isso, uma forma de resistir e denunciar essa falta de respeito às identidades trans e negação às nossas vivências.

## APÊNDICE 2 – Questionários semiestruturados aplicados à direção das Casas de Acolhida LGBT

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

**Assunto:** Correspondência para o desenvolvimento da 1ª etapa do projeto da pesquisa sobre Casas de Acolhida LGBT e Processos Museológicos: Cartografia da Imaginação (Trans)Museal de Linda Brasil na CasAmor, Aracaju/SE.

O presente questionário faz parte do projeto da pesquisa de mestrado intitulado “CASAS DE ACOLHIDA LGBT E PROCESSOS MUSEOLÓGICOS: CARTOGRAFIAS DA IMAGINAÇÃO (TRANS)MUSEAL DE LINDA BRASIL NA CASAMOR, ARACAJU/SE”, que possui como propósito realizar uma cartografia de processos museológicos presentes nas casas de acolhida LGBT no Brasil, tendo como recorte a imaginação (trans)museal de Linda Brasil na CasAmor, Aracaju/SE, para construção de procedimento teórico-metodológico de museologia colaborativa aplicável em espaços comunitários LGBT. Nesse sentido, como parte do procedimento metodológico para construção da pesquisa na construção cartográfica, será realizada revisão de literatura sobre as casas de acolhidas LGBTs do Brasil e a existência de processos museológicos executados nesses espaços, bem como contatarei via e-mail para aplicação de questionário com os/as responsáveis pelos processos museológicos desses espaços. O trabalho da pesquisa está orientado pelo Profo Dro Clovis Carvalho Britto, docente da graduação em Museologia da Universidade de Brasília (UNB) e da Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Sua resposta é muito importante para o desenvolvimento e continuidade da pesquisa. Desde de já, agradeço a colaboração.

**Respondendo a esse questionário, a instituição está concordando voluntariamente em participar deste estudo, sem penalidades, prejuízos ou perda, sendo que a utilização destas informações ou depoimentos será realizada para fins científicos e de estudos no âmbito da pesquisa.**

Por favor, remeta esse questionário por e-mail.

Rafael dos Santos  
Machado

Endereços de e-mail: [rafaelmuseologo@gamil.com](mailto:rafaelmuseologo@gamil.com) ou  
[faelsemachado@gmail.com](mailto:faelsemachado@gmail.com)

Pesquisa financiada pelo Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia  
(FAPESB)

#### **Questionário**

1 - Nome da Instituição e endereço?

Centro de Acolhida e Cultura Casa

R. Condessa de São Joaquim, 277 - Bela Vista - São Paulo - SP

2 - Data de inauguração do espaço?

25 de Janeiro de 2017

3 - Nome do fundador(a)/presidente(a) da instituição?

Iran de Jesus Giusti

4 - Qual sua auto declaração racial, gênero, sexualidade e idade?

Homem Branco Cisgênero Homossexual, 31 anos

5 - Qual seu grau de instrução escolar? Caso seja nível superior qual área de formação?

Superior Completo - Relações Públicas

6 - Para além do tempo dedicado a gestão do espaço institucional, exerce alguma outra atividade (vínculo empregatício na rede pública, privada ou autónomo/a) em paralelo?

Não, somente Freelancer esporádicos

7 - Houve participação coletiva da sociedade civil LGBT no apoio (financeiro, moral, doações de produtos e coisas materiais e mão de obra) para constituição do espaço?

Sim  Não

8 - O imóvel a qual está instalado a instituição é:

Próprio  Alugado  Cedido

Outros: \_\_\_\_\_

9 - A instituição é uma:

Organização Não Governamental (ONG)  Pública Federal  Pública Municipal  Pública Estadual  Privada  Outros: \_\_\_\_\_

10 - A gestão atual da instituição é composta por quantas pessoas (contabilizando somente os/as voluntários/as ou os/as colaboradores/as fixos)?

20 pessoas contratadas e cerca de 150 voluntários

11 - Os/as voluntários/as ou colaboradores/as que integram o quadro fixo e esporádico são composto por:

Somente pessoas LGBT+  Somente por pessoas cisheterossexuais  Pessoas LGBT+ e Cisheterossexuais



Ou somente por:

\_\_\_\_\_

12 - As decisões e medidas adotadas institucionalmente são decididas de modo:

( ) Unilateral (X) Coletivamente

13 - A instituição é mantida com o apoio de doações, financiamento ou patrocínio?

Campanha de financiamento coletivo recorrente (Benfeitoria.com/casaum), parceria esporádicas e captação de recursos por meio de editais públicos e privados

14 - A instituição oferece acolhida de moradia de modo geral as pessoas LGBT+ ou tem como foco prioritário alguma população específica da sigla?

Jovens LGBT de 15 a 25 anos Expulsos de Casa por orientação afetivassexual e identidade de gênero que estejam em São Paulo

15 - Quantas vagas de moradia é disponibilizada pela instituição para acolhimento de moradia? E atualmente quantos residem?

20 vagas, atualmente 7 moradores

16 - Além de oferecer acolhimento de moradia provisória quais outros tipos de serviços são oferecidos pela instituição? Esses serviços é restringido somente aos/as acolhidos/as?

Serviços aos acolhidos e acolhidas:acolhimento, Acompanhamento de saúde mental, e clínica, assistência social, assistência jurídica, e de empregabilidade.

Aberto ao Público: Clínica Social com atendimentos de psicoterapia, psiquiatria,

nutrição, e terapias complementares (suspendo por recomendações de isolamento social), Centro cultural, com programação aberta e gratuita, aulas de línguas (inglês, espanhol, português), Costura, tricô, crochê, bordado, dança, loga, percussão, canto, dentre outros eventos e oficinas pontuais. Trabalho territorial com distribuição de cestas básicas (ampliado nesse período de pandemia), auxílio em assistência social e empregabilidade. Distribuição de roupa, calçados e agasalhos (suspendos no momento pelos motivos já citados).

17 - A instituição desenvolve algum tipo de processos museológicos aplicados na cultura material (coleções, acervos e objetos), condicionados à realidade histórica e social da qual está inseridos os sujeitos?

Pesquisa (documentação)  Preservação (salvaguarda)  Comunicação (Exposição)

18 - Quais dessas atividades culturais abaixo a instituição oferece acesso:

Exposição de obras artísticas (artes plásticas, grafites, performances corporais e outros modos de expressões artísticas)  Cine debates  Apresentações de artísticas musicais, poetas e peças teatrais

Outros: Aulas, oficinas, workshops, festas, apresentações e performances.

19 - A instituição para além de casa de acolhida também auto se reconhece como:

Centro Cultural ( )  
Centro de Memória

Outros: Clínica Social

20 - A instituição possui coleções ou acervos considerados pela comunidade que faz usos do espaço como importantes de algum modo para representação da memória, história ou das relações cotidianas da atualidade que permeiam aspectos das realidades vivenciadas pelas pessoas:

Lésbica  Travestis  Transgêneros  Transsexuais  Gays  Bissexuais

Outros: Abertos a cessão de espaço para grupos e coletivos que abordam temas

variados e cessão do espaço para a recepção do Acervo Bajubá (maior acervo de cultura LGBT da América Latina)

21 - As coleções e acervos foram de que modo integrados ao espaço institucional?

( X ) Doação ( X ) Criados no espaço institucional por meio de atividades/oficinas ( X ) Aquisição Outros: residências, oficinas e workshops

22 - Existe algum tipo de documentação referente as coleções e acervos?

( X ) Catalogação ( X ) Inventário ( X ) Histórico ( X ) Registro

23 - Qual a tipologia do acervo?

( X ) Artes ( X ) Histórico ( X ) Biográfico ( X ) Arquivístico /Documental ( X ) Antropológico

Outros: \_\_\_\_\_

24 - A instituição possui algum espaço específico, como reserva técnica, para conservação do acervo (que envolva acondicionamento, procedimentos de higienização, manutenção e restauro)?

( X ) Sim ( ) Não

25 - Caso a instituição não possua coleções ou acervos materiais dentro dos moldes e dos procedimentos técnicos mencionado acima. A instituição faz uso de recursos de suportes estéticos que constituem/constitua narrativas através das exposições? Quais?

O acervo que a Casa 1 contém é na verdade a cessão de espaço para o Acervo Bájuba, que conta com armazenamento adequado (higienização e manutenção). No entanto estamos ainda em processo de adequação para temperatura correta do espaço.

26 - A instituição recebe solicitações de visitantes externos para conhecer o espaço institucional, bem como as amostras das exposições? De quais grupos abaixo:

( X ) Estudantes do ensino fundamental ( X ) Estudantes do ensino médio ( ) X Estudantes do ensino superior ( X ) Pesquisadores acadêmicos ( X ) Pessoas civis ( X ) Pessoas jurídicas

27 - Insira nomes, meios de contatos e municípios de outras casas de acolhida LGBT, Caso tenha conhecimento.

Fizemos dois post com instituições que estão atuando, principalmente em tempos de Corona Virus.

<http://www.casaum.org/23-organizacoes-e-grupos-lgbt-pelo-brasil-para-ajudar-durante-a-pandemia/?fbclid=IwAR2FBo6IsPAGfJy8hDF9r8v4Iric8csrJYv7T6hA7zvVNyPX2b18O7DRV9I>

<http://www.casaum.org/organizacoes-de-apoio-a-profissionais-do-sexo-pelo-brasil-para-ajudar-durante-a-quarentena/?fbclid=IwAR2qIgcjpICL6Nels1hVH94-eeNtQWpqWRAZsWUpaxYkF4ZLEvla0jsthIA>

28 – Outras informações que gostaria de acrescentar?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

**Assunto:** Correspondência para o desenvolvimento da 1ª etapa do projeto da pesquisa sobre Casas de Acolhida LGBT e Processos Museológicos: Cartografia da Imagem (Trans)Museal de Linda Brasil na CasAmor, Aracaju/SE.

O presente questionário faz parte do projeto da pesquisa de mestrado intitulado “CASAS DE ACOLHIDA LGBT E PROCESSOS MUSEOLÓGICOS: CARTOGRAFIAS DA IMAGINAÇÃO (TRANS)MUSEAL DE LINDA BRASIL NA CASAMOR, ARACAJU/SE”, que possui como propósito realizar uma cartografia de processos museológicos presentes nas casas de acolhida LGBT no Brasil, tendo como recorte a imaginação (trans)museal de Linda Brasil na CasAmor, Aracaju/SE, para construção de procedimento teórico-metodológico de museologia colaborativa aplicável em espaços comunitários LGBT. Nesse sentido, como parte do procedimento metodológico para construção da pesquisa na construção cartográfica, será realizada revisão de literatura sobre as casas de acolhidas LGBTs do Brasil e a existência de processos museológicos executados nesses espaços, bem como contatarei via e-mail para aplicação de questionário com os/as responsáveis pelos processos museológicos desses espaços. O trabalho da pesquisa está orientado pelo Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Clovis Carvalho Britto, docente da graduação em Museologia da Universidade de Brasília (UNB) e da Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Sua resposta é muito importante para o desenvolvimento e continuidade da pesquisa. Desde de já, agradeço a colaboração.

**Respondendo a esse questionário, a instituição está concordando voluntariamente em participar deste estudo, sem penalidades, prejuízos ou perda, sendo que a utilização destas informações ou depoimentos será realizada para fins científicos e de estudos no âmbito da pesquisa.**

Por favor, remeta esse questionário por e-mail.

Rafael dos Santos Machado

Endereços de e-mail: [rafaelmuseologo@gamil.com](mailto:rafaelmuseologo@gamil.com) ou [faelsemachado@gmail.com](mailto:faelsemachado@gmail.com)

Pesquisa financiada pelo Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)

**Questionário**

1 - Nome da Instituição e endereço?

Centro de Cultura e Acolhimento LGBTQIA+ Casa Aurora .

-

Rua Góes Calmon, Bairro da Saúde, Centro de Salvador - Ba ( Nosso endereço não pode ser divulgado/publicizado para não por em risco as pessoas que estão acolhidas e foram vítimas de violências.

2 - Data de inauguração do espaço?

31/05/2019

3 - Nome do fundador(a)/presidente(a) da instituição?

João Hugo e Sellena Ramos.

4 - Qual sua auto declaração racial, gênero, sexualidade e idade?

Homem e Mulher Trans, Negros, João 26 anos, Sellena 27 anos.

5 - Qual seu grau de instrução escolar? Caso seja nível superior qual área de formação?

Ambos ensino superior em curso .

João estudante de Comunicação - Produção em Comunicação e Cultura pela UFBA

Sellena estudante de Direito, anteriormente pela Baiana de Direito, agora migrando para a UFBA.

6 - Para além do tempo dedicado a gestão do espaço institucional, exerce alguma outra atividade (vínculo empregatício na rede pública, privada ou autônomo/a) em paralelo?

João trabalha com produção audiovisual, assessoria de comunicação, produção de casting e formações em gênero e sexualidade.

Sellena trabalha com formações em gênero e sexualidade, presta consultoria, dá aulas e faz trabalhos em campanha publicitárias.

Ambos não são remunerados pela Aurora, inclusive maior parte dos trabalhos que realizam é para manter o projeto.

7 - Houve participação coletiva da sociedade civil LGBT no apoio (financeiro, moral, doações de produtos e coisas materiais e mão de obra) para constituição do espaço?

Sim  Não

8 - O imóvel a qual está instalado a instituição é:

Próprio  Alugado  Cedido Outros: \_\_\_\_\_

9 - A instituição é uma:

- Organização Não Governamental (ONG)     Pública Federal  
 Pública Municipal     Pública Estadual  
 Privada     Outros: \_\_\_\_\_

10 - A gestão atual da instituição é composta por quantas pessoas (contabilizando somente os/as voluntários/as ou os/as colaboradores/as fixos)?

2 Coordenadores ( João & Sellena) que moram também na Casa Aurora

5 voluntários na equipe de Saúde

1 voluntário de Projetos

1 voluntário de Editais

1 voluntária de relações internacionais.

Componentes da Associação 6, contando com João e Sellena

11 - Os/as voluntários/as ou colaboradores/as que integram o quadro fixo e esporádico são composto por:

- Somente pessoas LGBT+     Somente por pessoas cisheterossexuais  
 Pessoas LGBT+ e Cisheterossexuais

Ou somente por: \_\_\_\_\_

12 - As decisões e medidas adotadas institucionalmente são decididas de modo:

- Unilateral     Coletivamente

13 - A instituição é mantida com o apoio de doações, financiamento ou patrocínio?

Doações, financiamento coletivo e apoio de instituições que fecharam parcerias.

14 - A instituição oferece acolhida de moradia de modo geral as pessoas LGBT+ ou tem como foco prioritário alguma população específica da sigla?

População LGBTQIA+ entre 18 á 29 anos

15 - Quantas vagas de moradia é disponibilizada pela instituição para acolhimento de moradia? E atualmente quantos residem?

Capacidade para 10 pessoas, atualmente temos 8

16 - Além de oferecer acolhimento de moradia provisória quais outros tipos de serviços são oferecidos pela instituição? Esses serviços é restringido somente aos/as acolhidos/as?

Clínica social ( atendimento clinico, atendimento psiquiatrico, atendimento psicologico, psicoterapêutico e assistencia social ), atividades culturais e socioeducativas.

Trabalhamos com público interno e externo.

17 - A instituição desenvolve algum tipo de processos museológicos aplicados na cultura material (coleções, acervos e objetos), condicionados à realidade histórica e social da qual está inseridos os sujeitos?

- Pesquisa (documentação)  
 Preservação (salvaguarda)  
 Comunicação (Exposição)  
 Até o momento não. X

18 - Quais dessas atividades culturais abaixo a instituição oferece acesso:

- Exposição de obras artísticas (artes plásticas, grafites, performances corporais e outros modos de expressões artísticas)  
 Cine debates  
 Apresentações de artísticas musicais, poetas e peças teatrais

Outros: \_\_\_\_\_

19 - A instituição para além de casa de acolhida também auto se reconhece como:

- Centro Cultural  
 Centro de Memória

Outros: \_\_\_\_\_

20 - A instituição possui coleções ou acervos considerados pela comunidade que faz usos do espaço como importantes de algum modo para representação da memória, história ou das relações cotidianas da atualidade que permeiam aspectos das realidades vivenciadas pelas pessoas:

- Lésbica  Travestis  Transgêneros  Transsexuais  Gays  Bissexuais

Outros: Alguns livros, fotos, atividades existentes na casa e que reflete para todas as pessoas LGBTs

21 - As coleções e acervos foram de que modo integrados ao espaço institucional?

- Doação  Criados no espaço institucional por meio de atividades/oficinas  
 Aquisição Outros: \_\_\_\_\_

22 - Existe algum tipo de documentação referente as coleções e acervos?

- Catalogação  Inventário  Histórico  Registro  Não se aplica

23 - Qual a tipologia do acervo?

- Artes  Histórico  Biográfico  Arquivístico /Documental  Antropológico

Outros: \_\_\_\_\_



24 - A instituição possui algum espaço específico, como reserva técnica, para conservação do acervo (que envolva acondicionamento, procedimentos de higienização, manutenção e restauro)?

Sim  Não

25 - Caso a instituição não possua coleções ou acervos materiais dentro dos moldes e dos procedimentos técnicos mencionado acima. A instituição faz uso de recursos de suportes estéticos que constituem/constitua narrativas através das exposições? Quais?

Temos livros e revistas pela casa, em estantes, bandeira pelo espaço e mural informativo, nada muito específico, mas sempre com contato direto com todas as pessoas que frequentam a Casa

26 - A instituição recebe solicitações de visitantes externos para conhecer o espaço institucional, bem como as amostras das exposições? De quais grupos abaixo:

Estudantes do ensino fundamental       Estudantes do ensino médio  
 Estudantes do ensino superior       Pesquisadores acadêmicos  
 Pessoas civis       Pessoas jurídicas

27 - Insira nomes, meios de contatos e municípios de outras casas de acolhida LGBT, Caso tenha conhecimento.

28 – Outras informações que gostaria de acrescentar?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

**Assunto:** Correspondência para o desenvolvimento da 1ª etapa do projeto da pesquisa sobre Casas de Acolhida LGBT e Processos Museológicos: Cartografia da Imaginação (Trans)Museal de Linda Brasil na CasAmor, Aracaju/SE.

O presente questionário faz parte do projeto da pesquisa de mestrado intitulado “CASAS DE ACOLHIDA LGBT E PROCESSOS MUSEOLÓGICOS: CARTOGRAFIAS DA IMAGINAÇÃO (TRANS)MUSEAL DE LINDA BRASIL NA CASAMOR, ARACAJU/SE”, que possui como propósito realizar uma cartografia de processos museológicos presentes nas casas de acolhida LGBT no Brasil, tendo como recorte a imaginação (trans)museal de Linda Brasil na CasAmor, Aracaju/SE, para construção de procedimento teórico-metodológico de museologia colaborativa aplicável em espaços comunitários LGBT. Nesse sentido, como parte do procedimento metodológico para construção da pesquisa na construção cartográfica, será realizado revisão de literatura sobre as casas de acolhidas LGBTs do Brasil e a existência de processos museológicos executados nesses espaços, bem como contatarei via e-mail para aplicação de questionário com os/as responsáveis pelos processos museológicos desses espaços. O trabalho da pesquisa está orientado pelo Profº Drº Clovis Carvalho Britto, docente da graduação em Museologia da Universidade de Brasília (UNB) e da Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Sua resposta é muito importante para o desenvolvimento e continuidade da pesquisa. Desde de já, agradeço a colaboração.

**Respondendo a esse questionário, a instituição está concordando voluntariamente em participar deste estudo, sem penalidades, prejuízos ou perda, sendo que a utilização destas informações ou depoimentos será realizada para fins científicos e de estudos no âmbito da pesquisa.**

Por favor, remeta esse questionário por e-mail.

Rafael dos Santos Machado

Endereços de e-mail: [rafaelmuseologo@gamil.com](mailto:rafaelmuseologo@gamil.com) ou [faelsemachado@gmail.com](mailto:faelsemachado@gmail.com)

Pesquisa financiada pelo Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)

### Questionário

1 - Nome da Instituição e endereço?

Projeto Camargo/ Abrigo Casa de Missão Amor Gratuito.  
Av. São Paulo Apóstolo, Parque Residencial Bom Pastor/ Sarandi-PR

2 - Data de inauguração do espaço?

25 de Abril de 2010

3 - Nome do fundador(a)/presidente(a) da instituição?

Célio Rodrigues Camargo

4 - Qual sua auto declaração racial, gênero, sexualidade e idade?

Pardo, Homem cis gênero, Homossexual, 43 anos.

5 - Qual seu grau de instrução escolar? Caso seja nível superior qual área de formação?

2º Grau Completo, ensino superior incompleto.

6 - Para além do tempo dedicado a gestão do espaço institucional, exerce alguma outra atividade (vínculo empregatício na rede pública, privada ou autônomo/a) em paralelo?

Projeto rural LGBT da casa de missão amor gratuito em Quinta do Sol, em paralelo com a militância MST.

7 - Houve participação coletiva da sociedade civil LGBT no apoio (financeiro, moral, doações de produtos e coisas materiais e mão de obra) para constituição do espaço?

Sim  Não

8 - O imóvel a qual está instalado a instituição é:

Próprio  Alugado  Cedido

Outros: \_\_\_\_\_

9 - A instituição é uma:

Organização Não Governamental (ONG)  Pública Federal  
 Pública Municipal  Pública Estadual  
 Privada  Outros: \_\_\_\_\_

10 - A gestão atual da instituição é composta por quantas pessoas (contabilizando somente os/as voluntários/as ou os/as colaboradores/as fixos)?

Atualmente estamos com 6 voluntários. Presidente, coordenação, psicólogo, tesoureiro e secretário.

11 - Os/as voluntários/as ou colaboradores/as que integram o quadro fixo e esporádico são composto por:

- Somente pessoas LGBT+ cisheterossexuais  Somente por pessoas  
 Pessoas LGBT+ e Cisheterossexuais

Ou somente por: \_\_\_\_\_

12 - As decisões e medidas adotadas institucionalmente são decididas de modo:

- Unilateral  Coletivamente

13 - A instituição é mantida com o apoio de doações, financiamento ou patrocínio? Sim, através de doações de mantenedores.

14 - A instituição oferece acolhida de moradia de modo geral as pessoas LGBT+ ou tem como foco prioritário alguma população específica da sigla? Oferecemos acolhida de modo geral, incluindo heterossexuais.

15 - Quantas vagas de moradia é disponibilizada pela instituição para acolhimento de moradia? E atualmente quantos residem? A casa de acolhida atualmente abrange 10 vagas, e encontram-se 10 pessoas na casa.

16 - Além de oferecer acolhimento de moradia provisória quais outros tipos de serviços são oferecidos pela instituição? Esses serviços é restringido somente aos/as acolhidos/as? Projetos e cursos de voluntários parceiros, oferecidos aos acolhidos e a população de modo geral.

17 - A instituição desenvolve algum tipo de processos museológicos aplicados na cultura material (coleções, acervos e objetos), condicionados à realidade histórica e social da qual está inseridos os sujeitos? Não, até o presente momento.

- Pesquisa (documentação)  
 Preservação (salvaguarda)  
 Comunicação (Exposição)

18 - Quais dessas atividades culturais abaixo a instituição oferece acesso:

- Exposição de obras artísticas (artes plásticas, grafites, performances corporais e outros modos de expressões artísticas)  
 Cine debates  
 Apresentações de artísticas musicais, poetas e peças teatrais

Outros: \_\_\_\_\_

19 - A instituição para além de casa de acolhida também auto se reconhece como:

- Centro Cultural  
 Centro de Memória

Outros: \_\_\_\_\_

20 - A instituição possui coleções ou acervos considerados pela comunidade que faz usos do espaço como importantes de algum modo para representação da memória, história ou das relações cotidianas da atualidade que permeiam aspectos das realidades vivenciadas pelas pessoas:

Lésbica  Travestis  Transgêneros  Transsexuais  Gays  Bissexuais

Outros: Não, até o presente momento.

21 - As coleções e acervos foram de que modo integrados ao espaço institucional?

Doação  Criados no espaço institucional por meio de atividades/oficinas  
 Aquisição Outros: \_\_\_\_\_

22 - Existe algum tipo de documentação referente as coleções e acervos?

Catalogação  Inventário  Histórico  Registro

23 - Qual a tipologia do acervo?

Artes  Histórico  Biográfico  Arquivístico /Documental  Antropológico

Outros: \_\_\_\_\_

24 - A instituição possui algum espaço específico, como reserva técnica, para conservação do acervo (que envolva acondicionamento, procedimentos de higienização, manutenção e restauro)?

Sim  Não

25 - Caso a instituição não possua coleções ou acervos materiais dentro dos moldes e dos procedimentos técnicos mencionado acima. A instituição faz uso de recursos de suportes estéticos que constituem/constitua narrativas através das exposições? Quais? Não, nenhuma até o presente momento.

26 - A instituição recebe solicitações de visitantes externos para conhecer o espaço institucional, bem como as amostras das exposições? De quais grupos abaixo:

Estudantes do ensino fundamental  Estudantes do ensino médio  
 Estudantes do ensino superior  Pesquisadores acadêmicos  
 Pessoas civis  Pessoas jurídicas

27 - Insira nomes, meios de contatos e municípios de outras casas de acolhida LGBT, Caso tenha conhecimento.

Casa 1 (Comunidade LGBT) - São Paulo/Capital, Casa Florescer (Para mulheres travestis e transexuais) - São Paulo.  
Meios de contato: Redes sociais.

28 – Outras informações que gostaria de acrescentar?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

**Assunto:** Correspondência para o desenvolvimento da 1ª etapa do projeto da pesquisa sobre Casas de Acolhida LGBT e Processos Museológicos: Cartografia da Imaginação (Trans)Museal de Linda Brasil na CasAmor, Aracaju/SE.

O presente questionário faz parte do projeto da pesquisa de mestrado intitulado “CASAS DE ACOLHIDA LGBT E PROCESSOS MUSEOLÓGICOS: CARTOGRAFIAS DA IMAGINAÇÃO (TRANS)MUSEAL DE LINDA BRASIL NA CASAMOR, ARACAJU/SE”, que possui como propósito realizar uma cartografia de processos museológicos presentes nas casas de acolhida LGBT no Brasil, tendo como recorte a imaginação (trans)museal de Linda Brasil na CasAmor, Aracaju/SE, para construção de procedimento teórico-metodológico de museologia colaborativa aplicável em espaços comunitários LGBT. Nesse sentido, como parte do procedimento metodológico para construção da pesquisa na construção cartográfica, será realizado revisão de literatura sobre as casas de acolhidas LGBTs do Brasil e a existência de processos museológicos executados nesses espaços, bem como contatarei via e-mail para aplicação de questionário com os/as responsáveis pelos processos museológicos desses espaços. O trabalho da pesquisa está orientado pelo Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Clovis Carvalho Britto, docente da graduação em Museologia da Universidade de Brasília (UNB) e da Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Sua resposta é muito importante para o desenvolvimento e continuidade da pesquisa. Desde de já, agradeço a colaboração.

**Respondendo a esse questionário, a instituição está concordando voluntariamente em participar deste estudo, sem penalidades, prejuízos ou perda, sendo que a utilização destas informações ou depoimentos será realizada para fins científicos e de estudos no âmbito da pesquisa.**

Por favor, remeta esse questionário por e-mail.

Rafael dos Santos Machado

Endereços de e-mail: [rafaelmuseologo@gamil.com](mailto:rafaelmuseologo@gamil.com) ou [faelsemachado@gmail.com](mailto:faelsemachado@gmail.com)

Pesquisa financiada pelo Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)

**Questionário**

1 - Nome da Instituição e endereço?

Grupo TransRevolução (ONG)  
CasaNem de Acolhimento LGBTIA+

2 - Data de inauguração do espaço?

Transrevolução em 2009.  
CasaNem em 13 de fevereiro de 2016

3 - Nome do fundador(a)/presidente(a) da instituição?

Indianarae Siqueira

4 - Qual sua auto declaração racial, gênero, sexualidade e idade?

Parada,transvestigênera, 49 anos.

5 - Qual seu grau de instrução escolar? Caso seja nível superior qual área de formação?

Fundamental incompleto

6 - Para além do tempo dedicado a gestão do espaço institucional, exerce alguma outra atividade (vínculo empregatício na rede pública, privada ou autônomo/a) em paralelo?

Pute

7 - Houve participação coletiva da sociedade civil LGBT no apoio (financeiro, moral, doações de produtos e coisas materiais e mão de obra) para constituição do espaço?

No início não.Depois sim.

Sim  Não

8 - O imóvel a qual está instalado a instituição é:

Próprio  Alugado  Cedido

Outros: Ocupado \_\_\_\_\_

9 - A instituição é uma:

Organização Não Governamental (ONG)  Pública Federal  
 Pública Municipal  Pública Estadual  
 Privada  Outros: \_\_\_\_\_

10 - A gestão atual da instituição é composta por quantas pessoas (contabilizando somente os/as voluntários/as ou os/as colaboradores/as fixos)? 12 pessoas



11 - Os/as voluntários/as ou colaboradores/as que integram o quadro fixo e esporádico são composto por:

- ( ) Somente pessoas LGBT+ ( ) Somente por pessoas cisheterossexuais  
 ( x ) Pessoas LGBT+ e Cisheterossexuais

Ou somente por: \_\_\_\_\_

12 - As decisões e medidas adotadas institucionalmente são decididas de modo:

- ( ) Unilateral ( x ) Coletivamente

13 - A instituição é mantida com o apoio de doações, financiamento ou patrocínio? Doações financeiras

14 - A instituição oferece acolhida de moradia de modo geral as pessoas LGBT+ ou tem como foco prioritário alguma população específica da sigla? População LGBTIA+ , mulheres cisgeneras em situação de violência doméstica e familiar com foco em transvestigeneres.

15 - Quantas vagas de moradia é disponibilizada pela instituição para acolhimento de moradia? E atualmente quantos residem? Tem vaga para até 300 pessoas atualmente tem 80 pessoas e 120 em atendimento externo desde 2016.

16 - Além de oferecer acolhimento de moradia provisória quais outros tipos de serviços são oferecidos pela instituição? Esses serviços é restringido somente aos/as acolhidos/as? Serviços sociais em geral,atendimento juridico,piscoterapeutico, atendimento médico, e na área de educação pré vestibulares,cursos técnicos pra geração de renda ,economia solidária, empreendedorismo, etre outros.

17 - A instituição desenvolve algum tipo de processos museológicos aplicados na cultura material (coleções, acervos e objetos), condicionados à realidade histórica e social da qual está inseridos os sujeitos?

- ( x ) Pesquisa (documentação)  
 ( x ) Preservação (salvaguarda)  
 ( x ) Comunicação (Exposição)

18 - Quais dessas atividades culturais abaixo a instituição oferece acesso:

( x ) Exposição de obras artísticas (artes plásticas, grafites, performances corporais e outros modos de expressões artísticas)

- ) Cine debates  
 ) Apresentações de artísticas musicais, poetas e peças teatrais

Outros: \_\_\_\_\_

19 - A instituição para além de casa de acolhida também auto se reconhece como:

- ) Centro Cultural  
 ) Centro de Memória

Outros: \_\_\_\_\_

20 - A instituição possui coleções ou acervos considerados pela comunidade que faz usos do espaço como importantes de algum modo para representação da memória, história ou das relações cotidianas da atualidade que permeiam aspectos das realidades vivenciadas pelas pessoas:

- ) Lésbica  ) Travestis  ) Transgêneros  ) Transsexuais  ) Gays  ) Bissexuais

Outros: \_transvestigeneres \_\_\_\_\_

21 - As coleções e acervos foram de que modo integrados ao espaço institucional?

- ) Doação  ) Criados no espaço institucional por meio de atividades/oficinas  
 ) Aquisição Outros: \_\_\_\_\_

22 - Existe algum tipo de documentação referente as coleções e acervos?

- ) Catalogação  ) Inventário  ) Histórico  ) Registro

23 - Qual a tipologia do acervo?

- ) Artes  ) Histórico  ) Biográfico  ) Arquivístico /Documental  ) Antropológico

Outros: \_\_\_\_\_

24 - A instituição possui algum espaço específico, como reserva técnica, para conservação do acervo (que envolva acondicionamento, procedimentos de higienização, manutenção e restauro)?

- ) Sim  ) Não

25 - Caso a instituição não possua coleções ou acervos materiais dentro dos moldes e dos procedimentos técnicos mencionado acima. A instituição faz uso de recursos de suportes estéticos que constituem/constitua narrativas através das exposições? Quais?

26 - A instituição recebe solicitações de visitantes externos para conhecer o espaço institucional, bem como as amostras das exposições? De quais grupos abaixo:

- |  |  |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Estudantes do ensino fundamental | <input checked="" type="checkbox"/> Estudantes do ensino médio |
| <input checked="" type="checkbox"/> Estudantes do ensino superior    | <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisadores acadêmicos   |
| <input checked="" type="checkbox"/> Pessoas civis                    | <input checked="" type="checkbox"/> Pessoas jurídicas          |

27 - Insira nomes, meios de contatos e municípios de outras casas de acolhida LGBT, Caso tenha conhecimento.

REBRACA LGBTIA+ (Rede Brasileira de Casas de Acolhimento do Brasil)

28 – Outras informações que gostaria de acrescentar?

**As repostas do questionário foram devolvidas no dia 24 de abril de 2020, por meio de áudio via WhatsApp. O representante da Casa Chama, Rodrigo Rodrigo Franco (ou Digg Franco como é chamado), foi responsável pelas informações passadas. A transcrição do áudio foi realizado por esse autor que vos escreve.**

Casa Chama, Rua: Araçatuba 422, bairro Vila Ipojuca. Centro de Memória e Convívio Cecília Meireles da Lapa. Ferramenta pública, municipal de São Paulo, que a gente tem uma sala e é provisório, porque a gente quer ter uma casa de novo. A Casa nasceu em uma casa que tinha quintal e floresta, em Perdizes que na Rua Caetés, 440. A gente não conseguiu manter essa casa e agora o subprefeito da lapa quebrou um galho, acolheu nosso escritório lá, nossas coisas até a gente achar um outro lugar, a gente tem esse lugar garantido até novembro desse ano (2020).

Não teve uma inauguração, foi se transformando. Ele era meu ateliê e de minha parceira, eu Digg Franco e Cintia Marcília, artista. Ele foi se transformando em uma reunião, durante o vira voto contra o Bolsonaro, nas eleições presidenciais de 2018, e a gente nasceu nesse encontro. Rolou uns encontros presenciais. Tínhamos um grupo de WhatsApp contra Bolsonaro e resolvemos nos encontrar, e junto com isso, a gente acolheu duas travestis. E aí, a nossa vida mudou convivendo com as travestis. Eu comecei a minha transição e o grupo começou a focar nas pessoas trans, não nas LGBTQs em geral, mas na população trans. O grupo de WhatsApp surgiu no dia 08 de outubro de 2018, o primeiro encontro presencial das pessoas desse grupo, foi no dia 03 de novembro de 2018, e aí, a Casa Chama foi se transformando, no que ela está hoje e sempre em transformação.

Sou Dig Franco, um homem trans e fundador da Casa Chama. Mas a Casa Chama é construída pelo coletivo todo, muitas pessoas trans e muitas pessoas cis aliadas, é sempre bom colocar isso. Atualmente coordeno, mas meu objetivo é muito claro, aproveitar minha branquitude e dos meus privilégios pra levantar essa associação que ainda é uma organização civil e depois passar ela pra uma pessoa que represente mais diversidade do que eu. No caso, poderia ser uma mana, negra, travesti ou alguma mulher trans, enfim, eu tenho total consciência que eu estou criando isso pra alternância de poder.

Sou branco, homem trans, tenho 34 anos hoje e simbolicamente 35. Eu tenho 35, é muito bonito o fato de eu ter 35 anos né? É a expectativa de vida de uma pessoa trans, então

esse ano pra mim é muito simbólico, a partir de hoje, desse ano eu não tenho nada a perder, não tenho tempo a perder, tenho muita pressa.

Sou formado em Design, pós-graduado em História da Arte – crítico em curadoria, e pretendo estudar direito.

As vezes em pego alguns trabalhos que valem a pena, que pagam bem. Eu trabalho desde os 18 anos, em instituições de arte e no circuito da arte contemporânea. Às vezes eu monto, coordeno algumas exposições de arte, inclusive, as vezes fora do Brasil. É isso, é o único trabalho que tenho feito e parte da minha renda, minha mãe faleceu e recebo um dinheiro por causa disso, então, é através desse dinheiro que eu consigo manter também uma parte da Casa Chama, com o que eu precisei pra sobreviver no começo. Na verdade, eu me dedico completamente a Casa Chama, e esses trabalhos internacionais ou nacionais acontecem duas vezes por ano, só.

Até hoje, agora não, a gente só teve apoio da sociedade civil. A gente é uma organização civil e teve até agora, e a gora a gente teve o apoio de outras instituições, mas sempre os nossos grandes parceiros da Vakinha, os maiores são sempre da sociedade civil, as pessoas físicas.

Atualmente é cedido, a sede anterior era alugada.

Por enquanto somos uma organização civil.

10. Em número não tenho como responder, agora enquanto ação do COVID, a gente está em 20. Eu chutaria que são umas 15 pessoas que são firmeza, que a gente pode contar que é um núcleo duro, mas agora durante o COVID é 20. Se somar todos nossos aliados do nosso WhatsApp são 120, eles vêm e vão. Eu nunca conseguir fechar de fato as pessoas oficiais, assim. Eu sou a única pessoa que se dedica inteiramente para a Casa Chama, por questões de privilégios também. As outras pessoas tem outras profissões e também trabalham na Casa Chama. Daí, esse núcleo de pessoas que trabalham fixo na Casa Chama é mutável, atualmente é 20 duros, 5, 15 e no total com aliados virtuais é 200.

A maior parte são pessoas trans (aliados), mais tem LGBTs e também tem pessoas cisheterossexuais, mas é minoria e em geral são as mulheres. Não tem nenhum homem cisheterossexual parceiro, isso não existe. São todos gays e as mulheres são bissexuais, acho que a maior parte das pessoas que trabalham na Casa Chama são LGBTs, sim.

São decididas coletivamente, só algumas eu tomo, porque eu tomo iniciativas e resolvo do início ao fim. Mas a maior parte, questões éticas, dúvidas complexas são coletivamente.

São sempre doações.

A gente não tem mais moradia, mas era sempre com foco em pessoas trans. A gente trabalha com acolhida e não com moradia, mas quando a gente oferecia moradia era só pra pessoas trans, e o nosso foco é só para as pessoas trans. Passaram vinte pessoas no mínimo, que moraram em tempos curtos na Casa Chama, antiga.

Em tomo de 20 e hoje em dia não tem mais moradia, porque a gente não conseguiu sustentar o espaço.

A gente faz muita coisa. Na frente psicossocial, direcionamos para moradia com os nossos parceiros, como a Casa Florescer na maior parte. Trabalhamos com redução de danos, temos atendimento médico muito digno, no Centro Escola Barra Funda. A gente tem parceria sobre DST AIDS, com programa municipal de DST, estamos fazendo núcleo de apoio psicológico com psicólogos, psiquiatras e psicanalistas estão trocando informações para agente atender e ter mais informações pra abranger mais atendimento nesse sentido. Temos duas Fono, que trabalham preparação vocal e a outra e por questões de identidade vocal. Temos parceria a preço de custo com dentista. Isso tudo é só na questão psicossocial.

Frente Jurídica, que a gora tem um coordenador, chama Zanela, é de direitos civis. A gente trabalha retificação, já formos responsáveis por 12 retificações, até agora, espero que a próxima seja minha. E a gente assisti duas mulheres que estão em privação de liberdade. Temos muito interesse em fazer mais coisas, mais ações, relacionadas a privação de liberdade. Temos um programa, um projeto, de organizar todos os documentos das pessoas trans, desde a carteira de vacinação, tirar todos os documentos,

colocar tudo em ordem, título de eleitor, e no caso se for positiva tirar o bilhete único, no caso de São Paulo, porque quem é positivo aqui não paga condução, enfim, a gente pensa nessas coisas e a gente entende que o jurídico é um braço pra dá apoio a burocracias que são mais complicados. Por exemplo, durante o COVID, a gente deu orientação para o nosso grupo que tem quase 200 pessoas que são assistidas remotamente, a gente ajudou no cadastro, resolveu pendências no CPF das pessoas para elas conseguirem receber o auxílio do Governo de 600 reais, durante a pandemia.

Na frente de cultura, a gente tem um festival bem grande que acontece uma vez por ano no Teatro Oficina, esse ano não vai ter por causa da questão da pandemia. A gente tem uma frente com a Cintia Marcele, que também é minha parceira, com a Dirá Castro que é nossa que é nossa consultora de valores de ética, nossa consultora intelectual de gênero, classe e raça e é artista também. Nessa frente de acompanhamento artístico também tem a Ana Matheus, outra artista. As duas são trans e a Cintia minha mulher é uma cis aliada. A gente por exemplo ajuda, tem a Manuara Clandestina. Agora a gente está fazendo acompanhamento de projeto com a Ana Gizi e com a Rafa Kenedi, e esse acompanhamento de projeto artístico a gente ajudar a fazer o portfólio de arte e inserir no mercado da arte, no sistema mesmo da arte contemporânea institucional, para quem quer ser artista assim. A gente já teve algumas coisas bem sucedidas de colocar algumas do circuito mesmo de performance, agora a gente conseguiu que uma entrasse em uma residência artística internacional, nesse frente a gente chamou a curadora do MASP para acompanhar a feitura e trocar ideias, fazer um estudio visiti com uma dessas trans e foi muito bem sucedido, porque ela venceu e vai pra Londres, nesse residência artística . Projeto 3 de cultura a gente tá fazendo um filme média, so de trans também na direção, no roteiro são dois trans, a idealização também é trans, a direção de arte, a direção de fotografia, tudo pessoas trans. E a gente também tem o jornal que tem 31 pessoas, 27 ou 28 trans com textos de todas as variações de assuntos que permeiam nossas vidas e anúncios de pessoas trans também que vendem produtos. Organizamos rodas de conversas e grupos de estudos, além disso, hoje temos um espaço expositivo e uma biblioteca de livros de artes que foi doado pela curadora Elisete Lenhado.

Frente Autonomia Financeira, estamos construindo melhor, é um ponto, a gente que fazer Works shops de educação financeira, consultorias com oficinas de currículos pra quem quiser entrar no trabalho formal. Estamos juntando currículos e direcionando para empresas. A gente está querendo desenvolver melhor e apoiar pessoas trans

empreendedoras, que tem vontade de empreender, isso é uma coisa que está começando, mais que também tem esse desejo.

17- A gente tem pra começar todos os registros de papéis de todas as anotações de reuniões que eu faço em papel e passo a limpo no computador. A gente tem todo um mapie médio de desenho mental, disso tudo que estou te falando agora, estou olhando pra um deles inclusive, por isso que eu consigo desenvolver tão bem. A gente tem todas essas coisas de registro de processos dessa construção, desde a primeira reunião, isso por se só já é um material expositivo. Fora isso, a gente tem um jornal, vai fazer um filme, tem o Festival, tem muitos outros conteúdos de construção intelectual, cultural, individual, plural e coletiva. Temos muita coisa, eu acho que tudo, inclusive o nosso Instagram, nossos registros, tudo importante e a gente desenvolve esses registros o tempo inteiro, o tempo todo né. O portfólio de cada uma, o processo de feitura disso, isso tudo a gente está o tempo inteiro construindo sabedorias e materializando, sempre fui uma pessoa muito atenta, estudei história da arte, então essa documentação esse registro dessa época, desse coletivo tão importante e eu sei da importância da Casa Chama hoje, na questão de dar auto estima e segurança para as pessoas, e assim, de mostrar os talentos dessas pessoas. Eu penso muito, por isso o jornal, o festival, o filme, nossas apresentações mini doc. sobre a gente, tem um muito legal na internet, que vale a pena na nossa página, acho que mandei pra você.

Temos o espaço expositivo sim. Já fizemos e estamos fazendo acompanhamento de projeto artístico, mas mais inclusivo pra instituições maiores de arte do que no nosso espaço, mais a gente também faz rodas de conversas, ensaios, performances, gravações em nosso espaço, shows, pocket shows, cine club, grupo de estudo, tem tudo isso. Tem o processo todo de fazer o filme, o roteiro, tem absolutamente tudo.

A gente é um Centro Cultural, a gente é um Centro de Memória em construção. A gente é as duas coisas. Centro de Memória do Hoje, ia ser bonito isso né, acabei de ter essa ideia, Centro de Memória do Agora, é muito bom. Você pode colocar que somos Centro de Memória do Agora.

A gente tem uma coleção de livros de arte e a gente tem também, uns acervos, é muito pouco livros, uns 300 livros de artes. A gente já fez compras coletivas de livros de histórias LGBT por exemplo, compramos por um preço mais barato. A gente vive emprestando, trocando, estudando, pode vim qualquer pessoa e consultar esses livros e



levar. Isso fica um pouco mais interno mesmo, eu gostaria muito de ter uma biblioteca LGBT, mas mais focada em trans

21 - Os poucos que temos compramos

22- Temos a catalogação dos livros de arte, mas temos que fazer novamente, porque não conseguimos achar, a gente fez mudança de endereço.

23 -De arte, maior parte Arte contemporânea,

24- A gente não tem infraestrutura pra isso.

26- Visitas de pessoas civis, artistas, pessoas jurídicas, estudantes de ensino superior.

27- Conhecemos quase todas do Brasil, quase todas. Mas posso falar que a Casa Chama é mais próxima dos Arouchianos em São Paulo, da Casa Florescer I e II, na Bahia da Casa Aurora, Transviver em Recife, Casa Miga de Manaus.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

**Assunto:** Correspondência para o desenvolvimento da 1ª etapa do projeto da pesquisa sobre Casas de Acolhida LGBT e Processos Museológicos: Cartografia da Imaginação (Trans)Museal de Linda Brasil na CasAmor, Aracaju/SE.

O presente questionário faz parte do projeto da pesquisa de mestrado intitulado "CASAS DE ACOLHIDA LGBT E PROCESSOS MUSEOLÓGICOS: CARTOGRAFIAS DA IMAGINAÇÃO (TRANS)MUSEAL DE LINDA BRASIL NA CASAMOR, ARACAJU/SE", que possui como propósito realizar uma cartografia de processos museológicos presentes nas casas de acolhida LGBT no Brasil, tendo como recorte a imaginação (trans)museal de Linda Brasil na CasAmor, Aracaju/SE, para construção de procedimento teórico-metodológico de museologia colaborativa aplicável em espaços comunitários LGBT. Nesse sentido, como parte do procedimento metodológico para construção da pesquisa na construção cartográfica, será realizada revisão de literatura sobre as casas de acolhidas LGBTs do Brasil e a existência de processos museológicos executados nesses espaços, bem como contatarei via e-mail para aplicação de questionário com os/as responsáveis pelos processos museológicos desses espaços. O trabalho da pesquisa está orientado pelo Profo Dro Clovis Carvalho Britto, docente da graduação em Museologia da Universidade de Brasília (UNB) e da Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Sua resposta é muito importante para o desenvolvimento e continuidade da pesquisa. Desde de já, agradeço a colaboração.

**Respondendo a esse questionário, a instituição está concordando voluntariamente em participar deste estudo, sem penalidades, prejuízos ou perda, sendo que a utilização destas informações ou depoimentos será realizada para fins científicos e de estudos no âmbito da pesquisa.**

Por favor, remeta esse questionário por

e-mail.

Rafael dos Santos  
Machado

Endereços de e-mail: [rafaelmuseologo@gamil.com](mailto:rafaelmuseologo@gamil.com) ou  
[faelsemachado@gmail.com](mailto:faelsemachado@gmail.com)

Pesquisa financiada pelo Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia  
(FAPESB)

### Questionário

1 - Nome da Instituição e  
endereço? Casa Miga Acolhimento  
LGBT, Avenida Epaminondas 417,  
centro

2 - Data de inauguração do  
espaço? 17 de agosto de 2018

3 - Nome do fundador(a)/presidente(a) da  
instituição? A Casa Miga é um projeto da  
Associação Manifesta LGBT, a Casa em si não tem  
presidente, já o presidente do Manifesta se chama  
Gabriel Lima Mota.

4 - Qual sua autodeclaração racial, gênero, sexualidade e  
idade? biracial, homem cisgênero, gay, 31 anos

5 - Qual seu grau de instrução escolar? Caso seja nível superior qual área de  
formação? Bacharel em Relações Internacionais, pós graduando em direitos  
humanos.

6 - Para além do tempo dedicado a gestão do espaço institucional, exerce alguma outra atividade (vínculo empregatício na rede pública, privada ou autónomo/a) em paralelo? Sim, Professor de cursos de idiomas.

7 - Houve participação coletiva da sociedade civil LGBT no apoio (financeiro, moral, doações de produtos e coisas materiais e mão de obra) para constituição do espaço?

Sim  Não

8 - O imóvel a qual está instalado a instituição é:

Próprio  Alugado  Cedido

Outros: \_\_\_\_\_

9 - A instituição é uma:

Organização Não Governamental (ONG)  Pública Federal  Pública Municipal  Pública Estadual  Privada  Outros: \_\_\_\_\_

10 - A gestão atual da instituição é composta por quantas pessoas (contabilizando somente os/as voluntários/as ou os/as colaboradores/as fixos)? 3

11 - Os/as voluntários/as ou colaboradores/as que integram o quadro fixo e esporádico são composto por: 4

Somente pessoas LGBT+  Somente por pessoas cisheterossexuais  Pessoas LGBT+ e Cisheterossexuais

Ou somente por:

\_\_\_\_\_

12 - As decisões e medidas adotadas institucionalmente são decididas de modo:

Unilateral  Coletivamente

13 - A instituição é mantida com o apoio de doações, financiamento ou patrocínio? Já fomos apoiados por financiamentos coletivos, por Vakinhas online e por doações da sociedade civil

14 - A instituição oferece acolhida de moradia de modo geral as pessoas LGBT+ ou tem como foco prioritário alguma população específica da sigla? pessoas LGBT+ brasileiras ou refugiadas LGBT+

15 - Quantas vagas de moradia é disponibilizada pela instituição para acolhimento de moradia? E atualmente quantos residem? 16, atualmente temos 7

16 - Além de oferecer acolhimento de moradia provisória quais outros tipos de serviços são oferecidos pela instituição? Esses serviços é restringido somente aos/as acolhidos/as? por enquanto o serviço é restringidos aos acolhidos, são feitos na casa rodas de conversa, escuta, projetos de empreendedorismo.

17 - A instituição desenvolve algum tipo de processos museológicos aplicados na cultura material (coleções, acervos e objetos), condicionados à realidade histórica e social da qual está inseridos os sujeitos? não.

- Pesquisa (documentação)
- Preservação (salvaguarda)
- Comunicação (Exposição)

18 - Quais dessas atividades culturais abaixo a instituição oferece acesso: não, ainda.

Exposição de obras artísticas (artes plásticas, grafites, performances corporais e outros modos de expressões artísticas)  Cine debates  Apresentações de artísticas musicais, poetas e peças teatrais

Outros: \_\_\_\_\_

—

19 - A instituição para além de casa de acolhida também auto se reconhece como: não, ainda.

Centro Cultural ( )  
 Centro de Memória

Outros: \_\_\_\_\_

–

20 - A instituição possui coleções ou acervos considerados pela comunidade que faz usos do espaço como importantes de algum modo para representação da memória, história ou das relações cotidianas da atualidade que permeiam aspectos das realidades vivenciadas pelas pessoas: não, ainda.

Lésbica ( ) Travestis ( ) Transgêneros ( ) Transsexuais ( ) Gays ( ) Bissexuais

Outros: \_\_\_\_\_

–

21 - As coleções e acervos foram de que modo integrados ao espaço institucional?

Doação ( ) Criados no espaço institucional por meio de atividades/oficinas ( )  
 Aquisição Outros: \_\_\_\_\_

22 - Existe algum tipo de documentação referente as coleções e acervos?

Catalogação ( ) Inventário ( ) Histórico ( ) Registro

23 - Qual a tipologia do acervo?

Artes ( ) Histórico ( ) Biográfico ( ) Arquivístico /Documental ( ) Antropológico

Outros: \_\_\_\_\_

24 - A instituição possui algum espaço específico, como reserva técnica, para conservação do acervo (que envolva acondicionamento, procedimentos de higienização, manutenção e restauro)?

Sim  Não

25 - Caso a instituição não possua coleções ou acervos materiais dentro dos moldes e dos procedimentos técnicos mencionado acima. A instituição faz uso de recursos de suportes estéticos que constituem/constitua narrativas através das exposições? Quais?

26 - A instituição recebe solicitações de visitantes externos para conhecer o espaço institucional, bem como as amostras das exposições? De quais grupos abaixo:

Estudantes do ensino fundamental  Estudantes do ensino médio  Estudantes do ensino superior  Pesquisadores acadêmicos  Pessoas civis  Pessoas jurídicas

27 - Insira nomes, meios de contatos e municípios de outras casas de acolhida LGBT, Caso tenha conhecimento. Casa Aurora Salvador Bahia, Casa 1 São Paulo, Casa Chama São Paulo, Casinha Rio de Janeiro RJ, CasAmor Aracaju

28 – Outras informações que gostaria de acrescentar?

## ANEXO 1 – Termo de autorização de uso de imagem e depoimento



## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Linda Brasil Azevedo Souza CPF [REDACTED], RG [REDACTED]

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Rafael dos Santos Machado do projeto de pesquisa de mestrado intitulado "Casas de Acolhida LGBT e Processos Museológicos: Cartografias da Imaginação (Trans) Museal de Linda Brasil na CasAmor, Aracaju/SE" a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Aracaju, 24 de MAIO de 2021

[Signature]

Participante da pesquisa

Rafael dos Santos Machado

Pesquisador responsável pelo projeto

Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar.

